

A QUIMERA DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA:
O BRASIL SOB O IMPÉRIO

Guillermo Johnson

A QUIMERA DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA:
O BRASIL SOB O IMPÉRIO

Guillermo Johnson



2013

Universidade Federal da Grande Dourados

Editora UFGD

Coordenador editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Címó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Impressão e Acabamento: Triunfal Gráfica e Editora | Assis | SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

325.3

J661q

Johnson, Guillermo.

A quimera democrática na América Latina : o Brasil sob o império / Guillermo Johnson – Dourados-MS : Ed. UFGD, 2013.

250 p.

ISBN: 978-85-8147-042-9

Possui referências.

1. Imperialismo – América Latina. 2. Política econômica.
3. Colonialismo. I. Título.

Às minhas filhas,
Tainá e Ana Clara,
Luz do farol da minha vida.
Aos trabalhadores e oprimidos,
Promissores protagonistas do amanhã igualitário,
Sangue destas folhas esqueléticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	17
Colonialismo e mercantilismo: primórdios da submissão e exploração latino-americana no sistema mundial	
Hegemonia e dependência no sistema mundial	
Apontamentos do debate sobre o sistema mundial	
As perspectivas dependentes e associadas de inserção econômica e política dos países latino-americanos no cenário mundial	
A vitalidade crítica da sociologia latino-americana	
CAPÍTULO 2 - DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA E RECOLONIZAÇÃO: ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS	57
Globalização, mundialização, imperialismo	
Império ou imperialismo?	
O Imperialismo segundo Lênin	
A construção da atual hegemonia mundial	
Aspectos econômicos e políticos do processo recolonizador da América Latina	
CAPÍTULO 3 - O FETICHE DA DEMOCRACIA LIBERAL	99
Democracia, mercados e sociedade civil	
Análise crítica da concepção de democracia como valor universal	
O processo e a luta pela democratização na América Latina	
As teorias da transição democrática: breve balanço crítico	
CAPÍTULO 4 - CONDICIONANTES EXTERNOS À REALIZAÇÃO DAS DEMOCRACIAS NACIONAIS	141
Processos decisórios nacionais e interferentes internacionais	
Mecanismos de transferência de riquezas desde a periferia latino-americana	
A dívida externa latino-americana: metástase dos povos	
Desregulação dos mercados e fluxos de capitais	
ALCA e bilateralismo: a recolonização em curso	

CAPÍTULO 5 - A DEMOCRACIA, O ESTADO E AS PERSPECTIVAS SOB O PROCES-	181
SO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA	
Política estatal e controle social	
As diretrizes das políticas sociais sob o neoliberalismo	
Perspectivas de superação da condição neocolonial	
CONCLUSÕES	219
REFERÊNCIAS	227
ANEXOS	241

INTRODUÇÃO

As mudanças no sistema mundial que vivenciamos nas últimas três décadas nos compõem a experimentar um processo intenso de internacionalização da economia – denominado de diversas formas: globalitarismo, globalização, mundialização, entre tantos outros –, que influencia nosso estilo de vida de variadas formas.

Independente da variedade e gradação com que se concebiam estas mudanças, informações oficiais confirmam o aprofundamento da desigualdade na distribuição mundial da renda, decorrente de uma política de contração das atribuições sociais do Estado, da flexibilização das relações trabalhistas e da progressiva diminuição das barreiras alfandegárias (para o intercâmbio de mercadorias, mas, principalmente, para o livre fluxo do capital financeiro), entre outras. Desde essa ótica a realidade é apresentada como se os aspectos econômicos, em particular os não desejáveis, fossem externalidades conjunturais do sistema social e político sob o capitalismo. Simultaneamente, a democratização possui uma relação umbilical com os aspectos econômicos, e se ergue como a promessa ideológica que irá resolver os problemas de que a sociedade padece, através de maior participação, transparência e outras características, objetos dos desejos das lutas históricas dos trabalhadores.

As questões acima apontadas, assim como tantas outras relacionadas a essas temáticas, têm tomado conta das discussões políticas e econômicas. São numerosos os estudos que contribuem para as questões relacionadas com a democracia e a inserção dos países latino americanos na economia mundial. Os trabalhos que analisam e propõem tendências de consolidação das democracias, assim como aqueles que buscam modalidades alternativas de inserção da região no cenário internacional são abundantes. Mas, ao mesmo tempo, persistem questionamentos relacionados com a distribuição da riqueza e, particularmente, com os mecanismos e setores que interferem direta ou indiretamente nos processos decisórios, sejam políticos ou econômicos.

Na esteira destas indagações desperta especial atenção a maneira como se consuma a complexa trama de distribuição mundial do poder. Referindo-se a esta situação, o embaixador e ex-membro do Instituto de Pesquisas Internacionais do Itamaraty, caracteriza que “a liderança do sistema internacional, em seus aspectos econômicos, políticos e militares, é exercida desde a Segunda Guerra Mundial pelos EUA [...]”, e, sobre a atual conjuntura, considera que “se acentuam as características de unilateralismo, arbítrio e arrogância da potência de hegemonia contestada” (GUIMARÃES, 2001a, p. 106). Inclusive, em discurso na Ordem dos Advogados do Brasil, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso teceu críticas às relações estabelecidas, dizendo que estas são típicas de “uma época pós-imperialista” (RODRIGUES, 2001, p. 8). Se essas afirmações faziam sentido antes dos eventos de 11 de setembro de 2001, quando características unipolares da dominação hegemônica ainda não estavam expostas, atualmente – brevemente citando a invasão dos Estados Unidos ao Afeganistão e Iraque, sua crescente ascendência econômica, política e militar, aliada à estrutura hierárquica do sistema financeiro – configuram uma temática que percorre desde escritos jornalísticos até acadêmicos de norte a sul. Foi, possivelmente, uma leitura semelhante à anterior da situação internacional que fez um recente presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso na 59ª Assembleia Geral da ONU, afirmar que “os países ricos exercem uma nova forma de colonialismo sobre os mais pobres”, reforçando que “uma lógica drena o mundo da escassez para irrigar o privilégio” que o conduziu a condenar a “globalização assimétrica e excludente” (JORNAL DO BRASIL, 2004).

Tendo em vista a multiplicidade de facetas em transformação, este trabalho coloca em evidência o caráter persistentemente autocrático dos atuais regimes políticos na América Latina¹ e, em particular, no Brasil, no âmbito de uma intensa tentativa de recolonização liderado pelo país hegemônico. Estudamos as características que o processo decisório, considerado democrático, das políticas governamentais assumiu na América Latina, analisando as suas diretrizes. Ao mesmo tempo, o seu escopo não aborda a recente ascensão de governos de viés

1 Quando nos referirmos à América Latina, consideraremos México, América Central, América do Sul e os países do Caribe: Cuba, Haiti, República Dominicana e Porto Rico. A heterogeneidade histórica e contemporânea da inserção destes países será abordada no decurso deste estudo.

nacionalista e populista de esquerda², que a partir da metade da presente década tem proliferado nos países hispanos de Sul América.

O processo pesquisado possui como eixo ordenador a nova relação dos países hegemônicos com a América Latina, em particular o Brasil. Considerando aspectos econômicos, políticos e sociais, estamos habilitados a pensar que existe um aprofundamento da relação de dependência, que é possível ser denominado de “recolonização político-econômica”. Neste contexto, desnuda-se o caráter totalitário do processo decisório que se implanta, em particular, nos países latinos do continente americano, apresentado como sistema democrático.

Torna-se, assim, imperativo discutir as características implícitas do processo, que consideramos autocrático, de decisão vigente no sistema capitalista. Para tal, concepções clássicas e contemporâneas do que se compreende como processos democráticos serão arroladas, para contrapor à concepção de que estamos perante um Estado que não é neutro – base das premissas liberais – e sim um Estado a serviço de um exíguo setor da sociedade, a burguesia, hoje de caráter eminentemente financeiro.

A bandeira da superioridade da democracia liberal perante outros regimes políticos se ergue após a consolidação dos países denominados comunistas nas décadas de 1920 e 1930. A democracia, liberal, apresentava-se como sinônimo de liberdade política perante o caráter autoritário vigente nos países do socialismo real. Desde então se tem colocado como principal paradigma, baseado na liberdade do jogo institucional e como espaço de realização das liberdades individuais, nos limites do capitalismo. Portanto, torna-se necessário abordar as características gerais do debate em torno da democracia desde o Estado liberal clássico. Ainda é importante lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países europeus possuiu regimes democráticos burgueses, enquanto que nos países da América Latina predominaram regimes abertamente totalitários, sendo que nestes as características populistas se faziam presente de forma recorrente.

2 Estamos nos referindo, particularmente, aos governos de Chávez na Venezuela, Correa no Equador, Morales na Bolívia ou Kirchner na Argentina. A recente transformação na conjuntura exigiria um estudo específico desta realidade, ainda que seja possível, *a priori*, observar que eles acontecem com marcados constrangimentos democráticos.

A visão democrática analisada abarca tanto as expressões institucionais que adota quanto o conteúdo das políticas executadas. Isto é, procura-se evidenciar a fragilidade que os governos vivenciam e, em geral, os seus regimes, ao colocarem em risco qualquer perspectiva de lucros das empresas dos países hegemônicos. Se esta ameaça se tornar premente, os países hegemônicos, em particular os Estados Unidos da América (EUA), exibem o seu poderio militar com vistas a intimidar qualquer decisão que não contemple seus planos estratégicos.

É importante destacar, em termos metodológicos, que não consideramos, nos termos das nossas análises, em âmbito internacional, que os processos em exame se constituem de forma ordenada, sincrônica e uniforme. Estamos analisando a existência de uma política organizada como tendência, na tentativa de delinear uma diretriz política e econômica organizativa da intervenção dos países hegemônicos e das burguesias nacionais. Frequentemente trabalhamos com essas perspectivas como ponto de chegada dessas invectivas, o mais corrente é que elas se encontram em caminhos intermediários das mesmas, decorrentes do contexto geral e particular em que estão imersas, eminentemente da correlação de forças das classes em pugna, em torno do projeto em análise (CRUZ, 2004). Essa atitude investigativa confere ao trabalho, ainda que eminentemente estruturalista, a dinâmica inerente da luta de classes; assim ainda que tendencialmente torne-se mais evidente os empreendimentos do polo hegemônico, a configuração definitiva da política em curso é decorrente da resistência organizada das classes oprimidas.

No marco histórico-estrutural da crise econômica do ajuste neoliberal, a presente análise desdobra-se nos seguintes aspectos: identificar características comuns e especificidades dos processos democráticos adotados no conjunto dos países latinos da América, e as particularidades do caso brasileiro; elaborar a crítica dos limites da crítica ao neoliberalismo; analisar a relação existente entre a construção dos regimes democráticos na América Latina e a implantação da política neoliberal; explicitar a futura configuração da democracia, visando à instalação da Área de Livre Comércio das Américas, sob a égide dos EUA, tomando como referência as relações entre os países participantes do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); analisar as possíveis relações entre a concepção democrática atualmente vigente e a aplicação das transformações que conduziram ao aprofundamento do desemprego em massa e à precarização e superexploração do trabalho.

Cientes de que o estudo é instigante, polêmico e complexo, consideramos oportuno salientar que a presente obra consiste numa leitura crítica dos processos de democratização dos países latinos da América. Neste escopo, não faz parte deste trabalho realizar estudos exegéticos em torno de conceitos e processos, senão que temos adotado posturas específicas e remetido o aprofundamento das mesmas ao arcabouço teórico respectivo.

Realizamos um estudo histórico-comparativo entre as características da realidade colonial latino-americana e os elementos políticos e econômicos que apresentam comportamentos semelhantes, salvando as características particulares de cada período e país. Enfatizamos o processo decisório, tomando como base as relações internacionais no que se refere às propostas e decisões expressas nas agendas dos governos brasileiro e americano, do FMI, do BM e da Organização do Livre Comércio (OMC).

A perspectiva que o trabalho aborda não é de uma via de mão única, e sim de um processo dinâmico, de ação e reação. Isto é, que as políticas nacionais na América Latina não acontecem por simples anseio das forças hegemônicas no cenário mundial, senão também pela decisão de serem introduzidas pelos governos locais e que, ao mesmo tempo, os ritmos e dimensões dessas políticas decorrem das manifestações e pressões políticas das classes exploradas das sociedades latino-americanas. Na presente análise não será focalizada a importância e a dimensão que os movimentos populares têm assumido na oposição às políticas implantadas pelos governos no início do presente milênio, estamos nos referindo desde os movimentos insurrecionais e de rua até as organizações que, desde a institucionalidade, pugnam por construir caminhos para uma mudança social e econômica radical. Isso não significa que desvalorizemos a importância desses movimentos, senão que precisamente pela sua relevância torna-se indispensável uma pesquisa mais aprofundada.

Assim sendo, no Capítulo 1, iniciamos com uma breve abordagem histórica da relação dos países latino-americanos com o restante do globo, procurando identificar aspectos políticos e econômicos – inseparáveis no cotidiano do exercício do poder – que permitam identificar os padrões de dominação externa nos países latinos da América.

Constatamos a persistente relação de subordinação dos países da América Latina com

os países hegemônicos³ nos diversos momentos dos últimos cinco séculos. O continente americano, desde o momento em que foi achado, amargou relações de submissão com os países europeus e, contemporaneamente, com o atual *hegemon* da economia mundial.

A primeira relação que o continente americano experimentou com os países europeus – nos alvares da modernidade desempenharam papel hegemônico – foi de exploração e opressão, que se expressava econômica, cultural e politicamente de diversas maneiras; dentre elas, na violência que o Império exercia sobre a colônia, através da escravização, primeiro dos autóctones e depois dos negros. No período colonial, que se estende desde que o continente americano foi invadido pelos europeus até o século XIX – com diferenças temporais de cada país no término desta relação –, a Coroa comandava o processo decisório, escolhia diretamente os funcionários que executavam suas ordens e determinava as regras econômicas às quais os habitantes das colônias deviam se submeter. As políticas eram executadas a despeito do anseio e da conivência destes, isto é, através do consenso ou da violência.

Resgatamos a arquitetura histórica do sistema mundial e sua atual configuração, verificando seu caráter hierárquico e excludente, bem como analisamos as diretrizes das políticas que visaram à possibilidade de construir um projeto nacional independente no âmbito das relações capitalistas vigentes do pós-guerra, conhecidas como teorias da dependência. Para tal, expomos as ideias dos seus mais conhecidos expoentes e resgatamos a atualidade da sociologia crítica latino-americana, focalizando dita expressão nas elaborações de Florestan Fernandes, particularmente na sua fase considerada de acadêmico militante – que aflora contemporaneamente às teorias da dependência.

A compreensão acerca das características atuais da dominação hegemônica e uma aproximação da ideia de recolonização é o assunto que ordena o segundo capítulo. A delimitação conceitual em torno de globalização, mundialização e imperialismo é de cabedal importância para este estudo. Neste sentido, consideramos mundialização – conceito cunhado por Chesnais (1996) – mais procedente, tendo em vista a dominância financeira da presente

3 Este termo é utilizado por Arrighi e Silver (2001) e se refere ao país ou conjunto de países que influenciam ou determinam as relações comerciais, produtivas, políticas e jurídicas de uma região considerável do globo.

fase do capital. Resgatamos, também, o conceito de imperialismo de Lênin, que posteriormente será objeto de uma pequena tentativa de atualização.

Deixando de lado a controvérsia com a polêmica ideia de globalização, investimos na análise crítica debate com a obra “Império”, de Hardt e Negri, resgatando para tal a teoria leninista de imperialismo.

Objetivando criar um ambiente favorável à discussão da recolonização, explicitamos a dinâmica, assim como as principais características da construção da atual arquitetura hegemônica, colocando em evidência o caráter financeiro do capital nesta fase. Em seguida, procuramos delinear os atributos distintivos do que consideramos o reverso da nova relação imperialista em curso, a qual denominamos de processo recolonizador, na senda de uma nova onda (neo)colonizadora. Cientes das dificuldades inerentes à introdução de um novo conceito dessa magnitude assumimos os contratempos de uma elaboração ainda incipiente.

O terceiro capítulo é dedicado à teoria democrática, com diversas abordagens desde a Antiguidade – berço da civilização ocidental em sua preocupação com o “melhor governo”. Debateremos as concepções contemporâneas de democracia, centrando atenção na polêmica com a concepção materialista histórica. Inserimo-nos no debate atual de realização da democracia no contexto da globalização, principalmente buscando compreender as perspectivas da sua realização sob a égide do mercado.

Consideramos medular a análise crítica em torno da concepção de democracia como valor universal, que permeia desde os anos oitenta as estratégias de transformação social; para essa tarefa, convocamos alguns dos principais representantes dessa linha de argumentação do debate brasileiro.

Ainda nesse capítulo ensaiamos uma breve discussão em torno da luta pela democratização na América Latina, tentando desvendar as limitações e dubiedades que marcam sua trajetória. Finalmente, apresentamos uma breve avaliação crítica da *transitologia* e *consolidologia*, disciplinas que estudam os devires da democratização na região, tomando como substrato teórico a sua concepção formal.

No quarto capítulo, colocamos em evidência os mecanismos econômicos e políticos que sustentam a subordinação dos países latinos da América. Para tal, recorreremos ao relatório elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – que posteriormen-

te fornecerá excelentes dados para fundamentar nossas afirmações –, relacionados com “A Democracia na América Latina”. Essas fontes permitiram confirmar que as dificuldades de realização das democracias – ainda que formal – encontram-se intimamente imbricadas com a questão “econômica”.

Ainda nesse capítulo focalizamos o funcionamento da dívida externa como mecanismo privilegiado de transferência de riquezas produzidas na região, sem desmerecer a miríade de estratégias relacionada ao mesmo fim. Consideramos necessária a abordagem das novas formas de regionalismo, nas quais se inserem os países latino-americanos, destacando a ALCA lado a lado com os acordos bilaterais que refletem a relação assimétrica das relações internacionais.

As mazelas sociais decorrentes da implantação da política neoliberal – “incentivada” de diversas formas pelas Instituições Multilaterais de Financiamento – consistem na abordagem inicial do quinto capítulo. Ensaíamos uma atualização e alargamento do conceito de controle social: inicialmente como modalidade prioritária das diretrizes das políticas sociais em âmbito nacional e, posteriormente, como uma extensão do conceito no que se vincula ao insistente interesse do *hegemon* em manter as democracias formais na América Latina.

Ainda, para concluir o dito intervalo, examinamos as análises prospectivas dos mais destacados intelectuais que estudam a política internacional, desde o ponto de vista crítico até as perspectivas de superação da presente relação hierárquica e excludente do sistema mundial.

A conclusão do presente trabalho afirma que, perante o momento em que grandes setores das massas reivindicam maiores liberdades democráticas como uma representação da vontade de retomar as rédeas do processo decisório de forma continuada, obstáculos se apresentam para sua consecução. Mas a resposta para superação dessas dificuldades não está no horizonte da institucionalidade vigente, particularmente nas tentativas de alargar espaços de representação ou deliberação. Nesse sentido, os setores “progressistas” e amplos setores da esquerda, em particular os reformistas, alimentam a esperança de que com a democracia, ainda que liberal, os problemas econômicos e sociais poderão ser solucionados – sendo que neste veio proliferaram os embriões da concepção da democracia como valor universal. A pesquisa realizada, entre tantos outros escritos neste sentido, verifica que não foi necessário esperar muitos anos para que o entusiasmo inicial se diluísse perante os indicadores econômicos e sociais, que retornaram com força na agenda dos países latino-americanos.

Capítulo 1

AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Neste capítulo abordaremos sucintamente os antecedentes da inclusão política e econômica da América Latina no sistema internacional, destacando as diretrizes das relações de subordinação que historicamente persistem desde o Brasil Colônia e apontando os elementos centrais do sistema-mundo contemporâneo. Ao final apresentaremos diversos aspectos das elaborações teóricas que focalizam o desenvolvimento da região.

As transformações sociais, políticas e econômicas das últimas três décadas sacudiram as concepções predominantes até então vigentes. A partir do início da década de 1970, assistimos nos países latinos do continente americano, a uma intensa retomada das teses liberais, cuja hegemonia vem-se consolidando nas décadas subseqüentes, implicando mudanças políticas e ideológicas que se inscrevem em transformações de abrangência mundial. As explicações mais recorrentes, eminentemente de cunho econômico, esforçam-se em justificar estas mudanças por um agravamento do problema inflacionário e um agudo comprometimento fiscal de grande parte dos estados latino-americanos⁴.

4 Quando nos referirmos a América Latina queremos considerar México, América Central, América do Sul e os países do Caribe: Cuba, Haiti, República Dominicana e Porto Rico. É indispensável registrar sucintamente que a heterogeneidade que caracteriza a inserção destes países pode ser apreendida, entre tantos outros estudiosos críticos da inserção latino-americana, nas elaborações de Fernandes (1981a) ao interpretar as diversas formas de dominação externa: “nessa perspectiva, apenas alguns países, como Argentina, Uruguai, Brasil, México, Chile, etc., conheceram sucessivamente todas as formas de dominação externa. Outros países, como Haiti, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Paraguai, Peru etc., experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se economias **de enclave** e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo transitório do início do

A presente situação está associada às transformações econômicas e políticas iniciadas nos anos 1980, com os primeiros indícios da crise de acumulação capitalista – frequentemente reduzida à denominada “crise do petróleo” –, à mudança do padrão de produção industrial; à incorporação da tecnologia digital ao fluxo de capitais e ao fim do bloco comunista, como adversário do capitalismo, entre os mais importantes. Isto se coaduna às mobilizações populares que conduziram à derrocada dos regimes totalitários, eminentemente militares, na maioria dos países da América Latina.

Sendo assim, a derrubada do Muro de Berlim e a pulverização da antiga União Soviética são interpretadas pelo *establishment* como símbolo de “Fim da História”, do trunfo final da teoria liberal sobre o totalitarismo – encarnados nos fascismos e no nazismo – e o comunismo (ANDERSON, 1995). Mas, a partir da ótica do materialismo histórico e dialético sobre esse período, pode-se afirmar que a tal bipolaridade era aparente, pois em ambos os polos, o capitalista e o comunista – também denominado “socialismo real” –, a liberdade e a necessidade não eram satisfeitas para toda a população, conduzindo a que qualquer tentativa de instalação de um governo democrático baseado na satisfação das necessidades básicas da maioria fosse “neutralizada” com repressão. Os conhecidos massacres, perseguições e torturas daqueles que, coletiva ou individualmente, apresentaram-se como ameaça para qualquer um dos sistemas era, e continua sendo, o método predileto para dirimir as discórdias. Os trabalhadores não possuíam, e nem possuem, as perspectivas de satisfação das necessidades materiais em igualdade de condições livremente (CERDEIRA, 1998).

Segundo o pensamento liberal, o capitalismo é considerado o grande “vitorioso” no embate com as forças que o têm impedido de avançar para uma sociedade com maior distribuição da riqueza no âmbito da sua concepção de liberdades econômicas e políticas. A partir desta perspectiva, vivemos uma retomada das velhas bases liberais da sociedade, uma ofensiva do capital com desdobramentos nos mais diversos aspectos da realidade.

Omite-se, nestas perspectivas, o fato de que vivemos numa sociedade pautada pela desigualdade, baseada na exploração de classes, na qual o aumento na produção de riqueza se

século XIX” (p. 19, grifos no original). Consideramos – no âmbito da conjuntura em análise – a persistência dessa situação nos dias atuais.

relaciona diretamente ao aumento de pobreza, e não ao contrário, como comumente se afirma. Neste cenário, os países que eram denominados, eufemisticamente, como em desenvolvimento, hoje são periféricos; mas isto, por sua vez, traduz-se numa mudança nos papéis na produção e distribuição da riqueza que cada país ou região do planeta, desempenhará na atual conjuntura. Neste desenho de uma recente conjuntura global, inscreve-se a necessidade de compreender os papéis a serem desempenhados e as perspectivas a eles associadas pelos países da América Latina.

No âmbito desta análise ressurgem a complexidade e extrema variedade da realidade dos países latino-americanos⁵. A intrincada história dos povos que ocupam uma diversidade geográfica crivada de contrastes se apresenta como um desafio intransponível. A pluralidade dimensional dos seus países se encontra atravessada pelas características do seu solo e clima, relacionados, por sua vez, às necessidades de exploração econômica que desde a ocupação europeia impuseram as regras de inserção – provindas de ultramar – e que tornaram realidade os países latinos da América como um objeto de estudo, *a priori*, de difícil apreensão. São inegáveis as profundas mudanças que o continente americano vivenciou desde o início da sua colonização, no que se refere à sua composição demográfica, aos desenhos institucionais, às mutações das persistentes estruturas de classes, às transformações das características da produção de bens, às modalidades históricas do relacionamento com as riquezas naturais ou das diferentes formas que, no decurso até o presente, os países e regiões construíram relações de intercâmbio cultural, político e econômico entre si e com os países fora do continente. Neste sentido, seguindo o veio de uma leitura do percurso cronológico da dominação, pode-se reivindicar “a descoberta de que a história não é apenas a ciência do que muda, mas também do que parece

5 Uma contribuição analítica importante para a compreensão da diversidade que caracteriza os países latinos da América está presente em Soares (2001, p. 25), frequentemente utilizada nas análises cepalinas. A categoria conceitual heterogeneidade estrutural, inicialmente elaborada por Aníbal Pinto, ergue-se como “uma categoria conceitual ampla, que engloba os traços dominantes das sociedades latino-americanas contemporâneas, aludindo a coexistência de formas produtivas e relações sociais correspondentes a diferentes fases e modalidades do desenvolvimento da região, mas interdependentes em sua dinâmica no interior de Estados politicamente unificados”. No decurso das elaborações desta análise, consideraremos como teoria subjacente para compreensão da distribuição de poder e riqueza no sistema mundial a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, provinda do arcabouço materialista histórico-dialético, sobre o qual discorreremos mais adiante.

imutável, essa descoberta é incomparavelmente mais fácil para o estudioso da América Latina” (DONGHI, 1975, p. 9). Reconhecendo essa heterogeneidade de manifestações, nesta obra não está colocado o desafio de retomar a exegese da dominação histórica, senão discutir o trajeto que o processo decisório⁶ tem apresentado, em perspectiva macro, no sentido de vislumbrar as suas mutações, mas, eminentemente, destacar a persistência e as diversas manifestações que assume a subordinação hegemônica.

O resgate desta abordagem – que privilegia a dinâmica histórica das construções hegemônicas como macro-compreensão do processo decisório – torna-se necessário perante a crescente desigualdade a qual os países latino-americanos vivenciam externa e internamente. Pois, na presente conjuntura, a esmagadora maioria das elaborações das ciências humanas interpreta essa alteração do cenário internacional como uma crise das meta-narrativas, uma falência do arcabouço conceitual que propunha construir explicações abrangentes e coerentes aos fatos da realidade, traduzindo-se na afirmação do fim da modernidade. Nesta visão, inscreve-se a concepção pós-moderna, que pugna por uma leitura da sociedade em que primam as fragmentações sociais, a carência de um projeto social totalizante explícito e confere papel destacado ao indivíduo no cenário social. Por sua vez, esta denominação não pretende anular a diversidade de elaborações do período em fito, mas só visa utilizar uma nomenclatura referencial a partir de uma perspectiva dialógica. Assim, as indiscutíveis evidências de mudanças que vivenciamos em âmbito mundial desde o último quartel do século passado levaram a maioria das elaborações teóricas a representar a realidade como um novo cenário de profusão da diversidade e uma ampliação das liberdades de ação e pensamento, incentivando o abandono das teorias sociais universalizantes, munidas de categorias analíticas relacionadas a uma concepção manifesta de sociedade e com um projeto político claramente delineado. As teorias em foco decretam o fim das “certezas” decorrentes das meta-narrativas, “que nada mais explicam”.

6 Quando nos referimos ao processo decisório buscamos apreender os atores e espaços em que são discutidos e decididos os desígnios dos países, incluso um conjunto abrangente destes; no contexto da estrutura hierárquica contemporânea de poder “estamos dizendo que existe um único ‘conjunto de regras’ ou um único ‘conjunto de imposições’ dentro do qual essas várias estruturas operam” (WALLERSTEIN, 1999, p. 453). Com isto, buscamos colocar em evidência que a estrutura verticalizada do poder limita ao seu ápice as atribuições de deliberar acerca do rumo de diversos Estados e Nações.

Portanto, analisar a dinâmica mundial requer a procura de regularidades sincrônicas entre os setores sociais envolvidos nas decisões no decurso do longo período da inserção da região. Isto significa que o estudo não se limitará a estabelecer relações num plano contemporâneo. Uma das bases deste reside na perspectiva de resgatar o passado das relações de subordinação dos países latino-americanos, no percurso histórico das relações de dominação que se remontam ao descobrimento da América, e situar as mudanças qualitativas atuais sob a hegemonia dos EUA. A abordagem indicada se propõe mais abrangente, interdisciplinar, buscando alicerces de sustentação na história, além das disciplinas pertencentes às ciências humanas. As dimensões das transformações podem ser percebidas em todos os âmbitos da realidade, porém o escopo desta análise está sustentado eminentemente nas contribuições providas da história, economia, sociologia e a ciência política. Não pretendemos empreender uma análise exaustiva das elaborações em torno da compreensão macroestrutural da inserção da América Latina no cenário internacional, nem “reescrever a história”, mas buscamos retomar o fio histórico das elaborações críticas desta relação subalterna a partir da ótica da Sociologia Crítica adotando o arcabouço do materialismo histórico. Deste modo, procuramos reexaminar a literatura existente com foco no processo decisório, visando expor as contradições internas da atual democracia representativa nos países latinos da América, no que tange aos termos da própria decisão.

Como toda análise implica uma postura perante a realidade, torna-se necessária a exposição das categorias analíticas – que serão utilizadas como referências. Neste capítulo, abordamos as relações entre Estados – desde a ótica dos países periféricos –, hegemonia e dependência, resgatando a vigência e pertinência destas categorias, já utilizadas em diversos estudos das ciências humanas e econômicas.

Colonialismo e mercantilismo: primórdios da submissão e exploração latino-americana no sistema mundial

[...] é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização europeia no período que medeia entre os descobrimentos marítimos e a Revolução Industrial (NOVAIS, 1993, p. 14).

A relação de dependência dos países da América Latina com os países hegemônicos⁷ sustentada nos últimos cinco séculos se apresenta com diversos matizes. Essa situação se reflete nas várias modalidades históricas da divisão internacional do trabalho, construída ‘a ferro e fogo’, na perspectiva da distribuição desigual da riqueza. O continente americano, desde a sua inserção no sistema mundial, amargou relações de submissão com os países europeus e, posteriormente, também com outros países hegemônicos da economia mundial (FERNANDES, 1981a; IANNI, 1974; 2004).

A primeira relação que o continente americano experimentou com os países europeus foi de exploração e opressão, através da apropriação das riquezas e da tentativa, nada amigável, de “catequização dos infieis” habitantes destas terras. Aliás, foi precisamente a grande extensão de terras, agora “disponíveis”, que alimentou a cobiça dos conquistadores que, já em pleno mercantilismo, vislumbraram a maciça exploração mineira e açucareira na América Latina. A colonização deste ‘Novo Mundo’ se traduzia em progresso para a metrópole, pelo expressivo aumento na circulação de mercadorias, o qual, sem dúvida, representava um agente modernizador para a rede comercial europeia nos séculos XVI, XVII e XVIII. No longo período que se estende da agonia do feudalismo à irrupção da Revolução Industrial a economia colonial significou o “efeito e estímulo dos mercados metropolitanos” (BOSI, 1992, p. 20).

A despeito da diversidade e especificidades que caracterizaram as relações das economias centrais europeias com as colônias periféricas, é indispensável resgatar as linhas mestras.

As colônias devem: primeiro dar à metrópole um maior mercado para os seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole) manufatureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa (POSTLETHWAYT *apud* NOVAIS, 1993, p. 16).

A política econômica dos países centrais, na Europa, visava ao constante aumento da sua riqueza nacional, que se manifestava através de uma balança comercial favorável, com medidas tarifárias protecionistas, aliada ao fomento da produção de bens nas colônias que lhes

⁷ O conceito de hegemonia será apresentado nas elaborações do próximo ponto.

permitissem uma concorrência vantajosa com as outras nações. A exportação dos excedentes de produção – que inicialmente foram ocasionais e posteriormente se alçaram como principal objetivo – era estimulada pelo Estado através de diversos mecanismos restritivos do mercado interno, incentivando o aumento demográfico e, posteriormente, promovendo a regulação do mercado de trabalho, visando sempre à lucratividade (NOVAIS, 1993; IANNI 1974). Na divisão internacional do trabalho e da riqueza no período aqui analisado, as colônias se erguem como retaguarda econômica da metrópole, garantindo a suficiência de suprimentos, matérias primas e minérios.

O mecanismo comercial fundamental em que se baseava o sistema colonial era o “exclusivo” ou “pacto colonial” de comércio, que consistia em que “cada metrópole reservava-se o monopólio de comércio de suas colônias”, sendo que “estas últimas tinham por sua vez garantido o mercado metropolitano e o apoio naval da potência colonizadora” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 72). Assim, o usufruto do monopólio na compra dos produtos coloniais rendia aos colonizadores lucros consideráveis na compra e na venda, realizando transferência de renda real das colônias para a metrópole, para as mãos da camada empresária, relacionada ao comércio ultramarino. O caminho inverso, a venda de produtos provindos dos países europeus nas colônias também rendia a essa elite econômica lucros altos, pois podiam fixar o preço que lhes convinha, fortalecendo o processo de acumulação primitiva pelos empresários dos países centrais. Mais uma vez é necessário apontar a diversidade e as particularidades conjunturais que decorrem no extenso período analisado que, no tocante às transações mercantis, apresenta diversos mecanismos associados. É interessante mencionar a restrição frequente de comercialização por parte de embarcações estrangeiras, manifesta na profícua legislação colonial, assim como a recorrência da utilização do contrabando e do corso como mecanismos de uma relação competitiva pela apropriação dos lucros provindos do comércio mercantil. Outra modalidade de exploração colonial consistia na negociação de concessões e licenças, que permitiam aos mercadores estrangeiros a possibilidade legítima de lucrar com o comércio colonial.

O projeto colonizador no âmbito econômico se confunde com as características políticas do absolutismo vigente no período. É fundamental frisar que abordamos um momento de longa e intensa transição, pois a vida econômica transcorre entre a gradativa dissolução da estrutura feudal e a consolidação da produção capitalista, configurando-se no que foi conve-

niado denominar como capitalismo mercantil⁸. Ainda que a cautela seja necessária por se tratar de um período transicional, é possível afirmar, esquematicamente, que as relações políticas se resumem a um centro europeu, onde se elaboram as decisões, às quais as colônias, em diversos continentes do globo, são subordinadas. Assim, “[...] uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem ‘europeia’” (FERNANDES, 1981a, p. 13).

A miríade de tensões sociais, políticas e econômicas associadas ao fortalecimento da política mercantilista no cenário internacional entre os séculos XVI e XVIII se relacionam com o fortalecimento de um poder estatal centralizado e economicamente intervencionista.

[...] o estado moderno pôs em execução com maior ou menor intensidade, variando no tempo e no espaço, com êxitos ou frustrações ao longo de sua existência, a política econômica mercantilista, que preconizava, simultaneamente, a abolição das aduanas internas e consequente integração do mercado nacional, tarifas externas rigidamente protecionistas para promover uma balança favorável do comércio e consequente ingresso do *buillón*, colônias para complementar e autonomizar a economia metropolitana (NOVAIS, 1993, p. 26).

A relação de submissão em âmbito macroestrutural se desdobra no plano estritamente político nas designações de mandatários e no desenho vertical das decisões endereçadas aos países colonizados. A partir da descrição do Brasil-Colônia, elaborada por Bosi (1992), é possível destacar aspectos de dominação característicos nas relações políticas e econômicas vigentes no período⁹: “a estrutura política enfeixa os interesses dos senhores rurais sob uma administração” exercida pelos proprietários; “as juntas se compõem de funcionários reais [...] a sua ação é controlada em Lisboa”; “de 1696 em diante, até as câmaras municipais sofrerão interferência

8 Com relação a estas expressões da relação colonial, é interessante observar elaborações detalhadas em Cardoso; Brignoli (1983), em particular o capítulo 2.

9 Para informações mais detalhadas do funcionamento e dos critérios para usufruir e desempenhar cargos no Período Colonial brasileiro, assim como para aprofundar a compreensão da estrutura administrativa, ver Schwartz (1979), em especial os capítulos 7, 8, 11 e 12.

da metrópole que nomeará os juizes de fora se sobrepondo a instituição dos juizes eleitos nas suas vilas” (BOSI, 1992, p. 24).

A total intromissão nas decisões e cargos de exercício de poder nas colônias foram as justificativas que as ascendentes oligarquias esgrimiram perante a centralização crescente da Coroa, constituindo-se em um dos fatores de crise do sistema político desde fins do século XVIII. Outro elemento importante reside na luta pelo controle das colônias latino-americanas entre os países europeus, particularmente entre Holanda, França e Inglaterra. Estes dois aspectos são apontados por Fernandes (1981a) como referências que marcaram, na sua periodização, o fim do primeiro tipo de dominação externa.

Em síntese, pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se: economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; e, politicamente, ao absolutismo reinol e ao mandonismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos (BOSI, 1992).

Durante o colonialismo, que compreende o período em que o continente americano foi ocupado pelos europeus até o século XIX – com diferenças temporais de cada país no término desta relação –, a Coroa comandava o processo decisório, escolhia diretamente os funcionários para executar suas ordens e determinava as regras econômicas às quais os habitantes das colônias deviam se submeter. As políticas eram implantadas a despeito do anseio e da convivência destes, isto é, através do consenso ou da violência. Pode-se afirmar que o substrato da colonização moderna é de natureza eminentemente comercial, pois se baseava na produção para o mercado externo, em particular europeu, que se configurava como uma economia complementar que fornecia produtos tropicais e metais preciosos (NOVAIS, 1993).

O sistema colonial consolidou dois setores básicos na produção de mercadorias: um setor exportador, voltado para o consumo europeu; e outro de subsistência, relacionado ao incipiente mercado interno. O primeiro imprimia a dinâmica sistêmica, configurando uma ‘economia dependente’ do influxo externo. Essa estrutura conferia uma intensa concentração de renda para a burguesia europeia, ainda que os colonos senhoriais detivessem uma vida pomposa de ostentação.

Encarada de conjunto, a sociedade colonial é espoliada pela burguesia metropolitana, mas nessa mesma sociedade colonial a camada de colonos-senhores situa-se numa posição

privilegiada, o que permite a articulação das várias peças do sistema. E o escravismo, que é o reverso da medalha, reaparece como seu elemento essencial: mais uma vez, agora sob novo ângulo, *exploração colonial* significa exploração do trabalho escravo (NOVAIS, 1993, p. 94, grifos no original).

Digno de lembrar é o fato de que esta relação, decorrente da divisão social em classes, é mais uma expressão da violência que o Império exercia sobre a colônia, através da escravização, tanto dos aborígenes¹⁰ quanto dos negros – trazidos involuntariamente aos milhões. Essas formas compulsórias de trabalho, características do sistema colonial, eram adequadas à acumulação primitiva do capital na medida em que era necessário produzir para o mercado europeu com a maior margem de lucratividade, para o qual o assalariamento se tornava inviável. A escravatura moderna colonial pode ser mais bem apreendida ao considerarmos o tráfico negreiro um importante setor do comércio colonial (NOVAIS, 1993, p. 84-9).

[...] a escravidão moderna é, em sua essência, uma *escravidão mercantil*: o escravo não só constitui uma mercadoria; é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico ao mercado de escravos e à forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil (FERNANDES, 1976, p. 230).

Então, os países coloniais complementam as economias nacionais europeias, conferindo-lhes mais autonomia e contribuindo para sua competitividade no mercado internacional

10 O Frei Bartolomé de las Casas, em sua *Brevísima relación de la destrucción de las Índias* (1552), estima em 15 milhões o número de índios mortos entre 1492 e 1542; em outro registro referente a um período menor, no Haiti, onde inicialmente contava-se 1,1 milhão de pessoas, em 1507 a população não excede os 60 mil (FERRO, 2004). Os cálculos relacionados com o número de aborígenes que habitavam nestas terras são ainda controversos – por exemplo, em torno do seu número no norte de América, instituições oficiais afirmam a existência de uma população inicial de aproximadamente meio milhão de pessoas, outras estimativas acadêmicas mais recentes apontam números em torno de 10 milhões. Mas, para além dos cálculos preocupados com a dimensão do genocídio do ‘descobrimento’, o extermínio dos indígenas continua: “hoje, o índice de pobreza nas reservas indígenas é quatro vezes superior à média nacional” (NDIAYE, 2004, p.77), referindo-se à realidade estadunidense e canadense. Para mais informações e análises sobre esta temática, recorrer, entre outros, a Ferro (2004), particularmente na sua Parte I – O Extermínio.

– concentrando renda na camada empresarial ligada ao comércio ultramarinho –, ao mesmo tempo em que se incorporam como importante elo para a acumulação originária do capital, na senda para a formação do capitalismo (FERNANDES, 1976). Chega-se assim ao núcleo dinâmico do sistema, pois enquanto atinge o seu pleno funcionamento, cria as condições de sua crise e desnuda os elementos para sua superação, ao mesmo tempo em que “[...] era da própria lógica do sistema de exploração colonial do Antigo Regime que as potências mercantilistas competissem furiosamente na órbita do Ultramar; tal competição só se resolvia, enfim, com a hegemonia de uma delas” (NOVAIS, 1993, p. 104). O sentido essencial do sistema colonial deve ser compreendido segundo “elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno” (Idem, p. 33), isto é, eminentemente comercial e abertamente capitalista. Já Cardoso e Brignoli (1983) salientam que a economia da metade do século XV até a metade do século XVIII é eminentemente pré-capitalista, ao mesmo tempo em que vincula a heterogeneidade das sociedades coloniais de acordo com as características das potências metropolitanas ao grau de inserção no mercado mundial, ao tipo de produção, às características da mão de obra e ao caráter da colonização.

A Revolução Industrial pode ser considerada um referencial para se compreender o percurso das transformações no âmbito da produção que se inicia no sistema estamental feudal com a comercialização ocasional de excedentes, numa fase pré-mercantil, levando a uma dedicação exclusiva de um setor da sociedade para a exportação dos produtos. Dito processo econômico, de forma abrangente, abarca a acumulação do capital comercial, a divisão social do trabalho, a mercantilização dos bens econômicos e a especialização da produção. A configuração da dominação colonial se fundamenta no fortalecimento de um estado integrador como gerente das políticas mercantilistas nas colônias ultramarinas, sendo o pioneiro da acumulação primitiva de capitais. As economias coloniais se transformaram em produtoras especializadas de mercadorias para o mercado europeu, tornando-se uma alavanca importante para superação das dificuldades que as economias dos países centrais possuíam na busca de um crescimento econômico sustentado, erguendo-se como vital estímulo para a originária acumulação burguesa nas economias europeias.

No complexo interregno em que transita o enfraquecimento das leis coloniais, constrói-se a independência política dos países latino-americanos dos seus respectivos impérios. Re-

ferencialmente, essa transição se inicia com a independência dos EUA, em 1776; as guerras que envolveram as disputas políticas e econômicas dos países europeus, entre 1792-1815, e a Revolução Industrial na Grã Bretanha – como corolário da Revolução Francesa, em 1789. De acordo com Marini (2000, p. 106), “a revolução industrial [...] corresponde na América Latina à independência política”, que na primeira metade do século XIX, a partir da estrutura social e institucional, passam a orbitar em torno da Inglaterra, ainda em condição subordinada.

A transição da relação colonial para o capitalismo periférico completa-se em fins do século XIX, processo variado e complexo que se estende pelo século, configurando-se como uma nova ordem colonial. De acordo com Cardoso; Brignoli (1983, p. 138), “estas transformações se efetuaram através de três processos básicos: abolição da escravidão, a reforma liberal e a colonização das áreas vazias”.

Os processos abolicionistas se deram ao longo de várias décadas, sendo que nas colônias britânicas, francesas e holandesas foram decorrentes de imposições metropolitanas; o Haiti, imerso numa complexa conjuntura local e internacional, construiu uma nova nação negra decorrente da revolta de escravos e quilombolas; já os casos brasileiros e cubanos vivenciaram um longo processo abolicionista vinculado às pressões externas e às correlações internas de classes associadas à produção agrícola. Interessa ressaltar que o fim da escravatura não foi imediatamente sucedido por um predomínio do trabalho assalariado, mas de novas formas de limitações efetivas da liberdade e profunda dependência pessoal, que se estenderam também para os imigrantes.

A consolidação dos estados nacionais se vincula ao processo político da reforma liberal, que opera a passagem para o capitalismo dependente. Na base desta transição, encontra-se a constituição de um mercado de terras – caracterizado por uma trajetória de apropriação predominantemente violenta –, pois a mudança na estrutura agrária visava à formação de um mercado funcional às necessidades da economia de exportação. Nesse percurso, a Igreja perde grande parte da sua fortuna territorial, estabelece-se uma luta pelo fim das propriedades comunais – de resultado heterogêneo, conforme o país e região a se considerar –, e as classes dominantes pugnam pela construção de um arcabouço jurídico e fiscal que valorize a propriedade privada (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 160-91). É importante frisar que a pretendida

“importação” dos ideais e valores liberais pelos territórios ibero-americanos, historicamente, traduziu-se em mera semelhança formal dos seus modelos, europeu ou estadunidense.

Papel dominante na economia exportadora desempenhou a ocupação das áreas vazias, pois a característica extensiva da produção agrária demandava cada vez mais terra, usufruída sob o instituto da propriedade privada. A desigual utilização do solo na produção – inclusive relacionada à sua disponibilidade material – poderia ser vinculada como indicador da pujança econômica dos países, destacando-se significativamente as planícies do Rio da Prata e o planalto de São Paulo.

A persistência das relações de dominação no cenário internacional na primeira metade do século XIX configurou, para algumas das nações de independência recente, uma simples transferência da relação colonial. As trajetórias de consolidação política e incorporação no mercado mundial foram obstruídas para alguns países, particularmente os da América Central: Porto Rico passou de uma situação colonial, sob domínio espanhol, para os EUA; já Nicarágua, República Dominicana, Honduras, Panamá e Haiti sofreram intervenções norte-americanas de diversas intensidades. Paraguai foi dizimado, sendo o seu retrocesso econômico e social cristalizado após a Guerra da Tríplice Aliança (IANNI, 1974).

Concebe-se, na teoria tradicional da revolução burguesa, que o papel de uma classe dominante, ou frações desta, na construção dos Estados nacionais latino-americanos, deveria se materializar na habilidade em organizar uma economia que conseguisse se adaptar às crescentes demandas que o mercado mundial fazia dos seus produtos agropecuários. Evidentemente, isto significa que tenha conseguido “romper a resistência das estruturas, interesses e atitudes herdadas do período colonial, ou foi capaz de controlar um processo de povoamento e ocupação agrícola de uma região vazia” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 217). Outros elementos associados à organização do Estado são as delimitações geográficas e a consagração de símbolos (bandeiras, escudos, hinos), que se tornam referencial comum àqueles que se identificam com os valores nacionais. No terceiro quartel do século XIX, o comércio dos países latino-americanos apresenta um surto expansionista, que coincide com a aceleração dos processos de reorganização interna das economias nacionais, ao mesmo tempo em que, nas conjunturas moderadas, como as do quartel subsequente ao mencionado, a expansão também arrefece. A essa vinculação profunda das economias exportadoras latino-americanas ao sistema mundial

hegemonizado pelos países industrializados, Donghi (1971) denomina de ‘ordem neocolonial’. Fernandes (1981a) também designa o período em fito da mesma forma, considerando-o seu segundo tipo de dominação externa, qualificada como uma dominação indireta no vácuo da desagregação do antigo sistema colonial, em que os países possuíam apenas o controle dos processos econômicos.

Para uma melhor compreensão da inserção dependente ou “limitada”, conforme Cardoso e Brignoli (1983), devem ser consideradas a estrutura e a dinâmica das classes sociais vigentes no século XIX, erguidas a partir da apropriação individual da terra e de um sistema de extração do excedente. Essa relação, segundo Marini (2000), permite a transferência do excedente obtido nos países latino-americanos para a metrópole, nas primeiras décadas daquele, através do intercâmbio desigual de mercadorias – produzindo e exportando bens primários, em troca de manufaturas de consumo e empréstimos. Já na segunda metade do mesmo século, quando a balança comercial começa a se tornar favorável aos países da América Latina, a transferência do excedente de produção se realiza através do mecanismo decorrente da dívida externa¹¹. Um terceiro padrão de dominação externa, conforme Fernandes (1981a) consolida-se a partir da quarta década, vinculada à Revolução Industrial na Europa.

No segundo e terceiro quartel do século XX, os países latino-americanos usufruíram um período de certa autonomia política, permitindo-se ensaiar traços de políticas nacionalistas e, em alguns casos, construindo uma burguesia nacional. Esse período baliza, para Fernandes (1981a), o início de um quarto padrão de dominação externa, caracterizado pela expansão das grandes empresas corporativas nos países da região (isto significa a sua inserção no sistema imperialista do capital). Em certos momentos, essa burguesia nacional enseja estratégias de enfrentamento com o capital internacional, chegando a construir barreiras alfandegárias que protegeram as indústrias nacionais. No período de 1955-1970, no Brasil, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) saltou de 19% para 30%, como parte de uma estratégia que pretendia consolidar um regime de substituição de importações. Nesta conjuntura

11 Na mesma obra, Marini (2000) revela dados interessantes para compreender este mecanismo de transferência de riquezas da periferia para o centro. Schwartz (1979) também faz menção ao caráter histórico desse estratagema de transferência de riquezas dos países periféricos para os do centro.

protecionista da economia brasileira, na qual o Estado implantou uma política restricionista – regulando ou até abolindo as importações que compitam com as empresas sediadas no país –, criaram-se melhores condições para o desenvolvimento da indústria nacional, promovendo importantes mudanças na estrutura da economia brasileira (FURTADO, 2000; MARINI, 2000).

A configuração das relações dos países latino-americanos no cenário internacional do século XX em diante serão abordadas *a posteriori*, sendo que é importante destacar que a hegemonia dos países, inicialmente europeia e posteriormente estadunidense, percorre a história da nossa rica terra, com a convivência, implícita ou declarada, das classes dominantes tupiniquins.

Hegemonia e dependência no sistema mundial

Os debates em torno das razões e as diversas formas que assumiram as relações de dominação entre os países remontam a épocas longínquas e trazem à tona diversos pensadores da economia, ciência política, sociologia e das relações internacionais, para mencionar algumas áreas de conhecimento.

Sem necessariamente discutirmos a distribuição mundial do poder nos diferentes momentos da história, podemos afirmar que está relacionada diretamente com as perspectivas de concentração de renda e poder que a dinâmica da luta de classes tem modelado. Já Ferdinand Braudel, em finais da década de 80, no âmbito do debate sobre a possibilidade, pouco provável, de que os EUA estivessem deixando de cumprir um papel hegemônico no cenário mundial, afirmava que “o mundo não pode viver sem um centro de gravidade” (*apud* FIORI, 2001, p. 11). Torna-se realmente uma constatação, em particular numa sociedade pautada pela apropriação individual da produção social, compreender que, para sustentar as relações, deva-se construir um arcabouço de ideias que legitimem – e de preferência naturalizem – a distribuição desigual da riqueza e, quando essas ideias não mais convençam, a posse de um braço armado que permita, pelo uso da força, sustentar a dita relação¹².

12 O pensador florentino Maquiavel, em sua clássica obra política *O Príncipe*, do início do século XVI, já aconselhava táticas semelhantes aos príncipes que quisessem conquistar e/ou se manter no poder.

Acerca desta relação no cenário internacional, urge enfatizar que

[...] o mundo nunca esteve entregue de forma mais incontestável ao arbítrio de uma só potência hegemônica que estivesse tão radicalmente orientada pelo seu *commitment* liberal, e pelo objetivo de construir e sustentar uma ordem internacional baseada em conjunto de regimes e instituições regionais e globais consagradas pela aceitação coletiva, no capo do desarmamento como no do comércio e dos investimentos (FIORI, 1999, p. 71).

É precisamente neste sentido que se concebe como hegemonia no sistema mundial o fato de “que existe só uma potência com condições geopolíticas para impor uma concatenação estável da distribuição social do poder” (WALLERSTEIN, 2002, p. 34). O mesmo autor enfatiza ainda que os períodos de exercício de verdadeira hegemonia – no sentido da existência de “paz” como ausência de luta militar entre grandes potências – são escassos¹³. Ao mesmo tempo, esses períodos estão relacionados à construção de certa legitimidade, isto é, um consentimento passivo dos principais protagonistas políticos, assim como também implicam a fácil aceitação dos rumos apontados pela potência hegemônica.

A hegemonia, portanto, é mais do que a dominação pura e simples, e diferente dela: é o poder *adicional* que compete a um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de conduzir a sociedade em uma direção que não apenas atende aos interesses desse grupo dominante, mas é também percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse mais geral (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 36).

Por sua vez, os autores citados concebem que a dominação se sustenta na coerção, no uso da força militar; ao passo que a hegemonia seria uma dominação “consensual”, sustentadas através de mecanismos institucionais que mantêm “pacificamente” a legitimidade do poder. Essa perspectiva tende a cindir o exercício do poder em âmbito internacional, numa

13 As elaborações de Lenin (1986) em torno das características inerentes ao exercício da relação imperialista conduzem às mesmas concepções quando afirma que “Las alianzas pacíficas preparan las guerras y a su vez surgen de las guerras condicionándose mutuamente, engendrando una sucesión de formas de lucha pacífica y no pacífica sobre una misma base de vínculos imperialistas y de relaciones recíprocas entre la economía y las políticas mundiales” (p. 152).

perspectiva não violenta, que seria o exercício hegemônico; e uma violenta, relacionada à dominação militar.

Neste trabalho a referência conceitual está sustentada a partir de uma reelaboração, mais precisamente de uma transposição, do conceito gramsciano de hegemonia, realizada por Fausto (2002/2003) para o plano das relações internacionais. A hegemonia, desta forma, é um composto de “consenso” e coerção, sendo que uma não prescinde da outra e, por sua vez, uma consolida dialeticamente a outra, pois, “o componente da força tende a sobrepujar o consenso, mas não a ignorar este último” (Idem, p. 46). Para compreendermos essa realidade no sistema mundial, é necessário considerarmos que o “consenso” é entendido pela vigência dos imperativos de mercado – que, também frequentemente, expressam-se em modalidades político-jurídicas – e a coerção se configura explicitamente no recurso aos meios extraeconômicos de dominação, isto é, a utilização explícita do braço armado com vistas a impor, a manter ou a restabelecer uma ordem hierárquica no campo internacional.

A discussão contemporânea sobre a hegemonia econômica e a estrutura da política mundial se estabelece fortemente da década de 1980. Em particular, tornou-se um debate obrigatório nas universidades dos EUA e dos intelectuais anglo-saxões na procura de uma explicação para a crise do dólar e para a derrota americana no Vietnã¹⁴. A crise econômica dos anos 70 e 80 do século passado, assim como os novos arranjos geopolíticos internacionais, traziam a apreensão de um retorno ao fascismo e à eventual possibilidade de uma guerra de consideráveis dimensões, nos moldes da Segunda Grande Guerra. Por isso, a partir dos polos dominantes, as preocupações dos estudos gravitam em torno do ciclo de vida e da identificação de aspectos e características que permitam construir cadências, visando conhecer as decorrências futuras da hegemonia estadunidense ou da sua eventual decadência (FIORI, 2001, pp. 9-10). Inevitavelmente, subjacente a esta preocupação, mais acadêmica, uma considerável parcela dos intelectuais estadunidenses refletiu, nas suas discussões sobre a hegemonia, a agenda da política externa norte-americana, norteadada por uma leitura de vitória na Guerra Fria. Simultaneamente, do lado do bloco comunista, a partir da adoção pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) de uma política que defendia não ser mais necessário internacionalizar

14 A este tipo de abordagem Robert Cox (*apud* FIORI, 2001) denomina *problem solver system*.

a luta pelo fim da propriedade privada, propondo a tese do socialismo num só país, o cerne da análise se concentrava nos refinamentos da política de não agressão como corolário do que foi conhecido como Guerra Fria, aliados ao crescente endividamento financeiro destes países¹⁵.

Na senda deste nosso prisma analítico, é importante destacar os apontamentos de Wallerstein (2002), que considera “a URSS uma potência subimperialista dos Estados Unidos porque ela cumpria a função de garantir a ordem e a estabilidade dentro de uma zona em condições que, na verdade, ajudavam a permitir a manutenção da hegemonia mundial norte-americana” (p. 22).

Efetivamente, no Terceiro Mundo, a política dos comunistas continuou sendo a quinta coluna de sustentação da hegemonia dos EUA (Ibid, p. 22-3). A partir da negação, desde os anos 1930, de estender a revolução para outros países, a bipolaridade no sistema mundial torna-se aparente. Para se compreender a diferença com a concepção de Wallerstein (2002), é necessário esclarecer elementos mínimos sobre as posições políticas e econômicas do bloco comunista, particularmente da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), num período histórico decisivo na consolidação da hegemonia estadunidense: a Segunda Guerra Mundial. Um exemplo mundialmente conhecido é o pacto de não agressão que Stálin estabelece com Hitler, o que este último não respeita, ao ordenar a invasão da Rússia, desde a posição que tinham tomado na Polônia e que fora derrotada pela imensa organização popular. Posteriormente, nos pactos que põem fim a essa Guerra, os Acordos de Yalta e Postdam, Stálin participa da partilha pacífica com os EUA das áreas de influência a que cada país teria direito. Esta divisão do mundo, mais clara no Continente Europeu, baseia-se no compromisso de não permitir novas revoluções – à imagem da bolchevique, na Rússia de 1917. O desdobramento dessa política no âmbito dos partidos comunistas se manifesta na ruptura da independência de classes – princípio político da práxis decorrente do arcabouço do materialismo histórico –, através da tática generalizada de construir frentes populares pelo mundo afora. Esta concepção política é conhecida como a perspectiva da revolução por etapas, que se fundamenta

15 O ponto de chegada dessa política pode ser observado, dentre outros elementos significativos, nas medidas políticas e econômicas que fizeram parte do conjunto de medidas que conformaram a Glasnost e a Perestroika, implementadas por Mikail Gorbachov, no ocaso da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

na necessidade de realizar transformações sociais e políticas que a burguesia não mais estaria disposta a implantar através da aliança do proletariado com os setores das classes dominantes considerados “progressistas” (MORENO, 2003). Em última instância, isto é uma variante – distorcida e parcial – das teorias modernizadoras ou desenvolvimentistas que propunham realizar as reformas proteladas pela revolução burguesa (reforma agrária, industrialização, pleno emprego, entre outras). Esta política, no decorrer do terceiro quartel do século XX, levou a diluir as possibilidades de confronto real por parte da classe explorada com a institucionalidade e as bases econômicas do sistema capitalista por todo o globo.

No final dos anos de 1990 acontece um evento decisivo no cenário internacional, que reacendeu os debates: a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. Estes se ergueram em principal preocupação da conservação hegemônica, como interrogantes sobre as perspectivas de reconfiguração na distribuição da riqueza e poder mundial. Os arautos da ordem vigente continuaram concentrando seus esforços intelectuais na teoria da estabilidade hegemônica, enquanto outros analistas procuraram desvendar os pilares que sustentam a dominação econômica e política do atual *hegemon*, visando ao seu declínio e/ou compreender as possibilidades de sua futura destruição.

Apontamentos do debate sobre o sistema mundial

As evidências sobre as mudanças consideráveis que tomaram conta do cenário internacional desde o último quartel do século XX não se erguem como polêmica, mesmo porque estão presentes em grande parte da literatura que discute as tendências globais da economia e da sociedade. As intensas discussões gravitam em torno das causas, as hierarquias conceituais que permitem construir uma explicação coerente para a atual realidade, assim como na elaboração de cenários prospectivos sobre as tendências predominantes que a presente correlação de forças das classes sociais em pugna aponta.

Nessa arena de árduas contendidas sobre o tema, dois autores se destacam nos últimos anos, internacionalmente, na tentativa de compreensão das perspectivas de transição da hegemonia dos EUA: Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, ambos embasados nas teses braudelianas. Este último afirma que “o ciclo longo de acumulação e hegemonia norte-americano

teria entrado, em 1970, em crise terminal de duração imprevisível” (FIORI, 2001, p. 11), sendo que esta fase seria parte de uma crise secular na dinâmica do capitalismo, assinalado por um estágio final de intensificação na acumulação financeira da riqueza.

Wallerstein (2002) considera que no capitalismo já aconteceram três ciclos de exercício hegemônico: o primeiro, no século XVII, com a hegemonia holandesa; o segundo, no século XVII e XIX, com a hegemonia britânica; e o atual, que se inicia em meados do século XX, a hegemonia dos EUA. Em sua concepção, a mudança acontece pautada pela combinação dos ciclos de Kondratieff¹⁶ e os hegemônicos, sendo que

Os ciclos de Kondratieff têm duração aproximada de cinquenta a sessenta anos. Suas fases A são basicamente o espaço de tempo em que se podem proteger determinados monopólios econômicos importantes; as fases B são os períodos de relocalização geográfica da produção cujos monopólios se exauriram, bem como o período de disputa pelo controle de outros monopólios (WALLERSTEIN, 2002, p. 36).

As outras estruturas recorrentes, os ciclos hegemônicos, relacionam-se com a “disputa entre dois países importantes que aspiram à sucessão da anterior potência hegemônica, convertendo-se no centro principal da acumulação de capital” (Ibidem). Esses períodos consistem em processos mais longos, ao mesmo tempo em que estão associados às possibilidades da transição hegemônica com a necessidade de possuir força militar – e os recursos financeiros para sustentá-la – suficiente para enfrentar uma longa e dura guerra.

Para Wallerstein (2002) a crise atual – de acordo com a concepção de que todos os sistemas estão determinados por cadências cíclicas visando restabelecer um equilíbrio mínimo – apresenta todos os aspectos sintomáticos de uma crise capitalista “normal” ou de uma fase B dos ciclos de Kondratieff, isto é, uma desaceleração do crescimento da produção e declínio

16 O economista russo Kondratieff realizou contribuições aos estudos de Marx sobre os ciclos capitalistas. Os estudos deste último sobre o movimento de acumulação do capital o levaram a concluir sobre a existência de períodos intercalados de expansão e crise econômica (também conhecidos como ondas de Kondratieff). Segundo o seu esquema, os ciclos de crise apareceriam aproximadamente a cada 10 anos, já Kondratieff concluiu que, além dos ciclos curtos, haveria ciclos longos de crise e recuperação econômica com duração aproximada de 50 anos.

da produção mundial *per capita*; crescimento da taxa de desemprego; um agudo processo de financeirização ou uma transferência relativa dos lucros da atividade produtiva para ganhos derivados das manipulações financeiras; o aumento do endividamento do Estado; o deslocamento de indústrias “velhas” para regiões de salários mais baixos; um crescimento dos gastos militares, não de natureza estritamente militar, mas com o objetivo de sustentar a demanda anticíclica; o decréscimo no salário real da economia formal, assim como o aumento da economia informal; o declínio da produção de alimentos popularmente acessíveis; e crescentes impedimentos sociais e jurídicos à migração.

O autor assinala também que, além dos ciclos rítmicos, os sistemas históricos apresentam tendências seculares que exacerbam as suas contradições internas, pois, em determinado momento essas contradições se tornam tão agudas que provocam flutuações cada vez maiores. Isto implica o princípio do “caos”, que se bifurca em dimensões imprevisíveis, levando ao surgimento de uma nova ordem sistêmica, ou seja, a configuração de uma nova ordem hegemônica. Para Wallerstein (1999; 2002) a questão central a ser analisada está relacionada com a configuração futura que aponta o ‘sistema mundo’ atual; isto é, investigar se a economia internacional capitalista já ingressou ou está ingressando numa época de caos.

No outro veio analítico este autor, isto é, para além dos fenômenos sintomáticos do início de uma fase B dos ciclos de Kondratieff¹⁷, afirma que a crise iniciada nos anos 70 também apresenta indícios de uma crise de hegemonia. Nesta perspectiva, o fim da hegemonia norte-americana estaria perceptível de acordo com os seguintes indicativos:

[...] maior força econômica de grandes potências “aliadas”; instabilidade monetária; perda de autoridade nos mercados financeiros internacionais com a ascensão de novos centros de decisão; crises fiscais do país hegemônico; enfraquecimento da polarização e da tensão política mundial, que eram fontes de organização e estabilidade (neste caso, a Guerra Fria); menor vontade popular de sacrificar vidas pela manutenção do poder hegemônico. (WALLERSTEIN, 2002, p. 37-38).

17 Mandel (1982) descreve essa situação como uma onda larga, com tonalidade de estagnação.

Se ainda forem considerados a estagnação do desemprego em patamares muitos altos mundialmente, as baixas taxas de lucro, a persistente instabilidade financeira e o crescimento da mobilização social por conta do aumento da carência de soluções que diminuam o fosso de desigualdade social, Wallerstein (2002) considera que o sistema mundial não se encontra numa situação caótica, mas num momento crucial da fase B de Kondratieff.

Perante a iminência do fim de uma fase hegemônica do capital, ainda persiste a possibilidade de acontecer um renovado período expansivo da economia mundial, mas, segundo Wallerstein (2002), essa pretensa nova era de “prosperidade” – tomando como referência os ciclos anteriores – não possuirá o “esplendor” de prosperidade, legitimidade e paz do período 1945-67/73. Aponta o autor um cenário pouco otimista, mesmo ante o hipotético surgimento de uma nova fase expansionista do ciclo de Kondratieff.

Arrighi e Silver (2001) esboçam uma crítica ao modelo de análise da construção e transição hegemônica de Wallerstein, pois afirmam que, ainda que as propriedades sistêmicas ajam como forças coercitivas na escolha dos Estados que se tornaram hegemônicos, essa mesma tendência está imersa numa ampla reorganização do sistema e na mudança das suas propriedades, que só poderá ser decidida no plano empírico-histórico.

Esses autores se inserem no debate que focaliza a compreensão das perspectivas atuais de uma transição hegemônica e, se essa análise se confirmar, apontam as possíveis características predominantes que esse Estado assumirá.

A formação e expansão do sistema mundial moderno, portanto, são concebidas como seguindo não uma trajetória única, estabelecida há quatrocentos ou quinhentos anos, mas passando por diversas mudanças para novos trilhos, instalados por complexos específicos de órgãos governamentais e empresariais (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 31).

A tese central da sua abordagem consiste em conceber que os períodos de exercício de uma determinada hegemonia apresentam sinais expressos através de “expansões sistêmicas do comércio e da produção”, que, por sua vez, estão sustentados por “pactos sociais entre grupos dominantes e subordinados” (SILVER; SLATER, 2001, p. 161). Afirmar que os períodos de exercício de uma determinada hegemonia se caracterizam por um “círculo virtuoso” de reforço entre paz social e expansão do comércio e da produção. Já os períodos de transição hege-

mônica são identificáveis por uma intensificação da concorrência entre nações e empresas no meio de conflitos sociais que conduzem às revoltas sistêmicas, colapsos estatais e revoluções – isto é, por uma intensa agitação social em âmbito internacional.

É indispensável considerar que, no decurso histórico dos exercícios hegemônicos, a abrangência da influência do poder do Estado líder tem aumentado de maneira sensível. A esse fenômeno Arrighi e Silver (2001) denominam expansão sistêmica. É possível, sucintamente, captar a abrangência das transformações, retomando as peculiaridades geográficas de inserção econômica do sistema colonial ainda vigente no início do século XIX, com a integração global desse poderio atualmente existente. A expansão sistêmica desempenha um papel importante na explicação das características distintivas entre os anteriores períodos hegemônicos e o atual, pois as características do *hegemon* solapam as bases sociais das sucessivas hegemonias mundiais, ao mesmo tempo em que novos grupos e classes sociais crescem em tamanho e poder de ruptura.

As análises cíclicas, como é possível inferir das elaborações de Wallerstein (1998; 1999; 2000; 2002; 2003), não visam à superação da realidade por conceber que a estrutura de poder é recorrente, apresentando pequenas variações no percurso. Tornar desejável uma realidade que vise abolir as desigualdades sociais de distribuição das riquezas e do poder é uma postura política que não reside nos anseios das grandes potências ou grupos econômicos, mas, ao contrário, torna premente apontar caminhos para os sujeitos coletivos que clamam por melhores condições de vida.

Ainda que possamos concordar com a adoção da definição historiográfica central do capitalismo que dominou o século XIX é necessário apontar uma diferença fundamental em relação à dinâmica, não cíclica e não padronizada, do decurso histórico, ante o qual se torna pertinente destacar a lei do desenvolvimento desigual e combinado (NOVACK, 1988). Perante uma perspectiva de análise dialética da realidade estão presentes não somente instituições e forças sociais que se encontram no centro do processo decisório, senão também as que são seu objeto, sendo que estes últimos possuem graus, conjunturalmente elevados, de ação política que podem interferir e até se contrapor às decisões, mudando assim a realidade¹⁸.

18 Para bem da verdade, o próprio Wallerstein (2002, pp. 53-4) concebe a necessidade de “uma nova família

Um argumento contestável de Wallerstein (2002) reside nas condições em que se daria a transição hegemônica, pois se partirmos da sua análise de que estamos perante uma crise sistêmica, é duvidoso pensar que existam perspectivas em se erguer uma nova hegemonia; diante disso o que prima é o caos (prevalece a padronização cíclica da explicação prospectiva ante a dinâmica social subjacente).

Outra tese bastante contraditória esgrimida pelo autor está em pressupor que a emergência de uma nova fase expansiva do capital não eliminaria certos fenômenos “caóticos” presentes na atual situação de crise. Desde o ponto de vista de uma explicação marxista das crises do capital, esse tipo de explicação não faz sentido, pois para se considerar uma nova expansão capitalista, deveria acontecer um aumento dos níveis de emprego e, decorrente disto, uma redução das desigualdades, assim como um apaziguamento dos movimentos antissistema.

As perspectivas dependentes e associadas de inserção econômica e política dos países latino-americanos no cenário mundial

Recorrentemente o debate em torno das políticas de inserção soberana dos países periféricos toma conta da arena. Assim, esgrimam-se argumentos sobre as perspectivas de desenvolvimento econômico e social destas sociedades, num cenário rigidamente disciplinado e altamente interdependente. A abrangência do percurso histórico e geográfico em fito nos leva a combinar as análises políticas com as econômicas, visando reunir as várias configurações em que a hegemonia dos países centrais tem se manifestado, redefinindo, por sua vez, as relações centro-periferia em escala mundial (FIORI, 2001; WOOD, 2003).

de movimentos de oposição ao sistema” como perspectiva de superar o *status quo*, mas ainda considera que “talvez esses movimentos não apareçam, não sobrevivam ou não sejam flexíveis o bastante para superar as dificuldades”. Mas não é esse o foco das suas preocupações analíticas, ainda que as suas prospecções futuras para a transferência hegemônica não reservem expectativas de melhoria nas condições de vida para a maioria da população, que pugna por sobreviver na periferia do sistema mundo. É possível deduzir uma visão cética deste autor perante as esperanças de superação da desigualdade social – questões a serem aprofundadas no capítulo V.

Anteriormente, abordamos de forma sucinta a inserção da América Latina no cenário da colonização ibérica, na qual examinamos as características de subordinação e exploração que os países padeceram. Como abordado, a incorporação desses países no desenvolvimento desigual do sistema mundial desde a sua fase mercantilista apresenta-se sob estrutura rigidamente hierarquizada, vinculados através da deterioração secular do intercâmbio das suas mercadorias. Configura um sistema mundial que sempre se organiza em torno do seu “centro cíclico principal”, sendo que em período recente, no século XIX, esse papel fora desempenhado pela Inglaterra e, no XX, consolida-se a liderança dos EUA.

A relação dos países latino-americanos com o resto do globo tem se pautado pela submissão aos ditames dos países hegemônicos nas diferentes conjunturas dos últimos cinco séculos. Essa relação, sem dúvida, não foi construída sem resistências nem confrontos, pois a relação colonial se consolidou dizimando milhões de autóctones que habitavam estas terras, que enfrentaram as forças coloniais ao longo do espaço e do tempo, pugnando pela sua sobrevivência. Não devemos esquecer o imenso contingente de negros que foram escravizados, sendo arrancados da África e obrigados a ser a principal força de trabalho nas fazendas de toda América, mas que por diversas vezes manifestaram sua capacidade de organização e confronto à exploração colonial, apresentando o seu ápice de organização social alternativa nos quilombos (FERRO, 2004). Com essas breves menções, queremos enfatizar que a dominação das potências hegemônicas enfrentou resistências diversas para a construção dos seus domínios em nossas terras, mas, até o momento, foram insuficientes para reverter a conservação da assimetria do poder.

Relacionada com uma mudança qualitativa da correlação de força entre as classes, a partir da Primeira Guerra Mundial, o triunfo da revolução socialista na Rússia, a ascensão da social-democracia alemã e do *crack* da Bolsa de New York, entre outros fatos históricos, a classe trabalhadora conquista uma série de reivindicações pelas quais pugnava há longa data. Neste contexto, inicialmente nos países europeus, inicia-se uma política intervencionista do Estado na economia tendente a regular as relações entre capital e trabalho.

Na América Latina, a mesma concepção de Estado se implanta a partir dos anos de 1930. No Brasil, inaugura-se a intervenção do Estado brasileiro no mandato de Getúlio Vargas – “o pai dos pobres” –; na mesma esteira, na Argentina, acontece o primeiro mandato de Juan

Domingo Perón; e, no México, a transformação apontada acontece no governo Cárdenas. Em cada um desses países, assim como nos outros latino-americanos, inauguraram-se características peculiares da concepção geral de intervenção estatal como fiadora da sobrevivência da população, ainda que sejam evidentes as diferenças qualitativas e quantitativas entre a regulação estatal que se consolidara nos países europeus, comparadas com a que fora implementada nos países latinos da América¹⁹.

O Estado de Bem-Estar Social, ou Welfare State²⁰, foi disseminado com ênfase após a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos países europeus. Cabia ao Estado a correção de falhas do mercado, a superação das crises econômicas e a sustentação do nível de atividade econômica, bem como assumir a responsabilidade pela inserção social dos cidadãos através de políticas de garantia de renda e provisão de serviços públicos. A essa concepção de Estado, podemos associar o alento de uma teorização que consolidasse a ideia de construir um desenvolvimento autônomo dos países.

Assim, frequentemente se localiza o início do pensamento desenvolvimentista após o fim da Segunda Guerra Mundial, no bojo do processo de descolonização que toma conta do mundo e que no âmbito dos países latino-americanos se apresenta enquanto “uma independência econômica que viabilize seus Estados nacionais, seu desenvolvimento e seu bem-estar” (DOS SANTOS, 2000, p. 14). É importante salientar que o surgimento das teorias da dependência se relaciona com a tentativa de construir uma compreensão da realidade latino-americana para além das teorias positivistas e funcionalistas até então predominantes.

El pensamiento latinoamericano enfrentará estas corrientes para construir nuevos marcos teóricos y metodológicos que analicen, interpreten e investiguen los fenómenos de la realidad social, así como los contenidos y temas de las ciencias sociales para adaptarlos

19 Outros aspectos analíticos relacionados às modalidades de intervenção estatal e sua relação com o desenho das políticas sociais nos países da região e sua dinâmica no decurso do século XX serão abordados no capítulo V.

20 *Welfare State*, Estado de Bem Estar, Estado Social ou Estado Providência, “é, em parte, investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos, mas também Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (TOLEDO, 1997, p. 75). A produção acadêmica em torno desta temática é vastíssima.

a las – nuevas – vicisitudes de la historia latinoamericana (SOTELO VALENCIA, 2005, p. 35).

Essas concepções consolidam-se após a última Grande Guerra, com países arrasados pelos enfrentamentos armados, e no âmbito da Guerra Fria, com a população demandando melhores condições de vida, a potência hegemônica que se consolida no fim do período bélico assume “a preocupação com a noção de desenvolvimento como um meio de assegurar a paz mundial” (MATTEI, 2002, p. 96).

Os anos 50 e 60 do século XX são caracterizados como a idade de ouro do desenvolvimento, sendo abordada conceitualmente por duas vertentes. Uma delas engloba as teorias da modernização, ou do desenvolvimento propriamente dito, embasadas nas elaborações evolucionistas e nas noções de progresso providas de Adam Smith e David Ricardo e da Sociologia evolucionista do século XIX, que interpretavam o subdesenvolvimento como um atraso. Essa perspectiva apontava a ideia de que os países pobres precisavam percorrer o caminho das sociedades modernas – cujo berço fora a Europa e se consolidara nos EUA – para atingir o desenvolvimento, apresentando a modernização ocidental como ponto de chegada para os países subdesenvolvidos²¹. Para se atingir essa senda de desenvolvimento seria necessário

[...] a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da máxima produtividade, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (DOS SANTOS, 2005, p.16).

A outra vertente se constrói como crítica à visão modernizadora, como pensamento crítico, heterodoxo. Esta perspectiva se inicia com as elaborações da Comissão de Estudos para América Latina (CEPAL), com Prebisch, a partir de 1950, destacando que o problema é estrutural e não do atraso, que sucintamente caracteriza a relação de dependência por traços

21 O ápice desta concepção de sociedade civilizada e sua consequente caracterização dos países periféricos se expressa em Rostow, em sua obra *The Process of Economic Growth*, com primeira edição em 1961.

específicos. Posteriormente, em meados dos anos 60, surgem as teorias da dependência²² como “um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (DOS SANTOS, 2005, p. 26).

Esse corpo de ideias transformou-se na matriz de uma escola de pensamento e no fundamento teórico de um projeto e uma estratégia político-econômica para a América Latina que vigorou com sucesso, do ponto de vista do crescimento econômico, até o início dos anos 80, pelo menos nos casos de Brasil e México. Secundariamente, suas ideias somaram-se a várias outras correntes e projetos de industrialização, que formaram, em conjunto, o caldo de cultura da ideologia desenvolvimentista da década de 50 (FIORI, 2001, p. 41).

O enfoque das elaborações sobre o caráter do desenvolvimento dos países da América Latina apresentava uma postura claramente estruturalista – tendo como principal referência os estudos da CEPAL; prescrevendo, em particular, que a superação da condição de subdesenvolvimento (ao qual se associava a tendência de inviabilização dos países da América Latina como Estados nacionais) dependia do avanço da industrialização nacional. Já nos anos 80, ao resumir o enfoque estruturalista ou desenvolvimentista da CEPAL, Fiori (2001) afirmou que buscava demonstrar que o desenvolvimento da periferia não era derivado de uma tendência espontânea do desenvolvimento capitalista, senão que o resultado da ação das próprias sociedades periféricas se constituíam em resposta às crises do centro capitalista, mobilizando o fortalecimento da atividade estatal para promover a industrialização nacional.

De maneira geral, as teorias da dependência podem ser resumidas em quatro ideias centrais:

- 1) O subdesenvolvimento está conectado de uma maneira estreita com a expansão dos países industrializados;

22 São numerosos os trabalhos que visam construir taxonomias das diversas teorias da dependência, classificando autores e suas posturas, entre os quais podem ser citados Dos Santos (2005), particularmente no seu capítulo 2; e a obra de Sotelo Valência (2005).

- 2) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- 3) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- 4) A dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (DOS SANTOS, 2005, p. 27).

Durante o auge do otimismo desenvolvimentista, ancorado nos altos índices de crescimento econômico da industrialização decorrente da substituição de importações, com destaques para o caso do Brasil, o enfoque da CEPAL teve grande respaldo e foi palco de intensas discussões sobre a sua eficácia. Na década de 60 assistiu-se à emergência de uma crise econômica que repercutiu na dificuldade de vários países para aprofundar o processo de substituição de importações, trazendo decepção dos desenvolvimentistas com os efeitos da industrialização relacionados com a perspectiva de superação das bases do subdesenvolvimento latino-americano. Isso conduziu alguns intelectuais da própria organização a envidarem esforços de crítica aos limites da industrialização, vinculados a uma inserção “soberana” no cenário internacional.

As críticas eminentemente se focalizaram em torno dos descompassos evidenciados entre o crescimento econômico existente e as expectativas de superar o subdesenvolvimento social e político. Tanto os desenvolvimentistas quanto os seus críticos perceberam que *crescimento econômico* não era sinônimo de *desenvolvimento*, entendido num sentido amplo de promoção de maior igualdade social e inserção das classes despossuídas e de trabalhadores no cenário político. Ponderando essas incongruências, as elaborações críticas empenharam-se em defender a necessidade de *reformas estruturais* que, em última instância, deveriam propiciar: a democratização da estrutura fundiária (através da reforma agrária), do acesso ao trabalho (através de incentivos estatais e modificações do mercado de trabalho) e das estruturas políticas do Estado (através da ampliação dos direitos de cidadania).

Nesse sentido, Celso Furtado afirmava que as reformas estruturais necessárias para superar o subdesenvolvimento deveriam estar intimamente vinculadas à ruptura da dependência cultural. Seria indispensável construir um modelo de desenvolvimento particular profundamente ancorado nas necessidades do conjunto da população e fundamentado nas possibilidades materiais do país. A inserção nacional no cenário internacional deveria obedecer a padrões

endógenos, construídos a partir da identificação de uma agenda política e social, o que dá a entender que, para superar o mito do desenvolvimento econômico, é necessário afastar a ideia de que os estilos de vida predominantes nos países centrais podem ser generalizados para as populações dos países periféricos (SAMPAIO JR, 1999).

No lugar de tal concepção, as preocupações e as políticas deveriam buscar primordialmente a superação da miséria, elaborando reformas capazes de enfrentar a marginalização de grandes contingentes da população do mercado de trabalho. O desafio seria integrar o conjunto da população no processo de desenvolvimento econômico e cultural do país. Para este objetivo, seria necessário promover a redistribuição de renda, democratizar a estrutura agrária e realizar uma reforma do mercado de trabalho. Em suma, o sistema econômico teria de ser reorganizado, a fim de servir ao desenvolvimento nacional. Desta maneira, a política econômica procuraria colocar como tarefa central a promoção de mecanismos, visando à formação de um parque industrial diversificado e autossuficiente que priorizasse o mercado interno. Então, a proposta pretendia compatibilizar o padrão de acumulação de capital com os objetivos nacionais, tarefa que torna indispensável empreender uma criteriosa identificação das necessidades e possibilidades da nação.

Nesta estratégia de desenvolvimento nacional, o Estado deveria assumir a responsabilidade integral pela democratização das condições de acesso à renda e apropriação e utilização do excedente, um monitoramento regular das atividades produtivas para suprir as eventuais lacunas da iniciativa privada tendentes a assegurar o funcionamento adequado de setores estratégicos do sistema econômico nacional, assim como a mediação das relações comerciais, econômicas e financeiras internacionais, sempre subordinadas aos objetivos estratégicos de buscar um relacionamento externo fundado no princípio de cooperação entre países com interesses comuns.

Para Celso Furtado, a presença estratégica do Estado não implica uma atividade monopólica, pois deve ser considerada a participação da iniciativa privada nacional e internacional, já que, para este, a concorrência é um mecanismo indispensável para aumentar a flexibilidade e a eficiência do sistema econômico. Quanto ao capital nacional, considerava necessário implantar políticas destinadas a fortalecer a base empresarial do país. A atração de capital estrangeiro não poderia estar desvinculada de uma ponderação sobre os seus desdobramentos com o grau de

dependência tecnológica e financeira, incidindo na capacidade de importação da economia no futuro e sua relação intrínseca com as limitações que isso implica para a soberania dos centros internos de decisão.

Proposições semelhantes foram elaboradas por Caio Prado Jr. a partir de análises da realidade brasileira. Afirmava esse intelectual que a luta contra as desigualdades sociais e contra o imperialismo deveria ter como ponto de chegada um conjunto de reformas sociais destinadas a desbloquear o acesso da população aos meios de produção e a tornar as relações de trabalho menos alienantes e mais democráticas. No campo, a sua proposta se traduzia num programa de reforma agrária que democratizasse a estrutura fundiária nacional. No meio urbano, as políticas governamentais deveriam se voltar para a aplicação de um padrão de acumulação industrial que visasse enfrentar a escassez relativa de trabalho. As características endógenas do seu programa se explicitam pela ênfase em defender a construção de uma economia nacional que procure uma perfeita correspondência entre o sistema produtivo e o mercado consumidor interno. Com essas medidas macroestruturais, na sua concepção, seria possível saldar as dívidas históricas persistentes do passado colonial, consumando a consolidação econômica e social da nação e bloqueando as possibilidades de reversão neocolonial. Essa perspectiva política conduziria ao fortalecimento autônomo do espaço econômico nacional no contexto do sistema capitalista mundial, tencionando pela ruptura com o sistema imperialista e a consolidação de um amplo e diversificado empresariado vinculado ao mercado interno (SAMPAIO JR, 1999).

Segundo Prado Jr., as estratégias políticas para superação do subdesenvolvimento devem estar necessariamente vinculadas à liberação das energias sociais e econômicas, para que o capitalismo possa concluir sua “missão civilizatória”. O cenário associado a essa dinâmica levaria a enfrentar de forma inconciliável os interesses dos trabalhadores rurais e urbanos com os interesses do capital internacional e das classes sociais que se beneficiam da manutenção da sociedade colonial. Portanto, para este autor, esse processo teria como principais protagonistas as massas mobilizadas democraticamente, aglutinando os interesses de trabalhadores rurais e urbanos, unificando a potência social capaz de superar o subdesenvolvimento e de abrir os caminhos rumo ao desenvolvimento nacional.

Ainda que Prado Jr. considerasse que a esfera governamental devesse possuir um peso considerável nas decisões de investimento, avaliava que as condições para a abolição completa

da iniciativa privada não estavam ainda colocadas e, na sua análise, isso seria possível na eventual implantação do socialismo. Desta maneira, incorpora-se a política de incentivo e consolidação de um setor empresarial estruturalmente vinculado ao espaço econômico nacional.

A essas concepções se somam o estruturalismo marxista, com representantes nos EUA, como Andrew Gunder Frank e Paul Baran. De maneira geral, tentam os autores demonstrar a existência de um determinismo estrutural extremamente forte em âmbito internacional, interpretando o sistema mundial claramente hierárquico, como uma pirâmide de países periféricos explorando uns aos outros, a partir de um centro imperialista.

Nesse escopo conceitual inscreve-se outro crítico pertinaz das teses cepalinas, Ruy Mauro Marini, o qual pondera que, apesar do caráter contrarrevolucionário da burguesia brasileira, evidenciada pela perspectiva de conservação das estruturas coloniais pré-existentes, deve ser resgatado o papel “progressista” que ela desempenhou na promoção da industrialização nacional no segundo quartel do século passado e nas diversas tentativas de reação contra as interferências do imperialismo estadunidense²³.

Marini (2000) partiu do arcabouço conceitual marxista na tentativa de explicar a especificidade do desenvolvimento capitalista dependente. Para o autor, o problema da dependência não reside na ausência ou insuficiência de desenvolvimento capitalista. Desta maneira, ele procura explicar as razões pelas quais os altos níveis de desenvolvimento econômico, atingidos em certos períodos, não foram capazes de alterar os determinantes estruturais da dependência.

O entrelaçamento das relações de trabalho nos países periféricos e nos centrais vinculados aos mecanismos de distribuição de riqueza está estreitamente relacionado com as relações de troca desfavoráveis no mercado mundial, conduzindo as burguesias dependentes a recorrer para a superexploração do trabalho como linha de menor resistência. A explicação desse processo se ancora no papel que América Latina desempenha na divisão internacional do trabalho: desde o período colonial até meados do século passado como fornecedora de

23 Marini (2000) se refere explicitamente a ações específicas de governos brasileiros em três oportunidades: o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1963-1964); embora essa situação também possa ser observada em diversas conjunturas contemporâneas em vários países latino-americanos configurando as diversas resistências enfrentadas pelo domínio hegemônico.

produtos primários e, após a industrialização, através de produtos manufaturados com baixa incorporação de tecnologia. Esta situação, vigente até os dias atuais, fez amargar constantes perdas da região no mercado mundial, devido à transferência de valor da periferia para o centro, propiciada pela baixa produtividade do trabalho e pelos históricos mecanismos da troca desigual de mercadorias, pois, para importar um produto com grande incorporação tecnológica, é necessário exportar grandes quantidades de matérias-primas ou mercadorias com baixa incorporação tecnológica ou decorrentes de baixa produtividade. Nestas condições, as burguesias latino-americanas optaram por aumentar a exploração da força de trabalho local, em lugar de investir na alternativa, mais difícil, de aumento da produtividade através da intensificação da inovação tecnológica. Esta última opção se relaciona à necessidade de um processo de afirmação da autonomia nacional perante o imperialismo.

As apreciações de Marini (2000) buscam explicar as razões pelas quais a maior difusão do progresso técnico, incentivada pelo aumento do processo de substituição de importações, não conseguiu superar o caráter extremamente desigual de apropriação da riqueza nas economias dependentes. Resumidamente, o avanço tecnológico não se traduz em melhorias salariais nem em condições de trabalho, senão em um aumento da produtividade, pela necessidade de superexploração do trabalhador nas economias dependentes para produzir excedentes cada vez maiores.

Portanto, a produção industrial não implica a dinamização do mercado interno de consumo de massas, pois a utilização que se faz do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho ocasionou uma considerável restrição do mercado interno, concentrando a produção em ramos de bens de luxo destinados a estritos espaços de consumo interno e, quando se restringe demais, recorre-se à exportação. Esta característica é sistematicamente incentivada na expectativa de equilibrar os descompassos da balança de pagamentos.

A intensificação da exploração na periferia do sistema mundial possibilita, simultaneamente, a elevação do nível de vida dos trabalhadores do centro, levando a originar uma grande e crescente população de pobres e miseráveis na América Latina, frequentemente excluídos do mercado interno (já que o aumento da demanda dos produtos não mais depende do fortalecimento do mercado interno). Ao mesmo tempo, essa parcela à margem da produção desempenha o importante papel de exército industrial de reserva para o processo de acumulação

global do capital. Para Marini (2000), as contradições entre a esfera da produção e da circulação tendem a se apresentar de forma acintosamente acirrada nos países dependentes. Desta forma, não é condizente com a dinâmica internacional capitalista a construção de um “*capitalismo menos selvagem e autônomo*” nas sociedades periféricas, já que qualquer reforma que vise à maior igualdade social e à construção de países autônomos e soberanos econômica e politicamente se encontra em franca colisão com as estruturas da dependência.

Essas limitações, de acordo com Marini (2000), estão expostas nos contínuos fracassos ensaiados pela burguesia brasileira em abolir ou reduzir o poder exercido pelo imperialismo. O resultado dessas tentativas, sem êxito, levou, nos respectivos momentos históricos, ao aprofundamento do domínio imperialista no país, traduzido em golpes militares tendentes a “reorganizar” o jogo de forças reinante²⁴.

Já a conhecida Teoria da Dependência, de Cardoso e Faletto (1985), concebe a não existência de determinismos estruturais no capitalismo dependente e a condição de subordinação é factível de ser superada através de um desenvolvimento dependente e associado, alentando a existência de uma margem de liberdade que permita reagir às pressões estruturais. Ainda assim, em balanço após dez anos da primeira edição do seu clássico *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, concebem que

Seria irrealista (se não apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias capitalistas nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto, significa o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão social do trabalho (CARDOSO; FALETTTO, 1985, p. 29-30).

Na obra em análise, os autores brandem a necessidade de superação do capitalismo como condição para realização do necessário desenvolvimento, em consonância com as perspectivas mais radicais da sociologia crítica latino-americana.

24 Para abordar exemplos datados historicamente que fundamentam essas afirmações é indispensável consultar as obras do autor.

De maneira geral, pode-se perceber que as teorias da dependência se sustentam na concepção de que as transformações capitalistas poderiam ser potencializadas pelas suas forças endógenas – erguidas sobre o tripé capital nacional, capital estrangeiro e o Estado como fórmula exclusiva de impulsionar a industrialização pesada. Elas estão imbuídas da ideia de um mero atraso em adotar as estruturas e dinamismos do capitalismo, desestimulando a necessidade de controlar os fins e os meios, face às características dependentes e periféricas da sua condição no cenário internacional.

A vitalidade crítica da sociologia latino-americana

Os problemas que o capitalismo pode resolver, a nível estrutural e funcional ou a nível histórico, não podem ser resolvidos na escala do capitalismo dependente (FERNANDES, 1995, p. 138).

Contemporâneas às elaborações cepalinas e de algumas invectivas advindas do campo conservador, as elaborações de Florestan Fernandes²⁵ se destacaram pela virulência crítica e pelo esforço em desmistificar as ilusões desenvolvimentistas no capitalismo dependente. Suas análises negam a possibilidade de transferir mecanicamente as teorias do liberalismo clássico, em particular aquelas do berço do liberalismo – França e Inglaterra –, na tentativa de construir uma revolução democrática e nacionalista que conduziria ao padrão de desenvolvimento dos países centrais como ponto de chegada. Afirmava o autor que as tarefas da burguesia dependente²⁶ distanciam-se do objetivo “universal” de aliar a industrialização à revolução nacional. Arguia que a realidade apresentava elementos consistentes para perceber o contrário, pois “[...] as facções mais poderosas e influentes da burguesia se esforçam por dissociar a revolução

25 É oportuno enfatizar que focalizamos para nossas análises eminentemente a fase intelectual que Candido (1987) caracterizara como “militante”, isto é, a partir dos anos 60 aproximadamente. A partir desta época, as análises de Florestan Fernandes se constituíram em síntese de suas elaborações anteriores, com uma clara tendência marxista: “o sociólogo, o pensador e o militante unidos em um só tipo de atividade” (Idem, p. 35).

26 Este termo significa que “estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico” (FERNANDES, 1975, p. 206). Ainda afirma que superava esses limites para demonstrar a sua civilidade, mas só para esse fim específico.

econômica da revolução política, acomodando-se aos padrões de dominação autocrática e reacionária da nobreza, da burocracia e do governo central” (FERNANDES, 1995a, p. 133).

É possível asseverar que as características do imperialismo, a partir do segundo quartel do século XX, reafirmam o caráter inviável do rompimento com a situação de dependência, tendo como protagonista a burguesia dependente como horizonte de superação do capitalismo. Confirma Fernandes (1995a), desta forma, a percepção de que a burguesia, em particular a dependente, não é mais uma força social capaz de impulsionar crescimento econômico com vistas a diminuir privilégios pré-capitalistas, distribuição democrática da renda e do poder político, alijando as perspectivas ilusórias de melhor classificação social para os condenados do sistema. Assim, a desvinculação do desenvolvimento capitalista do processo de construção nacional se construiu para as burguesias dependentes na esteira de uma estreita aliança estratégica com o imperialismo²⁷. A classe social dominante não investe as suas forças na tentativa de um desenvolvimento econômico soberano, mas, ao contrário, potencializa-os para acelerar o crescimento econômico, sem que isso se desdobre em aumento da democratização das riquezas e das estruturas de poder. A burguesia dependente carece de qualquer atributo progressista, na perspectiva de superação das desigualdades decorrentes da aceitação da subordinação, pois admite dividir o butim com o capital internacional. Essas elaborações podem, em princípio, constituir-se em base explicativa para os longos períodos em que o pânico perante o poder da população levou a burguesia dependente a optar, sem hesitação, por regimes autocráticos. Isto pode ser melhor compreendido se relacionado ao fato de que as classes dominantes e as classes que, medianamente, beneficiam-se do repartir da riqueza produzida não possuem intenções emancipacionistas, mesmo porque o jogo de poderes o impede.

Os dois polos da dominação burguesa, representados pela burguesia das nações capitalistas hegemônicas e pela grande burguesia brasileira, e as classes médias que fornecem os quadros humanos da burocratização e da tecnocratização das estruturas de poder (inclusive ao nível estatal), é que se beneficiaram, direta e indiretamente, da aceleração do desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1995a, p. 135-6).

27 Para Fernandes “tudo isso faz com que a autonomização nacional e a revolução nacional se desloquem, deixando de ser um elemento ou um componente da transformação capitalista” (1995a, p. 140).

Quanto às outras classes, que são as que “servem o banquete”, resta eminentemente sofrer as consequências do

[...] agravamento das desigualdades econômicas, socioculturais e políticas em todas as direções (de classes, raciais e regionais); revitalização de privilégios de ordem colonial ou neocolonial e criação de privilégios novos, com a marca do “antigo regime” (como se a ordem vigente não fosse uma ordem social competitiva, mas uma ordem social mista, combinando critérios de organização e de controles estamentais e de classes); enrijecimento da opressão de classe como arma de controle econômico, social e político, como se as fronteiras da nação e da ordem legal coincidissem com os interesses privados de uma minoria de 10 ou 20% (FERNANDES, 1995a, p. 136).

Sem dúvida, as transições rumo ao desenvolvimento nacional devem considerar os elementos internos que dinamizem tal objetivo, não podem considerar as sociedades nacionais como sistemas autônomos e autossuficientes, como se abrigassem no seu seio as forças que dinamizariam sua organização, evolução e expansão – tal qual as teorias cepalinas e alguns dos seus críticos enfaticamente têm enunciado –, pois as análises do contexto internacional são igualmente determinantes. Por exemplo, é indispensável lembrar que, no cenário da segunda metade do século passado, a “polarização” com o bloco socialista envolveu as burguesias dependentes em uma disputa política de escala mundial, de tal modo que a internacionalização da luta de classes transformou toda ameaça à ordem estabelecida em episódio da “Guerra Fria”, sendo que, à época, os requisitos de estabilidade e segurança das grandes corporações transnacionais se baseavam na restrição dos espaços para reformas sociais e políticas, executando políticas para apaziguar os antagonismos de classe fundamentados no cerceamento da democracia política, através da militarização do poder estatal.

Este novo contexto histórico revelou, mais uma vez, o inelutável percurso – inócuo – das expectativas da revolução burguesa em condição de dependência, perante a opção clara de conservação do capitalismo dependente como estratégia de menor resistência, pela via da manutenção do poder político e econômico, associado ao imperialismo das burguesias periféricas. Estas evidenciaram a sua incapacidade histórica em promover as ansiadas transformações capitalistas de seu tempo, ao se negarem a realizar rupturas com o capital internacional e com

o sistema imperialista, construindo os seus interesses estratégicos em torno da preservação da situação de dependência (FERNANDES, 1975).

Portanto, o raio de ação dessas sociedades é historicamente determinado pelas estruturas e pelos dinamismos transferidos do centro capitalista; pelas condições de acesso a tais transferências – o que depende dos “requisitos” do progresso técnico e das “exigências” do capital internacional; e, finalmente, pelos impactos “estruturantes” e “desestruturantes” das tendências disseminadas pelo sistema capitalista mundial sobre as bases econômicas e sociais internas (SAMPAIO JR., 1999, p. 94).

Neste debate é importante enfatizar que a persistência da relação de desigualdade entre os países do centro e da periferia está vinculada à inexistência de uma perspectiva desenvolvimentista econômica e social conjugada – pois isto não está colocado nem para os países centrais – e não está associada à potencialidade ou fortalecimento das forças endógenas do capitalismo dependente, senão com o fato de que, no âmbito explicativo da lei do desenvolvimento desigual e combinado, o papel dessas economias se encontra fadado a um ser subordinado e complementar.

Portanto, na América Latina, o desenvolvimento capitalista se atrelou à dependência externa, ao subdesenvolvimento das forças produtivas e às formas autocráticas de poder político. A obstrução do cenário político à participação das classes subalternas, por conta do papel subserviente das burguesias dependentes, sinalizou explicitamente que as expectativas de coalizão dos trabalhadores e despossuídos com as burguesias dependentes – como réplica do modelo da Revolução Francesa – não mais se aplica aos países periféricos na fase imperialista do capital.

É de forma categórica que Fernandes (1979) enfatiza “o beco sem saída” das perspectivas desenvolvimentistas do capitalismo dependente:

[...] as nações capitalistas mais viáveis da A. L. conheceram uma longa evolução do capitalismo competitivo, apegaram-se aos mesmos sonhos de realizar a revolução nacional sob o impulso da transformação capitalista e falharam na mesma direção: acomodaram-se e submeteram-se ao Imperialismo, através da dinamização interna do dinamismo capitalista sob *dependência permanente*, e por fim tentaram a industrialização maciça não por meios próprios mas famoso tripé (em que as multinacionais e as nações capitalistas hegemô-

nicas, com sua superpotência, se associam com as burguesias locais e com o Estado burguês) (Idem, p. 38).

Em âmbito nacional, essa realidade confere a uma pequena parcela da população privilegiada, as classes dominantes, o exercício de “um poder colonial, que lhes permite incorporar a si próprias e às suas infortunadas nações nas estruturas de poder do capitalismo internacional” (Ibidem). A configuração em análise critica a tentativa de conjugar o desenvolvimento nos moldes do capitalismo, através da industrialização e no contínuo crescimento econômico embalado pelas regras do capitalismo internacional mais avançado, desdobrando-se em políticas nacionais baseadas na intensificação da exploração do trabalho, as quais conservam o que havia de pior na ordem colonial. Em última instância, “sob o capitalismo dependente, o neocolonialismo retira a eficácia econômica, sociocultural e política do próprio capitalismo” (FERNANDES, 1995a, p. 140).

Outro elemento fundamental e polêmico dos debates em torno das estratégias dos países para superar a dependência é o papel da democracia. As teorias da dependência têm atribuído à democracia um objetivo a ser alcançado como um meio indispensável para construir o almejado desenvolvimento econômico e social. Neste aspecto, mais uma vez, faz-se uma apropriação mecânica do modelo democrático realizado nos países centrais a ser aplicado na periferia. Mas o que se percebe, em função do que anteriormente afirmamos sobre o papel das burguesias dependentes, é que estas aceitam o jogo democrático enquanto conduzem o processo para que não se apresentem no horizonte ameaças das organizações operárias e/ou movimentos sociais organizados ou se tornem eventual alvo de pressões externas do capitalismo internacional. Perante qualquer evento perturbador que atente contra esse tênue equilíbrio, a burguesia não hesita em apelar para formas rígidas do controle do Estado e de repressão político-militar²⁸.

Em síntese, com a consolidação do imperialismo em âmbito mundial, o domínio burguês no capitalismo dependente adquire uma dinâmica intrinsecamente contrarrevolucionária,

28 As perspectivas democráticas a respeito do capitalismo dependente serão analisadas em profundidade no decorrer deste livro.

pois “o verdadeiro desenvolvimento significa liberação revolucionária dirigida contra o capitalismo e suas sequelas” (Ibidem). Essa leitura nos conduz a afirmar que, na época do imperialismo, “a burguesia tem pouco a ceder e só cede a medo”, como disse Fernandes (1981a).

Capítulo 2

DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA E RECOLONIZAÇÃO: ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Existe um amplo consenso de que muitas mudanças aconteceram nas últimas três décadas na economia, política e na questão social. Alguns pensadores celebram as amplas liberdades que o mercado instaurou e, segundo estes, essas liberdades contaminaram os outros âmbitos da sociedade, como a cultura, a capacidade de comunicação e uma profusão de informações que remete às chamadas “épocas áureas” do capitalismo. Acontece que essa festividade se ofusca perante as informações que retratam o crescente fosso da distribuição da riqueza, da perda contínua do poder aquisitivo dos salários e da crescente precarização nas relações trabalhistas, expressas pelo desemprego, pela informalidade e pela intensificação na exploração do trabalho.

As aparentes unanimidades sobre as transformações se desdobram numa tentativa de classificação abrangente entre as elaborações que reeditam as promessas de bem-estar para todos, sob a égide das regras do mercado – ainda admitindo as dificuldades de uma considerável parcela da população submetida ao limiar da sobrevivência –, enquanto as abordagens críticas enfatizam as condições de pobreza e intensificação da exploração como resultado perverso do presente estágio da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, os primeiros concebem que se abre uma ampla gama de oportunidades para as realizações individuais respaldadas nas capacidades e aptidões que os indivíduos esgrimem na arena do mercado; no entanto, observamos que as condições de satisfação das necessidades básicas se encontram cada vez mais longínquas.

Nas ciências humanas, essa alteração do cenário internacional se expressou como uma crise das metanarrativas, uma falência do arcabouço conceitual que se propunha a dar expli-

cação aos fatos da realidade, traduzindo-se na afirmação do fim da modernidade. Nesta visão inscreve-se a concepção pós-moderna que pugna por uma leitura da sociedade em que primam as fragmentações sociais, a carência de um projeto social totalizante explícito e confere papel destacado ao indivíduo no cenário social. Por sua vez, esta denominação não pretende anular a diversidade de elaborações do período em fito, mas só visa utilizar uma nomenclatura referencial a partir de uma perspectiva dialógica. As indiscutíveis evidências de mudanças que vivenciamos no cenário mundial, desde o último quartel do século passado, levaram a esmagadora maioria das elaborações teóricas a representar a realidade como um novo quadro de profusão da diversidade e uma ampliação das liberdades de ação e pensamento, incentivando o abandono das teorias sociais universalizantes, com categorias analíticas relacionadas coerentemente, visando a uma leitura de sociedade e um projeto político explicitamente delineado. As teorias em foco decretam o fim das “certezas” decorrentes da presumida obsolescência das meta-narrativas, “que nada mais explicam”.

As teorias em voga no âmbito das ciências humanas, mais intensamente desde o início da última década do século passado, propalaram “aos quatro ventos” uma atualização da velha promessa liberal de bem estar para todos, reeditando o papel organizador social e econômico do mercado. Não seria mais a Primeira Revolução Industrial que garantiria isto, senão a denominada Terceira Revolução Industrial ou Revolução Informacional²⁹; desta vez a tecnologia digital, com o fim das fronteiras e barreiras a que permitiria um acesso livre e democrático, construindo uma idílica “Aldeia Global”. Estes pensadores abstraem que a sociedade que eles vislumbram é para um número reduzido de pessoas do planeta. O sistema político, econômico e social, inaugurado no início dos anos 1970 na Inglaterra e nos EUA, denominado de neoliberalismo, é uma fase ainda mais perversa que a anterior do capitalismo.

O capitalismo foi o grande “vitorioso” no embate com as forças, que segundo o pensamento liberal, tem impedido de avançar para uma melhor distribuição da riqueza. A partir desta perspectiva, vivemos uma retomada das velhas bases liberais da sociedade, uma ofensiva do capital manifesto em todos os seus desdobramentos na realidade, por isso boa parte daqueles

29 Termo apresentado por Lojkin (1995). Esse vocábulo, entre muitas outras elaborações, é também utilizado nas elaborações de Castells (1997).

que se consideram intelectuais procuram apresentar a mesma tese liberal como representativo do moderno (ANDERSON, 1998).

Nas linhas essenciais do mundo atual é indispensável ver o *novo* da globalidade, porém também o *velho*, e no velho se encontra o colonialismo da Idade moderna, um colonialismo global que hoje é também neoliberal e pós-moderno (CASANOVA, 2000, p. 28).

Com o intuito de abordar alguns dos principais aspectos das concepções que visam explicar a presente configuração de poder e riqueza, discutimos a seguir essas teorias.

Globalização, mundialização, imperialismo

É fundamental tornar explícito que o conceito de globalização – vastamente abordado por diversos autores na mídia e no mundo acadêmico, sendo que não existe uma definição consensual – considera o mundo caracterizado por um aprofundamento das velocidades das trocas, desde o campo afetivo até o informacional, no qual os intercâmbios acontecem de forma tal que prevalecem as redes ou variantes de concepções multipolares. Esse termo não reflete, como organizador de sua visão de sociedade, a desigualdade no exercício do poder, ao mesmo tempo em que não considera a existência de relações hierárquicas e verticais na tomada de decisões no âmbito geopolítico e econômico³⁰. Tampouco é relevante ponderar que, em particular, os países da América Latina desempenham persistentes papéis de subordinação em relação aos centros decisórios ou que os interesses desses centros prevalecem³¹. O termo globalização traz consigo a ideia de consenso, uma perspectiva de construção conjunta de soluções para todos os setores da sociedade rumo a um mundo solidário ou algo semelhante³².

30 Quando se admite o exercício desigual do poder, ele é considerado efêmero ou conjuntural, colocando a ideia de que existiria uma dinâmica indeterminável de atores que detêm o poder de forma aleatória (LATOUR, 1994).

31 Essa ótica encontra cada vez mais dificuldade de afirmação perante as evidências de exercício unipolar do poder no cenário mundial pela nação hegemônica, situação que pode ser observada na profícua produção bibliográfica atual que enfatiza a verticalização do poder.

32 A ideia da possibilidade de perspectivas de melhoras para todos no âmbito da conservação do *status quo* re-

Como síntese podemos considerar que “[...] a globalização não é um processo homogêneo e homogeneizador. Pelo contrário, é desigual e combinado, seletivo e excludente, o que significa que ele não conduz ao progresso e ao bem-estar universal. Na verdade, tende a acentuar a desigualdade, a exploração e a exclusão universal” (ALVES, 2001, p. 34).

Analisamos que, para compreender de forma cabal a realidade no capitalismo, é fundamental resgatar o conceito de luta de classes na pugna incessante pela apropriação da produção social da riqueza. Sob esta perspectiva, os enfrentamentos, guerras, invasões, crises políticas e econômicas não são anomalias ou elementos estranhos à realidade, senão características constituintes deste sistema social desigual baseado na exploração.

Assim, a “globalização” (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais ou menos poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

As mesmas discussões se expressam no processo decisório em âmbito internacional, pois, na globalização, segundo as concepções mais recorrentes, apresentam-se de maneira difusa, não sendo possível identificar responsáveis e consideradas frequentemente naturalizadas a partir da “revolução informacional”, das características da “sociedade pós-industrial”, etc. (KUMAR, 1997). Da ótica da recolonização, as decisões são percebidas como uma relação hierárquica, vertical, na qual a incorporação da tecnologia digital, por exemplo, apenas confirma que se trata de um sistema dinâmico no qual as decisões tomadas se aplicam em espaços

mete às teorias organicistas, clássicas dos alvares da sociologia, que podem remontar às elaborações de Comte que, por sua vez, foram o alicerce das concepções apresentadas por Émile Durkheim. No âmbito do discurso político cotidiano, essa fórmula é a mais recorrente, pois considera que somos igualmente responsáveis pelos momentos de instabilidade ou aumento desmesurado da desigualdade social. Essas concepções estão subjacentes nas elaborações durkheimianas tanto de solidariedade orgânica quanto de mecânica.

geográficos maiores do que aqueles em que são adotadas, com as intensidades e características diferenciadas das originariamente concebidas.

Evidentemente, os avanços tecnológicos decorrentes da revolução digital³³ serviram de substrato para acelerar as velocidades de comunicação, transformar as relações de trabalho e aumentar a produtividade das empresas. Neste sentido, a informática, associada à microeletrônica e às telecomunicações, adquiriu uma importância tal na sociedade que, por exemplo, Castells (1997) confere o nome de informacionalismo à atual fase do capitalismo³⁴. Essa leitura soma-se às leituras ufanistas da globalização, pois se associa o informacionalismo à expansão e rejuvenescimento da atual fase do capitalismo. Assim, a sociedade seria simultaneamente global e informacional, porque nas novas condições históricas a produtividade é gerada e a competitividade exercida através de uma rede global de interação. A partir dessa ótica sobrevalorizam-se os novos elementos como potencializadores da “nova economia”, concebendo seu funcionamento como uma unidade em tempo real, integrando os segmentos das estruturas econômicas, os países e regiões, em proporções que variam conforme a localização destes na divisão internacional do trabalho. Independente do grau de importância conferido à relação entre os avanços tecnológicos e a situação da economia mundial, não se pode negar o fato de que a microeletrônica, as telecomunicações e a informática se constituíram, numa relação dialética, em elemento facilitador da atual fase do capital.

A economia global que surge da produção e competência baseadas na informação se caracteriza pelo aumento de interdependência, da assimetria, das tendências de regionalização, assim como de uma crescente diversificação dentro de cada região, de sua inclusividade seletiva, de sua segmentação excludente e, como resultado de todos estes traços, de uma geometria extraordinariamente variável que tende a aprofundar os traços até pouco tempo atrás difíceis de serem percebidos na geografia econômica histórica (HARVEY, 2004; ALVES, 2001).

33 Com esse termo designamos as transformações tecnológicas decorrentes da incorporação dos avanços da informática, automação e robótica na produção de mercadorias e na realização dos serviços.

34 Chesnais (1998b), por exemplo, considera que a mundialização do capital não deve ser creditada à tecnologia digital e sim ao crescente poder decisório exercido pelos operadores financeiros decorrentes dos fatos econômicos e políticos da década de 60 e 70 do século anterior.

Ao afirmar o caráter irradiador das políticas econômicas advindas dos centros decisórios do capital, torna-se iniludível abordar o passado recente a partir de uma ótica crítica da concepção comumente difundida de um mundo partilhado em dois blocos opostos: o capitalista e o comunista. O antagonismo aparente, que se consolida a partir da Segunda Grande Guerra, instaurou uma “guerra de posições” – conhecida como Guerra Fria –, caracterizada por uma corrida armamentista e tecnológica, sendo mais uma tática ostensiva do que a iminência de qualquer enfrentamento direto. Nesse período, o modelo keynesiano se consolida como modelo privilegiado para a economia mundial do pós-guerra, permitindo aos ideólogos do capitalismo difundir a possibilidade de contínuo crescimento com estabilidade social. Nesse período, de aproximadamente três décadas, atribuiu-se ao Estado uma função provedora e assistencialista, denominada *Welfare State* (CASTELLS, 1997; ARRIGHI, 1996; LAURELL, 1997; ROSANVALLON, 1997).

Posteriormente, a partir dos anos 1970, o sistema capitalista expressa uma profunda crise econômica – que se apresenta no debate das políticas sociais como a incapacidade dos Estados continuarem expandindo seus investimentos sociais³⁵ –, cujo ápice é frequentemente relacionado à “crise internacional do preço do petróleo” em 1973-1974. A inflação ascendente e o propalado aumento do déficit público foram enfrentados com uma série de reformas aplicadas com pioneirismo no fim da década de 1970 por Ronald Reagan, nos EUA e Margaret Thatcher, na Grã Bretanha³⁶. Castells (1997), entre tantos outros que discutem as diretrizes das políticas atuais, apresenta os eixos principais das ações aplicadas em âmbito mundial: a chamada política neoliberal. Estão esquematizadas em torno de quatro eixos:

35 A concepção de crise de Estado vinculada à incapacidade financeira estatal no investimento social – recorrentemente presente nas elaborações das últimas décadas – pode ser verificada, entre muitos outros autores, em Rosanvallon (1997), referência inevitável internacionalmente.

36 O início da aplicação dessas políticas também é atribuído aos governantes antecessores nos respectivos países no bojo da crise de acumulação capitalista: “Os governos de Nixon e de Heath tinham reconhecido o problema no período 1970-1974, iniciando lutas contra o trabalho organizado e reduções nas despesas governamentais” (HARVEY, 1993, p. 157). Já Anderson (1995), entre tantos outros, afirma que os precursores foram Reagan e Thatcher.

[...] profundizar la lógica capitalista de búsqueda de beneficios en las relaciones capital-trabajo; intensificar la productividad del trabajo y del capital; globalizar la producción, circulación y mercados, aprovechando la oportunidad de condiciones más ventajosas para obtener beneficios en todas partes; y conseguir el apoyo estatal para el aumento de la productividad y competitividad de las economías nacionales, a menudo en detrimento de la protección social y el interés público (Idem, p. 45).

No contexto exposto o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem se tornado um destacado ator da presente fase financeira do capital, contribuindo para homogeneização das condições de acumulação do capitalismo global, cortando empréstimos, aconselhando a redução dos salários e importações nos países periféricos sustentados na “derrota política de los sindicatos de los trabajadores en los principales países capitalistas y de la aceptación de una disciplina económica común para los países comprendidos en la OCDE” (CASTELLS, 1997, p. 46). A derrota conjuntural do campo dos trabalhadores é reforçada após a queda do Muro de Berlim, pois a propaganda do fim do socialismo – que se traduziu em maciça cooptação de dirigentes e redução da representatividade e legitimidade das grandes organizações sindicais e políticas dos trabalhadores – virou moeda corrente dos comentaristas políticos de plantão.

A partir da nossa ótica, para compreendermos o cenário internacional, é preciso reafirmar o caráter hierárquico e, portanto, desigual na distribuição da riqueza, assim como a dispersão geográfica e o aprofundamento da pobreza. Uma característica relevante da atual configuração hegemônica é o crescente volume de dinheiro que circula no âmbito financeiro de reprodução capitalista. Esse fato demanda a necessidade de abordar a presente etapa do capitalismo mundial como uma crise no mecanismo de acumulação e valorização do capital³⁷. Deste ângulo, as novas formas de organização da produção e o aumento considerável dos investimentos financeiros procuram manter uma taxa de lucro cada vez mais fictícia, pois

37 Em relação às características e decorrências das caracterizações sobre o novo regime de acumulação capitalista existem variadas leituras, entre as quais podem ser citadas as de Hirst e Thompson (1998); Harvey (1993; 2004); Kurz (1997); Mészáros (2002); Wallerstein (2002); Arrighi e Silver (2001); Chesnais et al. (2003a; 2003b).

provém do sistema de créditos e do jogo especulativo das bolsas de valores, vinculado às perspectivas de reprodução do capital³⁸ (CHESNAIS, 1998a; 1998b).

A referência a que acudimos para analisar o novo regime de acumulação são as elaborações de Chesnais (1996; 1998a; 1998b; 1998c; 2003a; 2003b) acerca do conceito de mundialização do capital. Existem dois momentos em sua conceituação sobre o processo de mundialização do capital, termo cunhado em detrimento da expressão, muito ambígua, globalização – este último originado nas escolas de administração norte-americanas para se referir às oportunidades de negócios. Cronologicamente, no primeiro deles, parte-se do pressuposto de que a mundialização era apenas mais uma etapa da mundialização do capital produtivo, apesar de já ressaltar o ressurgimento de uma hegemonia que o capital financeiro não conhecia desde antes da década de 20 do século passado. Nesse processo, as transnacionais são os principais atores do sistema econômico mundial, os quais estão mundializando sua produção. Em termos quantitativos, o crescimento do comércio exterior nos últimos tempos expressaria nada mais que o crescimento das transações intracorporativas, que seriam responsáveis, por exemplo, por 40% do volume do comércio dos EUA e do Japão. Mas o fator mais importante da mundialização, mais que o próprio crescimento do comércio exterior, seria o crescimento do investimento externo direto (IED), tanto no setor industrial quanto nos serviços (CHESNAIS, 1996; 1998a; 1998b). O presente processo de mundialização aprofunda o caráter excludente do sistema mundial, estando os IED's concentrados nos países que Chesnais (1996) chama de Tríade³⁹ (América do Norte, Europa, e Leste Asiático), sendo que as outras regiões do globo são submetidas a uma crescente marginalização. Essa postura do autor pode ser depreendida em *A Mundialização do Capital*, que tomou como ponto de partida para a análise da mundiali-

38 Vinculado a um raciocínio semelhante, Arrighi (1996) sustenta a concepção de uma clivagem entre a acumulação financeira e a esfera da produção.

39 A arquitetura triádica do poder é muito frequente na literatura que discute a hegemonia do poder no sistema internacional. Pode ser observada também nas análises de Omaha (1999); Castells (1997) ou Wallerstein (1998), para citar alguns deles.

zação o capital produtivo, mas sofreu uma modificação importante em seu livro posterior, *A Mundialização Financeira*, alteração essa que o autor fez questão de destacar desde o prefácio:

O livro anterior havia sido escrito partindo da idéia de que a mundialização do capital constituía uma etapa a mais no processo de internacionalização do capital produtivo. Era, portanto, centrado na organização e nas operações contemporâneas das multinacionais. Destacava-se o fato de que a mundialização do capital era mais impulsionada na esfera financeira que em qualquer outro domínio. Mas, apesar de tratar-se do papel desempenhado pelas taxas de juros reais positivas sobre o nível e a orientação da acumulação, como da financeirização dos grupos industriais, a interpretação do movimento de conjunto do capitalismo mundial partia, ainda, das operações do capital industrial. A partir dos dados e das análises reunidos neste novo livro, um deslocamento qualitativo se impõe. **É da esfera financeira que é necessário partir se desejarmos compreender o movimento em seu conjunto** (CHESNAIS, 1998c, p. 7, grifo nosso).

Partir do capital financeiro, para o autor, significa que o capitalismo entra em um novo regime de acumulação: predominantemente financeiro, com todas as implicações que isto gera ao investimento produtivo. O que eminentemente move o capitalismo nesta fase são os lucros gerados na esfera financeira, através dos inúmeros instrumentos que foram criados desde a liberalização dos capitais no início dos anos 80: títulos, derivativos, ações, securitização das dívidas – principalmente da dívida pública. Esse ritmo frenético sustenta-se na contribuição das novas tecnologias da informação, que permitiram a integração dos mercados financeiros 24 horas por dia. Nesse quadro, as novas instituições financeiras, os fundos de pensão, os *mutual funds*, as corretoras, transformam-se nos principais protagonistas do sistema global, relegando o setor produtivo das grandes transnacionais a um segundo plano.

Um ponto a ser ressaltado é que a mundialização do capital, para Chesnais (1996, 1998b; 2003b), foi provocada principalmente por políticas governamentais de desregulamentação e liberalização financeiras patrocinadas por poderosos interesses econômicos, denominados de rentistas. E tudo isto originando perigosas realidades para o capitalismo, riscos e fragilidades sistêmicas, crises nascidas na esfera financeira e que poderão futuramente comprometer esse regime de acumulação. Desta maneira os processos representam uma correlação de forças

sociais nos quais setores financeiros conseguiram por diversos mecanismos o exercício da hegemonia⁴⁰, empreendida pelos EUA, país que mais se beneficia neste regime de acumulação (Idem, 2003a).

Ao abordar o presente momento como mundialização, em nenhum momento afirmamos que este é um processo irreversível ou ingovernável, assim como também não consideramos apenas como uma mera repetição de fenômenos passados⁴¹. Observamos nas mudanças do capitalismo atual uma conjunção de fatos qualitativamente diferentes dos que existiam na regulação fordista e até antes desta, podendo até chamá-los de uma maneira particular, o que faz Chesnais (1996; 2003b) nomear este processo de mundialização. O fundamental é ressaltar que o atual cenário é fruto de uma determinada correlação de forças, configurando uma constelação diferenciada para esse momento do capitalismo que, entrando num novo ciclo de acumulação, apresenta novas formas sociais e culturais, que outras elaborações denominam de pós-modernas.

De acordo com as elaborações antes expostas, consideramos que a explicação mais apropriada se encasula numa abordagem mais abrangente. Em particular, fundamentada na concepção de mundialização, mas numa perspectiva que permita conferir sentido ao processo decisório em âmbitos nacionais, assim como jogar luz aos desenhos e diretrizes que as políticas sociais assumem no presente período. Desta forma, esta abordagem se baseia na crítica do atual processo de implantação da política neoliberal, uma vez que o pressuposto liberal – não comprovável no que se refere à perfeita alocação dos recursos por parte do mercado – é compreendido como um elemento eminentemente ideológico. Consideramos que a abordagem de Chesnais (1996; 2003b) oferece maior força explicativa a esta fase, pois avalia esses fenômenos como processos hegemônicos – hierárquicos e excludentes –, com especificidades tais que fundam um novo regime de acumulação, sob predominância financeira, de modo algum

40 Em análises subsequentes abordaremos mais detalhadamente aspectos que possibilitem esclarecer alguns mecanismos que permitiram ao capital financeiro desempenhar a centralidade do presente regime de acumulação.

41 Hirst e Thompson (1997, pp. 303-12) assinalam alguns aspectos que permitiriam diferenciar – na tentativa de desmistificar o presente processo – o período anterior de acumulação financeira do capital, na segunda década do século passado, dos atuais traços em análise.

ingovernável, mas cujo formato atual está servindo a interesses rentistas e aos interesses da principal potência econômica, os EUA. Portanto, “estamos diante de um regime de acumulação plenamente constituído, que é também uma configuração particular do imperialismo” (CHESNAIS, 1998b, p. 25).

Império ou imperialismo?

O debate em torno da arquitetura das forças vigentes no cenário global se tornou foco de preocupações das ciências humanas desde as últimas décadas do século passado e vem ocupando crescente espaço nos discursos dos políticos e intelectuais. Nesse percurso, exerceu considerável destaque no âmbito acadêmico a publicação do livro *Império*, de Michael Hardt e Antonio Negri (2001). Essa obra focalizou atenções da mídia e dos intelectuais, entre outros aspectos, por ambos os autores reivindicarem suas elaborações em estreita aproximação com o legado marxista, sendo que o último, particularmente, é uma figura importante da esquerda italiana. Precisamente esta invocada filiação despertou amplos debates na academia, que há longa data vem buscando compreender o caráter hierárquico e excludente do sistema mundial.

Autores de diversos artigos e livros se digladiaram na arena de discussão em torno de Império⁴², dentre os quais Borón (2002) se destaca pela contundência e o detalhamento das análises críticas dos principais pressupostos e afirmações da obra em análise. Tomando como ponto de apoio a elaboração anteriormente citada, nos deteremos brevemente para apontar as debilidades dos argumentos e os equívocos que as concepções em debate refletem no tocante ao cenário internacional.

Inicialmente, é indispensável para uma abordagem que procura se sustentar no arcabouço do materialismo histórico recorrer a uma sólida análise econômica, e não somente utilizar

42 Em âmbito internacional podemos destacar: WOOD, E. M. *Empire of Capital*. London: Verso, 2003; CHOMSKY, N. *El terror como política exterior de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2001; PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*. London, Zed Books, 2001, entre tantos outros. Também deve ser considerada a abundante divulgação dessa discussão em artigos em publicações especializadas (*Foreign Affairs*, *Science and Society*, *Foreign Politics*, *Política Externa*, etc.), assim como as edições especiais após o ataque aéreo aos símbolos de poder do país hegemônico.

argumentos políticos e sociológicos carregados de figuras metafóricas de escasso poder explicativo.

Desde o prefácio do livro em questão, assistimos a afirmações, no mínimo surpreendentes, acerca da arquitetura do poder no cenário mundial.

Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as nações européias um dia ocuparam (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14).

Essa afirmação, por si só, nada diz das razões pelas quais os EUA não poderiam exercer um projeto hegemônico, como também decreta um suposto fim às relações hierárquicas no sistema internacional. Os autores, logo a seguir, sentenciam que “o conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites” (Ibidem). A tentativa de negação de uma arquitetura verticalizada da estrutura do cenário internacional se apresenta de forma confusa e incipiente, pois ao mesmo tempo em que o poder é exercido, e ainda sem limites, essa relação não é imperialista. A problemática é que estas aparentes confusões conduzem posteriormente a afirmações semelhantes às anteriormente criticadas, da ideia de um mundo globalizado embutida na visão de “Aldeia Global”. Mas o fio condutor dessas afirmações busca negar a concentração de poder capitalista na renovada fase imperialista, hierarquicamente conduzida pelos EUA.

Curiosamente, ao mesmo tempo em que se apresenta a negação do imperialismo, assegura-se que “a ideia contemporânea de Império nasceu com base na expansão global do projeto constitucional interno dos EUA” (Idem, p. 200). Assim, não sendo uma configuração hegemônica, temos o fato inusitado de que a ambição global está imbuída na essência jurídica dos EUA. Mas essa leitura aparentemente ingênua, desdobra-se em políticas concretas de inserção no cenário internacional, pois

[...] como o imperialismo desapareceu, engolido pelo redemoinho que destruiu os velhos estados nacionais, uma intervenção da potência hegemônica só tem sentido como uma contribuição à estabilidade do império. O saque característico da era do imperialismo foi substituído pelo direito global e pela justiça internacional (BORÓN, 2002, p. 75).

Desta forma, o papel dos EUA se veste de um viés organizativo da desordem mundial, de tal modo que a atitude historicamente criticada pelas elaborações marxistas sobre a autonomia dos países na elaboração das suas políticas foi colocada de ponta-cabeça pelos autores da obra em fito. Hardt e Negri (2001) vão além, atribuindo certa modalidade de “convocação” à qual os EUA teriam respondido, objetivando introduzir “ordem” no sistema internacional. Expressamente, afirmam que “as organizações internacionais (a ONU, as organizações monetárias internacionais e até as organizações humanitárias) pediram aos Estados Unidos que assumissem o papel central numa nova ordem mundial” (Idem, p. 199). Neste contexto, resta perguntar em nome de quem essas instituições solicitam a intervenção estadunidense e com quais interesses. Mais adiante, tornam a sua leitura mais esclarecedora:

Os Estados Unidos são a polícia de paz, mas só como última instância, quando as organizações supranacionais de paz demandam uma atividade organizacional e um complexo articulado de iniciativas jurídicas e organizacionais [...] Mesmo com relutância, as Forças Armadas dos EUA teriam de atender ao chamado em nome da paz e da ordem (HARDT; NEGRI, 2001, p. 200).

Dispensa esclarecimentos a configuração homogênea que esses autores conferem ao sistema mundial, delegando o poder de polícia ao país que mais tem realizado interferências nas políticas nacionais mundo afora – esquecendo o papel historicamente interventor dos EUA nos países periféricos e utilizando mecanismos de pressão de diversas modalidades, visando à defesa unilateral dos seus interesses –, sendo que a “paz” que tem instalado foi sempre sinônimo de domesticação dos movimentos sociais e/ou contestatórios através de repressão ou ameaças. Para dirimir as dúvidas sobre o caráter imperial e não imperialista do poder dos EUA, Hardt e Negri arrematam:

É imperial porque (em contraste com o projeto do imperialismo de sempre estender o seu poder linearmente em espaços fechados e invadir, destruir e subjugar países legítimos em sua soberania) o projeto constitucional americano é construído segundo o modelo de rearticulação de um espaço aberto e da reinvenção incessante de relações singulares e diversas em redes num terreno ilimitado (Ibidem).

A obra em análise, ao mesmo tempo em que, em algumas contraditórias passagens, admite a existência da prática hegemônica “consensual” dos EUA no sistema mundial, considera que seu exercício acontece “sobre o uso global da força”, ainda que prefira agir com outros países sob o anteparo da Organização das Nações Unidas (ONU) (Idem, p. 330-1). Estes pensadores cometem um grave erro ao considerarem que o exercício hegemônico se constrói e se sustenta eminentemente através do poder material, militar e das diversas formas de coação, pois desta maneira desmerece o papel crucial desempenhado pela ideologia e as instituições da sociedade que reforçam cotidianamente o “consenso” sobre o qual se exerce a face “pacífica” da hegemonia. As afirmações decorrentes dessa obra nos levam a pensar que a única forma de dominação hegemônica se constrói através de mecanismos que privilegiam as formas violentas, abstraindo os elementos econômicos que permeiam – decorrentes de numerosos e aprofundados estudos que excedem o campo das análises marxistas – a dinâmica e a persistência da construção hierárquica internacional, sustentada na financeirização, na desigualdade de preços e no sistema monetário, para retomar só alguns (WOOD, 2003). Essas concepções traduzem-se em decorrências dramáticas quando são desdobradas na política internacional realmente existente. Por exemplo, Hardt e Negri (2001), ao se referirem ao papel desempenhado pelos EUA na primeira Guerra do Golfo (contra o Iraque em 1992), consideram tratar-se de “uma operação de repressão de pequeno interesse quanto a objetivos, interesses regionais e ideologias políticas” na tentativa de “administrar justiça internacional, não como função de seus próprios motivos nacionais, mas em nome do direito global” (Idem, p. 198). Essas afirmações negam o interesse material, o esforço de guerra para o controle das reservas e os preços do petróleo, vinculadas à consolidação do poder hegemônico no Oriente Médio; ao mesmo tempo em que erguem ilusões sobre a possível construção de um corpo jurídico internacional com bases democráticas⁴³. A mesma concepção se reflete em torno da participação estadunidense em Kosovo, reforçando a imagem de que o poder de polícia mundial, assumido pela potência

43 Contemporâneos à derrubada do World Trade Center, aos ataques ao Pentágono e à tentativa da Casa Branca, em setembro de 2001, vários escritos têm exposto os interesses materiais que conduziram ao posterior ataque dos EUA ao Afeganistão e ao Iraque em meio a conspirações em densa e obscura trama. O objetivo desses eventos está relacionado com o controle das reservas energéticas globais por parte do poder hegemônico. Para conhecer essas abordagens podem ser consultados, entre outros, Chossudovsky (2004) e Harvey (2004).

hegemônica, visa consolidar uma ordem sobre bases legais, fundamentadas num inexistente corpo jurídico internacional, que estaria ancorado nas decisões do Conselho de Segurança da ONU, cujo poder decisório, conhecidamente, concentra-se nos países mundialmente mais poderosos econômica e politicamente.

Evidentemente, essas teses se tornaram obsoletas após o ataque às Torres Gêmeas do dia 11 de setembro de 2001, pois, após esse evento, os EUA invadiram e ocuparam o Iraque em nome da segurança internacional – desprezando qualquer instância internacional de decisão – e com a justificativa de instalar um regime democrático. As “razões” declaradas que orientaram a ação militar não foram comprovadas e, cada vez mais, é perceptível que essa invasão visava principalmente tomar o controle do petróleo mundial. Também não se deve esquecer de que antes do Iraque foi a vez do Afeganistão sofrer as consequências do poderio da máquina de guerra estadunidense. Uma análise mais correta, desde a nossa ótica, é sustentada por Wood (2004), ao assinalar o caráter incomparável e ostensivo do poder bélico estadunidense perante os eventuais oponentes, assim como também aos seus “Estados amigos”. Esses eventos, por si só, refutam qualquer perspectiva de uma “guerra justa”, esvaindo a eventual teoria da criação de um “corpo jurídico internacional”, pois a ocupação pelos EUA foi executada à revelia do Conselho de Segurança da ONU, assim como foi manifesta a oposição dos líderes europeus. A ação militar da potência hegemônica desencadeou protestos que se expressaram nas grandes mobilizações populares ao redor do mundo, podendo ser consideradas como continuação das mobilizações “antiglobalização”.

As razões que nos incentivaram a avaliar de forma focalizada a obra *Império* se vinculam ao fato de que, mais uma vez, essas elaborações refletem e ao mesmo tempo contribuem para a profunda confusão que tomou conta de amplos setores da “esquerda” tradicional, após a ofensiva da burguesia internacional no âmbito ideológico, político e econômico sob a qual vivemos. A visão difusa de poder imperialista aliada à de não lugar do exercício do poder implica imaginar que toda oposição é inócua – ainda quando se afirma o debilitamento da organização institucional dos trabalhadores –, conduzindo a uma “defesa derrotista da impossibilidade de oposição” (WOOD, 2004, p. 60). Essa concepção do sistema internacional desarma para qualquer perspectiva de transformação do atual cenário, pois se consideramos esse sistema essencialmente satisfatório e possuímos um “policia do mundo” cuidando da “ordem”, sem dúvida não é necessário fazermos nenhum esforço. Desta maneira, a visão de mundo – pretensamente

do campo marxista – em análise compete par a par com aquelas meramente justificativas do sistema mundial vigente.

O imperialismo segundo Lênin

As interpretações mais recorrentes do cenário internacional, de modo pouco frequente, esboçam críticas ao processo globalizador. A maioria delas se refere a elementos pontuais e, ainda, comumente apresentados como elementos contraditórios a serem superados no âmbito de uma concepção positiva da presente organização do cenário internacional. Nessa ótica, o aumento da miséria e do desemprego mundial são interpretados como mazelas passageiras a serem mitigadas com políticas compensatórias. No comércio internacional, os países periféricos propõem uma abstrata e utópica igualdade no mercado mundial, visando reduzir o crescente abismo Norte-Sul, por exemplo, na reivindicação da redução do velho e novo protecionismo; ao mesmo tempo, as grandes potências econômicas tentam velar a rivalidade interimperialista através da conformação dos blocos regionais. Essas mesmas visões avaliam que os movimentos favoráveis à globalização se sobrepõem e predominam sobre as eventuais tendências desintegradoras da nova realidade mundial. Os aspectos anteriormente mencionados, entre outros, conduzem a pensar que a realidade atual deve ser considerada como essencialmente nova, mas possível de ser compreendida somente a partir do conceito de globalização, deixando no esquecimento o velho conceito de imperialismo. Nos últimos anos, particularmente após os eventos de 11 de setembro de 2001 nos EUA e a reação deste país invadindo e ocupando o Afeganistão e o Iraque, o conceito de imperialismo voltou a ocupar tanto as análises acadêmicas como tem se tornado expressão recorrente nos meios impressos e eletrônicos pelo mundo. Buscamos compreender, na presente conjuntura, os aspectos novos e persistentes da concentração ou centralização do poder, assim como também as características de domínio ou opressão de um Estado por outro⁴⁴.

44 Embora alguns autores tentem mesclar os dois conceitos, afirmando que o mundo tende para a globalização da economia e que esta acirra os antagonismos e desigualdades entre países e regiões, o conceito de imperialismo diz respeito a algo completamente distinto do conceito de globalização, mais comumente

Frequentemente, também, a negação da vigência do conceito de imperialismo está relacionada às diferentes interpretações acerca do significado desse conceito. É fundamental recordar que, de acordo com Lênin (1986), o termo não se refere a um fenômeno meramente cultural ou a uma política determinada, preferida pelo capital. O domínio de uma nação sobre outra, a tendência para as invasões e ocupações, assim como a política colonial, seriam expressões das transformações objetivas na dinâmica do processo de produção e reprodução do capital. Lênin teorizou para tornar evidente que a configuração do imperialismo se erguia como caminho inexorável a partir de determinado nível de desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, o imperialismo é o próprio capitalismo contemporâneo, quando a monopolização e a concentração da economia passam a dominar a livre-concorrência. Esses aspectos o levaram a concluir que o imperialismo era a “fase final” ou de “decomposição” do capitalismo, isto é, que a fase imperialista do capitalismo prepara a passagem para o modo de produção socialista⁴⁵.

As elaborações de Lênin forneceram uma contribuição fundamental à compreensão da configuração das relações internacionais de poder e, por conseguinte, à compreensão da realidade dos países coloniais e semicoloniais ou dependentes. Sua análise foi indispensável para o avanço das discussões em torno das teorias da dependência, na medida em que chamou a atenção para as contradições no desenvolvimento capitalista das distintas formações sociais (DOS SANTOS, 2000; CARDOSO; FALETTO, 1985). Em lugar da propalada noção linear de desenvolvimento que transmitia uma imagem etapista dos países dependentes em direção a um ponto almejado, que seria o modelo de desenvolvimento do “capitalismo avançado”, Lênin evidenciou como o imperialismo conduz, necessariamente, ao recrudescimento da lei

utilizado. Em nossa avaliação, a tentativa de fundir os dois conceitos constitui apenas uma fuga do cerne da discussão, prestando-se mais à confusão do que ao esclarecimento das reais relações de poder que prevalecem no mundo.

45 Outra aceção, no âmbito da concepção marxista, concebe ser mais correto “fazer do imperialismo uma característica geral e permanente do capitalismo” (DUMÉNIL & LÉVY, 2004, p. 15), baseado na ideia de que desde as mais remotas origens o capitalismo busca avidamente seus lucros fora das suas fronteiras. Nessa senda analítica as fases do seu trajeto relacionam-se com as transformações nos próprios países imperialistas, sendo que a sua configuração é o resultado da luta contínua dos Estados enquanto representantes dos interesses das suas classes dominantes: “em verdade, trata-se de uma hierarquia de poderes, onde o mais forte explora o mais fraco” (Ibidem).

do desenvolvimento desigual e combinado entre países e regiões. Deste modo, mostrou como o subdesenvolvimento relativo de certos países era uma pré-condição para o desenvolvimento de outros. Tais contradições, enunciadas há décadas, conforme posteriormente constatadas pelas análises de Fernandes (1975; 1981a; 1998b, 1995a), viriam a agudizar-se ainda mais com o avanço do imperialismo.

Parafraseando a perspectiva atualizada de Lênin (1986), podemos afirmar que nesta fase imperialista do capital, fundamentadas pertinentemente nas relações indissociáveis entre política e economia, as duas formas de exercício da dominação: a pacífica e a não pacífica, estão imbuídas pela lógica de conservação do poder hegemônico. Para tanto, consideramos que “las alianzas pacíficas preparan las guerras y a su vez surgen de las guerras, condicionándose mutuamente, engendrando una sucesión de formas de lucha pacífica y no pacífica [...]” (Idem, p. 152). Evidentemente, não está se propondo uma transposição automática da configuração do sistema mundial de um século atrás com a atual realidade. Não tentamos negar as transformações do século XX e sim atestar as continuidades do exercício do poder em âmbito mundial. Portanto, estamos afirmando que é pertinente caracterizar a presente fase do capitalismo como uma continuação, em essência, da relação imperialista.

Esta fase imperialista do capital, iniciada nas últimas décadas do século XIX, vivenciou um interlúdio configurado pela instalação do Estado de Bem Estar Social nos países europeus. Tal intervalo se inscreve no contexto da intensa ofensiva que o proletariado organizado deflagra inicialmente na Europa e, posteriormente, alastra-se aos outros países, decorrente da polarização social e política que toma conta dos países centrais do Ocidente após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, de 1917. Espalhou-se por alguns dos seus países mais importantes – Alemanha, Itália, Espanha – o movimento nazifascista, que derrotara o movimento operário militarmente; ao mesmo tempo em que a política stalinista⁴⁶ utilizava o seu

46 De acordo com Fernandes (1995a, p. 191) “o stalinismo, que não se resume nem se confunde com Stálin como indivíduo e chefe dos que herdaram o poder pós-revolucionário, correspondeu a uma desbolchevização dos soviéticos e da ditadura do proletariado. Ele subiu na onda das ‘deformações burocráticas’ que substituíram a prioridade da revolução pela centralidade do desenvolvimento econômico com segurança e culminaram no terror como técnica social de condução do Estado, de esmagamento dos adversários e de aceleração do

prestígio perante os trabalhadores para executar a política de colaboração de classes, representada pela perspectiva de alianças com as denominadas “burguesias progressistas”, materializada na intensificação da tática das frentes populares. Após a Segunda Grande Guerra, assiste-se ao fortalecimento dessa direção política no movimento operário que, nos Acordos de Yalta e Postdam, reparte o mundo em áreas de influência, propiciando o jogo diplomático-militar conhecido como Guerra Fria. A política de socialismo num só país, levada adiante por Stálin – e consolidada com o fim da III Internacional –, conduziu a uma aproximação cada vez maior da Nomenclatura do Partido Comunista da União Soviética, no percurso de algumas décadas, a uma política de “convivência pacífica” com o sistema capitalista. O corolário histórico dessa política conduziu, no decorrer dos anos 1970-80, a construção da Perestroika e a Glasnost, de Mikhail Gorbatchev. Essa estratégia representava a tentativa de inserção controlada dos “países comunistas” no mercado mundial pelas mãos da burocracia russa. Os planos desse velho representante do stalinismo foram interrompidos pela irrupção das massas em cena, primeiro derrubando o Muro de Berlin, em 1989, e depois desintegrando a URSS, em 1991.

O programa político da direção do comunismo, denominado de “revolução por etapas”, propiciava uma tática permanente de aliança com os setores considerados “progressivos” da burguesia, para poder levar adiante a revolução democrática – não levada até suas últimas consequências pela “grande burguesia” –, conduzindo os setores explorados do capitalismo a confiarem em direções políticas populistas, social-democratas, inclusive liberais. Essa política se fundamentou numa perspectiva linear de construção da revolução socialista, reproduzindo um hipotético modelo de revolução burguesa bem sucedida, erguendo a Francesa como exemplo paradigmático; aconselhava a aliança com setores descontentes no sistema, visando realizar as etapas que a “grande burguesia” não estava mais disposta a executar, para depois avançar ao passo seguinte, que seria incitar a mobilização das massas para disputarem o poder econômico e político. A aplicação obstinada dessa tática conduziu à quase abolição da tradição marxista de independência de classes. O percurso das ações que materializaram a colaboração da burocracia russa com o capitalismo é por demais extenso e complexo para ser analisado neste

crescimento econômico a qualquer preço”.

estudo. Nosso objetivo mais imediato, porém, é afirmar que a sua “política de não agressão” se consolidou nos anos 1970 (HERNÁNDEZ, 2005).

Contemporânea aos acontecimentos sucintamente aludidos anteriormente apresenta-se a crise de acumulação capitalista como uma queda tendencial da taxa de lucros do período taylorista-fordista. A isso devemos somar o fim do Acordo de Bretton Woods⁴⁷ – o fim do padrão ouro que referenciava o comércio internacional instituído de forma unilateral pelos EUA; a denominada “crise do petróleo” – enquanto símbolo da crise de acumulação capitalista –, que se desdobrou numa redefinição do padrão de intervenção estatal sinalizado pelo início da política neoliberal dos anos 1970 nos EUA e na Inglaterra (precursores do discurso da “crise fiscal do Estado”). Essas referências econômicas e políticas podem ser consideradas o início do que se conhece como globalização. Mas, desde a perspectiva da tentativa recolonizadora, podem ser concebidos como um “[...] novo ciclo de globalização do capitalismo que envolve um novo ciclo de desenvolvimento da revolução burguesa em escala transnacional” (IANNI, 2004, p. 140)⁴⁸.

Essa contraofensiva da burguesia internacional se materializou na construção de uma conjuntura favorável à aplicação das políticas neoliberais, que se refletiu, entre tantas manifestações, no desmonte das conquistas sociais que configuraram o *Welfare State*. Consideramos ser mais procedente caracterizar essa contraofensiva como uma fase, uma conjuntura, na qual a burguesia internacional envidou suas forças para garantir condições apropriadas de reprodução

47 “O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana” (HARVEY, 1993, p. 131).

48 Nesse mesmo sentido Chesnais, (2003b, p.47) afirma que “na segunda metade do século XX, no contexto de diferentes tipos de relações políticas entre o capital e o trabalho, as burguesias dedicaram-se a buscar diferentes maneiras de estabilizar o movimento de reprodução e de valorização do capital e, portanto, de assentar sua dominação”. Reforçando essa perspectiva Duménil e Lévy (2004, p. 12) afirmam que “as classes dominantes encararam a experiência da destruição do Segundo Mundo como uma **reconquista**, uma restauração, no sentido de se restaurar um regime político [...] Classes e uma nação: são estas as forças sociais que deram às últimas décadas do séc. XX sua violência específica, e o começo do séc. XXI se situa bem dentro da continuidade deste projeto” (grifos no original).

ampliada do capital. Vivenciamos um novo período de arrefecimento da política imperialista.

Esta é a ideia: é com o novo ciclo de globalização do capitalismo que se desenvolvem as classes sociais e os grupos social-mundiais, simultaneamente à criação de estruturas mundiais de poder nas quais predominam total ou amplamente os interesses das elites governantes e das classes dominantes mundiais. Nesse sentido é que está em marcha mais um ciclo da revolução burguesa, agora enquanto revolução burguesa mundial (IANNI, 2004, p. 142).

A realidade é descrita de maneira similar nas elaborações de Fernandes (1979), em particular quando esboça a possibilidade de trunfo da contrarrevolução no contexto das análises das perspectivas de desfecho da Guerra Fria, sendo que a mais pessimista delas, e que acabou se confirmando, conduziria a uma **reconversão colonial**. Esta se refletiu na encarnação da política ofensiva que a burguesia internacional e seus aliados locais investiram sobre as conquistas dos trabalhadores no período precedente. Evidentemente, a configuração das relações internacionais, se comparadas com a fase liberal clássica, apresentou consideráveis mudanças com os cenários contemporâneos apresentados. É inegável a existência de diferenças entre a mundialização financeira que vigorava até o início da Primeira Guerra Mundial e a fase atual. Podemos apontar, entre outros elementos, que “[...] os investimentos diretos permanecem em níveis talvez inferiores aos que haviam atingido no começo do século, mas estão muito mais concentrados do que naquela época, ao mesmo tempo em que estão mais propensos a se desvencilharem rapidamente” (CHESNAIS, 1998b, p. 13).

Soma-se a isso a atual configuração do mercado financeiro, que potencializa a exclusão em comparação com a forma anterior, penalizando as denominadas economias em desenvolvimento e, de maneira perversa, os países subdesenvolvidos. Torna-se compreensível essa análise, tendo em vista que, muitos países, inclusive os considerados “emergentes”, não possuem mercados que permitem negociar os títulos ou ações que circulam as bolsas dos países industrializados (CHESNAIS, 1998b; 1998c; 2003b). Ao mesmo tempo, reafirma a ideia de que o capital financeiro e a monopolização do mercado aumentaram a heterogeneidade do crescimento econômico dos diferentes elementos da economia mundial (LENIN, 1986).

Afirmamos que os cinco traços do imperialismo⁴⁹ se encontram plenamente vigentes – ainda que com diferenças na dimensão e complexidade dos fenômenos –, sendo que: vivenciamos uma crescente monopolização da produção em âmbito internacional; o capital financeiro desempenha crescente papel na presente fase de acumulação (mundialização); consolidou-se a exportação de capitais (cujo reflexo, entre outros, é o Investimento Direto Externo); a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas (ONU, OEA, OMC)⁵⁰; e a partir do fim da “bipolaridade mundial”, abriu-se a disputa pela hegemonia no cenário mundial, exercida pelos EUA⁵¹. Dentre as características essenciais do imperialismo assinaladas por Lênin (1986), as duas últimas são de particular importância para nossa análise.

El monopolio ha nacido de la política colonial. A los numerosos “viejos” motivos de la política colonial, el capital financiero ha añadido la lucha por las fuentes de materias primas, por la exportación de capital, por las “esferas de influencia”, esto es, las esferas de transacciones lucrativas, de concesiones, de beneficios monopolistas, etc., y, finalmente, por el territorio económico en general (LENIN, 1986, p. 157-8).

Neste sentido, Panitch (2000) aponta que o elemento diferencial que caracteriza a atual dominação imperialista reside na indução à reprodução da forma dominante de exercício do poder dentro de cada formação nacional. Precisamente nesse sentido as elaborações preceden-

49 Os aspectos a que fazemos referência são: “1) la concentración de la producción y del capital llegada hasta un grado tan elevado de desarrollo, que ha creado los monopolios, los cuales desempeñan un papel decisivo en la vida económica; 2) la fusión del capital bancario con el industrial y la creación, sobre la base de este “capital financiero”, de la oligarquía financiera; 3) la exportación de capitales, a diferencia de la exportación de mercancías, adquiere una importancia particularmente grande; 4) la formación de asociaciones internacionales monopolistas de capitalistas, las cuales se reparten el mundo, y 5) la terminación del reparto territorial del mundo entre las potencias capitalistas más importantes.” (LENIN, 1986, p. 114)

50 Essa afirmação é sustentada a partir do papel protagonizado por essas instituições na aplicação – frequentemente em contrapartida de empréstimos – dos preceitos básicos da nova configuração do capitalismo (CHESNAIS, 1998b, p. 24-5). Essas organizações são as maiores dentre as que refletem a hegemonia dos países imperialistas; podem ser elencadas também o G-7 ou G-8 atualmente, a Organização do Atlântico Norte – OTAN –, entre outras mais específicas, mas não menos importantes para o exercício hegemônico.

51 As perspectivas de sucessão no sistema mundial são estudadas, entre outros, com diferentes prognósticos, por Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein ao longo das publicações das duas últimas décadas.

tes de Fernandes (1979, p. 40) afirmam que o papel das burguesias dos países dependentes “[...] como sucedia com as elites coloniais, convertiam-se no elo interno da dominação imperialista externa”. Nas suas análises sobre a revolução burguesa em atraso, assevera que as burguesias nacionais optaram por se tornarem sócias menores do capital transnacional, aderindo ao caráter eminentemente autoritário do Estado nos países dependentes, isto é, em última instância, assimilando os valores e interesses do capital internacional. Essa atitude das “burguesias nacionais” obstruiu sucessivamente as tentativas desenvolvimentistas nos países de revolução burguesa em atraso, afastando as ilusões em torno de uma tendência linear de equiparação econômica com os países centrais, assim como as ideias de etapismo revolucionário.

A diferença quanto ao papel desempenhado pelas “burguesias nacionais” com relação ao período anterior, de vigência das perspectivas desenvolvimentistas, é eminentemente de intensidade. Na tendência liberalizante em curso, constatamos cada vez menor procura por parte dos governantes em executar políticas de cunho nacionalista⁵², de sobrevalorização dos indicadores econômicos e sociais internos em detrimento de índices macroeconômicos – estes representativos de “crescimento econômico”. Com isto buscamos afirmar que tem aumentado a submissão dos governos – demonstrações que condizem com esta ótica são possíveis de serem observadas em relatórios recentes da CEPAL e do Banco Mundial (BM) – à lógica dominante na presente conjuntura imperialista.

A construção da atual hegemonia mundial

Nossa argumentação, até agora, tem tencionado a afirmação da existência de uma estrutura hierárquica no sistema mundial. Desde o primeiro quartel do século passado, essa realidade tem se apresentado cruenta e persistente no continente latino, sob os auspícios dos EUA, com recorrentes regimes ditatoriais e diferentes modalidades de cerceamento da democracia (IANNI, 1974; 2004; FERNANDES, 1981b; COGGIOLA, 2003).

52 Esta afirmação requer maior análise, pois tendo em vista algumas políticas nacionais e internacionais dos governantes na Argentina, Bolívia e Venezuela – para citar os mais destacados – durante 2005 e início de 2006, o cenário da região pode mudar seus rumos. A partir destes elementos, aconselhamos relativizar, por conta da ausência de análises deste período que estamos vivenciando na América Latina.

Conforme assinalamos anteriormente, estamos perante uma reconfiguração da relação imperialista. Em primeira instância, é indispensável compreender as características dessas transformações a partir dos anos 1970-1980. É necessário definir se a crise estudada se localiza no âmbito econômico, então concebido eminentemente como uma crise de preços – “crise do petróleo” –, se consiste em um redimensionamento das atribuições do Estado – decorrente da “crise fiscal”, ineficácia e/ou ineficiência, comumente aludida como “reforma do Estado” (SOARES, 2003); ou se ela representa fenômenos com dimensões mais abrangentes: uma crise estrutural do sistema capitalista em seu conjunto (MÉSZÁROS, 2002; CHESNAIS, 1998a; 1998b; 2003b; HARVEY, 1993; 2004).

Alguns elementos históricos são indispensáveis para contextualizar o período em estudo. Uma série de mobilizações aconteceu no final da década de 1970 nos países europeus, que apontaram descontentamentos populares, entre os quais podem ser destacados a Primavera de Praga e o Maio Francês, que espraíram pelo Ocidente uma onda de mobilizações, cujo foco se expressava na reforma do ensino superior e em movimentos de libertação nacional. Nos EUA, poucos anos depois, a Guerra do Vietnã cindira a sociedade doméstica e, *a posteriori* da derrota americana, fortalecera a idéia de uma mudança na correlação internacional de forças. Outros elementos contemporâneos de destaque são: o intenso fortalecimento do complexo militar das duas grandes potências, EUA e URSS; a derrota da diplomacia americana em Angola e as incursões militares e diplomáticas da Rússia na África, e os vários desdobramentos da derrota política americana no Irã (CRUZ, 2004; COGGIOLA, 2003).

A crise, que teve início nos anos 1970, esteve diretamente ligada ao esgotamento da tendência de desenvolvimento econômico do pós-guerra, marcado pela expansão sem precedentes do sistema do capital baseado no compromisso fordista-keynesiano⁵³. O dinamismo econômico do período, ao permitir uma escala inédita de mundialização do capital (MÉSZÁROS, 2002; WALLERSTEIN, 2002; CHESNAIS, 1996; 1998c), tornou as suas bases para a

53 Explicitamente, Harvey (1993) caracteriza que o período que se estendeu entre 1945 e 1973 “teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano” (p. 119).

valorização, simultaneamente, mais amplas e mais estreitas. Em outras palavras, com base na nova expansão a todos os continentes, o capital conseguiu se valorizar como nunca, mas, ao mesmo tempo, dificultou a passagem para uma expansão seguinte em patamar mais elevado. Assim, como assinalara Marx (1983), o capital não pode existir sem pôr em movimento um processo incessante de produção e reprodução do valor.

Um elemento fundamental na construção da presente conjuntura, que procura instalar um novo ciclo de crescimento capitalista, inaugura-se com o enfrentamento que as burguesias nacionais deflagram para com a organização dos trabalhadores nos seus países⁵⁴. Os esforços que o governo Reagan investiu na derrota do movimento grevista no início do seu governo, assim como os praticados contemporaneamente pelo governo Thatcher contra os mineiros do carvão (ANDERSON, 1995; MARTIN e SCHUMANN, 1999; ALVES, 2001), visaram reduzir as possibilidades de enfrentamento das organizações da classe trabalhadora e construir um cenário favorável para a consolidação do projeto neoliberal⁵⁵. A acumulação flexível – termo utilizado recorrentemente enquanto paradigma alternativo ao padrão taylorista-fordista de produção – constrói-se como sucessor do modo fordista de produção, que conduz a desagregação da organização que concentrava os trabalhadores em grandes categorias solapando as práticas coletivas de defesa de interesses (HARVEY, 1993; ANTUNES, 2001; CASTRO e LEITE, 1994).

54 As elaborações de Harvey (1993), entre outras, ilustram numa fase anterior à abordada, a necessidade de disciplinamento da classe trabalhadora para aceitar o “contrato keynesiano” ao afirmar que “as organizações sindicais burocratizadas foram sendo cada vez mais acuadas (às vezes através do exercício do poder estatal repressivo) para trocar ganhos reais de salários pela cooperação na disciplinação dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção” (p. 129). Dessa maneira, constata-se o fato de que a instauração de um regime de acumulação está necessariamente vinculado à derrota política dos trabalhadores, seja através da burocratização das suas organizações, da cooptação dos seus dirigentes, através da repressão institucional, ou de uma combinação dessas. Reforçando essa linha de raciocínio, mais adiante o mesmo autor argumenta que “o acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora – daí a importância do ataque político a elementos radicais do movimento operário depois de 1945” (Ibidem).

55 Abordagem mais detalhada em torno de um conceito referencial de política neoliberal será feita no capítulo V.

Estamos perante uma nova configuração da fase imperialista do capital sustentado pela articulação de elementos hierarquicamente organizados que balizam a acumulação capitalista vigente. O aspecto diferencial é o papel destacado que o capital financeiro tem desempenhado como distribuidor e símbolo de riqueza desde o advento da crise dos anos 1970. As discussões em torno da dinâmica crescente que o capital financeiro tem desempenhado, através de diversas transformações, remontam-se às análises de Marx (1983), pois este já destacava a profunda imbricação entre o capital produtivo e o sistema de crédito enquanto uma característica do sistema capitalista, assim como também já apontava o destacado papel do Estado na regulamentação e controle dos mecanismos do capital financeiro⁵⁶. Essas considerações conduzem à afirmação do caráter indispensável do sistema de crédito para a compreensão do capitalismo, que em sua dinâmica histórica se configura desde os pequenos bancos de alcance local, até a intrincada institucionalidade do presente sistema financeiro (MARX, 1983; HARVEY, 1990).

Em obra consagrada internacionalmente, Hilferding (1973), apoiando-se em elaborações de Marx (1983), analisa as diversas expressões das tendências monopólicas do capital constatando as consistentes imbricações deste com o capital bancário: “El capital financiero es la síntesis del capital usurero y del capital bancario, y, como éstos, aunque en un grado infinitamente superior del desarrollo económico, se apropia de los frutos de la producción social” (HILFERDING, 1973, p. 255).

Desta maneira ergue-se como elemento característico da fase imperialista a exportação de capitais – não somente de mercadorias, já presente de longa data –, que se constitui em necessidade indispensável para o capital monopolista na preponderância do capital financeiro, com vistas à sua reprodução em geral⁵⁷ (Ibidem; LENIN, 1986). Já elaborações contemporâ-

56 Não nos deteremos em analisar suas elaborações neste trabalho. Para mais subsídios em torno dos conceitos de capital-dinheiro e capital produtor de juros, indispensáveis para compreensão do capital financeiro, abordar: MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Difel, 1983 (em especial os capítulos XXI, XXIV, XXV, XXVII, XXIX do Livro V e o Livro III).

57 De acordo com Hilferding (1973, p. 387) “La ‘riqueza’ no se diferencia, ya por sus fuentes de ingresos, por su origen del beneficio o de la renta, sino que afluye ahora da la participación en todas las partes en que se divide la plusvalía producida por la clase obrera”.

neas relativizam o poder ilimitado e hegemônico do capital financeiro, pois “as contradições entre o sistema financeiro e sua base monetária aumentam e se tornam ainda mais terríveis à medida que o capitalismo progride⁵⁸” (HARVEY, 1990, p. 299); assim, desse ponto de vista, a possibilidade de continuidade do capitalismo está vinculada à construção de algum tipo de equilíbrio entre os interesses industriais e os financeiros. Ao conferir hierarquia ao sistema mundial vigente, é necessário ressaltar que seu exercício ordenador não está isento de tensões, antagonismos e contradições – próprios da luta não só entre as classes sociais, como também entre as frações de classe – existentes no seio do capital produtivo e do bancário, que inevitavelmente se refletem no âmbito do capital financeiro.

Os antecedentes históricos que denotam preponderância ao capital financeiro na reprodução capitalista em geral cobram renovada importância no período que se inicia na década de 1970. Vivenciamos seu reflorescimento sem precedentes, potencializado por transformações tecnológicas, produtivas, monetárias, entre outras, num contexto de consideráveis mudanças na correlação de forças entre as classes sociais.

Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto à explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista [...] Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos (HARVEY, 1993, p. 181).

Quanto à importância do capital financeiro na atual fase capitalista é possível identificar – *grosso modo* e sem sermos exaustivos – um percurso das análises nas duas últimas décadas que evolui desde uma posição de dominância para uma tendência a identificá-lo como determi-

58 Tradução livre do original.

nante⁵⁹. Braga (1997), no debate apontado, afirma que a financeirização se ergueu em padrão sistêmico de riqueza, isto é, tornou-se, a partir das últimas três décadas, a manifestação geral de definição, gestão e realização da riqueza.

A financeirização como padrão sistêmico de riqueza é uma *forma* específica pela qual há mais de quatro décadas se faz a definição (moeda-crédito-patrimônio), gestão (macroestrutura financeira) e realização de riqueza (dinheiro e ativos financeiros predominantes sobre os operacionais) num número crescente de países. É um *modo de ser* do sistema, historicamente determinado, sustentável em prazos longos (BRAGA, 1997, p. 239).

Essa concepção confere ao processo de consolidação da fase financeira do capital um caráter estrutural, erguendo-se como eixo ordenador dos outros elementos da reprodução capitalista, provocando transformações que fazem convergir ao seu serviço uma miríade de elementos no âmbito da divisão macro e micro no mundo do trabalho, cultura, política, civilizacional e da sobrevivência. As manifestações econômicas, sociais e geográficas, crescentemente excludentes da contemporaneidade, são decorrentes desse padrão de riqueza.

As elaborações de Chesnais (1996; 2003b), desde a formulação do caráter mundializado do capital em sua fase financeira, desembocaram na concepção da vigência de um “regime de acumulação com dominância financeira” para nomear o presente período.

O ‘regime de acumulação com dominância financeira’ designa, em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro (CHESNAIS, 2003a, p. 47).

Esse regime financeirizado plenamente vigente a partir dos anos 1980 aprofundou a hierarquização seletiva do sistema mundial que prevalecera nos anos 1950-1978. A compreen-

59 A esse processo de fortalecimento do sistema financeiro está associada a reforma bancária, analisada por extensa bibliografia, da qual podem ser mencionados os estudos de Ferreira e Freitas (1990) e Freitas e Prates (2002). Quanto a mudanças no sistema bancário latino-americano, ver Minella (2002) e, especificamente sobre o seu percurso no Brasil, consultar o minucioso trabalho de Minella (1998).

são do percurso em análise não pode ser dissociada das derrotas que a classe operária internacional sofreu, da restauração capitalista dos países do “bloco comunista” – em particular da ex-União Soviética – e das denominadas “democracias populares”. Esses elementos, aliados à construção de um considerável arcabouço de instituições internacionalizadas (G-7, FMI, BM, OMC e na Europa através do Tratado de Maastricht) “tornou a ‘adesão’ dos países obrigatória e reduziu sua margem de escolha quanto às formas de sua ‘inserção internacional’ a sua mais simples expressão” (CHESNAIS, 2003a, p. 52). Esse processo é conduzido pelos EUA, ao mesmo tempo em que se converte em principal beneficiário dessa configuração do sistema mundial (HARVEY, 2004).

É consenso em elaborações críticas do sistema mundial o fato dos EUA desempenharem papel hegemônico na dinâmica sistêmica financeira (BRAGA, 1997; CHESNAIS, 2003b; FERREIRA e FREITAS, 1990). A arquitetura da mundialização do capital revela que os EUA têm se beneficiado de forma privilegiada com o fluxo líquido de investimentos em portfólio⁶⁰, com a renda provinda dos investimentos diretos das transnacionais estadunidenses, dentre outros mecanismos financeiros (DUMÉNIL e LÉVY, 2004), para além de numerosos elementos vinculados à esfera da produção ou da propriedade intelectual, por exemplo. O papel hegemônico no sistema mundial também pode ser observado no debate em torno das propostas de reestruturação do papel do FMI, BM e dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BIRD). As propostas objetivam principalmente reduzir a fragilidade do sistema financeiro e vinculam sua instabilidade ao volume dos empréstimos concedidos aos países pobres e em desenvolvimento, considerados fatores de alto risco; portanto, deveriam ser reduzidas ou, ao menos, dever-se-iam aprofundar as restrições para sua cessão. Assim, a proposta de reforma do governo estadunidense visa, sobretudo, resguardar o papel que essas instituições desempenham como representantes dos interesses dos EUA.

60 É importante destacar que, conforme o estudo apontado, certas famílias ricas da América Latina contribuíram nos últimos anos – com exceção de 1998 – com os investimentos diretos e em portfólio no financiamento da dívida estadunidense.

Todavia [...] acreditamos que, se tomadas literalmente, poderemos enfraquecer estas instituições de tal forma que não serão mais aptas para divulgar os valores centrais e os interesses da América no mundo... Isto poderá colocar em risco salários americanos, poupança americana e segurança americana (SUMMER *apud* FREITAS; PRATES, 2002, p. 27).

De acordo com a referida reforma, os países da América Latina e da Ásia passariam a depender, de forma quase exclusiva, das fontes privadas de financiamento. O suposto “aperfeiçoamento” do sistema financeiro internacional se traduzirá na intensificação das assimetrias entre os países centrais e periféricos, revertendo-se no aumento das dificuldades na definição das políticas econômicas nacionais (FREITAS; PRATES, 2002). A nova configuração decorrente das regras do Comitê de Basiléia aprofundaria as punições ao não cumprimento dos condicionantes impostos a cada empréstimo, ou às suas possíveis renegociações, substituindo o papel “regulador” desempenhado pelo FMI e pelo BIRD pelas agências de *rating* e pelo setor privado.

Já Fiori (2001) considera que o elemento preponderante que conduziu à supremacia dos EUA não foi a força dos mercados, em particular a partir da redução das barreiras protecionistas, tampouco as facilidades decorrentes das tecnologias digitais. A nova relação entre o poder, as armas e o dinheiro foi galvanizada “pela natureza dos interesses, pela ideologia e pelas decisões da nova aliança [...] anglo-saxã” (ibidem, p. 17).

Retomando a concepção referencial aqui adotada para compreender o presente exercício hegemônico podemos inferir que o caráter determinante do capital financeiro – como expressão destacada dos processos econômicos que são característicos da exploração capitalista internacional – é o aspecto “consensual” dessa relação. Conforme anteriormente exposto, estamos cientes que o capitalismo se constrói com base em imperativos de mercado, de competitividade e de maximização dos lucros, mas essa caracterização se inscreve na perspectiva de afirmar que a forma preponderante pela qual se afirma a presente relação imperialista não está voltada ao uso intensivo dos aspectos extraeconômicos de dominação. Pois, segundo Wood (2004) “[...] Esta forma capitalista de exploração reside não tanto na coerção direta, mas na dependência dos atores econômicos no mercado e na capacidade do poder imperial manipulá-lo” (p. 53).

Estamos afirmando que o exercício hegemônico possui como principal sustentáculo os mecanismos econômicos de exploração econômica, tendo como centro organizador os EUA, hierarquicamente organizado em associação com outros Estados que desempenham também papéis imperialistas – digamos de “segunda ordem” –, através da valorização financeirizada vinculada intimamente à extração de mais-valia no âmbito da produção. Evidentemente que essa arquitetura se constrói conjuntamente com outros mecanismos não menos importantes que se aliam à financeirização, entre estes podemos citar: o papel eminente que desempenha o papel das hierarquias monetárias⁶¹; o processo de privatização das empresas e dos serviços sociais estatais; as investidas dos países imperialistas de construir regiões de livre comércio por eles comandadas⁶²; o crescente fluxo de recursos decorrentes das dívidas externas e internas dos países Periféricos para os Centrais; além do processo decisório em torno dos mecanismos de transporte, preços e regras de intercâmbio no mercado mundial. Ao mesmo tempo, o exercício hegemônico num sistema crescentemente desigual não poderia ser possível sem a posse de uma máquina de guerra que o sustentasse.

Conforme assinalado, torna-se premente para a manutenção de uma estrutura hierárquica a necessidade de construir uma solidariedade política dos países capitalistas centrais em torno do *hegemon*, os EUA, visando convergências econômicas, culturais e particularmente ideológicas. Por sua vez, isso arrefece, na fase crescentemente mundializada, a luta da burguesia internacional, ininterrupta e sem fronteiras, contra o “inimigo interno” e o “inimigo externo”, através da utilização das forças armadas, espionagem, contrainsurgência e propaganda. Essa estratégia multifacetada se desdobra no “congestionamento, (n)a tecno-burocratização do Executivo, (n)o alinhamento do Legislativo e do Judiciário às diretrizes dos ‘interesses nacio-

61 A fim de registrar a importância deste fator da economia mundial é bom salientar que “a administração da moeda tem papel decisivo, tanto na competição intercapitalista como na luta por poder e hegemonia internacionais. Cada sistema ou regime monetário internacional representa ‘síntese’ transitória da correlação de forças entre agentes privados e poderes políticos e é verdadeira radiografia do grau de soberania econômica de cada Estado nacional [...] os regimes monetários são dimensão decisiva para a compreensão da dinâmica global econômica e política do sistema capitalista e, portanto, também para as relações entre seu centro e suas periferias, aspecto quase sempre ausente na literatura estruturalista latino-americana” (FIORI, 2001. p. 21).

62 Esses processos serão abordados focalizadamente no capítulo 4.

nais’ ou dos ‘interesses da democracia’, traçados pelos governos e também pelas instituições-chaves extragovernamentais” (FERNANDES, 1979, p. 36)⁶³.

Para além dos desdobramentos nacionais da arquitetura verticalizada do cenário internacional, Fernandes (1975; 1979; 1981a; 1981b) já apontava nas suas análises esse duplo mecanismo do exercício do poder como característica constitutiva do Estado monopolista na fase imperialista do capital. Suas elaborações, ambientadas na vigência da denominada Guerra Fria para os países da América Latina, podem ser transpostas quase que automaticamente para a realidade presente, substituindo os mecanismos da classe dominante para com a ameaça socialista pela propaganda contra o terrorismo da era Bush.

Atualmente, os Estados Unidos gozam de uma posição de incomparável força militar e grande influência política e econômica. Coerentes com nossas tradições e nossos princípios, não usamos de força para pressionar em favor de vantagens unilaterais. Procuramos, ao contrário, criar um equilíbrio de poder que favoreça a liberdade humana: condições nas quais todas as nações e todas as sociedades possam escolher por si mesmas as recompensas e desafios da liberdade política e econômica. Num mundo seguro, as pessoas serão capazes de tornar melhores suas vidas. Defenderemos a paz lutando contra terroristas e tiranos. Preservaremos a paz incentivando sociedades livres e abertas em todos os continentes (BUSH, 2002/2003, p. 78-9).

Um exame rápido em torno das afirmações presentes do documento “A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA” – vulgarizado como Doutrina Bush – permite-nos relativizar as afirmações nele contidas. Se resgatarmos sucintamente a história da América Latina, podemos perceber a persistente e intensa interferência da política estadunidense tem desenvolvido desde as primeiras décadas do século XX (IANNI, 1974; 2004; GUIMARÃES, 2001b; CARDOSO e BRIGNOLI, 1983; FERRO, 2004). Um dos pilares fundamentais da política proposta sustenta que “o livre-comércio e os livres mercados já demonstraram sua capacidade de retirar sociedades inteiras da pobreza” (BUSH, 2002/2003, p. 80), sendo que a sua promoção resolveria os problemas sociais, econômicos e políticos. É a reedição da velha formulação de Adam Smith,

63 Essas características institucionais no escopo nacional também podem ser observadas nas elaborações de O'Donnell (1991), ao analisar as possibilidades do processo de democratização dos países latino-americanos.

vinculada à ideia da “mão invisível do mercado” como distribuidor otimizado, eficiente e sinônimo de panaceia social, quando os indicadores publicamente acessíveis têm apresentado uma tendência totalmente oposta. No documento oficial apontado, pode ser percebida uma característica distintiva da nova política externa, o unilateralismo ou unipolaridade no exercício do poder (WALLERSTEIN, 2002).

No exercício de nossa liderança, iremos respeitar valores, os juízos e os interesses de nossos amigos e parceiros. Ainda assim, estaremos preparados para agir sozinhos, sempre que nossos interesses e nossas responsabilidades singulares assim o exigirem. Sempre que viermos a discordar quanto a particularidades, iremos explicar de forma clara e direta as razões de nossas preocupações e envidar todos os esforços para forjar alternativas viáveis. Não permitiremos que tais desacordos venham a turvar nossa determinação em defender, juntamente com os nossos aliados e nossos amigos, nossos interesses e valores comuns (BUSH, 2002/2003, p. 112).

A política externa dos EUA consolidou sua tendência em desempenhar a função de “policial do mundo”, numa cruzada incondicional em defesa do livre-mercado. De acordo com a Secretária de Segurança Nacional dos EUA, Condoleeza Rice, “as ameaças de hoje são menos os grandes exércitos e mais os pequenos grupos de obscuros terroristas; são menos os estados fortes e mais os estados fracos e fracassados” (2002/2003, p. 93). Isto configura uma mudança considerável com relação ao inimigo declarado do período anterior, o comunismo, pois agora “o inimigo não é um regime político, ou uma pessoa ou religião ou ideologia específicos” (BUSH, 2002/2003, p. 84), difusão que, por sua vez, deixa para os EUA a liberdade de qualificar como terrorista o Estado, movimento ou sujeito que lhe aprouver.

Conforme os apontamentos de Fernandes (1976) em torno dos estratagemas de dominação vigentes no período da “Guerra Fria”, é possível verificar que, em essência, a política externa de segurança não apresenta consideráveis mudanças, pois, naquele momento, arrolava, em primeiro lugar, a necessidade de criar “uma **força de dissuasão** (ou de “guerra preventiva” permanente) capaz de paralisar ou deprimir a irradiação socialista como estratégia de ‘ação externa” (Ibid, p. 36, grifos no original). Essa modalidade de ostentação e exercício do poder militar assemelha-se à configuração da propalada na “Guerra contra o Terror”, quan-

do a Doutrina Bush reconhece que “nossa melhor defesa é um bom ataque”. Um segundo aspecto da estratégia de segurança se refere ao relacionamento com os outros países, visando cumprir de forma conjunta seu papel. No período pré-Doutrina Bush acontecia, efetivando “uma articulação direta e ativa com as burguesias e os Estados-nacionais da periferia” através da “Interdependência”, ‘desenvolvimento com segurança’ e ‘consolidação do mundo livre’”, denominações de estratégias anteriores de segurança dos EUA, que procuravam equacionar ambos os processos” (FERNANDES, 1979, p. 36).

O exercício do poder hegemônico no imperialismo implica a necessidade de combinação da utilização do maciço poder dos EUA para dirigir a economia mundial, aliado à sua avassaladora superioridade militar. Isto conduz vislumbrar que o *hegemon* privilegia a dominação econômica em detrimento do poder das armas como estratégia predominante, pois “o imperialismo dita suas próprias normas e sua legitimidade” (Ibidem).

Aspectos econômicos e políticos do processo recolonizador da América Latina

A relação de subordinação dos países latino-americanos com os países hegemônicos do sistema mundial se inicia com a sua inserção ao sistema colonial lusitano e hispano. A história dessa opressão econômica, política e social se encontra retratada em numerosos estudos que abordam as diversas expressões que essas relações estruturais assumiram no decorrer de mais de cinco séculos (STEIN, 1977), conforme vem sendo exposto nesta análise.

Consideramos procedente resgatar as elaborações de Fernandes (1976), vinculadas eminentemente à análise da realidade brasileira, que distingue três fases do seu percurso histórico, mas que numa leitura abrangente e tendencial podem ser estendidas ao conjunto dos países latino-americanos, salvando as devidas considerações das suas particularidades nacionais⁶⁴. A primeira é a do colonialismo propriamente dito, na qual as relações eram eminentemente coloniais. O período de transição que vai desde o momento da declaração de independência

64 Uma versão detalhada dessa discussão pode ser encontrada em Fernandes (1981a), especificamente no capítulo II, intitulado “Classes Sociais na América Latina”.

política das respectivas Coroas, na qual persistem as características coloniais de produção e apropriação da riqueza – denominado de neo-colonização –, sendo que a crescente expansão urbana se aliava aos antigos elos da escravidão mercantil, caracterizando o desenvolvimento capitalista em cada país.

[...] na fase neocolonial se estabelece um novo engate entre a escravidão mercantil e a acumulação originária. Certas funções que a escravidão desempenhou para o desenvolvimento capitalista da Europa apareceram aqui e determinaram os rumos, a intensidade e os frutos do florescimento do capitalismo comercial como realidade histórica interna (FERNANDES, 1976, p. 28).

Na fase subsequente da dependência, os países se inserem no mercado mundial com diversos graus de industrialização, nos quais persistem elementos da produção colonial. Trata-se “de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa” (FERNANDES, 1976, p. 30). Em meados do século XX, os países latino-americanos usufruíram um período de certa autonomia política – decorrente de uma correlação de forças que absorvera reivindicações sociais e trabalhistas –, permitindo-se políticas nacionalistas e, em alguns casos, construindo uma burguesia nacional. Em certos momentos, essa burguesia nacional elabora estratégias de enfrentamento com o capital internacional, chegando a construir barreiras alfandegárias com o intuito de proteger as indústrias nacionais. No período de 1955-1990, no Brasil, a participação da indústria no PIB saltou de 19% para 30%, como perspectiva de consolidar um regime de substituição de importações. Nesta conjuntura protecionista da economia brasileira, o Estado aplicou a política restricionista – regulando ou até abolindo as importações que compitam com as empresas sediadas no país –, possibilitando melhores condições para o desenvolvimento da indústria nacional e promovendo importantes mudanças na estrutura da economia brasileira (FURTADO, 2000; MARINI, 2000).

As teorias da dependência, que possuíram relativa importância nas décadas de 60 até 80 na América Latina, refletem, em grande parte, a intencionalidade dos governos em construir uma perspectiva desenvolvimentista com laivos de redistribuição da riqueza que, em última instância, reflete-se na configuração realmente existente do *Welfare State*. A partir dos anos 80, no conjunto dos países latinos da América, experimenta-se um novo padrão de construção do

Estado, qualificado como neoliberal, seguindo os exemplos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA. O precursor desta modalidade na América do Sul foi o governo totalitário de Pinochet, no Chile.

Posteriormente, já no contexto dos atributos autocráticos dos regimes militares que se espalharam pelos continentes latinos da América, Fernandes (1979), apresenta duas perspectivas possíveis de desfecho da realidade no decurso da “Guerra Fria”, quando esboça a possibilidade de trunfo da revolução socialista como aprofundamento da conjuntura – por ele descrita – em torno de uma visão otimista e esperançosa dos regimes comunistas existentes na década destes escritos⁶⁵. A outra perspectiva, a mais pessimista, e que a correlação internacional de classes confirmara, conduz a uma **reconversão colonial**. Esta seria a prevalência dos interesses do capital, que comandaria as regras do jogo, visando à restituição das condições necessárias para sua valorização.

As tendências de uma reversão colonial, apontada pelas elaborações de Fernandes (1976; 1979; 1981a), estão intimamente vinculadas ao fortalecimento da relação imperialista – na modalidade do capitalismo contemporâneo anteriormente esboçado. De acordo com as elaborações de Lênin (1986), a relação imperialista está estreitamente vinculada com a relação colonial.

Para Inglaterra el período de intensificación enorme de las conquistas coloniales corresponde a los años de 1860 a 1880, y es muy considerable durante los últimos veinte años del siglo XIX. Para Francia y Alemania corresponde justamente a estos veinte años [...] el período de desarrollo máximo del capitalismo premonopolista, el capitalismo en el que predomina la libre competencia, abarca de 1860 a 1870. Ahora vemos que es *justamente después de este periodo* cuando empieza el enorme “auge” de conquistas coloniales, se exagera hasta un grado extraordinario la lucha por el reparto territorial del mundo. Es indudable, por consiguiente, que el paso del capitalismo a la fase de capitalismo monopolista,

65 A construção teórica dessa perspectiva está vinculada à caracterização positiva desde o ponto de vista de construção do socialismo que Florestan Fernandes explicita no decurso das suas elaborações a partir dos anos de 1970. Essa afirmação pode ser inferida ao conceber, por exemplo, em 1989 que “a URSS é uma potência em transição para o socialismo e que nada poderá desviá-la do seu curso, ao qual se vê impelida pela própria natureza da economia e da sociedade soviéticas” (FERNANDES, 1995a, p. 192).

al capital financiero, se *halla relacionado* con la exacerbación de la lucha por el reparto del mundo (Idem, p. 100-1, grifos no original).

A discussão em torno do reparto geográfico do mundo se ergue em arena de árduos debates, pois consideramos que a expansão do capitalismo tem tomado conta do planeta já na segunda metade do século XX. No presente estágio é importante registrar uma mudança de outra ordem, semelhante àquilo que Harvey (1993) denomina de “compressão do espaço-tempo”, relacionada à ocupação do espaço e um dimensionamento do tempo em escalas diferenciadas do período anterior. Desdobrando essa concepção à distribuição do poder e da riqueza no sistema mundial, podemos salientar que ela se configura de forma hierárquica e, ao mesmo tempo, desigual, de tal maneira que os limites geográficos nacionais antes vigentes não são mais válidos para explicar a distribuição da pobreza ou dos “polos de industrialização”, relacionados à concentração cada vez maior da riqueza.

La época del capitalismo contemporáneo nos muestra que entre los grupos capitalistas se están estableciendo determinadas relaciones *sobre la base* del reparto económico del mundo, y que, al mismo tiempo, en conexión con esto, se están estableciendo entre los grupos políticos, entre los Estados, determinadas relaciones sobre la base del reparto territorial del mundo, de la lucha por las colonias, de la “lucha por el territorio económico” (LENIN, 1986, p. 96, grifos no original).

Considerando que o padrão de inserção internacional da América Latina não sofrera alteração – perseverando a história de submissão –, avaliamos que esta se encontra no seio de um processo de recolonização. Conforme analisaremos, essa situação se aprofunda com as novas características que assumem as relações políticas e econômicas. Neste sentido, Casanova (2000) considera que “a reconversão em curso na América Latina é em grande medida uma recolonização”, pois o que se vislumbra é um considerável aprofundamento da ausência de controle dos governos sobre a produção nacional – ainda que anteriormente esse processo tenha sido muito débil também. Isto seria agravado pelo aprofundamento das transações desiguais no mercado mundial, pelo crescente endividamento – que para Casanova (2000) se expressa em forma de dominação colonial através do crédito – e pelo processo de privatização

dos setores públicos de fornecimento de políticas sociais. O autor vincula a existência de um processo recolonizador decorrente da manutenção e reformulação das estruturas coloniais pelo vórtice globalizador; considera, portanto que estamos perante uma *reconversão da dependência*, como uma tentativa de ocultar as consequências sociais e políticas da política liberal neoconservadora nos países periféricos, complicando gradativamente as condições de vida de 4/5 da população mundial.

Nas linhas essenciais do mundo atual é indispensável ver o *novo* da globalidade, porém também o *velho*, e no velho se encontra o colonialismo da Idade moderna, um colonialismo global que hoje é também neoliberal e pós-moderno (CASANOVA, 2002, p. 28, grifos no original).

Após o período colonial, que se encerra com a Segunda Guerra Mundial, estabelece-se um neocolonialismo “com oligarquias burocrático-militares que se aliaram às burguesias locais e metropolitanas para dominar a nova ordem mundial [...]” (Idem, p. 32). Neste mesmo sentido, versam as elaborações de Coggiola (2003) e Fernandes (1979, 1981a, 1981b).

Constatamos que um traço característico do presente estágio reside na redução drástica do grau de liberdade, na perspectiva de construir um processo autônomo e soberano de consolidação dos Estados nacionais dependentes, inclusive com crescente interferência direta do *hegemon* nas decisões nacionais, retomando condições clássicas do período colonial⁶⁶ (SAMAPAI JR., 1999). O deslocamento do centro gravitacional do processo decisório está também relacionado ao papel que as empresas transnacionais têm conferido no presente período às suas filiais nos países periféricos. Isto se vincula ao planejamento corporativo das transnacionais que não consideram as necessidades nem as repercussões econômicas e sociais das suas atividades nacionais, regidas pelo imperativo da competitividade e lucratividade do capital em âmbito global.

66 Síntese interessante sobre o processo de consolidação do poder burguês no Brasil, vinculada à reorganização dos laços de dependência com as relações hegemônicas, encontra-se em Fernandes (1975, pp. 276-281).

Diversos e conhecidos são os mecanismos econômicos de transferência de riquezas produzidas pelos latino-americanos, que se acentuaram nas últimas duas décadas: sustentam-se no pagamento de juros em longo prazo da dívida externa em grande escala; transferência massiva de lucros derivados dos investimentos diretos e de carteira; compras e aquisições de empresas públicas lucrativas e de empresas nacionais com problemas financeiros; cobrança de *royalties* e direitos de licença sobre uma ampla variedade de produtos, patentes, mercadorias culturais, etc.; balanços de conta corrente favoráveis baseados na dominação das corporações e bancos dos EUA na região (SOARES, 2003, p. 73).

Ao aceitar de forma submissa tais exigências do imperialismo, as classes dominantes locais têm negado a vontade política como meio de construção da nação. Em outras palavras, no atual contexto, a própria soberania popular é negada como fundamento do poder do Estado. De fato, ao escolher seus governantes, o povo apenas tem decidido quem implementará as medidas previamente decididas pelas instituições do imperialismo. Tais medidas são tidas como a única “racionalidade econômica” possível, como verdadeiras leis da natureza incontestáveis em sua essência (SOARES, 2003, p. 86).

Um conjunto de políticas tem favorecido a execução de um abrangente programa de privatização, promovido pelos governos latino-americanos, aliado a um aumento contínuo da liberalização, oferecendo segurança aos investimentos externos através da estabilização monetária, por sua vez apresentando o atrativo de um extenso acervo de riquezas naturais, mercados internos não desprezíveis e força de trabalho numerosa e barata disponível.

É possível compreender a dimensão da riqueza exportada, considerando também que, na última década, amargam-se períodos de crises sistemáticas na América Latina, com baixos índices de crescimento econômico – ou para definir melhor, uma estagnação continuada –, ao tempo em que presenciamos a divulgação de balanços bancários exorbitantemente positivos, inaugurando recordes de lucratividade no mesmo intervalo temporal. Essa perspectiva, sem dúvida, pode ser compreendida com a adoção do conceito de mundialização, que caracteriza o aspecto enfático do estágio financeiro da acumulação capitalista.

Outro aspecto importante da presente situação se observa no dismantelamento do aparelho estatal, através do discurso da “reforma do Estado”, que busca reduzir o número e

os direitos dos trabalhadores estatais que respondem pela sua administração direta e indireta (SOARES, 2003) e que, aliado ao processo crescente de privatização e terceirização, conduz a uma crescente mercantilização dos serviços públicos. É indispensável frisar o papel que as “burguesias nacionais” têm desempenhado como elo interno da dominação imperialista, pois “como sucedia com as elites coloniais, convertiam-se no elo interno da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 1979, p. 40).

A presente relação, que pode ser qualificada como um “novo imperialismo”, inicia-se na América Latina nos anos 60, com a proliferação de ditaduras militares, mas se aprofunda nos últimos anos, com o colapso da aparente bipolaridade que caracterizava o período anterior – conhecido como Guerra Fria (PETRAS; VELTMAYER, 2002; COGGIOLA, 2003). A intensificação da crise econômica global se desdobra em numerosos abalos sistêmicos da economia bursátil, agravando-se após os eventos do 11 de setembro de 2001. Para estes estudiosos, as consequências para a América Latina foram catastróficas, podendo ser sintetizadas na emergência de um processo de verdadeira “reversão neocolonial”, no bojo de um “projeto imperial de recolonização”.

Isto significa que, cada vez mais, as políticas sociais e econômicas são elaboradas fora do espaço nacional, eliminando as possibilidades de elaboração de um projeto minimamente viável de desenvolvimento nacional – reeditando as análises de Florestan Fernandes acerca da impossibilidade do desenvolvimento econômico e social sob o capitalismo –, pois a lógica subjacente privilegia o mercado em detrimento de quaisquer outras variáveis.

Para além desse aspecto mais “consensual” do exercício hegemônico, decorrente do funcionamento cotidiano das regras do processo de acumulação capitalista, visando à conservação e consolidação da recolonização, é necessário – quando esse método “pacífico” não mais conseguir sustentar a legitimidade vigente –, a utilização do poder militar dos Estados Unidos para restabelecer a “ordem” unipolar instaurada. Esse aspecto mais abertamente coercitivo costuma ser desconsiderado, mas a máquina de guerra é construída para ser utilizada quando necessário. Já em tempos de “paz social”, ela desempenha uma função ostensiva para intimidar possíveis descontentes ou futuros inimigos na disputa hegemônica – e também sistêmica – no imperialismo capitalista. Uma decorrência desta situação compromete outra função estratégica dos Estados-nação, deixando progressivamente de lado a denominada Segurança

Nacional. Não havendo estudos mais aprofundados em âmbito nacional⁶⁷, vislumbra-se a crescente instalação de bases militares estadunidenses em território latino-americano, aliada a um crescente sucateamento das forças armadas nacionais.

Desta maneira, o papel que os países periféricos são chamados a desempenhar exclui as perspectivas do desenvolvimento nacional, sendo que, cada vez mais, são compelidos a reduzir as resistências à livre circulação do capital internacional, assim como também incentivados a elaborar políticas para restringir o êxodo de migrantes rumo aos países centrais, evitando eventuais situações de instabilidades nestes (TOUSSAINT, 2004), ao mesmo tempo que aqueles exercem o papel de reservas de riquezas naturais – das quais os países centrais podem dispor –, tornando-se locais factíveis de reduzir tensões internas (SAMPAIO JR., 1999).

Nestes termos, o aprofundamento do atrelamento econômico e político dos países latino-americanos, caracterizados pela ampliação da delegação e das tendências de intervenção explícitas no poder decisório das políticas nacionais em benefício do capital internacional – refém do capital financeiro –, é o que denominamos como o presente processo de recolonização. Ergue-se, em aspectos diferenciais evidentes do presente processo, o seu caráter declaradamente capitalista, se comparado ao colonialismo antigo, assim como também pela mudança da submissão europeia pela estadunidense. Mas o que a distingue no aspecto econômico é que a submissão internacional da América Latina se constrói no âmbito da mundialização do capital, com uma configuração hierárquica, nunca antes existente, que se ergue como polo organizador de uma miríade de mecanismos a serviço da acumulação do capital. Algumas estruturas econômicas tendem a ser reeditadas, como a divisão do mundo em “zonas de influência”, reconstruindo o “exclusivo comercial” típico da época colonial, através da tentativa de configuração dos Tratados de Livre Comércio (regionalizados ou bilaterais) que fragmentam o globo em novas e velhas arenas de disputa.

67 O caso da cessão da Base de Alcântara, no Maranhão, à qual é vedado o ingresso sem permissão do governo dos EUA, é paradigmático, assim como o silêncio em relação a esse assunto. Textos interessantes sobre o aspecto militar da dominação hegemônica dos EUA são: WOOD, 2004; BIANCHI, A. *Os neocruzados: a guerra no Afeganistão e a nova ordem mundial* e SERFATI, C. O braço armado da mundialização. *Revista Outubro*, n. 6, 2002.

É indispensável salientar que, em diversas oportunidades, utilizamos o conceito de recolonização como uma forma de nos referirmos a um processo neocolonizador, concebendo-o como uma tensão para o estabelecimento de um novo processo colonizador. Com isto, não pretendemos inferir uma volta ao passado, isto é, de uma reedição da relação império-colônia nos moldes vigentes entre os séculos XVI e XVIII, senão de uma relação colonial imperialista no âmbito da tentativa de restabelecimento sob o ideário neoliberal na esteira da mundialização do capital. Esse procedimento não omite a possibilidade de buscar comparações do antigo sistema colonial com o que vislumbramos na contemporaneidade. Consideramos, ao mesmo tempo, que a denominação da presente correlação de forças como um “novo imperialismo” (HARVEY, 2004) corresponde na periferia a uma “nova relação colonial”, que denominamos de processo recolonizador, tendo em vista que consiste numa tendência não consolidada.

Capítulo 3

O FETICHE DA DEMOCRACIA LIBERAL

Não é possível sequer esboçar a pretensão de reescrever de forma exegética o longo percurso que a concepção de democracia tem construído no ideário ocidental. Os registros disponíveis dos debates em torno do melhor governo remontam a vinte e cinco séculos atrás, no berço declarado da civilização ocidental, a Grécia Antiga, no qual seus mais reconhecidos expoentes, Platão e Aristóteles, delinearam os primórdios da polêmica acerca do valor, do conteúdo e da extensão desta modalidade de organizar a convivência social e política dos homens. No percurso dos séculos, as discussões sobre o melhor regime político têm sido conduzidas no sentido de identificar recorrentemente à democracia como “melhor forma de governo”, cada vez que se torna necessário enfatizar a importância das formas coletivas de organizar a sociedade e, com mais assiduidade hodiernamente, como uma das maneiras mais eficazes de legitimar as ações estatais.

Resgatando as origens etimológicas do regime de governo em discussão é indispensável registrar que os gregos o definiram como governo do povo, com o duplo significado de exercício político e de categoria social, entendendo o seu sentido perante a prática executada diretamente pelos cidadãos. Mas, a partir do último quarto do século XVIII, opera-se uma redefinição essencial, com especial referência à Constituição dos EUA, que tem direcionado os debates para o aperfeiçoamento das modalidades de representação, que se encontra vigente até nossos dias (WOOD, 2003).

Deste modo, a discussão sobre a perspectiva democrática no capitalismo remonta aos alvares da sua consolidação como sistema econômico e social. Os pensadores políticos dos séculos XVIII e XIX, entre os quais se destacam Locke, Montesquieu, Tocqueville, Stuart Mill,

assim como os Federalistas⁶⁸ dos EUA, consideravam os mecanismos de representatividade política necessários para a sustentabilidade do capitalismo, sendo que os seus detratores – entre os quais se sobressaem: Rousseau, que esgrime a sua teoria da impossibilidade de delegação da soberania política, e posteriormente Marx, através de sua crítica ao regime democrático burguês como mecanismo de legitimação ideológica da sociedade dividida em classes sociais – defendiam com diferenciadas nuances a necessidade de instalar a democracia direta. A dicotomia entre democracia representativa e democracia direta é considerada, atualmente, superada pelo caráter inelutável da primeira, tendo em conta a impossibilidade da sua realização pelas dimensões demográficas e geográficas. O debate – em particular das perspectivas críticas ao *status quo* – orbita em torno da viabilidade pragmática de uma combinação das formas direta e representativa de exercício democrático.

No âmbito da Ciência Política, são diversas as taxonomias possíveis na teoria democrática (MIGUEL, 2006). Mas o debate clássico orbita, principalmente, em torno de duas correntes de pensamento: a análise empirista, que se propõe a descrever os “sistemas democráticos realmente existentes”, ou as abordagens normativas, que entendem a democracia como ideal de convivência política – sendo que o substrato dessa bifurcação categórica se encontra embasado na focalização do “valor”. Outro viés estreitamente relacionado aos estudos antes expostos são os que consideram o “conteúdo”, que na versão minimalista focaliza suas atenções aos mecanismos de escolha dos governantes pelos eleitores, interpretando-os apenas como um mecanismo de seleção dos representantes políticos (com estreita relação com a denominada teoria do elitismo democrático), também denominada de formal. Na senda das análises de “conteúdo” da democracia, a leitura alternativa é a versão ampla, que considera a democracia uma modalidade de convivência política cidadã, na perspectiva de propiciar a superação da

68 Sob a denominação de “O Federalista” considera-se a reunião de uma série de ensaios publicados na imprensa de Nova York em 1788 com o objetivo de contribuir com a ratificação da Constituição dos Estados Unidos. Foram três os autores: Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1859), os artigos eram assinados por Publius. O argumento central de “O Federalista” é o da fraqueza do governo central. As estruturas internas do governo devem ser estabelecidas de tal forma que funcionem como uma defesa contra a tendência natural de que o poder venha a se tornar arbitrário e tirânico. Reproduz a concepção liberal de homem, pois todo aquele que tiver poder tende a dele abusar (LIMONGI, 1989).

perspectiva representativa por mecanismos que facilitem a ingerência contínua e direta da população nas decisões políticas, vinculadas à busca de participação equânime na distribuição do poder, da cultura e da riqueza. Por sua vez, desta última abordagem – que tem sido intensamente debatida nas últimas três décadas – é possível desdobrar uma perspectiva deliberativa – que visa influenciar o poder político, tendo como um dos seus expoentes Jürgen Habermas –, e outra que se propõe a uma ampla reforma da institucionalidade, com a intenção manifesta de solucionar os problemas através das decisões coletivas (MIGUEL, 2006; SELL, 2005).

As teorias que propõem uma maior ingerência da população nas decisões governamentais apresentam muitas dificuldades em superar a classificação dicotômica decorrente das análises descritivas ou prescritivas. As abordagens participativas e, ainda mais a deliberativa, debatem-se no âmbito prescritivo das concepções democráticas.

As elaborações contemporâneas da sociologia vinculadas ao estudo dos projetos democráticos pugnam pela necessidade de alargar a participação dos cidadãos a outras esferas da vida social, para além das relações entre Estado e indivíduo (democracia participativa), sob a denominação de democracia social⁶⁹. Em apertada síntese⁷⁰, no que se refere às perspectivas democráticas na esfera social, observamos que

Enquanto a maioria dos teóricos parece propor que os princípios desenvolvidos na esfera do político possam ser aplicados na esfera social (Bobbio e Santos são exemplos), uma segunda posição advoga um fluxo contrário: é a democracia social (mundo da vida) que deve impor sua lógica à esfera política (caso de Habermas). Finalmente, uma terceira posição advoga que a realidade social tem os seus próprios critérios de estruturação, que são diferentes na esfera política (Giddens e Touraine) (SELL, 2005, p. 47).

Ergue-se em amplo consenso, no âmbito da crítica, a compreensão de que a democracia representativa se encontra cada vez mais restrita aos padrões do elitismo democrático, tanto

69 De acordo com a taxonomia de Miguel (2006), essa perspectiva social da democracia pode ser contemplada principalmente pela visão deliberativa e participativa que visa ampliar o espaço das decisões políticas aliadas a um aumento dos atores envolvidos.

70 Para uma elaboração mais detalhada sobre o assunto podem ser consultados, entre outros, Miguel (2006), Sell (2005) e Silva (1999).

que, nas recentes elaborações no campo da democracia participativa, o eixo norteador do debate cada vez mais se desloca para a concepção dialógica e participativa de exercício político, isto é, propondo-se à ingerência gradativa dos desígnios populares nas decisões governamentais. Nota-se que, nos últimos três decênios, os pensadores da ciência política têm realizado esforços consideráveis para construir uma perspectiva democrática que contemple uma superação da dicotomia entre representação e participação, construindo um vasto arcabouço conceitual em busca de uma fórmula que consiga articular o aprofundamento e a ampliação das instituições da democracia representativa com o desenvolvimento de formas híbridas, provenientes da democracia direta, na tentativa de alcançar a inserção de maior número de pessoas na gestão da coisa pública. Neste percurso o ponto de chegada explícito dessa tendência é a gestão cidadã compartilhada com o Estado e a sociedade civil ou, em sua aspiração mais “radical”, a autogestão (como exemplos nomeados podem ser apresentados os desenhos do Orçamento Participativo e os Conselhos Gestores de políticas sociais) (PRZEWORSKI, 1994).

As elaborações em voga, que enfatizam a necessidade de participação e deliberação, se erguem em contraposição à concepção considerada empirista, descritiva, institucional, formal e processual de democracia esgrimida por Schumpeter (1984), quem afirma que “o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (p. 336). Ainda que esta compreensão seja considerada por uma miríade de pensadores limitada em termos de participação política, pois sugere que “o papel da participação popular no governo democrático limita-se exclusivamente ao sufrágio universal. Participar é votar para a escolha dos representantes, nada mais” (SILVA, 1999, p. 54), consideramos a definição schumpeteriana referencial da concepção liberal de democracia. Ciente de que essa definição significa erguer como modelo a sistemática institucional de democracia, é importante salientar que, ao mesmo tempo, restabelece de forma paradigmática a visão elitista, expressando os traços essenciais que caracterizam a democracia liberal norte-americana⁷¹.

71 As análises de Borón (1994) e Moraes (2001), entre tantos outros trabalhos que debatem as acepções da democracia, adotam o conceito schumpeteriano como referencial para elaborarem as suas críticas. Observações positivas a partir dessa postura podem ser apreciadas, entre tantas, em Weffort (1992).

É digno de ênfase o esforço de superação que as teorizações que vêm ocupando a arena discursiva realizam em relação à concepção minimalista, institucionalista da democracia, vinculada à sucessão decorrente da escolha dos detentores dos cargos públicos. Mas, desde a retomada do debate da democracia no século XIX, quando a burguesia se consolida como classe dominante do sistema capitalista, as características que este regime político assume apresentam uma feição eminentemente elitista. Os setores sociais que assumem o poder político do Estado estiveram sempre comprometidos com a manutenção da ordem econômica, pois, no limite, a democracia liberal é o regime político preferido “desde que não retire do capital o seu poder de apropriação” (WOOD, 2003, p. 173).

As análises críticas às concepções correntes de democracia são profícuas, mas frequentemente elas se detêm no âmbito da “política”. Nesse mesmo sentido, Fernandes (1979) adverte que, ao estudar os limites da crítica liberal no âmbito dessa arguição, “não se busca o desmascaramento do Estado burguês, mas a denúncia da sua versão tirânica mais completa” (p. 3). Isto pode ser observado quando a crítica recorrente ao sistema social se focaliza nos aspectos totalitários, sendo cada vez mais sutis as censuras, conforme o funcionamento institucional se aperfeiçoa, abstraindo a exploração de classe. Um dos elementos essenciais para instrumentalizar a discussão apresentada sustenta-se na separação que a concepção liberal de sociedade opera entre o “econômico” e o “político”. O materialismo histórico⁷² tem analisado criticamente as razões que conduziram à concepção liberal a estabelecer essa cisão como a premente tentativa de conferir ao capital o estatuto de relação social.

Esta bifurcação entre o “econômico” e o “político” é essencial para o capitalismo, pois o poder de coação provindo dos mecanismos políticos – necessários para perpetrar a exploração econômica no capitalismo – não é acionado diretamente pelo apropriador, assim como tampouco se apresenta como uma relação de subordinação (mas ao contrário, pois se fundamenta numa “liberdade” considerada primordial no pensamento liberal). Ainda que se

⁷² Consideramos referencialmente como um entendimento materialista do mundo “uma compreensão da atividade social e das relações sociais por meio das quais os seres humanos interagem com a natureza ao produzir as condições de vida; e é uma compreensão histórica que reconhece que os produtos da atividade social, as formas de interação social produzidas por seres humanos, tornam-se elas próprias forças materiais, como são as naturalmente dadas” (WOOD, 2003, p. 32).

busque fragmentar os elementos que configuram a coação no âmbito da sociedade (o aspecto “político”) daquele no qual se legitima a apropriação da produção (o aspecto “econômico”), torna-se indispensável à existência de estruturas de poder e dominação que visam construir e manter o controle social.

A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo (WOOD, 2003, p. 35).

Outro argumento decorrente desta clivagem se reflete na ideia de que cada uma dessas “esferas” apresenta regras e objetos diferenciados e seus objetivos se restringem a suas áreas específicas. Assim, quando se analisa as relações sociais, os mecanismos econômicos são tratados como algo externo⁷³. Admite-se, nessa ótica, no máximo, que um poder político eventualmente possa intervir na economia, mas a economia em si é despolitizada e esvaziada de conteúdo social, de caráter eminentemente “técnico”. Mas o alicerce no qual se erguem as relações de poder, autoridade e dominação entre apropriador e produtor estão imbuídas de formas jurídicas que naturalizam as relações de produção capitalista, absolutizando a propriedade privada e as relações contratuais derivadas da mesma, assim como o próprio corpo jurídico. Esse divórcio completo se manifesta enfaticamente entre a apropriação privada dos bens e os deveres públicos, desdobrando-se no desenvolvimento de um âmbito de poder exclusivo do poder privado (o mercado), por isso, “a diferenciação entre o econômico e o político no capitalismo é mais precisamente a diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado” (WOOD, 2003, p. 36), podendo-se afirmar que este último se ergue em engrenagem de apropriação do produto excedente, frequentemente atuando como elemento catalisador, na busca da intensificação das relações capitalistas, assim como de agente distribuidor por excelência (MÉSZÁROS, 2002).

73 Ao empreender as suas análises sobre o sistema-mundo, Wallerstein (1999) resgata também o aspecto multidisciplinar indispensável às ciências humanas.

Em última instância, para compreendermos o percurso histórico de conformação do capitalismo, é necessário investir na análise das relações de propriedade e de classes; das formas de criação, apropriação e distribuição de excedentes. Isto significa que devemos entender como as instituições coercitivas que compõem o Estado adquirem vida própria e, aparentemente, dissociam-se das relações econômicas. A dominação política que constrói as relações no âmbito estatal não se apresenta como uma servidão legal, mas meramente como regras naturalizadas no domínio da produção de bens.

Com essas breves considerações, pretendemos contextualizar a discussão no âmbito do modo de produção capitalista, que não se configura somente como um desdobramento naturalizado da tecnologia, mas também como uma organização social da atividade produtiva, pois uma forma de exploração social se materializa em relação de poder. Deste modo, “a ‘esfera’ da produção é dominante não no sentido de se manter afastada das formas jurídico-políticas ou de precedê-las, mas exatamente no sentido de que essas formas são formas de produção, os **atributos** de um sistema produtivo particular” (WOOD, 2003, p. 33).

Ainda que os mecanismos de coação da esfera política sejam imperiosos para conservar a propriedade privada e o poder de apropriação, no âmbito econômico a necessidade de sobrevivência compele ao trabalhador vender a sua força de trabalho, transferindo a mais-valia. Esta é uma característica histórica peculiar do capitalismo, a forma não extra-econômica de extração de mais-valia, pois não envolve diretamente a coação política, legal ou militar para este fim⁷⁴. Ao mesmo tempo, por essas características, o Estado se apresenta com caráter público e neutro sem precedentes igualando apropriador e produtor, permite a ideia de pertencimento de todos, sem interferência do poder da exploração apontado. Desta maneira, “o Estado tomou das classes apropriadoras o poder político direto e os deveres não imediatamente associados à produção e à apropriação, deixando-as com poderes privados de exploração depurados de funções públicas e sociais” (WOOD, 2003, p. 43).

⁷⁴ O aspecto em análise pode ser apontado como uma característica diferencial com modos de produção precedentes, o feudalismo, por exemplo, pois a extração da mais-valia não está vinculada ao uso de métodos extraeconômicos, à força física ou diretamente militar por parte do Estado ou Soberano. O mecanismo principal no capitalismo reside em métodos eminentemente econômicos, mas o Estado deve deter o monopólio da violência para usá-la quando os meios econômicos sentirem-se ameaçados.

Ainda na senda do materialismo dialético, que é a base epistemológica do presente estudo, é necessário afirmar, de acordo com Fernandes (1979), que “a democracia típica da sociedade capitalista é uma **democracia burguesa**, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional” (p. 7, grifos no original). Esta sociedade se caracteriza inerentemente por uma acentuada desigualdade econômica, social e cultural – derivada das relações de exploração de classes vigentes –, na qual o poder político permanece concentrado pelas classes possuidoras⁷⁵ e pelas elites econômicas e culturais. Ao mesmo tempo, na sociedade capitalista,

A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do **sistema democrático capitalista** (FERNANDES, 1979, p. 7, grifos no original).

É de extrema procedência a caracterização que Fernandes (1979) oferece sobre a restrição que o espectro analítico dos analistas políticos experimenta como decorrência da identificação insanável entre a “consciência social” e a ideologia predominante, conduzindo a uma percepção parcial da realidade. Assim, tudo o que for contraditório à ideologia dominante é analisado de forma confusa e, frequentemente, não é explicado de forma científica: “A **reificação**, a **mistificação** e o **fetichismo** limitam ou eliminam o ponto de vista científico na análise política”⁷⁶ (p.8-9, grifos no original). Por sua vez, torna-se indispensável resgatar o fato de

75 Frequentemente, os governos de partidos de esquerda são considerados como exceções à regra, mas análises providas de elaborações marxistas permitem compreendê-los como governos de frente populares. São governos compostos por partidos com ampla base nos trabalhadores, que não aplicam a independência de classes, isto é, concebem a perspectiva de reformas sociais com setores da burguesia – em última instância é mais uma derivação da concepção da necessidade de realizar a revolução burguesa ou da versão social-democrata de construção de certo socialismo. Para uma análise mais detalhada dessa concepção, ver Moreno (2003).

76 Ainda em outra passagem, Fernandes (1979, pp. 19-20) afirma que existem duas interpretações dogmáticas muito nocivas que influenciam as concepções democráticas: aquela que concebe o capitalismo recente como “pós-industrial”, destituído de classes e ideologias, e, no outro extremo, uma concepção cristalizada do marxismo que congela as análises do capitalismo nos moldes do capital industrial do século XX vaticinando

que essa simbiose não constituía um empecilho no momento em que as classes proprietárias eram revolucionárias, mas após a destruição do *ancien regime* e a consolidação da burguesia na elaboração das formas de legitimidade e elaboração de um arcabouço jurídico-institucional a perspectiva liberal se tornou prisioneira, inicialmente, de uma ideologia conservadora, e logo de uma ideologia reacionária, visando à manutenção do *status quo*. “O que quer dizer que, à medida que as classes possuidoras perdem as suas tendências e disposições revolucionárias, o componente e as tendências autoritárias crescem não aritmeticamente, mas dialeticamente (em proporções geométricas)” (Idem, p. 8).

Portanto, quem se propõe a analisar a presente sociedade, deve considerar que a carga ideológica se encontra presente no enfoque de sua leitura. As tentativas de inserção inadvertidamente no debate devem ponderar que, “ao se identificar com a ‘democracia liberal’ fica prisioneiro das limitações insanáveis da consciência burguesa” (FERNANDES, 1979, p. 9). Neste sentido, a defesa da ordem se instaura, às vezes, até de forma sutil e gradual, nas elaborações intelectuais do analista político, conduzindo à formulação de que a “sociedade democrática” é perfeita⁷⁷. Ao mesmo tempo, essa política habitualmente se traduz – principalmente no pensamento elitista – na condenação da democracia popular, “pois ela neutralizaria a ação criadora das elites; põe o estômago em primeiro plano e desloca a razão, destruindo-a” (Idem, p. 10), cercando a interpretação política de exercício do poder nos limites do pensamento dominante.

As considerações anteriores nos habilitam a pensar que a dominação política pelas classes possuidoras não prescinde do recurso ao autoritarismo na tentativa de manter o poder. O conceito de autoritarismo decorre das relações de autoridade⁷⁸, que estão relacionadas às

um fim catastrófico, por vezes automático, da sociedade de classes. Essas questões, por sua vez, atravessam a postura que o sociólogo adotará perante a sociedade.

77 Ao acolher o cabedal de valores hegemônicos na sociedade “a contaminação ideológica desemboca na ‘ciência política’ como linguagem perfeita, como construtiva formal” (FERNANDES, 1979, p. 10).

78 A gênese atual das discussões em torno do conceito de autoridade atribui-se a Max Weber, em particular a partir da sua obra *Economia e Sociedade*. Sader (1998), parafraseando as elaborações de Fernandes (1979), considera “o Estado como o *locus* exclusivo ou principal da relação autoritária” (SADER, 1998, p. 70). Na mesma obra, na tentativa de estabelecer uma diferenciação, afirma que os governos totalitários podem ser considerados enquanto “formas de organização do poder no centro do qual se localizaria um espaço vazio, ocupado pelo líder” (Idem, p. 71), sendo que o tipo autoritário “se assemelharia a uma pirâmide, cuja fonte

diversas formas de imposição de obediência. Neste sentido, abordaremos o autoritarismo, considerando a vigência da dominação burguesa como uma relação estreita que age de forma contínua e sob formas diversas de adaptabilidade às situações adversas com que se defronta, decorrente da correlação conjuntural de forças. Essa dominação tenciona por manter a ordem social perante perspectivas prováveis da sua desagregação.

Para se compreender o recurso ao autoritarismo na sociedade capitalista, é necessário compreender que o Estado não necessariamente é a origem nem o *locus* privilegiado da sua construção. Concebemos que o Estado

É antes um produto da sociedade, quando este chega a um estado determinado do seu desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade está tolhida por uma contradição indissolúvel com ela própria, cindindo-se em oposições inconciliáveis que ela é impotente para conjurar (ENGELS, 1987, p. 191).

A funcionalidade e importância do seu papel sustentam-se na concepção de aparente neutralidade do Estado, como árbitro “legítimo” para que o antagonismo de classes não conduza ao extermínio da sociedade, fiel guardião da ordem baseada na propriedade privada. O poder que o Estado esgrime emana da sociedade, mas se coloca acima dela, tornando-se cada vez mais distante, estranhando-a. Essas características persistentes na sociedade nos permitem afirmar que a existência das classes se ampara numa miríade de relações autoritárias em todos os seus níveis de organização, funcionamento e transformação.

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos in-

de autoridade é externa a si mesma, com a sede do poder situada no seu topo, de onde se difundiria o poder para o resto da pirâmide” (Ibidem). Afirma ainda, após análises das elaborações de Arendt e Hobsbawn, que o parentesco entre as teorias do autoritarismo e do totalitarismo possuem intensas imbricações condicionadas – principalmente esta última – pelos “vaivéns da Guerra Fria” (Idem, p. 74).

teresses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global) (FERNANDES, 1979, p. 13).

O caráter autoritário inerente à sociedade de classes nos conduz a interpretar a existência de uma contínua “potencialidade autoritária” num âmbito mais abrangente, que pode se agudizar na medida em que se apresente um período de crise e/ou perante a probabilidade de desmoronamento do sistema. Essa situação se precipita quando “os requisitos do contrato, do consenso e da representação sofrem um debilitamento, que se traduz por uma exacerbação das formas de dominação burguesa” (FERNANDES, 1979, p. 13). Assim, a necessidade emergencial de enrijecimento da relação democrática está implícita enquanto recurso ao autoritarismo: “ao monopólio da dominação burguesa corresponde um monopólio do poder político estatal: sem nenhuma mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático, em que está embutido” (Idem, p. 14).

Quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade. Quando as forças antiburguesas ganham saliência, a história prevalece e o elemento democrático se expande, amparado nos interesses e situações de classe da maioria (Ibidem).

Fundamentados nestas elaborações, estamos possibilitados a pensar que as modalidades democráticas ou totalitárias dos regimes de dominação estão condicionadas à correlação de forças existentes na sociedade, dentro dos estreitos limites da legalidade burguesa. Isto significa que, enquanto não estejam ameaçadas a propriedade privada e a expropriação privada da riqueza socialmente produzida, é possível deter diversos graus de participação democrática combinadas com variadas expressões autoritárias. É importante salientar que o autoritarismo se encontra intimamente vinculado à concentração do poder e da violência, exercida legitimamente pelo Estado de forma monopólica – neste aspecto, pontualmente, tanto Weber quanto Marx coincidem –, sempre com a justificativa de salvaguarda da institucionalidade vigente e, não raro, eufemisticamente, como uma forma de salvar a democracia.

A seguir abordaremos a relação existente entre os conceitos de democracias, mercados e sociedade civil. Num segundo momento, discutiremos os alcances da teoria que ergue a democracia como valor universal, para posteriormente avaliarmos os processos de democrati-

zação na América Latina e a inserção da discussão sobre as possibilidades de sua consolidação institucional.

Democracia, mercados e sociedade civil

A concepção democrática que norteia as modalidades vigentes pode ser procurada nas elaborações dos Federalistas. Como decorrência dessa visão, observa-se um afastamento do poder do “povo” das possibilidades de ingerência direta nas decisões e, portanto, um estreitamento da esfera da ação política⁷⁹, expressa nas características que o paradigma de representatividade tem assumido. Neste sentido, constrói-se uma cidadania passiva que, de forma desagregada e individualista, delega um amplo poder decisório aos representantes, que em número reduzido aproximam-se de um regime aristocrático ou, às vezes declaradamente oligárquico (HOBSBAWM, 1989; PRZEWORSKI, 1994; PNUD, 2004a; 2004b).

Os gregos antigos consideravam a democracia (a moderada conforme Platão e Aristóteles) como um arranjo que visava equilíbrio entre o poder político dos ricos e pobres. A formalização contemporânea do seu exercício não pondera ser um obstáculo deixar de lado essa perspectiva de igualdade de forças na sua composição, pois não existe incompatibilidade entre governos pelos ricos e o procedimento sustentado no sufrágio universal que conduz ao exercício do poder decisório por poucos. Um elemento que diferencia a antiga concepção de democracia com a atual se vincula à separação do “político” com o “econômico”, assim se opera a cisão entre esfera política e a “sociedade civil” ou “economia” (WOOD, 2003).

A estrutura social do capitalismo altera o significado de cidadania, assim a universalidade dos direitos políticos – em particular, o sufrágio adulto universal – deixa intactas as relações de poder de uma maneira até então desconhecida. É o capitalismo que torna possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem

79 Neste sentido, Wood (2003) afirma que a concepção de Hamilton conduziu “a um esvaziamento completo de todo conteúdo social do conceito de democracia e um conceito de povo de que foram suprimidas as conotações sociais” (p. 190).

efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração em outras esferas (Idem, p. 193).

Assim, assiste-se à invenção da democracia formal durante o século XVIII nos EUA, com base em uma redefinição da democracia esvaziada de conteúdo social, através da anulação dos critérios sociais na definição de democracia e na concepção de liberdade associada a ela. Dessa forma, ergue-se um contraste nítido entre democracia e a forma republicana de governo, que adota o formato de “democracia representativa”, como tentativa de afastar o governo exercido pela multidão – sob o mote de “tirania da maioria” (LIMONGI, 1989). Torna-se particularmente evidente, a partir da segunda metade do século XIX, no bojo da crescente mobilização organizada das massas, a tentativa de retirar o caráter popular da democratização política⁸⁰. Decorrente dessa mudança, a partir daquele momento, enfatiza-se “o exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual” (WOOD, 2003, p. 196).

Precisamente, a ressignificação do conceito de liberdade no âmbito do surgimento das relações sociais capitalistas se insere numa realidade em que as condições políticas ou jurídicas não balizam decisivamente as nossas oportunidades de vida, mas estão em grande parte para além do alcance de nossas identidades políticas e legais. Assim, essa democracia liberal se caracteriza pela existência de uma esfera política separada, na qual as condições extraeconômicas (política, jurídica ou militar) não interferem diretamente no poder econômico e no poder de apropriação, de exploração e de distribuição (GUIMARÃES, 1998).

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o liberalismo consolida-se como discurso político moderno não somente como um conjunto de ideias e instituições criadas para limitar o poder do Estado, mas também como um **substituto** da democracia, que está mais vinculado à afirmação do poder das classes dominantes **contra** o povo. “Os benefícios indiscutíveis dessa

80 Na busca de refletir criticamente o caráter aparente da ampliação de direitos civis Hobsbawn (1989, p. 88) observa que “a era da democratização transformou-se na era da hipocrisia”, sendo que, em contrapartida ao aumento de direitos individuais, prevalece a concentração do poder em poucas mãos detentoras de riqueza.

ideia “liberal” não devem ocultar que o fato de ter substituído a democracia foi na verdade um projeto contrarrevolucionário – ou no mínimo um meio de conter revoluções já em andamento, não permitindo que ultrapassem limites aceitáveis” (WOOD, 2003, p. 198). Essa concepção se relaciona estreitamente ao destacado papel que o mercado desempenha na sociedade: um espaço de crescentes oportunidades de realização da sua felicidade individual, através das opções de consumo disponíveis. Tanto é assim que o mercado é concebido como uma esfera de liberdade, de escolhas, onde as perspectivas de regulação são vistas como limites conjunturais tendentes a manter e a restabelecer a ordem social. Essa concepção fetichizada do mercado mascara as relações coercitivas e hierárquicas que imperam no âmbito da reprodução do capital⁸¹. Essas afirmações tencionam por afirmar que

[...] una economía de mercado, regida pelas leyes de la competencia pura y perfecta, tiende de forma espontánea hacia una situación de pleno empleo y de asignación óptima de los recursos, equilibrio que es además óptimo desde el punto de vista social (FITOUSSI, 2004a, p. 330)

A esfera de liberdades econômicas colide frontalmente com a pretendida liberdade democrática, pois na atual conjuntura a tutela exercida pelo mercado interfere diretamente na qualidade e na quantidade de políticas sociais em âmbito nacional – diminuindo os investimentos –, aumentando as ingerências monetárias que repercutem diretamente nos sistemas de distribuição de riquezas. No âmbito destas considerações, decorrentes das análises da situação contemporânea, pode-se pensar que, quanto maior a autonomia do mercado, menos ingerência do Estado (portanto menor perspectiva de melhora nas condições de vida do conjunto da população) e, por sua vez, menores possibilidades de exercício democrático do poder, pois acontece um esvaziamento do poder decisório, remetendo inexoravelmente à sua

81 É indispensável destacar que o capitalismo não consiste somente numa mudança profunda na configuração do poder social, “uma nova divisão de trabalho entre o Estado e a propriedade privada ou classe, mas também marca a criação de uma nova forma de coerção, o mercado – o mercado não apenas como uma esfera de oportunidade, liberdade e escolha, mas como compulsão, necessidade, disciplina social capaz de submeter todas as atividades e relações humanas às suas exigências” (WOOD, 2003, p. 216).

versão minimalista e formal como ideal de realização (HARVEY, 2004; FITOUSSI, 2004a)⁸². O argumento exposto torna-se explicativo das razões pelas quais “la región enfrenta un vacío político producido por un proceso de subordinación de lo político y lo social al dinamismo de la economía de mercado” (CALDERÓN, 2004a, p. 194).

Desde os alvares do capitalismo, o mercado tem se expandido para além da capacidade de enfrentamento da democracia, ao mesmo tempo em que a democracia liberal não desenvolve mecanismos – institucionais ou do seu sistema de valores – para interferir ou mudar o curso dos domínios do poder econômico. Um conceito que tem se tornado o centro das elaborações atuais, particularmente na América Latina, como forma de confrontar ou restringir a ação do mercado e do Estado, é o de sociedade civil (DOHERTY, 2001).

A sociedade civil frequentemente é identificada como uma arena de potenciais liberdades, de exercício da autonomia, de associação voluntária e de plural expressão dos conflitos da sociedade fora da esfera Estatal. Ela tenciona por abrigar a complexidade plural e heterogênea da moderna sociedade.

Ele pode designar a própria multiplicidade contra as coerções do Estado e da economia capitalista; ou, o que é mais comum, ele pode englobar a “economia” numa esfera maior de instituições e relações não estatais. Nos dois casos, a ênfase está na pluralidade das relações e práticas sociais, entre as quais a economia capitalista é apenas uma entre muitas (WOOD, 2003, p. 208).

Para o estabelecimento dessa concepção de sociedade civil foi necessário, ainda que não suficiente, a consolidação da moderna ideia de Estado como entidade abstrata com sua própria identidade corporativa, que evoluiu com a ascensão do absolutismo europeu. Porém, a completa diferenciação conceitual da “sociedade civil” exigiu o surgimento de uma “economia” autônoma, separada da unidade do “político” e do “econômico”, que ainda caracterizava o Estado absolutista. A sociedade civil expressa o não-Estado, o aspecto social como antíteses ao Estado, identificada com o político por excelência. Ela se ergue em ferramenta privilegiada de

82 As afirmações vinculadas ao exercício da democracia para a situação específica da América Latina serão melhor avaliadas no capítulo seguinte.

controle e amortecimento das ações opressivas e autoritárias do Estado. Por sua vez, a sociedade civil resgata a preocupação liberal de limitar e legitimar o poder político, ao mesmo tempo em que a coloca como lugar de exercício da liberdade de associação e de organização autônoma na sociedade no âmbito do pluralismo e da diversidade (DOHERTY, 2001; PRZEWORSKI, 1994), tão cara ao ideário liberal. Essas características visam questionar as análises marxistas que, segundo os liberais, desconsideram e reduzem a complexidade da sociedade atual pelos determinantes econômicos infraestruturais (MONTAÑO, 2003).

Com efeito, a configuração da sociedade civil coloca em igualdade de condições as instituições e relações do capitalismo com associações civis e voluntárias, impedindo a visualização da perspectiva totalizadora do capitalismo e a sua necessidade do poder coercitivo. Ao afirmar o caráter fragmentado e sem hierarquia da sociedade capitalista, ao negar a possibilidade de uma explicação totalizante e ao assimilar a sociedade civil com a pluralidade, a liberdade e autonomia política, intelectual e de organização, estamos impedidos de vislumbrar o caráter expansionista e disciplinador do sistema capitalista em todos os aspectos da vida⁸³. Isto conduz a afirmar que a separação entre Estado e sociedade civil no Ocidente não somente gerou modernas formas de liberdade e igualdade, como também reformulou as formas de dominação e coerção. Porém, para compreender o estatuto de crescente relevância que a “sociedade civil” angariou, é necessário estudar a sua especificidade como nova forma de poder social. Isto implica entender que muitas das funções coercitivas que pertenceram ao Estado foram transferidas para a esfera “privada”: a propriedade privada, a exploração de classe e os imperativos do mercado. Em outras palavras, estamos perante a privatização do poder público, que criou o mundo historicamente novo da “sociedade civil”⁸⁴. Isto significa que, ao considerarmos uma

83 Análises pormenorizadas em torno da disciplina social decorrente da sociedade capitalista podem ser consultadas nas elaborações de Michel Foucault, particularmente nas suas obras *Vigiar e Punir*, *Microfísica do Poder*, *História da Loucura*, *História da Sexualidade* e *A Ordem do Discurso*.

84 A crescente evidência que o mercado assume na presente conjuntura globalizada da sociedade permite afirmar que, cada vez mais, consolida-se o caráter autoritário das relações sociais. Isto se torna mais compreensível se observamos que as regras vigentes na sociedade se encontram fora do âmbito popular das decisões políticas. O conceito de globalitarismo, cunhado por Ramonet (1998), aproxima-se dessas considerações.

nova relação “público” e “privado”, deparamo-nos com uma concepção de “privado” mais abrangente da que possuíamos no período anterior.

Representa uma rede particular de relações sociais que não apenas se coloca em oposição às funções coercitivas, “policiais” e “administrativas” do Estado, mas também a transferência dessas funções, ou, no mínimo, de uma parte significativa delas. Ela gera uma nova divisão do trabalho entre a esfera “pública” do Estado e a esfera “privada” da propriedade capitalista e do imperativo de mercado, em que apropriação, exploração e dominação se desligam da autoridade pública e da responsabilidade social – enquanto esses novos poderes privados dependem da sustentação do Estado por meio de um poder de imposição mais concentrado do que qualquer outro que tenha existido anteriormente (WOOD, 2003, p. 217-8).

Essa avaliação da composição, do qual decorrem a sua ação subsequente, conferem a essa concepção de sociedade civil uma proximidade considerável com a estrutura do mercado, colocando-a a mercê dos desígnios deste último, sem a possível interferência do Estado e da “política”. Ainda que se confira ao mercado a visão idealista do liberalismo clássico de império da igualdade e de condições de competição – característica superada no início do século XX com a monopolização crescente do capital –, não é possível negar a influência coercitiva de imposição de suas regras e valores às atividades e relacionamentos humanos.

Em oposição à concepção amplamente difundida, a “sociedade civil” apresenta a coerção como destacado princípio constitutivo, pois as funções coativas do Estado no âmbito econômico foram, em grande parte, delegadas para imposição doméstica no seio da sociedade civil. Um aspecto não menos importante para ilustrar essa relação se evidencia no frequente apoio que o Estado, como representante do “público”, exerce em relação ao setor “privado” da sociedade civil (MONTAÑO, 2003).

A separação entre o econômico e o extraeconômico mistifica as relações de classe no capitalismo, pois “a igualdade jurídica, a liberdade contratual e a cidadania do trabalhador numa democracia capitalista obscurecem as relações ocultas da desigualdade econômica, ausência de liberdade e exploração” (WOOD, 2003, p. 241). Além disso, ao mesmo tempo em que o capitalismo cria a categoria eminentemente econômica de classe, também constrói a concepção de que a economia, e, portanto a classe, constitui somente mais uma categoria pos-

sível de ser investigada no âmbito não hierárquico das categorias societárias, diluindo e desvalorizando as análises de classes na complexa vastidão da sociedade civil. Assim declinam-se os bens políticos, em detrimento da autonomia da esfera econômica e privilegia-se a liberdade de condições para a exploração capitalista em prejuízo da intervenção ou regulação das funções estatais públicas, sustentada no fortalecimento de uma clivagem que enfatiza uma esfera puramente “política” distinta da “economia”, que se desdobra na construção, pela primeira vez, de uma “democracia” apenas política, isenta das implicações econômicas e sociais presentes, por exemplo, na antiga democracia grega.

As discussões apresentadas, vinculadas à expansão e intensificação planetária do mercado, frequentemente conduzem a uma generalização dos valores democráticos, apresentados como suposta panaceia a ser atingida, sem considerar a desigualdade combinada decorrente da hierarquização do sistema mundo.

Análise crítica da concepção de democracia como valor universal

No debate que procura apresentar ou construir alternativas aos problemas políticos, econômicos e sociais em curso, ocupam a cena as elaborações que defendem o fortalecimento ou aprofundamento da democracia e suas instituições associadas como uma política possível de ser construída⁸⁵. Esse debate tem sido de particular relevância no percurso do período da luta pela disseminação dos regimes democráticos na América Latina, na perspectiva de superar os anos de autoritarismo imperantes nos anos 1960-70.

Uma ampla gama de intelectuais aborda a questão democrática com evidente recusa a adjetivá-la – particularmente quando a referência se remete aos antagonismos de classe –, sugerindo um retorno à sua concepção como um valor universal. Frequentemente, as qualificações admitidas se limitam à representatividade ou às perspectivas da sua ampliação – como a participativa, deliberativa ou social. Um argumento precípuo se ancora nas transformações que

85 No espectro que apresenta essa perspectiva podem ser consideradas as elaborações que decorrem de Jürgen Habermas, até mais recentemente de Anthony Giddens – sempre considerando as nuances das suas propostas particulares. Torna-se pertinente, para o aprofundamento deste debate, as análises de Guimarães (1998) das teorias vinculadas ao marxismo.

o capitalismo tem experimentado nas últimas décadas, que teriam provocado uma nova “onda democrática”⁸⁶ que tomara conta principalmente do Ocidente. Mas o que se torna evidente na afirmação da profusão de diversidades que dominaria a cena “pós-industrial” ou “pós-moderna”, ao questionar as bases das mudanças esgrimidas, é que esse “novo” capitalismo não elimina o que lhe é básico e intrínseco, a sociedade de classes. Com desmesurada intensidade, os exegetas do mercado se esforçam para disseminar confusão em torno da existência atual de classes, arguindo a crescente complexidade da sociedade, assim como uma suposta escassa eficácia das análises do materialismo histórico. Para isto, torna-se necessário reafirmar “que uma sociedade de classes diferente não é o mesmo que uma sociedade de classes sem capitalismo” (FERNANDES, 1979, p. 21).

A discussão intelectual acerca da importância da democracia como regime político a ser conseguido se fortalece na América Latina nos anos 1960-70, incentivadas pela procura de alternativas políticas das diversas expressões do espectro de esquerda⁸⁷, perante a cruenta realidade das ditaduras vigentes em diversos países. É importante frisar a mudança de interesses demonstrada pelos setores de esquerda, pois, anteriormente, sob égide do Partido Comunista da URSS, brandia um projeto etapista de revolução e, num segundo momento, no embalo de diversos acontecimentos internacionais, mais particularmente da Revolução Cubana (1959), optaram pela luta armada (TÓTORA, 2004). Assim, refratários até os anos 70 do século passado às possibilidades de transformação social que coloca a questão democrática no cerne da discussão⁸⁸, esses segmentos políticos empreendem “nova” modalidade de atingir a mudança

86 Segundo Huntington (1994), entre 1974 e 1990 cerca de trinta países ocidentais passaram do autoritarismo à democracia, configurando a terceira onda democratizante. As duas primeiras teriam acontecido no século XIX e após a Segunda Guerra Mundial. Para o autor, essas quase duas décadas se erguem numa terceira onda pelo número de países, praticamente o dobro se comparado ao período imediatamente anterior, situação que o mobiliza na busca de explicações.

87 Sumariamente, consideraremos como esquerda “as formas políticas e sociais comprometidas com alguma forma de socialismo enquanto alternativa à sociedade capitalista” (TÓTORA, 2004, p. 64).

88 Essa denominação generalizante não visa contemplar a totalidade da esquerda, senão aos setores que se tornaram seus porta-vozes socialmente reconhecidos. Nesta análise, estamos nos referindo, particularmente, aos intelectuais que militaram no âmbito da concepção que provinha do Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, as linhas gerais dessa política de “acumulação” no seio da sociedade civil ancorada na aliança

social e política. Por sua vez, o crescente interesse em torno desta temática está atrelado às crescentes desilusões e críticas que setores da esquerda experimentavam com os regimes stalinistas do Leste Europeu.

Desta feita, para amplos setores “progressistas” e da esquerda, com referências na concepção comunista⁸⁹ de transformação econômica e social, a democracia deixa de ser um meio para se tornar um fim, para se erguer como um valor em si mesmo, um objetivo último a ser atingido. É abundante a bibliografia que reforça essa concepção no pensamento ocidental, mas para fins de dialogar criticamente com esta tendência, focalizaremos as elaborações de Coutinho (1979), que se tornaram uma referência no assunto. Em última instância, a consolidação dessa perspectiva estratégica para o papel da democracia destitui a visão “instrumentalista” e “taticista” que o pensamento político da esquerda latino-americana brandiu durante décadas anteriores (NAVARRO DE TOLEDO, 1987; 1994).

[...] é preciso apreender a história à luz de um presente em que a democracia tornou-se um móvel de luta comum de distintas forças políticas e sociais. Portanto, aderir à democracia, confere às esquerdas na contemporaneidade, possibilitando-lhes, com outras forças políticas, o sentido da democratização (TÓTORA, 2004, p. 67).

social e eleitoral sistemática com setores considerados “progressistas”, foram assumidas por uma crescente camada de novos quadros que viram a compor a concepção predominante da direção política do então nascente Partido dos Trabalhadores (TÓTORA, 2004).

89 Moraes (2001) aponta com acuidade as posições que, dos anos de 1960 a 1990, têm se construído como alternativa ao desenvolvimento capitalista. Uns são os herdeiros e defensores da Segunda Internacional, aos quais nos referimos reiteradamente como “progressistas” ou reformistas – ao defenderem *a la Bernstein* as perspectivas gradualistas de transformação econômica e social por dentro da institucionalidade burguesa. Na mesma senda, estão os partidários das políticas oficiais advindas das diretrizes do Partido Comunista da URSS, aos quais nomeamos como comunistas – estes, durante décadas, alimentaram esperanças de transformação do capitalismo a partir da política de revolução por etapas, sustentada na colaboração de classes com os setores “progressistas” da classe dominante, para realizar a revolução burguesa e, na etapa seguinte, acumular forças para realizar a revolução (desnecessário dizer os resultados práticos dessa política, pois conduziram partidos e milhares de militantes a derrotas sucessivas) –, que concebia a possibilidade de transformação radical do capitalismo de forma gradual ou etapista, o que os conduzem, na prática, às mesmas políticas.

O estratagema mais frequente é relacionar a defesa da democracia à modernidade, qualificando as críticas providas do marxismo como pertencentes ao “período jurássico” da política. Decorrentes desta ótica, a “esquerda moderna” confere à democracia – ou na sua variante mais contemporânea, a democratização – tamanha radicalidade que a aproxima ao *status* de uma revolução.

Se, ontem, ela pôde ser um instrumento da burguesia nas suas lutas revolucionárias, hoje a “democracia moderna” se constitui no instrumento *por excelência* do avanço popular. Não tendo necessariamente um caráter classista, a democracia no capitalismo é um instrumento neutro. (NAVARRO DE TOLEDO, 1987, p. 227, grifos no original).

Parafraseando elaborações providas da matriz gramsciana de disputa do poder, Weffort (1984) considera que a luta pela hegemonia política no interior do jogo democrático é a forma “moderna” que a luta assumiria. Assim, a concepção de conteúdo que se atribui à democracia é considerada obsoleta, pugnando-se, adiante, pela obtenção de uma crescente hegemonia popular ou operária nos estreitos limites da institucionalidade⁹⁰.

Essa linha de pensamento afirma que as ampliações do espaço institucional no Estado, decorrentes da democratização e como resultado das lutas populares, modificaram o seu “caráter de classe”, deixando de ser instrumento de dominação de classes, para se transformarem em espaço privilegiado da luta de classes. Assim,

A negação da natureza de classe das instituições políticas vigentes no capitalismo, bem como a afirmação da possibilidade da hegemonia popular nos regimes democráticos modernos, implica a admissão do caráter neutro dos aparelhos repressivos e ideológicos existentes, sejam eles estatais ou privados. Isso significa que não haveria limites intransponíveis ou obstáculos estruturais para a ação das massas populares e dos trabalhadores em suas lutas pela ampliação e expansão da ordem política democrática (NAVARRO DE TOLEDO, 1994, p. 30).

90 Para Coutinho classificar a democracia enquanto burguesa é incorrer em “grosseiro equívoco”, de acordo com Moraes (2001).

Para essa perspectiva, a “democracia de massas” a ser alcançada visa, através de uma gradual inserção no aparelho do Estado capitalista, antecipar a “sociedade socialista realmente democrática” pela via pacífica. Portanto, o percurso a trilhar reedita as surradas teses da social-democracia e do eurocomunismo, encaminhando-se através do alargamento crescente da democracia política – aliada às cada vez mais abrangentes e profundas reformas sociais e econômicas –, que conduziriam à emergência de uma nova sociedade. Ao mesmo tempo, essa perspectiva não se distancia das prescrições dos programas políticos dos Partidos Comunistas da era stalinista, que também defendiam a necessidade de aprofundamento da democracia como uma forma de inserção institucional dos setores populares e dos trabalhadores como uma via rápida para se trilhar o caminho do socialismo (MORENO, 2003; MORAES, 2001). Mais uma vez nos defrontamos com a defesa de uma estratégia processual e pacífica de transição contra o “caráter explosivo” da revolução socialista⁹¹ (COUTINHO, 1979).

A partir de uma interpretação particular das elaborações gramscianas⁹², esse ponto de vista concebe a possibilidade de construir uma hegemonia popular e operária anterior à conquista do Estado capitalista e sem ter atingido mudança alguma na estrutura das relações de produção vigentes⁹³. Isto está associado a uma via linear de transformação social, omitindo o caráter autoritário intrínseco ao sistema capitalista, considerando a sustentação e reprodução desse sistema sobre pilares meramente consensuais – através da inestimável funcionalidade da ideologia e das culturas dominantes –, relevando a sua face repressiva e coercitiva. Desse modo, para os defensores incondicionais da democracia, depreende-se que a “**luta fundamen-**

91 Essa discussão reedita, de forma diversa, as elaborações de Gramsci em torno das características das revoluções no Oriente e no Ocidente. Para os defensores da democratização “a revolução torna-se sinônimo de democratização, cujo significado processual está implícito nessa denominação” (TÓTORA, 2004, p. 82).

92 Podem ser encontradas em Gramsci as matrizes do pensamento democrático da esquerda, mas não é possível lhe imputar a paternidade da discussão em torno da sobrevalorização ensaiada pela corrente de pensamento em análise (TÓTORA, 2004; MORAES, 2001).

93 Construindo uma interpretação muito particular da teoria da hegemonia em Gramsci essa estratégia política privilegia a “guerra de posições” em detrimento da “guerra de movimento”. É importante lembrar que essa discussão é profícua no âmbito do marxismo (Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, Gramsci, entre os mais importantes), sendo que a perspectiva que deve ser afirmada concebe, no mínimo, um grande equívoco à desvinculação da guerra de posições da guerra de movimento.

tal a ser travada pelos trabalhadores no Ocidente capitalista seria a **conquista da hegemonia**” (NAVARRO DE TOLEDO, 1987, p. 278, grifos no original).

Outro aspecto relevante desta análise deve considerar as dificuldades em sustentar a tese da possibilidade de construção da hegemonia civil no Estado capitalista, pois não é possível esquecer que os trabalhadores não possuem os meios materiais essenciais da produção ideológica e cultural na sociedade. Este argumento é facilmente perceptível se considerarmos o poder ideológico crescente que os meios de comunicação de massas exercem na consciência política das massas. A possibilidade de construção de uma hegemonia que conduza ao socialismo por dentro da institucionalidade do Estado alimenta uma concepção antiga no debate socialista: que o Estado se encontra em disputa; abstraindo que ele não só é construído, como também configurado à imagem e semelhança das classes dominantes. Mas, para os defensores da democracia como valor universal, de acordo com Tótora (2004), essas leituras estão presas ao passado, da época das elaborações de Marx, nas quais o Estado possuía uma visão negativa, pois não permitia a participação popular. Aliada a essa visão neutra do Estado – de que este Estado não está a serviço da burguesia –, é facilmente possível derivar uma outra conclusão equivocada: que a democracia seria um valor exclusivo das classes trabalhadoras⁹⁴. Perante essas asseverações, é indispensável ressaltar que “as análises dos clássicos do marxismo ainda conservam sua pertinência teórica: a realização da democracia representativa, na ordem capitalista, constitui e difunde a ideologia do Estado neutro e do Estado representante da totalidade da população” (NAVARRO DE TOLEDO, 1994, p. 34).

Já Nicos Poulantzas, mesmo na sua última fase intelectual, não deixou de reconhecer que as massas populares e trabalhadoras não conseguem ter posições de poder autônomo dentro do Estado capitalista. Elas desempenham um eminente papel como dispositivos de resistências, como elementos de tensão ou aprofundamento das contradições no seio do Estado capitalista. Neste contexto, pode-se afirmar que as conquistas democráticas são decor-

⁹⁴ É inegável o fato de que a construção de espaços democráticos e de reconhecimento de direitos civis e políticos no âmbito da sociedade capitalista são decorrentes da aguerrida luta dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo está se negando a capacidade de flexibilização e adaptação que foi desenvolvida pelo sistema do capital nesse percurso (FERNANDES, 1979).

rentes das intensas reivindicações dos movimentos sociais e de trabalhadores, na perspectiva de melhoria nas condições materiais de vida, e não se configuram como um súbito espasmo edificante das classes dominantes em torno de valores de justiça social, racionalidade ou busca do bem comum.

A intensa onda ideológica, política e social que se instaura após o fim da denominada bipolaridade política no cenário internacional, com a queda do Muro de Berlin e a desagregação da URSS, tem conduzido importantes pensadores marxistas a se tornarem dissidentes ou abandonarem as antigas análises em nome da defesa da democracia. Nesse contexto, é imprescindível ponderar que “A democracia é, sem dúvida, um valor, mas ela não escapa às determinações da sociedade civil. Por isso, não pode ser representada como um valor em si e, muito menos, como um valor absoluto” (FERNANDES, 1995, p. 129).

É inegável a importância da democracia – ainda que dentro das estreitas limitações impostas pela valorização do capital –, pois ela permite às classes populares e trabalhadoras ampliar os espaços de ingerência na institucionalidade vigente e um melhor usufruto dos direitos civis (como os de liberdade de expressão, de reunião e de participação política).

O valor da democracia política na ordem do capital reside nas possibilidades abertas para os trabalhadores e camadas populares melhor se organizarem politicamente e combaterem a hegemonia cultural e ideológica da burguesia. A democracia cria, assim, as melhores condições para os trabalhadores lutarem pela construção de uma sociedade sem privilégios e sem discriminações (NAVARRO DE TOLEDO, 1994, p. 35).

Conforme Tótor (2004), “a ‘democracia de massas’ seria para Coutinho, a concepção marxista de democracia” (p. 88), ao passo em que considera o parlamento como espaço privilegiado de realização da “hegemonia negociada”. Essa concepção de democratização conduz também à retirada da classe operária da direção para o socialismo, convocando conjuntamente outros setores sociais para tal tarefa – designados como “populares” (p. 101) –, no âmbito da construção de uma institucionalidade híbrida, que combina formas representativas e diretas da democracia.

Ainda que o regime democrático sob o capitalismo facilite a organização política dos trabalhadores, a sua continuação – ou eventual aprofundamento – encontra-se condicionada

ao simples fato de não ameaçar os seus fundamentos, pois, quando as contradições de classe no seio da sociedade prenunciam qualquer ameaça aos elementos essenciais do capitalismo (a extração de mais-valia e a propriedade privada), decorrentes de uma maior organização popular e dos trabalhadores no âmbito do exercício democrático, as classes dominantes podem conduzir imediatamente à emergência da característica inerentemente autoritária do sistema capitalista, pela coação violenta e repressiva, com vistas a restabelecer a “ordem”.

A abstração do caráter autoritário da dominação capitalista facilita o fortalecimento de tendências de pensamento que canonizam e fetichizam o valor da democracia, frequentemente desprezando as suas características limitadoras e limitadas de exercício⁹⁵. É manifesto que a democracia é um valor para o socialismo, mas sua perspectiva revolucionária do socialismo o exime de fetichizar qualquer instituição.

Na ordem capitalista tudo é possível de se transformar em mercadoria: objetos, ideias, instituições. Parafraseando a análise que Marx faz do fetichismo, pode-se afirmar que a democracia, na esfera do capital, também é capaz de produzir “sutilezas metafísicas” e encantamentos religiosos [...] Tornando-se “confiável” para liberais e social-democratas, passa a aceitar (e ostentar), prazerosamente, a designação de “moderna” e “civilizada” (NAVARRO DE TOLEDO, 1994, p. 38).

Ao aceitar a separação entre o econômico e o político na análise da sociedade capitalista, incorre-se à fetichização do Estado, ao considerá-lo neutro e factível de se sensibilizar às reivindicações da maioria, bem como de esperar que essa instituição venha a realizar a prometida separação entre público e privado⁹⁶. As inúmeras ciladas a que estamos expostos ao refletir em torno da questão democrática ganham maior complexidade ao remetermos esse debate

95 Para ilustrar mais uma vez o caráter autoritário da dominação no capitalismo – em particular sua característica hierárquica e seus estratagemas de controle social e o recurso coercitivo de exercício –, é procedente trazer à baila Moraes (2001, p. 39), que concebe que “o Estado é a organização centralizada dos meios de dominação social e que sua ossatura compõe-se de arcabouços armados (até os dentes, nas potências imperiais)”.
96 Essa visão da realidade conduz à “esquerda moderna” a empenhar todas as suas energias na luta pela moralização do Estado, frequentemente materializada no combate à corrupção e na luta contra o “mau funcionamento” das instituições – inerentes ao Estado de classes.

à América Latina. As discussões da “esquerda democrática” – que tenciona a transformação social no âmbito da institucionalidade – têm dedicado maior zelo à condenação sistemática e permanente da concepção instrumentalista da democracia e das tendências que, com frequência, defendem saídas autoritárias às crises institucionais, deixando de lado a preocupação com o tema da ruptura política revolucionária, pois o abandono dessa temática nas elaborações no interior dos partidos e organizações socialistas pode denotar, nos seus desdobramentos práticos, o desinteresse da transformação da institucionalidade burguesa.

No debate contemporâneo não se pode abstrair o pouco empenho que as classes dominantes dos países da América Latina têm demonstrado na defesa da ordem democrática, já que nunca têm hesitado em valer-se da violência concentrada – desvelando a feição autoritária da dominação sob o capitalismo –, seja através de recursos institucionais ou privadamente legitimados. Na procura por neutralizar os avanços populares, as concepções advindas dos espectros da esquerda não devem ceder às ilusões da social-democracia e da liberal-democracia (NAVARRO DE TOLEDO, 1994; BORÓN, 2002).

Pelo antes exposto, é imperativo identificar à qual democracia estamos nos referindo. Com certeza não é àquela que se empenha em manter o *status quo* das classes dominantes, que sacraliza a apropriação individual da riqueza socialmente produzida, baseada na propriedade privada, considerando-a um procedimento de sucessão de representantes legitimada pelo sufrágio universal.

Na demorex [democracia realmente existente], ao predomínio dos interesses burgueses correspondem os fins supremos do liberalismo; a minoria mais protegida é a oligarquia (etimologicamente, o poder de poucos) que comanda a valorização do capital (MORAES, 2001, p. 20).

Por isso, eminentemente, é possível qualificar os atuais regimes vigentes como democracias burguesas, precisamente pelo fato de que são os interesses desta classe que prevalecem no comando do Estado, independente do regime político.

A democracia só é legítima quando encontra ou recebe o consenso “burguês”. Ou, o que é pior, dilui a classe operária em uma massa amorfa, que opera como elemento de manobra da “ordem” [...] O poder se concentra no tope: os “mais iguais” não encon-

tram a legitimidade do exercício da dominação ameaçada. Ao contrário, há uma lógica e uma mística do consenso democrático, que coloca o subproletário e o proletário ao lado do estabelecimento, (do “*establishment*”, da “lei”, da “ordem”, do que é “estabelecido” e “seguro” etc.) como campeões da *democracia* e do *estilo democrático de vida* (FERNANDES, 1979, p. 26, grifos no original).

A qualificação de burguês ao regime político realmente existente no capitalismo visa diferenciá-lo das concepções que consideram o exercício democrático não somente como um mecanismo jurídico-legal legitimado pelo sufrágio universal – também denominado de democracia restrita ou formal –, mas retomar a necessidade de construir a socialização dos meios econômicos e políticos de satisfação das necessidades – esta considerada democracia substantiva. Mas, para que esta última seja alcançada é indispensável retomar as discussões acerca dos mecanismos que conduzam à ruptura da sociedade de classes.

O processo e a luta pela democratização na América Latina

É indispensável registrar que não são escassas nem insensatas as análises críticas apresentadas pelos próprios defensores da democracia burguesa – frequentemente retomando as análises de Rousseau, Montesquieu ou Tocqueville, entre outros – para apontar as debilidades e dificuldades da representação. Mas estas análises se detêm à ameaça iminente de abordar as razões da desigualdade econômica e, principalmente, a desvendar a exploração dos trabalhadores em benefício da burguesia. Esse aspecto conduz às elaborações precedentes em torno dos aspectos relevantes da teoria democrática e ganha contornos característicos na América Latina, particularmente se resgatamos a persistência do caráter dependente da sua inserção no espaço econômico, cultural e político, conduzido pelas sucessivas configurações hegemônicas.

Em consequência, a institucionalização do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político tornou-se impossível. Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como “os interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (FERNANDES, 1981a, p. 12).

O contexto esboçado, evidentemente, mantém-se em essência vigente. A hegemonia no cenário internacional se deslocou das nações europeias para os EUA; sendo necessário enfatizar que o atual estágio imperialista do capital se ergue encabeçado pelo empenho de poderosos conglomerados transnacionais.

As diversas modalidades externas de dominação no território latino-americano⁹⁷ têm implantado dinâmicas diferenciadas nos países da região, decorrentes da importância histórica que desempenharam nesses períodos, vinculadas às suas características geográficas, demográficas e culturais. Assim, apenas alguns países, como Argentina, Uruguai, Brasil, México, Chile, etc., vivenciaram os quatro padrões de dominação externa apontados em Fernandes (1981a), sendo que outros países como Haiti, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Paraguai, Peru, entre outros, “experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se **economias de enclave** e versões modernas do antigo sistema colonial ou do neocolonialismo transitório do século XIX” (Ibid, p. 19, grifos no original).

Excede a capacidade deste estudo uma análise pormenorizada das intervenções militares, desestabilizações de governos e interferências de diversas ordens das quais os países latino-americanos foram objetos⁹⁸. Como afirmara Ianni (1974), a relação da América Latina tem sido pautada por “frequentes reformulações semânticas, ideológicas e práticas da política norte-americana”, sendo que “as diplomacias do *dollar* e do *big stick*” (p. 78, grifos no original) são as bases permanentes da relação de submissão desde fins do século XIX, intensificando-se e tornando-se mais explícitas após a Segunda Grande Guerra.

A diplomacia total norte-americana compreende tanto a negociação como a persuasão, a cláusula da nação mais favorecida como bloqueio econômico-financeiro, político e militar; a pressão via organizações multilaterais como a geoeconomia das corporações trans-

97 O percurso que se inicia com a dominação colonial da América Latina pelos países ibéricos até o presente, na análise apresentada por Fernandes (1981a), é examinado no capítulo I e II.

98 Para análises mais detalhadas sobre as diversas incursões hegemônicas na América Latina podem ser consultados, entre outros, Schoultz e Fiker (1996); Ianni (1974), (2004); Guimarães (1999); Ambrose (1993); Vadney (1991) e Coggiola (2003).

nacionais e os índices hierarquizados dos escritórios de classificação da credibilidade dos países; o terrorismo psicológico via meios de comunicação de massa como o terrorismo de Estado, esquadrões da morte e exércitos mercenários organizados pela CIA, com invasão e ocupação militar, destruição de objetivos militares e “danos colaterais”, atingindo residências civis, logradouros públicos, escolas, hospitais, campos e plantações (IANNI, 1974, p. 265).

A subordinação da região em análise fortalece a assertiva que conduz Fernandes (1979) a denominar, nos países dependentes, essa organização interna da política como Estado autocrático-burguês, afirmando com essa denominação a face autoritária de exercício do poder como uma tendência intrínseca da sociedade burguesa na era do capitalismo monopolista.

Na tentativa de compreender as características dos regimes políticos decorrentes da inserção dos países latino-americanos no período posterior às duas Grandes Guerras, é necessário abordar a relação existente entre desenvolvimento e democracia, com base nas elaborações de Fernandes (1975; 1976; 1979; 1981a; 1981b; 1995a). O substrato organizador das suas elaborações pode ser claramente elucidado pela afirmação de que “em uma sociedade de classes, nem o desenvolvimento econômico nem a democracia constituem um fim em si e para si” (FERNANDES, 1995a, p. 129). Sua análise – da qual partilhamos – das particularidades da revolução burguesa nos países dependentes permite construir uma explicação do caráter autocrático da dominação nesta região.

Neste sentido, cabe salientar os indispensáveis aportes das análises de Fernandes (1975; 1976; 1979; 1981a; 1981b) ao analisar as características peculiares que a revolução burguesa assume nos países latino-americanos – sempre no âmbito da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado –, respeitando as características particulares dos países membros.

E a dissociação dos dois processos (o desenvolvimento ao nível econômico e ao nível político) permitiu, como se pode verificar claramente, continuar a revolução burguesa em um plano (acelerando-se o ritmo do crescimento econômico e da transição para o industrialismo), enquanto se promovia a contrarrevolução pura e simples no plano político (transformação do Estado representativo autoritário em um Estado policial-militar ultra-repressivo) (FERNANDES, 1995a, p. 128).

O Estado autocrático-burguês⁹⁹ pode ser contextualizado, considerando-se o caráter periférico dos Estados capitalistas, decorrente daquilo que Fernandes (1975; 1976; 1979; 1981a; 1981b) denominou como revolução burguesa em atraso – sendo que esta “não é apenas uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário” (FERNANDES, 1979, p. 39).

Essa concepção fornece bases para compreender que o desenvolvimento econômico assume uma dinâmica própria perante as possíveis interferências dos anseios populares e das formas que o sistema político assume. Dessa maneira, também não é mais possível estabelecer planos nem metas que busquem, em longo prazo, corresponder aos interesses médios em perspectiva autônoma nacional, tampouco pode estabelecer políticas que vinculem meios e fins, visando a perspectivas nacionais próprias. Tudo acontece como se estivéssemos perante uma situação na qual o poder econômico – próximo do que poderia ser considerada uma “oligarquia perfeita” – gozasse de plena liberdade para a manipulação legítima do poder – o que pode ser entendido como uma apropriação privada do poder político –, tomando-se a liberdade de, ante quaisquer sinais ameaçadores da perda do poder político, recorrer a uma ruptura contrarrevolucionária. O Estado autocrático-burguês é uma configuração que privilegia a proteção dos interesses da classe dominante. Isto faz com que as forças contrarrevolucionárias resguardem esse tipo de Estado quanto possível for, a despeito das contínuas disputas inter-burguesas, assim como pelo arrefecimento da força organizativa dos trabalhadores.

Nestes termos, pensar o recorrente tema do desenvolvimento no capitalismo dependente, concebido e posto em prática pela dominação burguesa como um fim em si e para si – ao mesmo tempo em que é considerada a medida do bom funcionamento econômico da sociedade –, torna necessário revelar que as condições da sua realização estão vinculadas ao

99 Um aprofundamento desse conceito encontra-se em Fernandes (1979), que caracteriza o Estado autocrático-burguês, no desdobramento das suas características, a partir de três componentes: democrático, autoritário e fascista. Afirma que “trata-se de uma composição que visa duas coisas: aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução; e, na passagem da guerra civil a quente para a guerra civil a frio, garantir a viabilidade de uma ‘institucionalização’, pela qual a contrarrevolução continuaria por outros meios” (Idem, p. 44).

afastamento do resto da sociedade das decisões políticas, consolidando a monopolização do poder estatal por um conjunto, reduzido, de membros da classe privilegiada.

As análises de Fernandes (1975; 1976; 1995a) constituem uma crítica frontal aos pressupostos teóricos contemporâneos que sustentaram o projeto reformista elaborado pela CEPAL – compartilhado por pensadores externos a essa organização com algumas diferenças –, que deteve importante influência no meio intelectual e em amplos setores da sociedade latino-americana.

A concepção cepalina de desenvolvimento sustentava a ideia de que a industrialização que os países da região obtiveram no período logo após o final da Segunda Guerra seria decorrente de um “ato deliberado” das economias nacionais. Essa leitura abstraía o processo de substituição de importações mediante o deslocamento de unidades produtivas como um mecanismo específico do movimento de internacionalização do capital, levando-se a creditar a inexistência de obstáculos à industrialização periférica. Ao mesmo tempo, concebia-se a ideia da possibilidade de um desenvolvimento econômico autônomo das economias dependentes. De modo geral, esta visão não considerava incompatíveis as relações imperialistas vigentes à gradual consolidação independente das economias nacionais (SAMPAIO JR, 1999).

Este projeto defendia a necessidade da criação e/ou ampliação de um mercado interno de consumo de massas sustentado na reorientação das prioridades endógenas nacionais. Dessa maneira, seria possível enfrentar, simultaneamente, os dois principais dilemas dos países subdesenvolvidos: o baixo crescimento econômico e a grande desigualdade na distribuição de renda. Assim, procurar-se-ia vencer o desafio de alcançar o desenvolvimento econômico com justiça social e democracia política. A ideia mestra deste projeto consistia na necessidade de estimular o desenvolvimento endógeno centrado na nação, em lugar de um crescimento econômico excludente e voltado para fora. Visando atingir seus objetivos, conferia-se ao Estado um papel de destaque como promotor e organizador da política de desenvolvimento nacional, centrando a sua atividade no incentivo e promoção da produção para o mercado interno e deixando de lado a atividade especulativa financeira. Em outras palavras, propunha-se cumprir o que consideraram as últimas fases da revolução burguesa, através da realização das “verdadeiras reformas estruturais”, inacabadas e recorrentemente adiadas pelas classes sociais que

controlam o Estado na América Latina, colocando em pauta, para tal, a necessidade de uma a revolução democrática e nacional.

Os diversos setores, organizados ou não, que convergiam em torno dessas ideias gerais é ampla, sendo que as suas características podem ser observadas ao apontarem as classes ou setores que deveriam protagonizar essa tarefa. Com efeito, eram convocadas desde uma burocracia estatal esclarecida, até os trabalhadores assalariados, a pequena e média burguesia, até a grande burguesia ou várias combinações destes atores. De qualquer maneira, o foco aglutinador situava-se na tentativa de subordinar o capital financeiro, assim como o capital estrangeiro no âmbito da estrutura produtiva do país, para subordiná-los aos interesses do desenvolvimento nacional – que se desdobrava geralmente no crescimento econômico com distribuição de renda –, para o bem-estar do conjunto da população. Já na versão mais à esquerda não se considerava possível a participação dos setores historicamente privilegiados de cada país na consecução deste projeto, vinculadas com o pouco interesse que estas têm historicamente demonstrado com o desenvolvimento nacional. Para estes, era imprescindível construir uma espécie de “aliança nacional libertadora”, que unificasse o povo na defesa de seus próprios interesses, o que se configurava uma estratégia frente-populista com traços anti-imperialistas e contra as “elites”. Neste caso, as perspectivas de sucesso se respaldavam na necessidade de uma ampla participação popular como garantia para alcançar a verdadeira distribuição de riqueza e renda e uma democracia das massas e para as massas.

No bojo dessas perspectivas econômicas e políticas que ocuparam o centro do debate no terceiro quartel do século passado é indispensável retomar a discussão em torno das diferenças apontadas em análises anteriores no que tange às perspectivas de instalação de democracias. Para tal, não se deve esquecer as limitações que os países latinos da América vivenciaram se compararmos com os países que ocupam o centro da cena política e social internacionalmente. Em primeira instância, é indispensável frisar que, de acordo com Borón (1994), os níveis de democratização alcançados devem ser creditados às insistentes mobilizações que os trabalhadores e os setores populares realizaram em detrimento do modelo elitista de dominação burguesa no decorrer dos séculos XIX e XX.

Até meados dos anos 60 as preocupações teóricas e práticas da esquerda latino-americana estavam mormente mobilizadas em torno das reformas sociais, do nacional-desenvolvi-

mentismo, do socialismo e da revolução. Os objetivos dessas perspectivas convergiram na luta pelo fim dos regimes ditatoriais que predominaram na América do Sul e Central. As discussões acerca da questão democrática apareciam em segundo plano ou eram de importância secundária nas reflexões críticas e nos embates ideológicos das alternativas prospectivas de melhorias sociais e econômicas (TÓTORA, 2004).

No âmbito dessas preocupações, os estudos em torno do funcionamento dos capitalismos latino-americanos e das consequências da estrutura de classes (pobreza, distribuição de renda, urbanização e suas consequências, etc.) foram perdendo terreno para a problemática crescentemente atrativa da redemocratização (eleições, partidos e regimes políticos). O inebriante clima de retomada dos direitos políticos conduziu a uma interpretação generalizada nos setores “progressistas” e da “esquerda moderna” de que o político se sobrepôs ao econômico no embalo da democratização. Dessa forma, o renovado regime democrático foi interpretado como o promissor depositário das esperanças, inicialmente concebido pela conjunção de maior participação política, aliada a uma distribuição social mais igualitária da riqueza; já nas acepções mais radicais, a democracia se perfilava como jovem panaceia das “dificuldades” que os países latino-americanos amargaram por décadas¹⁰⁰.

É o momento em que grandes setores das massas reivindicam mais liberdades democráticas como uma representação da vontade de retomar as rédeas do processo decisório¹⁰¹. Desse modo, os setores “progressistas” e amplos setores da esquerda, em particular os reformistas, alimentam a esperança de que, com a democracia, ainda que liberal, os problemas econômicos e sociais poderiam ser solucionados – neste veio proliferaram os embriões da concepção da democracia como valor universal. Não foi necessário esperar muitos anos para que o entusiasmo inicial se diluísse perante os indicadores econômicos e sociais, que retornaram com força na agenda dos países latino-americanos.

100 Segundo Borón (1994, p. 10-1) “[...] depois do infernal parêntese imposto pelas ditaduras, a democracia se converteu em sua sucedânea nos 80, depositária de todo o messianismo e o desespero gerado pelas ditaduras”.

101 É importante registrar que essa onda de mobilizações pela democratização na América Latina pode ser inscrita de forma mais abrangente se considerarmos a Primavera de Praga e os movimentos estudantis em vários países, que são representados pelo Maio Francês no final dos anos de 1970.

A conjuntura internacional em que ocorreram os fatos analisados apresenta aspectos de essencial importância: a) as transformações vinculadas à incorporação crescente de novas tecnologias de produção e organização do trabalho – a transição do taylorismo-fordismo para o toyotismo; b) os novos dinamismos na cultura de massas e de controle policial-militar que conferem ao capitalismo renovadas potencialidades de autodefesa e de ataque para enfrentar seus inimigos, que se manifestam de forma heterogênea em todas as instituições da sociedade capitalista; c) a necessidade de construção de alternativas que se diferenciem das apontadas pelo “bloco comunista” – não deve deixar de ser considerado que o período referido se inscrevia no âmbito da “Guerra Fria”. Este último componente da construção das políticas, que opera a partir dos países centrais do sistema para sua periferia, pode ser inscrito na perspectiva de enfrentamento do *inimigo externo*. Por sua vez, outros condicionantes políticos atuavam dentro dos países, na tentativa de conduzir o descontentamento das classes populares e dos trabalhadores com o sistema social, visando à substituição do caráter explicitamente autoritário dos regimes rumo à democratização, que se configura como estratégia para lidar com o *inimigo interno* (FERNANDES, 1979; IANNI, 1974).

No período contemporâneo e anterior aos anos 1970, vivenciara-se a plena aplicação das políticas imperialistas dos EUA na América Latina, através das políticas executadas pelas ditaduras militares nas décadas de sessenta e setenta (MARINI, 2000; BORÓN, 1994; IANNI, 1974; COGGIOLA, 2003). Entretanto, é necessário lembrar que o capitalismo mundial, desde a Segunda Grande Guerra até meados da década de setenta, apresentou um período de auge econômico que permitia ceder a algumas reivindicações sociais nos países periféricos, como forma de afastar o inimigo externo e acalmar o inimigo interno.

As transformações apontadas são subsequentemente acompanhadas por uma crise econômica mundial considerável – apresentada como a “crise do preço do petróleo” –, que influenciara o desempenho econômico dos países periféricos, conduzindo a considerar os anos 1980 como uma “década perdida” para a América Latina¹⁰². Essa situação pode ser melhor

102 Um dos indicadores econômicos esgrimidos para sustentar tal afirmação se refere à queda do PIB *per capita*, que em média crescia 8%, nos países da região no percurso desse período, do que se deduz que “se esfumaram os esforços de toda uma geração” (BORÓN, 1994, p. 30). Entre outros indicadores sensíveis

compreendida se retomamos o fato de que, nos anos 1970, foram fartos os empréstimos tomados pelas economias da região, facilitados pelos bancos internacionais – esta realidade se vincula à larga disponibilidade de excedentes de capital que os bancos comerciais dos EUA dispunham na procura de rápida capitalização. Decorrente desse incremento do endividamento externo aprofunda-se a dependência econômica dos países latino-americanos, conduzindo à deflagração, no decurso da década de oitenta do século passado, da chamada “crise da dívida” que tem se tornado, dessa época em diante, um mecanismo privilegiado de drenagem ininterrupta de indispensáveis recursos que poderiam ter propiciado melhores condições de vida aos habitantes da região em análise.

A referida crise econômica dos anos 80, agravada pela espoliante dívida externa, conduziu a maioria dos governos latino-americanos – na trilha das alegações de ineficiência e indisponibilidade de recursos estatais – a cederem às pressões do imperialismo norte-americano, com vistas a adotarem políticas monetaristas ortodoxas de estabilização macroeconômica, aliadas às crescentes exigências de maior abertura comercial, econômica e financeira¹⁰³.

É vasto o cabedal analítico que aborda as decorrências eminentemente políticas deste período, que se inscrevem sob a denominação de teorias da democratização. Entre estas elaborações que procuraram se aproximar da realidade da questão democrática nos países da região é importante destacar a apresentada por O'Donnell (1991). Reconhecendo as debilidades das teorias da transição democrática, concebe o fator socioeconômico – como herança dos antecessores autoritários – como interferente estrutural na consolidação dos regimes. Na sua tentativa de construir uma concepção que reflita as dificuldades das democracias latino-americanas, propôs a denominação de “democracia delegativa”, considerada como um estágio intermediário entre os regimes autoritários e uma “democracia institucionalizada consolidada”. Essa modalidade particular se caracteriza pela “baixa densidade institucional”, fortemente influen-

encontram-se a continuidade do aprofundamento na distribuição social da renda nos países aqui estudados, assim como a diminuição dos salários reais.

103 Esses elementos são componentes característicos da financeirização desta fase imperialista, que foi abordada detalhadamente no capítulo 2, especificamente no item 2.2. Essas características serão também aludidas nos capítulos 4 e 5, ao analisarmos a conjuntura que conduz a uma maior ingerência externa aos desígnios nacionais, assim como na compreensão da configuração da política social neoliberal.

ciada pelo clientelismo, patrimonialismo e corrupção. Aliado a essa situação, está presente o aspecto discricionário que assume o poder executivo, construindo o mito de que o Presidente pode fazer tudo (desde a elaboração unilateral da agenda política do país, colocando-se acima dos outros setores da sociedade), ao mesmo tempo em que o autor observa a ausência de *accountability* vertical e horizontal (inexistência de prestação de contas entre os poderes públicos). Nessa realidade, quando as inevitáveis crises políticas ou econômicas irrompem, o poder executivo e o legislativo se imputam alternadamente às responsabilidades (O'DONNELL, 1991). As perspectivas apontadas pelo autor, relacionadas à superação da condição descrita, rumo a uma democracia institucional consolidada, são poucas, vinculando-as à paciência da população ou à autorreflexão das lideranças políticas. Retomando a ótica da análise, a “democracia delegativa” é o estágio imanente da dependência econômica e política em que os países da região estão inseridos. A desvalorização da economia e a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida e apropriada por uma minoria deveriam ser consideradas como variáveis medulares para a compreensão.

Na contramão das concepções idealizantes da democracia nos países centrais, Borón (2003b) afirma que se tem experimentado, nas últimas três décadas, uma verdadeira **involução democrática**. Ela é decorrente da ofensiva do capital sobre as conquistas do período anterior como resultado de uma correlação desfavorável aos trabalhadores no campo das lutas de classes – em franca negativa às suas concepções a-históricas ou essencialistas. A referida involução democrática seria possível vislumbrar na crescente *unaccountability* que os regimes recentes apresentam, representada, para nomear alguns aspectos, com o aumento do poder dos executivos, na proliferação dos espaços ocultos de poder decisório (entre os que podem ser citadas as mal-sucedidas negociações do Acordo Multilateral de Investimentos, as negociações a portas fechadas que visam criar a ALCA e a rapidez implementada na aprovação do NAFTA). Aspectos que atestam pela regressão democrática podem ser observados na progressiva diminuição do poder decisório dos parlamentos para influenciar a agenda política e econômica nacional; nos declinantes níveis de resposta governamental perante as reivindicações e demandas da sociedade e na drástica redução da concorrência partidária – para além da existência de numerosos destes “organismos” representativos em cada país –, refletindo um

mimetismo cada vez maior ao padrão bipartidário dos EUA. A involução democrática também reside, conforme analisado no capítulo anterior, na crescente influência do mercado nas políticas nacionais, configurando uma tirania dos mercados, em que os oligopólios, empresariais e financeiros, cotidianamente direcionam os governos, enquanto a população vota a cada dois ou três anos. Isto, por sua vez, relaciona-se à tendência dominante de apatia política, que conduz ao retraimento individualista. No âmbito dos meios de comunicação de massas e da indústria cultural, vivencia-se uma concentração oligopolista que dita a agenda e os conteúdos veiculados. As informações analisadas sobre a crescente transferência dos processos decisórios das instâncias governamentais latino-americanas para as agências administrativas e políticas do país hegemônico tornam-se cada vez mais perceptíveis nos países do centro.

En el caso latinoamericano ello significa que la soberanía popular ha sido privada de casi todos sus atributos, y que ninguna decisión estratégica en materia económica o social se adopta en el país sin una previa consulta con – y aprobación de – alguna agencia relevante de Washington. Como se comprenderá, una situación como ésta no puede menos que contradecir en los hechos la esencia misma del orden democrático: la soberanía popular, reducida a una inverosímil letra muerta. (BORÓN, 2003b, p. 150-1).

A situação econômica exposta acima tem repercutido com singular importância no debilitamento dos estados latino-americanos, reduzindo as possibilidades de consolidar a transição democrática, aliada à necessária reforma social (BORÓN, 1994). É essa composição intrincada de elementos econômicos e políticos que condiciona a possibilidade de construção de uma democracia que transcenda os exíguos limites da formalidade jurídica-institucional.

As teorias da transição democrática: breve balanço crítico

Nas últimas três décadas do século passado o percurso das dificuldades e variações em direção à construção das democracias latino-americanas se ergueu num emergente e profícuo espaço de investigação na Ciência Política. Neste âmbito, encontramos-nos no seio das discussões paradigmáticas desse campo disciplinar, que remontam aos alvares da construção do conhecimento societal: as concepções predominantes dos expoentes da Grécia Antiga, Platão e Aristóteles (CASANOVA, 2002).

A compreensão do período aqui estudado pode ser debatida com base nos conceitos de universalismo e particularismo, podendo, sucintamente, ser entendida por universalismo “a perspectiva teórica que enfatiza a noção de ‘bem comum’, adotada como fundamento absoluto da política” (CASTRO, 2001, p. 264), na qual o governante deve se tornar fiel signatário da existência de uma ordem justa e racional – vislumbra-se o pensamento platônico como fundamento deste conjunto de ideias. Por sua vez, o particularismo – como paradigma aristotélico – configura-se como “a perspectiva teórica que faz o movimento inverso: toma como ponto de partida o particular, plural e contingente, e a partir daí procura assegurar a construção do bem geral” (CASTRO, 2001, p. 266).

Parafraseando as elaborações esboçadas, é possível perceber que a perspectiva que enfatiza o aspecto processual de democracia – referenciada na concepção schumpeteriana e nas ideias posteriores de Dahl (1993) sobre as poliarquias contemporâneas – encontra-se na base das teorias que tencionam construir uma visão de regime enquanto ponto de chegada, evidenciando estreita proximidade com o paradigma universalista. Por outro lado, as críticas insistentemente enunciadas a esse suposto “modelo” de democracia ocidental concentram-se na sua aplicabilidade às complexas e variadas sociedades, para as quais se propõe ser substrato explicativo, tornando-se assim o paradigma particularista seu algoz implacável.

Efetivamente, desde o último quartel do século passado e com o fim dos regimes autoritários militares e civis que tomaram conta da América Latina no terceiro quartel do século XX, muitas pesquisas e textos visavam estudar as dificuldades e virtudes dos emergentes governos, com fins prospectivos. Objetivando compreender as jovens democracias da latinidade americana, tem sido produzida uma extensa bibliografia acerca do que foi denominado de “transitologia” e “consolidologia”¹⁰⁴. Os estudos da transitologia procuram construir uma

[...] sistematização teórica a partir das experiências de mudança de regime político acontecidas, desde 1974, no Sul de Europa e na América Latina, capaz de oferecer as ferramentas necessárias para estudar, ulteriormente, outras situações, muitas delas distantes do domínio de aplicação inicial (VITULLO, 2001, p. 53).

104 Para uma exaustiva revisão bibliográfica e abordagens críticas a elaborações em torno do tema em fito recorrer a Vitullo (2001; 2002) e Monclaire (2001).

A ideia de transição é facilmente compreensível, mas aplicada à compreensão da democratização ela se refere ao período que se estende desde o percurso dos primeiros elementos que apontam o ocaso de um regime autoritário, até atingir instituições regulares, vinculadas à vigência de uma Constituição consensualmente acatada pela maioria da população e quando o aparelho estatal deixa de ser controlado pelos setores que exerciam seu controle de forma autoritária, sejam eles militares ou não. No percurso desses estudos produz-se uma mudança na abordagem das preocupações dos analistas políticos, pois na tentativa de superar as perspectivas estruturalistas vigentes predominantes nas teorias desenvolvimentistas, “a democracia passou a ser vista, a partir de então, como o resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais desdobradas pelos grupos dirigentes e atores políticos mais relevantes” (VITULLO, 2001, p. 54). Desde essa perspectiva, as possibilidades de abertura política e as peripécias do seu sucesso serão intimamente vinculadas à disposição das elites envolvidas e dos arranjos realizados no percurso, assim como à qualidade das eventuais alianças realizadas, a despeito dos fatores macroestruturais¹⁰⁵.

Dentre as observações críticas que podemos apontar às análises da transição democrática, devemos destacar a forma como são construídas as comparações dos processos de mudança de regime, tentando estudar países, com diversidade histórica, cultural, política, econômica e social, muito heterogêneas, comprometendo a compreensão dos fatos singulares e característicos de cada situação, configurando uma desmesurada preocupação em construir tipologias prescritivas tão abrangentes que se tornam inócuas ou óbvias demais como ferramentas analíticas (PRZEWORSKI, 1994). Ao mesmo tempo, para construir esse mínimo denominador, a concepção de democracia se torna restrita e formal demais – remetendo à versão schumpeteriana anteriormente apresentada. No âmbito dessa concepção minimalista e elitista

105 Dialogando com os estudiosos da democratização, Vitullo (2001) aponta que a escolha metodológica dessa abordagem sustenta-se numa excepcionalidade metodológica, tendo em vista que as ciências sociais foram elaboradas para análise de períodos de estabilidade política. Ainda, o mesmo autor chama a atenção para um aspecto da transição democrática considerada crucial para a sua “qualidade”: a habilidade de construir pactos com o regime autoritário por parte das elites envolvidas no processo, na tentativa de, mais uma vez, construir um processo “lento e seguro”; sendo que o percurso frequentemente trilhado se referencia em exemplos históricos escolhidos arbitrariamente.

da democracia, na qual os pressupostos e os critérios de escolha dos atores relevantes para sua consecução se apresentam de forma implícita, é que se define a consolidação democrática como “o estabelecimento de regras e procedimentos que garantam a alternância rotineira do poder entre rivais eleitorais” (VITULLO, 2001, p. 56), reforçando a ideia de que o ponto de chegada da democratização se limita à normalização das instituições políticas, ignorando os condicionantes socioeconômicos (MONCLAIRE, 2001). Desta maneira pode-se inferir que a concepção democrática da transitologia se inscreve na sua visão minimalista, ao mesmo tempo em que se constata que, ao advogar uma excepcionalidade metodológica, evita argumentos explicativos de seu insucesso.

Analisando a história recente da América Latina pode-se incorrer em profundos equívocos ao atribuir às elites dirigentes o papel protagônico na construção e consolidação da democracia, pois, conforme abordado anteriormente, o papel desempenhado pela luta de amplos setores populares e dos trabalhadores na construção de maior espaço político na sociedade estaria sendo totalmente desvalorizado. Ainda, se considerarmos as análises de Fernandes (1975; 1976; 1981a) relativas ao papel desempenhado pelas oligarquias no percurso da construção histórica nos países dependentes da região, observamos que, perante o risco de verem comprometidos os seus interesses econômicos, não têm duvidado em fortalecer o polo autocrático da dominação burguesa¹⁰⁶. Ainda, as elaborações que discutem o trajeto da democratização dos países parecem abstrair os condicionantes internacionais nos processos decisórios nacionais, que no caso específico da América Latina, tende a se configurar um equívoco semelhante àquele que as teorias estruturalistas de desenvolvimento incorriam ao sobrevalorizar ou diminuir as características subordinadas da inserção da região no sistema mundial (VITULLO, 2002).

Concordamos com Vitullo (2001) quando afirma que a exagerada generalização e a indicação prescritiva das elaborações dos transitólogos conduzem ao questionamento quanto à utilidade dessas elaborações, na medida em que são abstraídas as reais dificuldades que a su-

106 Essa afirmação pode conduzir à ideia de que estamos afirmando meramente que a vocação da elite tem sido somente como guardião dos seus interesses, confirmando uma teoria das elites às avessas da concepção schumpeteriana. A crítica conduz precisamente em tentar deslocar o centro de gravidade na consolidação democrática das mãos desse setor minoritário da sociedade.

peração de um regime ditatorial apresenta, pois essa visão do processo parece construir a ideia de exercer um domínio total sobre o processo decisório, ao mesmo tempo em que é possível de ser manipulada *a bel* prazer pelas elites. Essas receitas tanto simplificam a realidade como desconsideram o papel das diversas forças envolvidas no decurso da transição, não somente no campo político, mas também no histórico, econômico e cultural. Ao potencializar as características etapistas, minimalistas e elitistas da transição à democracia, essas concepções assumem as críticas tecidas ao modelo schumpeteriano – que enfatiza a necessidade de manutenção da ordem e da estabilidade –, o qual se desdobra no afastamento da perspectiva de construção de uma democracia social. Essa circunscrição da democracia à concepção processual conduz a uma cristalização dos regimes no momento em que se encontram, concebendo as tentativas de ampliação da participação e deliberação como ameaças à consolidação da democracia.

Essa concepção de modelo teórico trilha uma perspectiva de “dever ser” dos caminhos rumo a uma consolidação institucional da democracia formal, configurando o sacrifício da crítica perante uma cuidadosa prescrição etapista (BORÓN, 1994).

A viabilidade, estabilidade e governabilidade vêm a mascarar, dessa maneira, uma resignada aceitação da aparente imodificabilidade das pobres e incompletas democracias existentes na América Latina (VITULLO, 2001, p. 58).

Essa estagnação na compreensão do processo democrático em sua versão minimalista conduz a abdicação em redefinir a utopia e omite o relacionamento do regime com as políticas emancipatórias coletivas, tão caras às análises do passado que lhe deram origem, do mesmo modo que tenciona a possibilidade de atingir um regime democrático “consolidado” nos países latinos da América – fortalecendo indiretamente a concepção da democracia como valor universal –, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, reforçam claramente a sua versão elitista.

Capítulo 4

CONDICIONANTES EXTERNOS À REALIZAÇÃO DAS DEMOCRACIAS NACIONAIS

Na América Latina, os sistemas políticos há muito têm sido estabelecidos e mantidos com o propósito de limitar as exigências populares (STEIN, 1977, p. 148).

Ao analisarmos as democracias na América Latina, é frequente a utilização de um cabedal teórico formulado com base na experiência histórica dos EUA e da Europa, como se estes fossem tipos ideais weberianos. Partindo desse referencial, algumas análises recorrentemente apontam inconsistências, fragilidades, tendências e uma diversidade de situações com base nessa visão paradigmática. Essas elaborações, no entanto, ao idealizarem a democracia estadunidense e dos países europeus, abstraem as análises críticas que têm corretamente apontado as incompatibilidades entre democracia e mercado, assim como as dificuldades de instalação da democracia nos países periféricos, conforme abordamos no capítulo anterior.

Pode ser considerado uma heresia na política contemporânea o questionamento ou, até mesmo, a mera relativização dos valores democráticos – assimilados à concepção restrita, institucional e processual do seu exercício –, mesmo porque eles se apresentam como parte fundamental da atual cruzada civilizadora. Essa “prescrição” representa um aspecto distintivo da fase contemporânea de subordinação aos desígnios hegemônicos dos países latinos da América. Nas últimas décadas, no âmbito político e econômico, uma das expressões categóricas de sujeição reside na aceitação da exigência da prática universal do modelo de democracia euro-americano. A “sugestão” da sua aplicação se realiza a despeito das particularidades culturais (em particular da desconsideração da longa tradição autocrática que marca a história da região), através da negação das profundas desigualdades sociais, como também – estreitamente relacionados aos aspectos anteriormente analisados – pelo baixo grau de institucionalização

das “regras do jogo”. Estes elementos impossibilitam a necessária congruência entre a dita racionalidade formal da democracia liberal (que consiste no “bom funcionamento” do arcabouço jurídico materializado em instituições, constituições, cláusulas e decretos) e a prática efetiva da democracia (VILLA, 2003).

As dificuldades de realização da democracia foram também apontadas por Fernandes (1979) desde a perspectiva dos capitalismos dependentes na América Latina nos anos 60 e 70 do século passado. Identificava o autor, nesse contexto, a persistência de resistências para a realização da democracia desde a ótica das classes dominantes, qualificadas como “inimigo interno” e “inimigo externo”. No âmbito interno, considera a existência de “um formidável conglomerado de forças insatisfeitas e que não questionam o capitalismo em si mesmo, mas as suas “funções de legitimação” – ou seja, a sua irradiação democrática, igualitária e, porque não dizer, socialista” (FERNANDES, 1979, p. 57). O autor se referia às recorrentes formas autocráticas de governo na região, em detrimento do atendimento às demandas sociais das suas populações. No plano externo, pondera o autor que estaríamos perante um “cerco socialista” – decorrente de uma leitura otimista no bojo conjuntural da denominada “Guerra Fria” – que, perante potencial ameaça à hegemonia imperialista, as classes dominantes privilegiam a face autocrática de dominação estatal em detrimento das democráticas.

Esta perspectiva, se transportada aos nossos dias, pode ser compreendida como uma continuidade das políticas que procuram a legitimação das instituições constitucionais a despeito dos clamores pela satisfação das necessidades básicas de amplos setores da população, sendo que os elementos de pressão por parte das perspectivas “socialistas” não se encontram conjunturalmente presentes. Neste sentido, é possível construir alguma semelhança com a denominada regressão recolonizadora, particularmente ao observar que a proximidade das diretrizes das políticas sociais¹⁰⁷ do *Welfare State* com os desenhos socialistas era decorrente de uma determinada correlação de forças no âmbito internacional, que concebia as organizações dos trabalhadores como ameaçadoras da ordem burguesa (HARVEY, 2004; ANTUNES, 2001; WALLERSTEIN, 2002).

107 Uma análise das diretrizes gerais das políticas sociais na América Latina será traçada no capítulo 5.

A diferença fundamental com as caracterizações de Fernandes (1979) reside no fato de que o atual estágio de organização dos trabalhadores não apresenta ameaça à ordem – ainda que desmascare o pretenso véu pacífico da Nova Ordem Mundial. No entanto, a continuidade contemporânea desse cerco está esboçada nas diretrizes da política externa, ancoradas na Doutrina de Segurança do Governo Bush, por meio da qualificação de todo e qualquer movimento coletivo que questione a institucionalidade vigente sob o mote de terrorista, erguendo-se em inimigo declarado à *Pax* dos EUA. Sucintamente, pode também ser identificado o prisma da interferência das diretrizes políticas externas em âmbito nacional, quando observamos o recorrente discurso em torno do desenvolvimento econômico e social – vinculadas exclusivamente ao monitoramento de indicadores macroeconômicos –, alçados em metas declaradas e recursivas dos governantes latino-americanos, ao mesmo tempo em que essa perspectiva “desenvolvimentista” é apresentada enquanto possibilidade de distribuição de renda e superação da pobreza pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) (BARRETO, 2006; CASTRO; FARIAS, 2005). Evidentemente, os condicionantes e decorrências do desenvolvimento econômico são de complexa análise e não podem ser considerados mecanicamente pelos centros decisórios para os países periféricos, pois “depende también de la estructura de clases de los países de la Periferia y de la incapacidad de las burguesías locales para lanzarse a un proceso acumulativo de crecimiento, lo que implicaría el desarrollo del mercado interno” (TOUSSAINT, 2004, p. 206).

Dessa maneira, retomando a apresentação de uma abordagem crítica da visão formalista e limitada da transitologia das democracias latinas, buscamos tornar evidente a sobrevalorização que se faz da leitura “política”, em detrimento dos elementos econômicos internos e externos. Ao mesmo tempo, visamos manter distância da concepção estruturalista no que concerne ao argumento da pretensa debilidade das burguesias nacionais em implantar a democracia. Ao contrário, concebemos que o projeto das burguesias nacionais – na senda das elaborações de Fernandes (1975; 1976; 1981a; 1981b) – consiste precisamente em disseminar decisivamente esses regimes. No âmbito dessas apreciações, o processo de democratização na região deve ser compreendido no bojo do percurso histórico das funções autocráticas desempenhadas pelo Estado na periferia e como continuidade da função subordinada no cenário internacional,

aliado ao papel de sócio menor que as burguesias nacionais desempenham, configurando a impossibilidade de realização da democracia.

Para construir o teor deste estudo, é colocado em evidência o protagonismo da potência hegemônica e das agências multilaterais – a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as IFMs – na implantação de regimes democráticos nos países latinos do nosso continente. Nesta discussão, focalizamos nossa atenção no relatório da ONU sobre democracia na América Latina, ao mesmo tempo em que recorremos a teóricos e discursos disponíveis na imprensa que reflitam as políticas do país hegemônico – amparado por organizações multinacionais – para com a democracia na região.

Num segundo momento desta análise abordamos os principais mecanismos econômicos e financeiros que legitimam a intensa e contínua drenagem de riquezas dos países ibero-americanos para os países do Centro do sistema capitalista. No percurso da elaboração, buscamos enfatizar o profundo liame do político com o econômico, vislumbrando que as condições de ruptura dos laços de submissão devem abranger claramente os elementos que historicamente subjugam grande parte da população da região Central e Sul da América.

Processos decisórios nacionais e interferentes internacionais

[...] não constitui nenhuma novidade que organismos multilaterais regionais sejam utilizados como mecanismos de legitimação da ação estatal internacional do ator hegemônico (VILLA, 2003, p. 56).

O esforço de compreensão dos regimes políticos contemporâneos nos países latino-americanos requer considerar não somente os condicionantes internos, que tornariam possível as circunstâncias reais da sua consolidação, pois não é possível estudar a região sem ponderar os fatos da inserção submissa em que estes historicamente têm sido construídos. Portanto, é indispensável expor as tendências gerais em que as estruturas hegemônicas vigentes desenham essas relações e analisar os seus desdobramentos internos, não somente como um movimento linear de determinação externa, como também uma relação dialética – interna e externa –, na qual se inscreve o processo histórico de subordinação da América Latina.

O desenvolvimento capitalista monopolista – ou seja, o capitalismo recente – desaba na periferia e realiza-se dentro dela como uma realidade interna (embora sob uma conjugação de evoluções que vão simultaneamente de “fora para dentro” e de “dentro para fora”) (FERNANDES, 1979, p. 38).

Para a expressiva maioria dos latino-americanos existe uma busca secular por uma sociedade que distribua de forma igualitária as riquezas da terra e do trabalho que os países possuem e produzem. Mas, nas últimas décadas, eleição após eleição, renovadas promessas nesse sentido ocupam a cena política, adiando a esperança de conseguir uma sociedade que assegure a satisfação das necessidades sociais mínimas, aliadas a uma democracia substantiva.

As dificuldades anteriormente traçadas, evidentemente, remetem novamente ao resgate das relações hierárquicas que a nação hegemônica tem imposto aos diversos países com desigual intensidade e com seu sucesso condicionado, entre outros elementos, à correlação de forças existentes na região e à convivência dos governantes em exercício. A incompatibilidade historicamente recorrente entre os desígnios e as necessidades das populações para com as políticas executadas se traduz nas diversas crises dos sistemas políticos de representação. Uma expressão contemporânea desses “desencontros” pode ser observada ao analisarmos as informações fornecidas pela abrangente pesquisa realizada pelo PNUD (2004a; 2004b; 2004c), que apresenta os argumentos que os entrevistados em 18 países da América Latina relacionam para justificar o não cumprimento das promessas eleitorais (Tabela 1). É *mister* lembrar que as recorrentes mobilizações de rua, as ocupações de terras e fábricas, as interdições de estradas, as greves (gerais e setoriais, legais e ilegais), as situações insurrecionais e as guerrilhas que aconteceram no decorrer do século XX e início do XXI estão estreitamente relacionadas à persistente insatisfação de amplos setores da população com as políticas implementadas pelos governantes e têm se constituído na forma mais ativa de participação política, para além e/ou a despeito da institucionalidade vigente. Neste contexto, a forma mais eficiente que os governantes encontraram para se elegerem presidentes tem sido o recurso à mentira – sendo o mecanismo disponível para renovar periodicamente as esperanças da população –, pois enquanto não se propuserem a romper com as rédeas do discurso neoliberal e assumirem as suas decorrências, não estarão colocadas as possibilidades de reverter o rumo adotado até o momento.

Tabela 1 – Percepções sobre as razões de não cumprimento das promessas eleitorais pelos governantes na América Latina, em 2002

PERCEPCIONES SOBRE RAZONES DE INCUMPLIMIENTO DE PROMESAS ELECTORALES POR GOBERNANTES, AMÉRICA LATINA 2002		Tabla 3
Cumplimiento de promesas	Personas (%)	
Los gobernantes cumplen con sus promesas electorales	2,3	
No cumplen porque ignoran lo complicado que son los problemas	10,3	
No cumplen porque aparecen otros problemas más urgentes	9,5	
No cumplen porque el sistema no los deja cumplir	11,6	
No cumplen porque mienten para ganar las elecciones	64,6	

Fonte: PNUD, 2004b, p. 49.

O processo de democratização latino-americano aqui analisado deve ser compreendido no bojo das transformações advindas do processo de desagregação do bloco comunista, que se configura como uma contraofensiva ideológica sob a bandeira de “Fim da História”. A partir da ótica da ideologia dominante, o referido fim da história representa o trunfo de uma alternativa – inclusive pragmaticamente demonstrada – perante o nazismo, o fascismo e o comunismo. “O comunismo foi derrotado pelo capitalismo. Mais concretamente, foi derrotado pelas formas democráticas-liberais da sociedade de mercado” (KUMAR, 1997, p. 206). Dessa maneira, na senda das “verdades duradouras” de Chomsky (1999), a razão dominante foi restaurada, e o capitalismo, o constitucionalismo e a democracia foram investidos com uma nova feição de *status quo*. Operou-se o restabelecimento, desde suas origens nos dias do republicanismo cívico, de conceitos medulares na matriz política cotidiana, tais como cidadania e sociedade civil. No campo da sociologia contemporânea – a despeito da investida fragmentária pós-moderna em voga –, estamos presenciando não a morte das grandes narrativas, senão ao renascimento em grande escala das narrativas da modernidade.

No âmbito dos discursos predominantes, muitas das crises que os regimes políticos dos países periféricos têm vivenciado nas últimas décadas são atribuídas aos “desvios de rota” que os governos latino-americanos têm experimentado, visando à instalação de uma economia de mercado – a mesma análise é frequentemente aplicada também aos países centrais, principalmente os europeus¹⁰⁸. Decorrentes do raciocínio que santifica a supremacia do mercado, os níveis elevados de integração social através do Estado e sua consequente considerável redistribuição da riqueza são apontados como responsáveis pelo baixo crescimento econômico e elevados índices de desemprego persistentes na Europa (HARVEY, 1993; HOBSBAWN, 2000; ROSANVALLON, 1997). Dessa maneira, reforça-se a lógica prevalecente dos que advogam pela ideia de que o mercado é eminentemente antiestatal, considerando o Estado e seus governos como um mal necessário, tendo os impostos sempre elevados, os sistemas de proteções sociais muito generosos e as legislações muito rígidas. Em última instância, essas consignas convergem na construção da máxima de que quanto menos os governos desempenhem à risca o seu papel, melhor será o funcionamento do mercado – conduzindo, no limite, ao fim da política em detrimento do mercado (FITOUSSI, 2004; CASANOVA, 2002). Essas ideias configuram a essência do pensamento neoliberal, que conduz à privatização intensiva dos serviços públicos e da política empresarial do Estado.

Desde a ótica da democracia restrita, amplamente em vigor nos países da região analisados, são numerosos os estudos que apontam as dificuldades de realização da democracia ampliada ou substantiva como claros sinais de debilidade institucional, fragilidade ou incompletude (CALDERÓN, 2004). Essa abordagem pode ser observada nos estudos da transição e da consolidação democrática – expostas no capítulo anterior. Essa perspectiva se vislumbra na análise que visa compreender o fato de que, segundo o *Latinobarómetro*¹⁰⁹, em

108 Os principais elaboradores e difusores dessas análises são os organismos financeiros internacionais, o FMI e o BM, cujos posicionamentos podem ser identificados nos relatórios de domínio público, assim como nas frequentes recomendações direcionadas às políticas sociais dos países periféricos. Num patamar diferenciado, as teorias da transição e da consolidação democrática reproduzem de forma inadvertida as mesmas ideias veiculadas nas análises das realizações democráticas na América Latina.

109 *Latinobarómetro* é um estudo de opinião pública que aplica, por ano, aproximadamente 19.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 400 milhões de habitantes. A corporação *Latinoba-*

1996 as pesquisas apontavam que 61% dos entrevistados de uma amostra representativa na América Latina preferiam a democracia a qualquer outro regime político, e que em 2002 outro conjunto de dados apontava 57% de preferências por esse regime político (PNUD, 2004b). As avaliações coletadas sobre o regime democrático pelas pesquisas anteriormente citadas podem ser compreendidas se relacionadas à realidade socioeconômica crescentemente adversa das populações, pois as expectativas de melhoria nas suas condições de vida têm estado relacionadas a uma prometida crescente participação nos processos decisórios¹¹⁰.

En el año 2002, casi la mitad (48,1 por ciento) de los encuestados que decían que preferían la democracia a cualquiera otro régimen, prefería igualmente el desarrollo económico a la democracia, y un porcentaje semejante (44,9 por ciento) que decía preferir la democracia estaba dispuesto a apoyar a un gobierno autoritario si éste resolvía los problemas económicos de su país (PNUD, 2004b, p. 137).

Essa redução nas expectativas da população pela democracia como regime dileto para resolver os problemas sociais pode estar relacionada – entre outros elementos – à outra percepção revelada na pesquisa realizada pelo PNUD (2002).

rómetro é uma ONG sem fins lucrativos, com sede em Santiago de Chile. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org>>.

110 Um aspecto aparentemente contraditório que se desprende dessa análise merece ser destacado. É o fato de que para a população – representada pela amostra da pesquisa – o regime democrático não é divorciado do aspecto sócio-econômico, vinculado diretamente às suas condições de vida. Com essa afirmação, de forma alguma se aponta a qualquer defesa de regimes autoritários, senão que se atesta a necessidade da indissociabilidade de análise do político e do econômico como uma unidade.

Tabela 2 – Os poderes fácticos na América Latina

¿QUIÉNES EJERCEN PODER EN AMÉRICA LATINA?				TABLA 53
Poderes fácticos	Los grupos económicos/ empresarios/ El sector financiero	149	(79,7%)	
	Los medios de comunicación	122	(65,2%)	
Poderes constitucionales	Poder Ejecutivo	68	(36,4%)	
	Poder Legislativo	24	(12,8%)	
	Poder Judicial	16	(8,5%)	
Fuerzas de seguridad	Las Fuerzas Armadas	40	(21,4%)	
	La Policía	5	(2,7%)	
Instituciones políticas y líderes políticos	Partidos políticos	56	(29,9%)	
	Los políticos/ operadores políticos/ líderes políticos	13	(6,9%)	
Factores extraterritoriales	EE.UU./ La embajada norteamericana	43	(22,9%)	
	Organismos multilaterales de crédito	31	(16,6%)	
	El factor internacional/ el factor externo	13	(6,9%)	
	Empresas transnacionales/ multinacionales	9	(4,8%)	

Nota: El total no suma 100% porque se permitieron respuestas múltiples.

Fonte: PRODDAL – Ronda de Consulta com Líderes de América Latina, 2002 *apud* PNUD, 2004b, p. 161.

Uma segunda peça metodológica focaliza uma ronda de consultas a lideranças latino-americanas – em número de 231 –, entre as quais se contam lideranças comunitárias e sindicais, ex-presidentes e presidentes. A maioria dos depoimentos teceu elogios aos avanços democráticos, ao mesmo tempo em que considerou indispensável destacar as causas declaradas que limitam as democracias latino-americanas. Sob a denominação de *poderes fácticos*, que se referem às instituições que desempenham realmente o poder decisório em âmbito nacional – quem é que de fato exerce o poder –, para além da ordem democrático-institucional, são apresentadas, na tabela, as instâncias do exercício do poder decisório em âmbito nacional.

As informações são eloquentes quanto à elevada interferência do setor empresarial-financeiro e dos meios de comunicação de massas no âmbito governamental. O condicionamento infringido pelo setor empresarial e financeiro nas decisões políticas nacionais assume diversas modalidades que se expressam através de *lobbys* e pressões que influenciam presidentes, legisladores, juízes e outros funcionários governamentais e da administração pública em geral. As inúmeras denúncias de corrupção e favorecimentos em vários níveis e intensidades

das camadas dirigentes nos países latino-americanos têm evidenciado o conluio dos interesses econômicos com o poder público em detrimento dos interesses coletivos nacionais¹¹¹. Outra manifestação do poder econômico no âmbito da política institucional, indissociável da anteriormente citada, reside no ostensivo financiamento das corporações empresariais e financeiras aos partidos políticos nas eleições, revertendo-se, não raramente, em veladas ou explícitas formas de favorecimento. O poder decisório do empresariado e do setor financeiro na agenda governamental obstrui as perspectivas de ampliação ou aprofundamento da democracia, até o limitado funcionamento institucional.

En países más pequeños, como los de Centroamérica, se señala la presión que ejerce el sector privado – ligado a una estructura oligárquica de poder – sobre el presidente y la cooptación de altos funcionarios, que permite a algunos de los consultados hablar de un proceso de *captura del Estado* (PNUD, 2004b, p. 165, grifos no original).

Outros setores que influenciam incisivamente na agenda política estatal são os meios de comunicação de massa. A concentração de poder que a televisão e a imprensa escrita apresentam nos países da região – aliada a uma crescente vinculação com as corporações econômicas e financeiras decorrentes da mundialização do capital – confere a eles grande ascendência na opinião pública e o temor dos representantes políticos¹¹². O exercício desse poder, fre-

111 São recorrentes os episódios de corrupção no âmbito do poder executivo e legislativo desde o cenário local ao federal que vêm ocupando os meios de comunicação nos últimos anos, que são uma pequena amostra da privatização econômica do poder público na América Latina.

112 A influência que os meios de comunicação de massas adquiriram – potencializados pelos avanços da tecnologia digital – conduziu Ramonet (1998) a qualificar a atual modalidade de exercício do poder como um “estado midiático-totalitário”. Neste contexto, torna-se procedente enfatizar que “um dos exemplos mais óbvios da visão distorcida produzida pela mera dicotomia entre o Estado como a sede da coação e da “sociedade civil” como o espaço livre é o grau em que as liberdades civis, como a liberdade de expressão ou de imprensa nas sociedades capitalistas são medidas não pela variedade de opiniões e debate oferecido pela mídia, mas pelo grau em que as empresas de comunicação são propriedade privada e o capital é livre para lucrar com elas. A imprensa é ‘livre’ quando é privada, mesmo que seja uma ‘fábrica de consenso’” (WOOD, 2003, p. 218). Para um panorama sobre a centralização do poder financeiro dos meios de comunicação ver,

quentemente corporativo e autocrático, encontra-se distante das aspirações e necessidades da população e, evidentemente, mais vinculado às oligarquias que governam os países da região (MIGUEL, 2000).

As informações contidas na Tabela 2 tornam possível afirmar que as influências externas à realização da democracia que mais se encontram em evidência são os mercados internacionais (empresas transnacionais e o capital financeiro), assim como a interferência relacionada às agências que monitoram o risco-país¹¹³ e o papel vigilante das organizações internacionais de crédito.

A sujeição às diretrizes do setor financeiro torna-se um assalto à democracia. Cada cidadão continua tendo um voto. Os políticos ainda precisam procurar obter um equilíbrio de interesses entre todas as camadas sociais para conseguir maioria, seja na Suécia, nos EUA ou na Alemanha. Após a eleição, entretanto, as decisões são tomadas com base no “direito de voto monetário”, como foi apelidado eufemisticamente pelos economistas (MARTIN; SCHUMANN, 1999, p. 100).

A ingerência que o FMI, o BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹¹⁴ desempenham nos assuntos internos e na perda de autonomia – através das “sugestões” ou “recomendações” oferecidas por essas instituições – determina com muita frequência a agen-

entre outros, Moraes (2004).

113 Uma caracterização das agências qualificadoras do risco-país pode ser encontrada no artigo de Sevares (2002). Outra análise, crítica e abrangente, pode ser apreciada em Toussaint (2004), em particular no capítulo 4.

114 O BID foi criado em 1959, por iniciativa dos países da América Latina e do Caribe – com a adesão dos EUA – visando incentivar o desenvolvimento regional como instrumento de autoafirmação, após expectativas frustradas de investimento deste último país na região. Atualmente, conta com 46 membros; 26 mutuários – que são os países da América Latina –, que subscrevem 50% do capital; 15 países europeus e Israel como não mutuários, com 11% do capital, sendo o restante do capital composto pelos EUA, Canadá e Japão. No âmbito desta IFMs em análise, também pode ser observada a heterogeneidade no exercício do poder pelo país hegemônico na região; assim é indispensável registrar que “essa constituição demonstra a forte intervenção e poder dos Estados Unidos, que possui 30% do capital subscrito, superando qualquer outro país pertencente ao BID e ocupando o cargo de vice-presidência do banco” (BARRETO, 2006, p. 63).

da pública “*y las pautas de reformas económicas, fiscales y estatales previstas en el corto y mediano plazo*” (PNUD, 2004b, p. 165-6).

Particularmente, o BID tem historicamente mudado o caráter da sua atuação, sendo que nos anos 1960 investira recursos no fortalecimento dos serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação e infraestruturas, e desde os anos 80 tem focalizado sua atenção na avaliação dos serviços públicos. Essa mudança de rumo aponta à convergência que tem pautado a atuação do conjunto das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), condicionando os empréstimos à adoção de reformas privatizantes e de incentivo ao livre mercado, em conformidade com as diretrizes neoliberais. Consoante com esses preceitos, o BID desempenha papel destacado em investimentos regionais tendentes a fortalecer a construção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (FARO; SAID, 2005; BARRETO, 2006).

Desde as últimas duas décadas do século passado, as IFMs têm desempenhado papel central na relação do sistema financeiro. A partir desse momento as tarefas das duas principais IFMs, o FMI e o BM, têm sido complementares na aplicação das políticas financeiras e na interferência política, econômica e social nos países periféricos. Conforme abordaremos mais adiante, a disponibilidade de recursos para os países devedores é decidida pelo FMI, em contrapartida a reformas orientadas ao livre mercado (CASTRO; FARIAS, 2005; TOUSSAINT, 2004; HARVEY, 2004). As consequências do ajuste estrutural ditado pelo FMI no âmbito social se tornaram alvo de intervenção privilegiado do BM¹¹⁵ desde então.

[...] a função do Banco Mundial voltou-se de maneira mais intensa para o setor social, ajudando a integrar os países na economia mundial e promovendo um crescimento econômico em longo prazo visando à redução da pobreza dos países em desenvolvimento (BARRETO, 2006, p. 67).

115 Sobre o funcionamento desta organização, é indispensável observar que o poder de voto dos países membros é proporcional aos recursos que aportam ao Banco. O voto dos EUA no início – o BM foi fundado em 1944 – equivalia a 36%, sendo que a partir de 2001 representava 16,45%. Em 2002, com 183 membros, os dez países mais industrializados do planeta (com menos de 15% da população) detinham cerca de 50% dos votos; ao mesmo tempo em que 45 países africanos dispõem de menos de 4%. Para uma historicidade crítica do BM ver Toussaint (2004), em particular seu capítulo 9, assim como a detalhada cronologia da atividade da instituição a respeito do Terceiro Mundo – em anexo ao final do livro.

Decisivamente, particularmente a partir de 1990, o BM tem dedicado especial atenção às políticas de combate à pobreza. A relação estreita entre o BM e o FMI se expressa através da elaboração conjunta do Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PERP), que, preparado de forma conjunta incorpora fielmente os condicionantes impostos por esta última aos países periféricos. Resultante dessa metodologia de interferência nos assuntos nacionais, as políticas econômica e a social tornam-se complementares, e ambas se erguem como espinha dorsal das políticas macroeconômicas. Dessa maneira, a política social, sob a tutela do BM torna-se compensatória e, enquanto tal, paliativa das mazelas que a instituição “irmão” promove, a qual contraditoriamente é invocada para sua intervenção. A necessidade de intervenção das organizações multilaterais se fundamenta na consecução da fórmula – não demonstrada em nenhum país onde as prescrições foram aplicadas – que promete solucionar as “distorções” que assolam os países em desenvolvimento: no âmbito econômico, o crescimento trará aumento da riqueza, portanto existirá mais riqueza a ser distribuída, diminuindo assim a pobreza. Estes objetivos consolidam a necessidade de ingerência das IFMs na modelagem das diretrizes das políticas sociais e, principalmente, na determinação da política macroeconômica dos países periféricos (CASTRO; FARIAS, 2005; BARRETO, 2006).

Decorrentes da urgência que caracteriza o crescimento da pobreza nos países periféricos – dentre os quais a América Latina ostenta liderança –, legitimam-se os discursos e as práticas de intervenção direta na gestão governamental, com o argumento de aumento da eficiência dos programas sociais focalizados. Como exemplo, pode-se considerar uma modalidade frequente de empréstimo das IFMs, o Empréstimo de Assistência Técnica (EAT), cuja finalidade consiste na

[...] montagem e custeio do funcionamento de “redes gerenciais” de consultores técnicos, que trabalharão dentro dos ministérios do governo brasileiro, enquanto são teleguiados e pagos com recursos do BM. Assim, o EAT serve como um instrumento crucial para assegurar, mediante a operação de redes gerenciais especializadas, e fiéis a critérios muitas vezes duvidosos, que as reformas “compradas” pelo BM serão eficazmente implementadas (CASTRO, 2005, p. 140).

Esses profissionais a serviço das IFMs se localizam, preferencialmente, nos Ministérios, que possuem capacidade gerencial dos recursos estatais, como os da Fazenda ou do Planejamento Econômico, a partir dos quais irradiam os seus poderes pela máquina estatal. Desta maneira, as organizações financeiras internacionais garantem a internalização da sua política à custa da intervenção direta dos interesses hegemônicos nos desígnios dos países devedores. Ainda que o BM não admita, desde os anos 90, a concessão de empréstimos aos países periféricos esteve vinculada à existência da *good governance* ou da institucionalidade democrática¹¹⁶. Após as manifestações populares de reprovação aos programas de ajustes estruturais, aplicados nos países do Sul, o BM procura isentar-se de responsabilidades, impetrando os fracassos aos governos nacionais.

En realidad, desarrollar la gobernabilidad no implica de ninguna manera la democracia, implica la instrumentación de políticas para obtener el consentimiento de los oprimidos. En numerosos casos el discurso sobre la gobernabilidad disimula mal una práctica que tiene por objeto reforzar el poder ejecutivo y debilitar los movimientos sociales (TOUSSAINT, 2004, p. 193).

É indispensável frisar que esta forma de intervenção das IFMs socava os fundamentos representativos da democracia liberal, pois as diretrizes das políticas ditadas não correspondem às necessidades e expectativas da população, que estão pautadas pelas exigências contínuas destas e a serviço da manutenção da hegemonia dos EUA na região.

Dessa maneira, evidencia-se que as regras de acesso aos recursos das agências internacionais condicionam não somente o comportamento de variáveis econômicas – estabelecendo parâmetros de “saúde” dos países –, bem como se encontram vinculadas a objetivos abrangentes de instalação das democracias restritas em escala mundial. Mas, ao promoverem a democracia no contexto indicado, restando-lhes poder aos processos políticos representativos

116 Sobre uma análise das possibilidades e perspectivas contemporâneas de construção de certa *good governance* ou governabilidade global, relacionada com a institucionalidade democrática, consultar o artigo de Fiori (2005). Essa temática é crucial na compreensão e construção de cenários prospectivos dos papéis que os países latino-americanos poderão vir a desempenhar.

e participativos nacionais, anulam as perspectivas de desenvolvimento econômico e social; ao mesmo tempo em que afastam continuamente as possibilidades de escolher as estratégias e mecanismos, visando à construção da estabilidade macroeconômica.

As políticas nacionais são tão diretamente influenciadas por atores externos – os governos seguem as diretrizes do FMI para a redução de gastos até em contextos de flagrantes desigualdades – que fica patente a incapacidade dos cidadãos para definir políticas nacionais mediante um processo democrático (PRZEWORSKI; MESEGUER, 2003, p. 126-7).

Evidentemente, a apropriação do poder decisório político e econômico por parte destas instituições internacionais obstruem qualquer expectativa de sustentabilidade dos países dependentes (OCAMPO, 2000; HARVEY, 2004). Nesse contexto,

Deve-se falar não meramente de um Estado-nação burguês, principalmente para os países capitalistas subalternos, mas de um *sistema mundial inter-estatal capitalista*, cada vez mais “orgânico” tendo em vista que, com a mundialização do capital, surge uma nova elite desterritorializada – uma *burguesia transnacional* comprometida com os interesses do novo sistema mundial do capital financeiro (ALVES, 2001, p. 34, grifos no original).

As elaborações expostas no Capítulo II acerca da atual configuração imperialista e suas estruturas hierárquicas se tornam aqui procedentes, pois este *sistema mundial interestatal capitalista* pode ser compreendido como um rudimentar Estado global do capital financeiro, com suas manifestações tecnocrático-institucionais (entre as quais se destacam FMI, BM, BID, OMC, entre outros), que se erguem, em última instância, como a expressão político-institucional do que Chesnais (1996) denominara de oligopólio mundial. A interferência privada – que extrapola a divisão entre o nacional e o estrangeiro – no âmbito da mundialização do capital “é um construto político de políticas estatais-nacionais a serviço das empresas, conglomerados e corporações transnacionais, a “espinha dorsal” do oligopólio mundial” (ALVES, 2001, p. 35).

Nos relacionamentos entre as nações, os mercados financeiros também provocam conflitos, que mais e mais fogem à governabilidade política. O segmento de ações e de renda variável, incensado por economistas que veem o mercado como tribunal financeiro mun-

dial, emite julgamentos injustos, não respeita lei alguma e produz caos econômico em vez de justiça (MARTIN; SCHUMANN, 1999, p. 103).

O exercício do *hegemon* se vincula ao registro, como pode ser observado na Tabela 2, da percepção diáfana, por parte de uma parcela importante dos líderes latino-americanos entrevistados, quanto ao exercício hegemônico dos EUA, sendo que o mesmo pode ser observado no que se refere à importância refletida pela pesquisa acerca da insistente ingerência do capital financeiro nas decisões políticas ou na escolha dos dirigentes políticos nos países latino-americanos.

As análises com foco nas IFMs e o seu convergente *modus operandi* podem ser transportados para as organizações de cunho mais “político”. Efetivamente, as organizações internacionais têm desempenhado contínuo monitoramento em torno das perspectivas de consolidação de uma *good governance* ou de uma governabilidade internacional (VILLA, 2003; FIORI, 2005). Desde a profunda reformulação do quadro institucional internacional, decorrente do acordo de Bretton-Woods, configura-se uma sorte de “especialização” – ou, para ser mais preciso, uma “divisão de trabalho” – entre estas. Nessa ótica, o Conselho de Segurança da ONU e, na América Latina especificamente, a OEA, têm investido reiterados esforços para definir agendas e analisar os regimes democráticos vigentes nos países da região. Assim, apresenta-se um programa para os países periféricos em que o desdobramento de um bom governo implica na “adoção da democracia representativa como único regime aceitável de governo; controle da corrupção; direitos humanos e de minorias; legislação social e trabalhista; política de meio ambiente e desarmamento nuclear e convencional” (GUIMARÃES, 1999, p. 113-4).

Nesse sentido, é indispensável registrar que, em diversos embates da potência hegemônica com os países da região, a OEA tem desempenhado um papel de instância legitimadora das punições ou invasões “[...] desenvolvidas pelos EUA contra alguns países da região, como Guatemala de Jacobo Arbenz (1954), a Cuba de Fidel Castro (1962), a República Dominicana de Bosch (1965), a Granada de Hudson Austin (1983) e o Panamá de Noriega (1989)” (VILLA, 2003, p. 56).

O crescente interesse da OEA pela questão democrática se consolida em 1991, com a aprovação da Resolução nº. 1.080, também denominada de “cláusula democrática”, que visa à suspensão da participação dessa organização naqueles países nos quais aconteça a quebra da ordem constitucional e institucional democrática.

Em decorrência dessa normatização, os participantes da instituição interamericana vêm sendo obrigados, pela estrutura jurídica dessa organização, a incluírem cláusulas democráticas de compromisso de acatamento obrigatório como “requisito sistêmico” de adequação às necessidades normativas de ordenamento, equilíbrio e estabilidade da política internacional da atual “nova ordem”. Isto significa que passam a ser vinculados e obrigados a democratizar-se a partir de uma racionalidade formal, provinda de padrões internacionais, desconsiderando as particularidades estruturais e conjunturais do país. Assim, retorna-se à imposição do modelo de democracia representativa euro-americano, caracterizado por uma alta institucionalização do processo democrático: a observância da concepção de respeito na configuração da política através da regra da maioria; a perspectiva de funcionamento dos mecanismos de *accountability* ou de prestação de contas – dos governantes para o *demos* ou dos principais poderes entre si; uma tendência que vise incorporar os grupos organizados e representativos dos interesses sociais na elaboração e discussão da agenda política e uma maior institucionalização dos mecanismos eleitorais como expressão da vontade da maioria e das minorias, através da eleição de seus representantes (VILLA, 2003). Obviamente, esse “tipo ideal” de democracia não se realiza nem se encontra no horizonte de consolidação na América Latina.

Em recente Assembleia Geral da OEA, sua 35ª, realizada em 05 de junho de 2005 na Flórida, os representantes dos EUA propuseram a inclusão de uma cláusula de monitoramento dos regimes, visando à criação de medidas para a efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana¹¹⁷. O que se persegue é conferir legitimidade à perspectiva de intervenção nos

117 A Carta Democrática Interamericana, que consolida a “cláusula democrática”, foi assinada em 2001, por iniciativa do então presidente do Peru, Valentín Paniagua, com o objetivo de evitar o surgimento de regimes autoritários na região. O documento prevê a interferência da OEA em duas circunstâncias: a partir da proposta de um dos países membros perante o risco de ruptura democrática, ou depois que já houve a ruptura democrática.

países que não sejam submissos aos planos estadunidenses. O objetivo expresso no momento é o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez – é importante resgatar a tentativa perpetrada por setores empresariais em derrubá-lo, com patrocínio da Agência de Informação Americana (CIA)¹¹⁸. A Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, afirmou “que seria muito útil se a própria OEA criasse algum mecanismo” de intervenção (BACOCINA, 2005a). Em visita realizada ao Brasil, em abril do mesmo ano, a Secretária considerou que “há desafios políticos, econômicos e sociais que fizeram esses Estados democráticos muito frágeis”, acrescentando que “é nossa responsabilidade, como membros do hemisfério associados à carta democrática, tentar ajudar esses Estados a superar essas dificuldades” (TOLEDO, 2005). Essas sucintas declarações, sustentadas na política externa estadunidense, buscam construir um novo mecanismo antecipatório de intervenção nos países da região, a “democracia preventiva”, à imagem do que a Doutrina de Segurança Bush apregoa em âmbito global¹¹⁹.

Das considerações apresentadas, podemos claramente deduzir que o exercício do monitoramento se ergue, em termos práticos, numa modalidade de tutela dos processos democráticos latino-americanos, porém, é indispensável esclarecer que não se trata meramente de um sistema vigilante, senão em expressa intervenção na forma e no conteúdo que devem assumir as instituições estatais, evidentemente a partir de padrões alheios à realidade em estudo. Ao mesmo tempo, deve ser enfatizado que, na concepção do país hegemônico, “*a modernização política dos países da região latino-americana tem como base sua modernização econômica*” (VILLA, 2003, p. 66).

Neste contexto, parafraseando o título da obra de Weffort (1984), deve-se perguntar: Por que democracia? O que conduz os Estados Unidos a preferir a imposição e manutenção

118 A respeito da proposta apresentada pelos EUA o Ministro das Relações Exteriores venezuelano afirmou que “é absolutamente inadmissível que um pequeno grupo de países, representados num comitê de monitoramento, vai impor as suas decisões sobre a avaliação e muito menos o restabelecimento do que eles consideram democracia” (BACOCINA, 2005b).

119 A invasão e a ocupação do Afeganistão e do Iraque, a partir de 2002, consistem em claros sinais do significado que “prevenção” possui para os seus interesses, pois são eles que apontam os “riscos” ou “perigos” e são eles que se lançam na consecução dos seus objetivos, qualificados como de “Segurança Nacional”. A invasão e a ocupação desses países se fundamentaram na justificativa de ser refúgio de terroristas ou de possuírem armas de destruição em massa, acusações não comprovadas até o momento (HARVEY, 2004).

de regimes democráticos nos países periféricos? Tendo em vista que o mecanismo privilegiado de resolução das crises políticas e econômicas – por exemplo, na América Latina – desde a Primeira Guerra Mundial até os anos 80 do século passado era a instalação de regimes explicitamente autoritários podemos inferir que hoje a instabilidade política e social é preponderantemente dirimida no domínio do regime democrático-burguês. Ao mesmo tempo, o imperialismo brande insistentemente este argumento para encobrir a invasão de outros países na atualidade – entre os casos contemporâneos mais conhecidos podem ser citados Afeganistão, Iraque e Haiti. Ainda assim, essa situação de primazia não lhe tem impedido de sofrer mais de um revês.

Tres presidentes de Bolivia, dos de Ecuador y de Argentina y uno de Haití, Brasil, Guatemala, Paraguay, Venezuela y Perú fueron forzados a cesar en sus cargos antes de que concluyeran el mandato para el que fueran elegidos. En Venezuela y Ecuador se produjeron insurrecciones militares con las que se intentaron establecer gobiernos dictatoriales. En Perú el presidente Alberto Fujimori disolvió el Congreso y mediante manipulaciones obtuvo un congreso adicto del que salió para construir un poder desmedido. El presidente Hugo Chávez convocó una Asamblea Constituyente de la que obtuvo una carta política que recogió sus propuestas y desechó la de sus opositores. Una insurrección popular, a la que se sumó un levantamiento militar, lo depuso por unas horas; desde entonces Venezuela vive sumida en una diaria e irresoluble confrontación (HURTADO, 2004, p. 290).

Torna-se evidente que, desde a conjuntura aberta com a derrocada dos regimes burocráticos no Leste Europeu, a idéia de democracia é colocada como instrumento privilegiado para legitimar políticas anti-sociais (IANNI, 2004). A persistência dessa estratégia é favorecida pela “certeza” de que, sob ditadura do pensamento único, ainda não tem sido apresentada nenhuma forma organizativa que aglutine o amplo descontentamento de maneira a constituir-se em ameaça ao *status quo*. A dificuldade do movimento operário e popular em reerguer as suas históricas bandeiras emancipatórias coletivas conduz à persistência da agenda política previamente traçada para qualquer um dos governantes dos países periféricos, sob a atenta tutela das IFMs.

Do prisma da política hegemônica, a democracia – formal – ergueu-se em formato “flexível” de governo, pois os eventuais descontentamentos populares são equacionados – em

períodos de crises políticas agudas – no âmbito do arcabouço institucional vigente ou canalizados para adquirir a forma de pressão eleitoral, conduzindo os representantes políticos a adaptarem-se – geralmente através de promessas, posteriormente não cumpridas, quando no exercício governamental¹²⁰ –, visando continuidade ou eventual sucesso no pleito eleitoral. A maleabilidade do regime democrático atual é perceptível na diversidade de recursos institucionais e jurídicos que permitem exorcizar estremecimentos de todo grau.

Por todas estas razones, la democracia es una forma pragmática de gobierno de los pueblos. Al reducir la volatilidad de los resultados económicos y al enfrentar mejor los choques negativos, en particular, evita que las evoluciones económicas tengan consecuencias irreversibles sobre el destino de los sectores más desfavorecidos de la población (FI-TOUSSI, 2004, p. 325).

Ao inverso do que o autor acima enuncia a “elasticidade” do regime democrático não mitiga as mazelas econômicas para os pobres e trabalhadores, ao contrário, tem favorecido ostensivamente às variadas formas de apropriação do capital (MARTIN; SCHUMANN, 1999). A aplicação do mecanismo em análise é também apresentada pelos intelectuais orgânicos do capital como resultado de um eficiente “poder de persuasão” e como constante catalisador da transformação da natureza do poder no bojo da “revolução informacional”. Do ponto de vista do poder hegemônico, um destacado assessor dos governos Bush esclarece que,

O poder da persuasão é a capacidade de conseguir os resultados desejados nas questões internacionais através da atração em vez da coação. A força bruta, incluindo o uso coercitivo do poderio militar ou das sanções econômicas, tem como objetivo obrigar os outros a fazer o que nós queremos. O poder da persuasão tem como objetivo fazer com que queiram o que nós fazemos. Esse poder de persuasão pode depender do poder de atração das idéias de alguns, ou da capacidade de organizar a pauta de discussões de maneira a moldar a preferência de outros. Os Estados Unidos continuam sendo líderes mundiais em poder de persuasão, o que se pode perceber claramente quando se vê o movimento

120 A Tabela 1 se configura uma mostra inegável deste argumento, sendo que a obediência a uma agenda pré-definida que privilegia as regras do sistema internacional em benefício do capital empresarial e financeiro obstrui as perspectivas de atender ao clamor social.

rumo à democracia e à política de livre mercado em mais de 30 estados, no decorrer da última década (NYE Jr., 1998).

Amparados neste ponto de vista, podem ser compreendidas as informações fornecidas pelo relatório do PNUD (2004b) como representativas da concepção minimalista da democracia. Isto pode ser vislumbrado na afirmação de que “los líderes de todos los países incluidos en el estudio ven que sus países satisfacen la definición mínima de democracia”, sendo avaliada como subsidiária de genuína concorrência pelo poder político, na qual “los gobiernos tienen al menos algunos límites a su poder”, considerando, ao mesmo tempo, que conseguiram consideráveis avanços nesses dois aspectos apontados (Idem, p. 159).

Concluimos que as medidas tendentes a uma Reforma do Estado e o fortalecimento da democracia restrita visam ao envio de sinais positivos ao mercado, propiciando uma reconciliação dos seus objetivos¹²¹ (SOARES, 2003), pois, “es importante que la democracia sea inofensiva ante los mercados” (BORÓN, 2003a, p. 40). Com nossas análises, buscamos demonstrar que essas políticas não são ocasionais, nem tampouco fortuitas; ao contrário, elas conduzem ao aumento qualitativo de gravitação do imperialismo, significando o estreitamento do controle da vida econômica e política dos países da periferia. Os traços do exercício do poder neo-colonial na região se cristalizam nos sérios indicadores de involução democrática, um crescente “*unaccountability* dos governos” (BORÓN, 2002, p. 99).

Mecanismos de transferência de riquezas desde a periferia latino-americana

Para compreender as redes que sujeitam a inserção dos países latino-americanos, é necessário avançar na identificação de um conjunto de forças objetivas que configuram o novo

121 É importante registrar que a pesquisa, realizada pelo Latinobarómetro e analisada pelo relatório do PNUD (2004c) apresenta informações estatísticas sobre o apoio ao mercado ou ao Estado e à representação social dos latino-americanos relacionados às questões como privatização, combate à corrupção, diminuição do gasto público e um aumento de *accountability*. No relatório anteriormente citado, também é possível se deparar com um Indicador de Reforma Econômica, compondo sinteticamente: as políticas de comércio internacional, as políticas impositivas, as políticas financeiras, as privatizações e as contas de capital.

grau de integração da economia mundial, que multiplicam no seu seio a mobilidade global do capital e seus níveis de internacionalização, e, por conseguinte, os vínculos produtivos comerciais e financeiros entre os diferentes espaços da economia mundial. Este processo é claramente comandado pelo capital transnacional, que tem se desenvolvido decorrente de uma intensa contrarrevolução, favorecida pelos avanços tecnológicos digitais e no contexto imediato das tendências relacionadas à deterioração econômica que se apresenta no conjunto do sistema há três décadas.

A partir do início desse período, as diretrizes dominantes das políticas econômicas se orientaram para a redução das barreiras ao comércio e ao fluxo de capitais internacional (também denominada de “flexibilização”); à privatização, venda ou desmantelamento dos ativos estatais; à desregulação do conjunto da vida econômica (eufemisticamente nomeada “desregulamentação”) e à entrada em cena de uma dura disciplina tributária e monetária tendentes a reduzir o investimento estatal nas políticas sociais (BORÓN, 1994, 2003a, 2003b; CHESNAIS, 1998b, 1998c; TOUSSAINT, 2004; LAURELL, 1997). Essas políticas, decorrentes das prescrições do BM e do FMI, enfatizam a necessidade dos equilíbrios macroeconômicos, na perspectiva de construir um crescimento sustentável através das medidas de ajuste estrutural, visando a economias mais eficientes e competitivas, com a promessa de um desenvolvimento econômico e social. Esses mecanismos estão a serviço da expansão e acumulação capitalista dos países do centro, particularmente dos EUA – país hoje “consensualmente” hegemônico –, que se beneficia abertamente do fluxo internacional de capitais (seja através dos mecanismos da dívida externa dos países periféricos ou do capital financeiro nas suas diversas expressões) e das transferências de capitais das maiores empresas e bancos transnacionais que têm sede nesse país (WOOD, 2004; CHESNAIS, 2003a, 2003b; HARVEY, 2004). Se os mecanismos eminentemente econômicos – não voluntários – fracassarem, os EUA possuem o maior e mais avançado arsenal do mundo – inclusive maior que todo o armamento das outras potências econômicas juntas – com bases militares espalhadas em mais de cem países (SERFATI, 2002; ROMERO, 2005). Mas os recursos extra econômicos de dominação (invasões, ocupações, bloqueios e uma miríade de mecanismos de coação física) são ativados quando as regras econômicas não mais garantem o “bom” funcionamento do mercado mundial.

Na sequência, abordaremos alguns dos mecanismos consolidados de transferência de riquezas da América Latina para o centro do sistema mundial.

A dívida externa latino-americana: metástase dos povos

La deuda externa se ha convertido en un tributo neocolonial que los países de la periferia abonan a las burguesías y gobiernos del centro del sistema (BORÓN, 2001, p. 55)

O sistema de crédito internacional e a dívida externa são mecanismos que contribuíram decisivamente para a gênese do capitalismo industrial, desempenhando, juntamente com a pilhagem colonial, papéis estruturais na acumulação primitiva do capital (MARX, 1983). A dívida externa tem exercido um papel fundamental como ferramenta de dominação política e econômica em prol das principais potências capitalistas desde o século XIX. A América Latina está inclusa no rol de perene devedor, pois desde a independência dos países da região, entre 1810 e 1820, as suas economias sofreram quatro crises de dívida externa¹²².

En dos siglos, las economías de América Latina han sido golpeadas por cuatro crisis de la deuda. La primera se declaró en 1826 y se prolongó hasta la mitad del siglo XIX. La segunda comenzó en 1873 y terminó en los primeros siglos del siglo XX. La tercera comenzó en 1931 y se terminó a fines de los cuarenta. La cuarta estalló en 1982 y sigue en curso, aun cuando la forma ha evolucionado (TOUSSAINT, 2004, p. 121).

As crises anteriormente referidas envolveram o conjunto dos países independentes da América Latina e o Caribe e tiveram uma duração aproximada de quinze a trinta anos¹²³. É interessante registrar que o desfecho da primeira crise da dívida do século XX foi resolvido

122 Considera-se a existência de uma crise da dívida externa quando os indicadores econômicos tendencialmente comprometem os futuros pagamentos, assim como, num estágio mais avançado, declara-se a moratória unilateral de pagamentos.

123 A eclosão destas crises, as suas origens e a sua temporalidade estão estreitamente vinculadas ao ritmo da economia mundial e, principalmente, dos países industrializados. As fases preparatórias e o seu auge correspondem, em cada caso, ao final de um longo ciclo expansivo – representados por um *crack* ou intensa recessão – das principais economias industrializadas (Ibidem).

através da suspensão unilateral dos pagamentos dos países devedores perante os EUA, sendo que a dianteira foi assumida pelos países europeus¹²⁴ – com Grã Bretanha à frente, seguida por França, Bélgica e Itália –, e prontamente os países latino-americanos somaram-se a esse grupo. Após essa experiência, os EUA têm construído diversos mecanismos para que a situação não se repita – entre elas os Planos Baker e Brady. Diante da crise da dívida vigente, os EUA negociam individualmente com cada país – evitando ações conjuntas dos devedores – assim como rejeita qualquer tentativa de suspensão unilateral de moratória ou cessação de pagamentos por tempos prolongados (TOUSSAINT, 2004). Essa tática da nação hegemônica conduz a recorrentes e infundáveis negociações que têm aumentado o estoque da dívida, ao mesmo tempo em que a transferência de recursos do sul para o norte parece não ter fim.

Para se aproximar uma noção dos valores em análise, pode-se mencionar que, entre 1961 e 1968, a dívida externa do Terceiro Mundo passou de 21,5 a 47,5 bilhões de dólares e que, de 1971 a 1980, a dívida externa do Terceiro Mundo cresceu vertiginosamente, passando dos 70 bilhões de dólares para mais de 560 bilhões de dólares, representando um aumento de oito vezes no seu montante (TOUSSAINT, 2004, p. 127-8). Numerosos analistas e formadores de opinião dos países centrais têm atribuído, de maneira equivocada, esse aumento estratosférico da dívida externa do Terceiro Mundo à elevação dos preços do petróleo definidos pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Na prática, esse argumento é falso, pois o endividamento já podia ser observado muito antes – salientamos que esta linha de raciocínio não pretende negar a existência de fatores que vinculam o crescimento do endividamento ao choque do petróleo. O que consideramos é que o crescimento em fito é decorrente de uma trajetória que envolve com destaque os operadores econômicos dos países industrializados – principalmente países hegemônicos –, pois a maior parte do excedente dos ingressos obtidos pelos países produtores de petróleo foi transferida pelos governos dos países produtores para o sistema financeiro do Centro. Essa atividade trouxe como consequência o aumento da li-

124 Como corolário da vitória desses países na Primeira Guerra Mundial e por ocasião do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, esses países deixaram de pagar uma dívida que se elevava a 10 bilhões de dólares. Poder-se-ia inferir que um elemento que desferiu essa iniciativa se vincula à significativa redução que beneficiara a Alemanha pouco antes dos fatos mencionados, em 1932, pois a sua dívida com os credores europeus ascendia a 31 bilhões de dólares, mas a Alemanha pagou somente um bilhão (TOUSSAINT, 2004).

quidez dos bancos – uma “sobre-liquidez” –, que ocasionou uma oferta ainda mais ofensiva de colocação de empréstimos do que aquela dos finais dos anos 60 e princípios dos 70, cujos principais clientes foram os países da periferia (CHESNAIS, 1996, 1998b; MANDEL, 1982). Simultaneamente, os países periféricos não produtores de petróleo foram pressionados pelo aumento das despesas com a importação do combustível, o que repercutiu num considerável déficit de sua balança comercial. Para contornar essa situação, foram novamente forçados a contrair empréstimos nos mercados financeiros do norte. Essa abundância de capitais, aliada à crescente demanda, incitou aos banqueiros do norte a uma política de oferta de créditos cada vez mais audaz, principalmente para com os seus clientes do Terceiro Mundo (sejam eles empresas privadas ou os poderes públicos). Nesta conjuntura, os governantes dos países do Terceiro Mundo rapidamente se acostumaram a uma situação na qual os banqueiros disponibilizavam créditos a juros muito baixos (variavam entre 3 e 8% ao ano, sendo que em muitos casos as taxas reais eram negativas) (TOUSSAINT, 2004; MACIEL; CANO, 2002).

Quando estourou a crise econômica mundial de 1974-75, os governos do norte buscaram aplicar as receitas clássicas para alavancar a economia, recorrendo à fórmula de fazer crescer a produção pela demanda. É precisamente neste marco que presenciamos um novo salto do endividamento do Terceiro Mundo (voltando a crescer em torno de 20% na segunda metade dos anos 80). Desta vez, a oferta de empréstimos, novamente abundante, encontrou-se atrelada à compra de equipamentos industriais – inclusive militares – e produtos industrializados do país do norte que acorda o empréstimo¹²⁵. Isto derivou numa crescente regressão na política de substituição de importações para os países do Terceiro Mundo, retornando à especialização da produção – principalmente matérias-primas e produtos manufaturados de base – e, dessa maneira, aumentando a dependência dos seus compradores e dos preços internacionais. Por sua vez, isso tem acirrado a concorrência nesse mercado dos países do Sul, revertendo-se como consequência imediata na redução considerável dos preços dos seus pro-

125 É importante considerar que boa parte dos recursos que foram investidos nos projetos de infraestrutura (uma parcela pequena do valor total), por conta das “contrapartidas” dos empréstimos, retornou aos seus países de origem através da compra de equipamentos ou contratação dos *experts* importados, reforçando novamente os mecanismos colonialistas de ingerência direta nas políticas nacionais.

dutos de exportação. Isto é, desde esse período em diante, assistimos ao aumento considerável dos volumes de exportação, combinados com a contínua tendência de degradação dos termos de intercâmbio – que por sua vez incide negativamente na balança de pagamentos (TOUSSAINT, 2004; CHESNAIS, 1996; 1998b)¹²⁶. Essa situação agrava as perspectivas de pagamento das economias periféricas, as quais se desdobram numa intensificação dos mecanismos de sangria para os povos latinos da América.

O salto decisivo na crise da dívida latino-americana seria desferido pelas diretivas do diretor, Paul Volcker, da Reserva Federal dos Estados Unidos (FED), que aumentara as taxas de juros, visando ao combate de inflação interna nesse país em 1979. Como efeito cascata, essa decisão conduziu ao aumento das taxas de crédito de curto prazo como antes nunca acontecera, influenciando nas condições internas e externas de financiamento das economias nacionais (STIGLITZ, 2002). Essa medida interna dos EUA se traduziu na triplicação dos recursos a serem desembolsados para os países do Terceiro Mundo, pois os empréstimos tomados nos anos 70 estavam vinculados às taxas influenciadas indiretamente pelos comandos do FED. Essa situação desencadeou uma série de complexos mecanismos comerciais e financeiros internacionais – entre os que merecem ser citados estão a contração dos mercados de exportação e a diminuição dos preços desses produtos –, aliados à negativa dos bancos privados internacionais em conceder novos empréstimos, conduzindo ao estrangulamento das possibilidades de pagamento, que pouco depois se configurara na crise da dívida externa (TOUSSAINT, 2004; MACIEL; CANO, 2002).

Os dados disponíveis são eloquente testemunha da realidade em análise. Estes podem ser observados na Tabela 3.

126 Um aspecto, no mínimo perverso, é o fato de que uma parte considerável destes empréstimos foi apropriada pelos governantes dos países, ou de seus empresários. Os exemplos elencados em Toussaint (2004) são numerosos e ilustram essa realidade, estimando-se, por conta desses dados, que dois terços dos valores revertidos aos países periféricos no período de liquidez bancária internacional foram depositados em contas no exterior por essa elite (de acordo com o BM as somas provenientes da América Latina ascendem a 290 bilhões de dólares).

Tabela 3 – Dívida externa total desembolsada na América Latina, 1990-2002

DEUDA EXTERNA DESEMBOLSADA TOTAL, 1990-2002											Tabla 107
País	1990	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	62.233	72.209	85.656	98.547	110.613	125.052	141.929	145.289	146.338	139.783	132.900
Bolivia	3.768	3.777	3.777	4.216	4.523	4.366	4.234	4.390	4.461	4.412	4.228
Brasil	123.439	145.726	148.295	159.256	179.935	199.998	241.644	241.468	236.157	266.067	228.723
Chile	18.576	19.665	21.768	21.736	22.979	26.701	31.691	34.167	36.477	38.032	39.204
Colombia	17.848	18.908	21.855	26.341	31.116	34.412	36.606	36.662	36.398	39.781	37.800
Costa Rica	3.924	4.011	4.133	4.209	3.289	3.086	3.402	3.641	3.742	3.951	4.175
Ecuador	12.222	13.631	14.589	13.934	14.586	15.099	16.400	16.282	13.564	14.411	15.898
El Salvador	2.076	1.976	2.056	2.168	2.517	2.689	2.632	2.789	2.832	3.148	4.022
Guatemala	2.487	2.323	2.895	2.947	3.026	3.197	3.618	3.831	3.929	4.100	4.200
Honduras	3.588	3.850	4.040	4.243	4.121	4.073	4.404	4.729	4.721	4.802	4.715
México	101.900	130.524	139.800	165.600	157.200	149.028	160.258	166.381	148.652	144.534	141.000
Nicaragua	10.616	11.987	11.695	10.248	6.094	6.001	6.287	6.549	6.660	6.374	6.242
Panamá	3.795	3.494	5.505	5.891	5.070	5.051	5.349	5.568	5.604	6.263	6.218
Paraguay	1.670	1.254	1.271	1.741	1.801	1.927	2.133	2.679	2.701	2.586	2.586
Perú	19.996	27.489	30.191	33.378	33.805	28.642	29.477	28.704	28.150	27.508	28.555
República Dominicana	4.499	4.563	3.946	3.999	3.807	3.572	3.537	3.636	3.685	4.180	4.300
Uruguay	4.472	3.578	4.251	4.426	4.682	4.754	5.195	5.618	6.116	5.855	6.981
Venezuela	36.615	40.836	40.998	37.537	34.117	31.328	30.248	33.235	31.840	32.724	32.859
América Latina	433.724	509.801	546.721	600.417	623.281	648.976	729.044	745.618	722.027	748.511	704.606

Notas: Los datos, en millones de dólares, incluyen la deuda externa de los sectores público y privado. Los datos para Bolivia, Nicaragua y Panamá son sólo para su deuda externa pública. Los datos para 2002 son estimados preliminares. Las cifras regionales son el total de todos los casos.

Fonte: CEPAL (vários anos)
Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 163.

Em 1980, segundo o BM, os países do Terceiro Mundo totalizavam aproximadamente 530 bilhões de dólares de dívida externa. Vinte anos mais tarde, para fins do ano 2000, alcançava em torno de 2.050 bilhões de dólares: isto é, quatro vezes mais (a dívida dos ex-países do Leste Europeu multiplicou por oito no mesmo período). Durante o mesmo período anteriormente assinalado, o Terceiro Mundo reembolsou aos seus credores mais de 3.450 bilhões de dólares; sendo assim, os países mais pobres do sistema mundial devolveram seis vezes o que deviam em 1980, para se encontrarem quatro vezes mais endividados (os países do ex-bloco comunista devolveram onze vezes o que tomaram de empréstimos e encontram-se oito vezes

mais endividados em 2000)¹²⁷. De acordo com estudos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), a transferência neta negativa¹²⁸ de capitais dos países da região para o norte foi de mais de 200 bilhões de dólares entre 1983 e 1991. Para conseguir construir uma ideia da drenagem de riquezas dos países latino-americanos, podemos resgatar que, entre 1982 e 2000, em conceito de serviços da dívida externa, estes países remeteram 1.452 bilhões de dólares, o que representa quatro vezes o montante da dívida destes no ano de 1982 – que era de 333,2 bilhões de dólares. Os países da América Latina desembolsaram somas consideráveis de recursos, em detrimento dos investimentos sociais e infraestruturais, inclusive configurando-se em franca contradição, no âmbito do discurso econômico hegemônico, do propalado fortalecimento do mercado interno, visando ao promissor e inatingível “crescimento econômico”.

Dentre os diversos elementos que explicam essa realidade, merece destaque a necessidade contínua dos países tomarem empréstimos para pagarem dívidas contraídas. Esse mecanismo de contrair novas dívidas para devolver a anterior tem rendido bons lucros aos banqueiros internacionais, pois pela premência da situação e a condição de país periférico, os juros são frequentemente mais altos que os aplicados aos países centrais – o cenário se torna mais adverso ao considerar que, simultaneamente, os termos de intercâmbio se deterioram continuamente, desfavorecendo os países periféricos. É indispensável mencionar que uma parcela importante das dívidas assumidas pelos países provém do endividamento de empresas privadas (dependendo do país, podem representar até $\frac{1}{4}$ do valor total da dívida), sendo que grande

127 Para formar uma ideia dos volumes de riqueza que esses recursos representam, estima-se que a transferência de recursos que os povos do Terceiro Mundo repassaram para os países da Tríade entre 1980 e 2000 como equivalentes a 43 Planos Marshall, em valores atualizados (TOUSSAINT, 2004. pp. 138-9).

128 Denomina-se transferência financeira neta de um país ou região à diferença entre os ingressos brutos do ano (recepção de empréstimos e investimentos oriundos dos países industrializados) e os reembolsos vinculados ao processo de amortização do serviço da dívida externa (assume a modalidade de pagamentos anuais compostos pelos juros mais uma porção do capital aos países centrais), assim como também a repatriação dos benefícios das transnacionais aos seus países de origem. A transferência financeira neta será positiva quando o país ou continente recebe mais (seja na forma de empréstimos, doações ou investimentos) do que paga ou transfere sob a modalidade de repatriação de benefícios das transnacionais. É negativa se as somas pagas são superiores às somas que ingressam ao país, região ou continente (UGARTECHE, 1997).

parte delas são multinacionais que, por sua vez – em alguns casos – são credoras internacionais das nações.

Desregulação dos mercados e fluxos de capitais

A mundialização econômica é construída, consolidada pelo capitalismo, sob os alicerces da divisão de trabalho e produção em âmbito internacional (ANTUNES, 2001). Decorrentes desta mundialização, os países do Hemisfério Sul têm sido historicamente caracterizados pela exportação de matérias-primas e produtos manufaturados de escasso valor agregado, que vêm sofrendo uma drástica diminuição dos valores relativos, se comparados aos produtos industrializados, aos serviços e às patentes importadas dos países centrais¹²⁹. A lei do desenvolvimento desigual e combinado compreende essa degradação dos termos de intercâmbio mercantis como funcionais à exploração que os países do centro exercem sobre os países da periferia (NOVACK, 1988; FERNANDES, 1975, 1981a, 1981b). Essa relação de longa data é uma manifestação da persistência do seu caráter historicamente desigual e hierárquico, que atesta a vigência da relação imperialista (MANDEL, 1982).

Uma situação correlata de aspectos associados à configuração da dívida externa pode ser observada ao analisarmos o fluxo internacional de investimentos e sua estreita vinculação com as políticas prescritas pelos organismos internacionais, em particular o BM.

129 Segundo IMF (2000) e UNCTAD (2000), os preços dos produtos de base (excluídos os do petróleo) caíram em 30% entre 1996 e 2000. Aliada a esses elementos, deve ser considerada também a substituição de matérias-primas por produtos sintéticos: fibras sintéticas, adoçantes artificiais, etc., que, mais uma vez, acarretam situações de dificuldades de inserção dos países periféricos.

Tabela 4 – Investimento Estrangeiro Direto Neto na América Latina, 1992-2002

INVERSIÓN EXTRANJERA DIRECTA NETA, 1992-2002											TABLA 105
País	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	3.218	2.089	2.622	4.111	5.349	5.508	4.968	22.633	10.553	3.304	1.500
Bolivia	91	125	147	391	472	728	952	983	691	647	721
Brasil	1.924	801	2.035	3.475	11.666	17.877	26.002	26.888	30.497	24.894	13.402
Chile	538	600	1.672	2.205	3.681	3.809	3.144	4.366	-1.103	3.045	858
Colombia	679	719	1.298	712	2.784	4.753	2.032	1.353	2.051	2.386	1.864
Costa Rica	222	243	292	331	421	402	607	614	404	445	424
Ecuador	178	474	576	452	500	724	870	636	708	1.330	1.335
El Salvador	15	16	0	0	0	59	1.103	162	178	277	317
Guatemala	94	143	65	75	77	85	673	355	245	456	110
Honduras	48	52	42	69	90	128	99	237	282	195	179
México	4.393	4.389	10.973	9.526	9.185	12.830	11.602	11.915	13.162	25.221	13.500
Nicaragua	42	40	40	75	97	173	184	300	265	132	171
Panamá	145	156	411	267	410	1.300	1.296	652	603	513	350
Paraguay	118	75	138	98	144	230	336	65	119	152	74
Perú	150	687	3.108	2.048	3.242	1.697	1.880	1.969	556	1.063	1.943
República Dominicana	180	189	207	414	97	421	700	1.338	953	1.015	850
Uruguay	0	102	155	157	137	113	155	229	280	319	168
Venezuela	473	-514	455	894	1.676	5.036	4.262	2.789	4.357	2.684	1.200
América Latina	12.508	10.386	24.236	25.300	40.028	55.873	60.865	77.284	64.801	68.078	38.966

Notas: Los datos están en millones de dólares. Los datos para 2002 son estimados preliminares. Las cifras regionales son el total de todos los casos.

Fonte: CEPAL (vários anos)
Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 161.

Nos anos 70, o ingresso de capitais, o Investimento Direto Externo (IDE), nos países em desenvolvimento era em média superior ao fluxo de saídas netas das empresas transnacionais para as suas matrizes, por conta de dividendos, rendas, honorários, entre outros. Na primeira metade da década de 80, conjuntura da deflagração da crise da dívida, as transnacionais sediadas nos países da América Latina inverteram esta situação, aumentando e acelerando a remessa de capitais aos seus países sedes. Desde o começo dos anos 90, os fluxos de capitais

que ingressam aos países da América Latina voltaram a ser positivos, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Porém, a natureza dos fluxos deste período não possui a característica de ser eminentemente de investimentos criadores ou de aumento da capacidade produtiva das empresas para se tornarem capitais de aquisição de empresas públicas, facilitadas pelos programas de privatização implementados na região e que se encontram no cerne da concepção neoliberal, intensamente aplicada nos países da região¹³⁰ (COGGIOLA, 2003). Os governos da América Latina têm liquidado a preços irrisórios o seu patrimônio empresarial, que forneceram por décadas serviços públicos à população, sendo adquirido por empresas transnacionais públicas e privadas. Os casos de subavaliação destas empresas públicas são inúmeros¹³¹ e podem ser considerados mais uma modalidade de transferência de riquezas dos países da região para os centrais. Segundo Toussaint (2004)

En numerosos terrenos las transnacionales del Centro han tomado el control de sectores económicos estratégicos. Los bancos controlaban, en el año 2000, el 40% de los activos del sistema bancario latinoamericano contra el 10% a mediados de los noventa [...]. En materia de privatización, entre 1990 y 1999 las telecomunicaciones han representado el sector más apreciado (76 mil millones de dólares), seguidos por el de la producción eléctrica (53 mil millones), petróleo y gas (45 mil millones), bancos (34 mil millones), siderur-

130 Segundo Furtado (2000), o destino do IDE da última década do século passado se concentrou em setores industriais já bastante industrializados – automobilístico e indústria química – e em setores de serviços em que a presença de capital estrangeiro era inexpressiva. No setor automobilístico foi praticada uma política protecionista de importações e subvenções. Também estão vinculadas à venda de estatais importantes como a siderúrgica Vale do Rio Doce e as empresas de telefonia, entre tantas outras. Estas observações, relativas ao Brasil, podem ser extensivas aos outros países latino-americanos, com as especificidades na aplicação das políticas de livre mercado.

131 Alguns casos escandalosos de entrega do patrimônio público podem ser apreciados no ótimo estudo de Toussaint (2004), particularmente no capítulo 15. Entre eles, destacam-se a venda das empresas argentinas, como por exemplo, o caso de Aerolíneas Argentinas à Ibéria (empresa espanhola); a empresa de hidrocarbonetos Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) passou ao controle da Repsol (também espanhola); mesmo destino teve a Empresa Telefónica ENTel, ‘vendida’ a um consórcio formado por uma empresa espanhola e uma francesa. Casos como esses abundam nos países do Hemisfério Sul, demonstrando o aprofundamento da submissão ao capital externo.

gia (9,6 mil millones), minas (9 mil millones) y química (6 mil millones). América Latina está a la cabeza de los programas de privatización (177 mil millones de dólares). “La región ha cedido a la gestión del sector privado una grande parte de sus infraestructuras y de sus establecimientos financieros” (World Bank, Global Development Finance: 2000, 186), seguida por Europa Central y del Este (61 mil millones), Asia del Este y el Pacífico (44 mil millones), Asia del Sur (11 mil millones), África del Norte y África Subsahariana (8 mil millones en cada región) (p. 147).

De acordo com Borón (2003a), aproximadamente 800 empresas públicas dos países latino-americanos foram transferidas para o setor privado entre 1988 e 1997. No entanto, ao mencionarmos a desnacionalização da economia, faz-se necessário também considerar que, nesse mesmo processo, as empresas privadas nacionais também passaram para mãos transnacionais. Esse processo pode ser apreciado no detalhado estudo de Rocha (2000), que resume informações do processo de apropriação das empresas nacionais no Brasil. Entre 1995 e 1999, foram registradas, nesse país, 1.233 fusões e aquisições por corporações multinacionais com participações de grupos brasileiros. Destas, calcula-se que 70% das aquisições foram realizadas por transnacionais nos setores de peças automotrizes, bancos, siderurgia, alimentação, bebidas, laticínios, higiene e limpeza, eletrônica e química, para citar os mais relevantes. Esse intenso processo de privatização – implantado com heterogeneidade nos países da região –, ao contrário das expectativas de crescimento econômico e dinamização do setor produtivo, tem conduzido à crescente monopolização ou à oligopolização das economias nacionais. Na prática, tem se traduzido em uma crescente desnacionalização dos países latino-americanos, tanto no âmbito político como no econômico (LACERDA, 2000).

Enquanto que para os países da periferia são aconselhadas – e frequentemente determinadas – políticas orientadas para o livre comércio, os países centrais persistem e reforçam as políticas protecionistas dos seus setores produtivos. As diretrizes prescritas pelas IFMs infringem prejuízos bilionários às economias agro-exportadoras através de obstáculos tarifários, cotas, requisitos de qualidade e embalagens.

A crescente importância que o BM tem adquirido desde finais dos anos 60 é compartilhada junto ao FMI a partir dos anos 80 para conformar uma dupla inseparável na administração das

dívidas dos países periféricos e na aplicação dos programas de ajuste estrutural. Os objetivos declarados das políticas visam incentivar a sustentação financeira dos países endividados no comércio internacional, a fim de garantir e aumentar a sua participação em aras de um “crescimento equilibrado/sustentado”. Para tal, a partir de sua ótica, torna-se imperativo orientar de maneira “apropriada” sua política macroeconômica conforme os interesses dos credores internacionais. Desta maneira, os empréstimos são acordados como apoio aos balanços de pagamentos – como capitais de curto prazo para financiamento de importações ou pagamento de outras dívidas adquiridas –, com a condição de que o governo nacional adote um programa de estabilização econômica e de reformas estruturais (TOUSSAINT, 2004; SOARES, 2001, 2003; MARTINS, 2005).

Essa primeira fase, a da estabilização, consiste no “programa secreto” do FMI, que está baseado na imposição das linhas gerais das políticas centrais e nos conselhos “técnicos” aos governos, inscrito na denominada carta de intenção e que são monitorados pelas equipes da instituição a partir da aceitação do empréstimo e podem eventualmente ser interrompida se não forem seguidas conforme as regras (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Os mecanismos políticos e econômicos característicos desta primeira fase geralmente consistem em: desvalorização e unificação das taxas de câmbio; implantação da austeridade orçamentária (que influencia a composição dos gastos governamentais); liberação dos preços (eliminação dos subsídios e/ou os controles de preços); fixação dos preços dos produtos petroleiros e dos serviços públicos e desindexação dos salários e liberalização do mercado de trabalho.

A segunda fase, que consiste no programa de ajuste estrutural propriamente dito, é formada pelas seguintes ações: liberalização do comércio (eliminação das barreiras alfandegárias protecionistas); liberalização do sistema bancário (privatização dos bancos públicos e desregulamentação do sistema bancário comercial); privatização das empresas públicas; reforma tributária (impostos regressivos que obstaculizam o mercado interno); privatização da terra (conduzindo à concentração da posse da terra e expulsão dos camponeses); flexibilização das leis trabalhistas (supressão do salário mínimo); fortalecimento do sistema de fundos de pensão

em detrimento da aposentadoria pública; redução dos gastos sociais; *good governance* ou governabilidade (consolidação do arcabouço institucional constitucional, ou seja, a manutenção da ordem vigente) (TOUSSAINT, 2004).

O conjunto de políticas econômicas arroladas anteriormente consiste na essência das diretivas que conduzem ao aumento qualitativo da relação de dependência, aliadas à aceitação de uma série de mecanismos interventores na gestão dos desígnios nacionais dos países da região, que incluem desde os *experts* até as próprias diretrizes e modalidades das políticas monetárias, econômicas e sociais (CASTRO; FARIAS, 2005; BARRETO, 2006). Diversos artifícios inscritos em acordos comerciais – multilaterais ou bilaterais – entre os países latino-americanos com a nação hegemônica, os EUA, conduzem a legalizar essa relação, que configura, ao lado de outras políticas impostas, o arcabouço que fundamenta o processo recolonizador no qual estamos inseridos (ROMERO, 2005; HARVEY, 2004).

ALCA e bilarteralismo: a recolonização em curso

Uma emergente área de debates no estudo das relações internacionais se inscreve com a consolidação do processo de mundialização do capital, na perspectiva de um novo imperialismo (HARVEY, 2004). Em relação ao padrão de inserção dos países latino-americanos, afirma-se que ela acontece no âmbito de um “novo regionalismo”, que apresenta como característica diferencial um aprofundamento das relações norte-sul (BOUZAS, 2005).

É possível considerar que as iniciativas econômicas e políticas de maior envergadura que os EUA desenvolveram para América Latina durante a “Guerra Fria” estiveram claramente vinculadas à “luta contra o comunismo”, sendo que a sua ingerência aconteceu através de uma combinação de ações de cunho político e militar. Essa política foi executada empregando uma miríade de variações situacionais interferentes, que compreendem desde a criação de fundos de “ajuda” econômica, até as intervenções militares – diretas ou indiretas –, visando neutralizar tanto os movimentos de guerrilha quanto as tentativas que os governos latino-americanos empreenderam no desenvolvimento de políticas internas e externas, na perspectiva de construir políticas com diversos graus de autonomia das diretrizes estadunidenses (IANNI, 2004, 1974).

Assim, no decurso da Rodada Uruguai do GATT¹³², particularmente na perspectiva do seu fracasso e no âmbito de ameaças sistêmicas à manutenção da sua hegemonia hemisférica, os EUA adaptam a sua estratégia, sendo que o apoio político estadunidense não constituía mais a única nem a principal exigência, senão que cada vez mais cobrava forças um conteúdo claramente econômico, vinculados mormente à liberdade do movimento dos capitais e mercadorias da nação hegemônica na região.

Correlata às afirmações que consideram que a globalização tem derrubado as fronteiras nacionais e construído um mundo cosmopolita, integrado e pacífico no início da década de 1990, a soberania dos Estados se colocou como elemento central no pensamento anglo-saxão. As preocupações se tornam contemporâneas em função da legitimidade das intervenções humanitárias promovidas pelos países centrais através da ONU, com a justificativa de defesa dos direitos humanos¹³³. Outro aspecto característico da emergente realidade internacional também questiona a vigência das jurisdições políticas nacionais, perante o ímpeto das grandes corporações transnacionais e dos agentes do mercado financeiro global. O fim da Guerra Fria traz consigo mudanças consideráveis no cenário geopolítico, que provocam novos arranjos nas hierarquias econômicas e políticas, influenciando os graus de soberania que cada unidade política desempenhará.

Sem aprofundar a abordagem histórica sobre o nascimento e a consolidação dos Estados¹³⁴, é forçoso enfatizar que seu surgimento acontece conjuntamente com o capitalismo e que, apesar das conjunturas em que a dominação das classes abastadas fora ameaçada, sua existência tem sido um elemento decisivo e profícuo para os que nos últimos cinco séculos

132 A referida Rodada Uruguai do GATT, que aconteceu em Genebra, inicia-se em 1986 e finaliza em 1994, caracterizando-se pela introdução de uma agenda que supera o âmbito estritamente comercial, destacando-se os serviços, os direitos de propriedade intelectual, o setor agrícola e regulamentação dos investimentos. É importante destacar que o GATT será o embrião da Organização Mundial do Comércio (OMC).

133 Esta questão é debatida, entre tantas outras elaborações, no artigo de Wood (2004).

134 Para abordar teorizações sobre a dinâmica histórica do surgimento dos Estados nacionais na América Latina, consultar as obras de Fiori (2001), Coggiola (2003), Cardoso; Brignoli (1983), Donghi (1975), entre outros.

detiveram e/ou detêm a riqueza e o poder (COGGIOLA, 2003; FERNANDES, 1975, 1981a, 1981b).

A investida global empreendida pelos EUA possui como objetivo estratégico a implantação dos ideais econômicos liberais, sendo que visa à “eliminação completa dos obstáculos ao comércio internacional de bens e serviços e ao movimento de capitais, por meio do sistema multilateral de comércio e pagamentos, em cujo centro se encontram a OMC e o FMI” (GUIMARÃES, 2001b, p. 179). A retomada na aplicação das propostas de integração regional – consideradas entraves protecionistas ao multilateralismo e à globalização – voltou ao centro da cena após a criação da NAFTA (*North America Free Trade Area*).

A importância da NAFTA reside não só nos efeitos sobre as economias participantes, como também na influência que detêm sobre as expectativas dos países dependentes, em especial os latino-americanos, como precedente da maneira em que é possível negociar com os interesses do capitalismo hegemônico, sendo que “los intereses más activos y que se irán imponiendo son los de EE.UU.” (ESTAY; SÁNCHEZ, 2005, p. 36). As consequências sociais internas destes arranjos internacionais possuem desdobramentos negativos para os trabalhadores dos países membros, inclusive para o *hegemon*, pois

[...] assim como o Nafta, evidentemente criado para deprimir as condições de trabalho nos Estados Unidos para convergir como os vizinhos mexicanos, foi instituído contra a resistência do trabalhismo organizado, a integração europeia tem o efeito de enfraquecer os mecanismos – tais como déficit e desvalorização – por meio dos quais as economias nacionais europeias conseguiram no passado acomodar aumentos de salário e amortecer o desemprego (WOOD, 2003, p. 249-50).

Estamos presenciando uma reorganização hierárquica com mecanismos que aprofundam a lógica de concentração da riqueza e do poder bélico, para qual a escolha da estratégia de dominação só se preocupa com as perspectivas da sua manutenção, fundamentadas numa intensificação da exploração de classe e independente dos meios e modalidades que sirvam a essa finalidade. Portanto, devemos considerar que tanto o multilateralismo quanto a regionalização – apesar das contradições que efetivamente existem e continuarão existindo entre esses dois processos – apontam em direção à construção de um cenário mundial a mando dos

conglomerados de capitais e das economias nacionais dos países Centrais. A retórica corrente do livre mercado visa envolver as diferentes regiões para uma intensificação das transações regidas pela concorrência, ainda que, obviamente, não se trate de uma concorrência “livre” ou “justa”, nem nada semelhante, senão do recrudescimento das formas monopólicas e oligopolistas de ação dos grandes capitais dedicados à produção, ao comércio e às finanças. Nesta perspectiva, as evidências atestam que os processos de regionalização constituem para esses grandes capitais um instrumento de ampliação e consolidação das bases que sustentam suas capacidades competitivas, e, por isso, a formação de blocos se ergueu em um importante foco de conflitos entre as principais potências econômicas, sobretudo se se tem presente que, dentre os numerosos acordos comerciais dos mais diversos, é possível diferenciar três grandes blocos regionais, cada um deles encabeçado pelas principais potências econômicas. Estas são: a União Europeia¹³⁵ (UE), encabeçada pela Alemanha; a ASEAN¹³⁶, no qual o Japão desempenha um papel de destaque; e o Tratado do Atlântico Norte (NAFTA), no qual os EUA se destacam. A perspectiva de ampliação deste último, configurada pela ALCA, inclui o México, o Canadá e os EUA, dezenove da América Central e doze da América do Sul (ESTAY; SÁNCHEZ, 2005).

Ainda que existam diversidades consideráveis na institucionalização e integração dos blocos – sendo que a UE se sobressai –, verificamos que as transações comerciais e financeiras internas de cada bloco ganharam crescente relevância no comércio internacional.

A força adquirida pela tendência à regionalização da economia mundial e os seus conflitos atuais e os possíveis entre os principais blocos se encontram estreitamente relacionados à decisão dos EUA de propor, em 1990, a criação da “Zona Hemisférica de Livre Comércio”, que se configura como o embrião da política desse país, por melhorar a sua capacidade compe-

135 Os países que compõem a UE são vinte e cinco: Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Espanha, Portugal, Suécia, Finlândia, Áustria, Creta, Malta, Polónia, República Checa, Estónia, Eslováquia, Hungria, Lituânia, Eslovênia e Letónia. Encontram-se em processo de incorporação Turquia, Romênia e Bulgária.

136 A ASEAN é conformada por Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Singapura (os denominados “quatro tigres”), Tailândia, Malásia, Indonésia, Brunei; Filipinas, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

titiva perante o avanço da integração europeia, recorrendo assim a uma tentativa de redefinição dos vínculos com América Latina e o Caribe – os quais se têm consolidado como sua área imediata de influência econômica e política.

Como elemento geral e para além dos graus de conflito entre regionalização e multilateralismo, interessa-nos destacar que se tratam de dois caminhos através dos quais têm se concretizado, nas últimas duas décadas recentes, a tendência geral à liberalização do movimento internacional de capitais e mercadorias – exceto o de pessoas. Esta arquitetura em construção possui beneficiários bem precisos no interior de cada bloco e em âmbito mundial – as grandes empresas dedicadas à produção, o comércio e as finanças – e que em sua quase totalidade se localizam nos países desenvolvidos, no âmbito do Hemisfério Norte, especificamente nos EUA.

Estay e Sánchez (2005) afirmam que

En lo que respecta a América Latina, hasta fines de los años ochenta prácticamente no existía una estrategia militar norte-americana de vinculación *económica* con el *conjunto* de la región, y, en ausencia de esa estrategia, en el ámbito económico el mayor énfasis estuvo puesto en vínculos principalmente bilaterales y con definiciones reactivas, en tanto que las relaciones más generales con Latinoamérica se desprendían de las estrategias estadounidenses relativas al binomio Este-Oeste y al binomio Norte-Sur, en ambos casos respondiendo a preocupaciones fundamentalmente geopolíticas vinculadas a la percepción norteamericana del equilibrio mundial de poder y a la necesidad de obtener la victoria en un caso respecto al Este y en el otro respecto al Tercer Mundo (p. 24, grifos no original).

Os EUA continuam exercendo influência direta na agenda política dos países da região, prescrevendo como questões centrais os problemas ambientais, os direitos humanos e a luta contra o narcotráfico. Após o 11 de setembro de 2001, é necessário somar a política de combate ao terrorismo da Doutrina Bush, que organiza grande parte do conjunto de ações militares e políticas e que substitui a dimensão anterior de “luta contra o comunismo”. Neste sentido, é indispensável destacar que a constituição da ALCA faz também parte da Doutrina de Segurança de Bush, pois inclui elementos diretos de dominação política e militar que complementam a presença econômica das empresas, assegurando-lhes o controle físico do território continental. Essa estratégia perfaz um conjunto coerente de mecanismos que visa ao aproveitamento dos recursos naturais, das populações e que a totalidade da sua infraestrutura responda completa-

mente aos objetivos e necessidades traçadas, objetivando o modelo de manutenção da hegemonia estadunidense na América Latina (ESTAY; SÁNCHEZ, 2005; HARVEY, 2004).

Aliadas aos discursos de aplicação do livre comércio continental estão presentes as exigências para cerrar fileiras na defesa da democracia representativa, bem como a luta contra o narcotráfico e o combate insaciável a qualquer sinal ou perspectiva de terrorismo. É importante registrar que as negociações em torno da constituição da ALCA aconteceram simultaneamente com a implementação do Plano Colômbia e do lançamento da Iniciativa para a Região Andina, no bojo do reforço crescente da presença militar dos EUA na região. Neste sentido, também têm sido construída uma densa e obscura rede de aparatos militares ao longo do território latino-americano¹³⁷.

A consolidação da ALCA, desde o seu início, tem apresentado diversos obstáculos: inicialmente estes estiveram localizados eminentemente do lado dos EUA, por uma série de acontecimentos que impediram convergir as suas forças para essa política e, num segundo momento, a uma crescente oposição dos governos eleitos – principalmente da Venezuela, do Brasil e da Argentina –, que têm questionado os princípios gerais que sustentam a criação da área. As restrições se focalizam na unilateralidade dos interesses beneficiados e dos variados impactos das propostas vinculadas aos setores sociais, industriais e regionais em prejuízo da regulação estatal dessas políticas (ESTAY; SÁNCHEZ, 2005; GUIMARÃES, 1999). A contestação social também tem se manifestado crescentemente, principalmente nos países andinos. As estratégias de superação da estagnação que o processo de integração decorrente da ALCA tem experimentado nos anos recentes conduziram aos EUA a desdobrar a política regionalizada e a buscar realizar os seus objetivos através de acordos com cada país individualmente. Esse estratagema consistiria na consecução de uma política regionalista a partir das cláusulas de consenso construídas bilateralmente entre os países membros, para depois continuar avançando na sua consolidação (BOUZAS, 2005). Essa modalidade também não conseguiu superar as controvérsias existentes, mas esses obstáculos não têm impedido os EUA de persistirem na abertura dos mercados, pois têm investido persistentemente na construção de tratados

137 A distribuição e as características das instalações militares do país hegemônico em terras latino-americanas podem ser consultadas, entre outros, em Romero (2005) e, principalmente, em Salazar Pérez e Lenguita (2005).

ou acordos bilaterais com os países da região. Tal política tem lhe rendido bons resultados, pois pulveriza as perspectivas que estes possuem de negociar em blocos com reivindicações comuns.

Em última instância, no “atacado” ou no “varejo”, as tentativas do poder hegemônico na América Latina perseguem o objetivo de infringir as políticas de desregulamentação dos mercados nacionais – de forma unilateral para estes –, configurando uma modalidade externa de controle das políticas internas de produção e exportação, na senda de um processo recolonizador.

Capítulo 5

A DEMOCRACIA, O ESTADO E AS PERSPECTIVAS SOB O PROCESSO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

No âmbito das elaborações anteriores, devemos resgatar o debate sobre o papel do Estado na contemporaneidade, particularmente no que se refere à funcionalidade da sua atuação como atividade vinculada ao controle social. Para tal, consideramos, *a priori*, a inserção desta atividade no seio do debate sobre as concepções clássicas da dinâmica do Estado à luz da concepção classista, conforme arrazoado explicitamente no segundo capítulo. Isto significa que conceberemos as configurações particulares assumidas pelos Estados nacionais como decorrentes da luta de classes nacionais e internacionais, sem que isso implique no abandono em considerar o Estado um instrumento de dominação de classes.

Desta forma, comungamos com a ótica crítica elaborada a partir de um comentário do Manifesto Comunista relativa à captura do Estado aos interesses da burguesia, apresentada por Fernandes (1979), quando afirma que a “ótica liberal tem reduzido o Estado constitucional e representativo a um estado neutro e fraco, movido pela filosofia do *‘laissez-faire’*, como se a vida econômica, social e política sob o capitalismo fosse determinada ao nível privado e das relações jurídicas privadas” (Ibidem, p. 29, grifos no original). Assim, mais uma vez, torna-se indispensável desmistificar a ideia de que o Estado liberal é fraco, pois “o Estado burguês da primeira evolução do capitalismo recente já era muito mais complexo, ativo e interferente que o seu antecessor, que fora instrumental para a primeira floração do capitalismo ou para a sua consolidação” (Ibidem, pp. 29-30). Com essa análise, pretendemos ratificar a persistência das características essenciais do Estado contemporâneo, visando avaliar as perspectivas da construção democrática nas sociedades crescentemente desiguais da América Latina.

Neste espaço do estudo, buscamos analisar a ingerência – o que implica considerar os desdobramentos em termos do processo decisório – dos governos dos países da América Latina como facilitadores na implantação das transformações que conduziram ao aprofundamento do desemprego em massa e da precarização e superexploração do trabalho decorrentes da obediência às diretrizes das políticas neoliberais.

A questão social, mais especificamente a pobreza, passou a ser usada de maneira a camuflar o principal objetivo da atuação das IFMs – a intervenção na política macroeconômica dos países devedores (BARRETO, 2006, p. 67).

Destacaremos a proximidade do padrão de intervenção social com as diretivas emanadas das IFMs, representadas de forma sistematizada pelo Consenso de Washington. Colocaremos em evidência as modalidades que a flexibilização – como palavra de ordem da classe dominante – no âmbito das relações trabalhistas se expressa nas transformações contemporâneas do mundo do trabalho e da mundialização do capital (ANTUNES, 2001, 2005; MÉSZÁROS, 2002; CHESNAIS, 1996, 2003b).

Neste sentido, serão comprovados os resultados visíveis da financeirização e liberação dos mercados para a grande maioria da população: desigualdade, exclusão social e pobreza. Ao mesmo tempo serão construídos os vínculos necessários para a compreensão das concepções democráticas e as políticas sociais desde o prisma das recentes propostas de gestão social da “coisa” pública.

Num segundo momento, serão avaliadas as perspectivas de superação da atual condição neocolonial da América Latina, expressadas em termos de sucessão hegemônica ou crise terminal do capital, conforme os pensadores contemporâneos, seguindo a linha que aborda a perspectiva da sua superação e suas análises prospectivas.

Política estatal e controle social

O que não logrou a camada dominante na sociedade feudal conseguiu a classe dominante na sociedade capitalista: colocar fora da lei a contestação da ordem existente, forçando-a a adaptar-se a condições que a enfraqueciam e, com frequência, facilitavam ou permitiam a sua assimilação pura e simples (FERNANDES, 1979, p. 63).

Explicitar a dimensão da desigualdade social¹³⁸ que açoita historicamente a região latino-americana se torna uma tarefa simples, se observamos, de forma panorâmica, o padrão de inserção e as relações autocráticas de governo ao longo destes pouco mais de 500 anos. As teorias e discursos políticos de domínio público têm tornado passagem obrigatória essa temática, e as diversas alternativas sociais e políticas se obrigam a esboçar seus planos de extinção. Mas, até o momento, a desigualdade constitui a endemia social persistente, sendo que nos últimos anos presenciamos um acirramento do “fosso” social. De acordo com informações da ONU e da CEPAL, que constam do PNUD (2004c), a população da América Latina atingiu cerca de 500 milhões de pessoas em 2000-01, sendo que de acordo com as mesmas fontes, contam-se, nesse período, 43,8% de pessoas pobres e 18,5% de pessoas abaixo da linha de indigência, conforme pode ser observado no Anexo 1¹³⁹. Em números absolutos, temos 211,4 milhões de pessoas pobres e 89,4 milhões de indigentes, representando um contingente desesperador e lutando pela sobrevivência numa região do globo onde a disponibilidade de meios naturais e produtivos oferece as condições para satisfação das necessidades humanas. A dimensão desses indicadores – conforme os oficialmente disponíveis, ANEXO 1 – não tem, proporcionalmente, aumentado de forma significativa, mesmo porque a dimensão dessa cruenta realidade já é por demais funesta.

Essa acaçapante realidade social – brevemente esboçada – torna as perspectivas de governabilidade praticamente impossíveis (FIORI, 2005), pois, por mais afínco que os governantes invistam nas suas promessas de melhoria social, a história se apresenta como pertinaz algoz, como se encontram vedadas as possibilidades de superação positiva desta realidade no

138 Casanova (2002) aponta ser mais acertado se referir à exploração social em lugar do conceito que apresentamos, pois a desigualdade social é meramente uma decorrência da primeira.

139 Tanto os conceitos de pobreza quanto de indigência estão relacionados à insuficiência de ingressos no que diz respeito aos alimentos, sendo que o primeiro termo incluiria a satisfação de outras necessidades além da cesta básica (PNUD, 2004c, p. 117). Outra medida, aparentemente mais precisa, considera a linha de pobreza ao rendimento inferior a 1 dólar/dia *per capita*, sendo então a indigência relacionada à metade da renda disponível para a pessoa pobre. Para uma análise pormenorizada da problemática da pobreza do homem, ver Garcia (2005).

âmbito do sistema econômico-social vigente, resta – para fins da sua conservação – a elaboração de estratégias de controle social advindas do Estado.

Conforme abordamos no primeiro capítulo, as formas de desempenho hegemônico no sistema capitalista é um processo combinado de exercício do poder, que colige a construção de “consensos” ou – perante um eventual fracasso da via “pacífica” – o uso da força física, conforme a necessidade conjuntural. Dessa maneira, o objetivo implícito de elegibilidade de uma modalidade em sobreposição ou detrimento da outra está vinculada à correlação de forças no campo político e econômico em que se debatem as classes antagônicas.

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição [...] neste processo de expansão e concentração, o poder do controle conferido ao capital vem sendo *de fato* re-transferido ao corpo social como um todo, mesmo se de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital (MÉZSÁROS, 2002, p. 991, grifos no original).

O controle social no capitalismo ocorre com uma contradição insolúvel, pois ao mesmo tempo em que o sistema aumenta as expectativas – através da incitação ao consumo massivo ou das promessas de ascensão social, entre outras –, um crescente número de pessoas se defronta com a impossibilidade de satisfazê-las. O acirramento dessa situação ocasiona a persistente ameaça de sobrevivência à maioria da população latino-americana, erguendo-se em substrato explicativo para as numerosas e recorrentes manifestações de dissenso social, que, perante a incapacidade intrínseca de lidar com as suas causas, propicia a volta ao cenário político dos “realistas” da rejeição repressiva de toda crítica. Nestes momentos, desvela-se o dilema do controle social: “o reverso da medalha da “tolerância repressiva” é a “tolerância **reprimida**”. Ambas demarcam os limites de sistemas sociais que são “incapazes de satisfazer a necessidade de mudança social num determinado período histórico” (MÉZSÁROS, 2002, p. 997, grifos no original). Quanto à “tolerância reprimida”, o autor sugere que pode ser observada nos momentos em que esta sociedade – aparentemente “liberal” e “tolerante” – somente será com-

placente até o limite para além do qual o protesto social se torna explícito e, fortalecendo sua coletivização, torna-se uma real ameaça à manutenção da sociedade da tolerância repressiva.

Os mecanismos que permitem sustentar o *status quo* se revestem de sofisticada hipocrisia “por meio da qual a defesa da **intolerância crua** (“rigorosa”) e **institucionalizada** (“exclusão”) alcança representar a si própria como uma defesa liberal da sociedade contra ‘os pontos de vista tolerantes’” (MÉZSÁROS, 2002, p. 999, grifos no original). A trajetória “natural” da tolerância institucionalizada conduz, assim, às “sugestões” da necessidade de utilização de “todos os meios disponíveis” para a derrota das greves ou qualquer manifestação popular. Essa leitura feita pela minoria privilegiada da sociedade desemboca na defesa colérica da legalização do fim da interferência do Estado na relação capital e trabalho, materializadas nas leis anti-sindicais e na “flexibilidade das leis trabalhistas”. Em última instância, o estratagema que busca ajustar a passagem da “tolerância repressiva” à “intolerância repressiva” se configura na estratégia de colocar as instituições políticas de controle em estreita sintonia com as necessidades de articulação da economia capitalista, que na atual conjuntura expressa-se na transição do Estado Provedor para o Estado Mínimo em sua versão neoliberal.

Assim, a política de controle social se estabelece de forma diáfana pelos mecanismos institucionais que o Estado assume quanto ao “inimigo principal”¹⁴⁰, por meio das constantes investidas, visando fragmentar e/ou destruir a pressão popular, diluindo o protesto operário e combatendo o movimento sindical, “reduzindo o espaço democrático necessário ao equilíbrio da ordem e às classes possuidoras e privilegiadas” (FERNANDES, 1979, p. 41).

A passagem do Estado liberal para o *Welfare State*, nas primeiras décadas do século passado, pode ser interpretada como uma constatação da flexibilidade que foi conferindo, não sem crises, certo grau de coesão aos interesses das burguesias dos países hegemônicos, ao mesmo tempo em que permitiu a superação das crises cíclicas de acumulação capitalista.

140 Nas elaborações de Fernandes (1975; 1976; 1979; 1981a; 1981b), a expressão “inimigo principal” designa as “classes perigosas”, as “classes oprimidas” compostas pelos trabalhadores e pela população em geral. A nomenclatura indica a concepção subjacente que orienta as políticas das classes dominantes.

Efetivamente, após a grande crise de 1929,

[...] a pressão de baixo para cima manifestou-se em vários países e forçou a dominação burguesa a aceitar conciliações temporárias (em alguns países, a democracia de participação ampliada conseguia dinamizar-se através de uma “demagogia populista”; em outros, esta parecia ajudar a transição da democracia restrita para a democracia de participação ampliada) (FERNANDES, 1979, p. 40).

Afirmamos, portanto, que o *Welfare State* é a expressão de um “socialismo reformista” e não a face benevolente da burguesia, ao mesmo tempo em que essa configuração de Estado representa a perspectiva de um espaço legitimado de barganha e de incorporação do “inimigo principal”, limitando seus anseios nas fronteiras intransigentes da ordem. Essa capacidade de assimilação se manifesta na adaptação do capitalismo à correlação de forças decorrente do que Fernandes (1979) assinala como os “três fatores vitais” existentes no cenário do primeiro quartel do século XX: 1) a Revolução Russa e suas repercussões, que se espalharam no mundo, conduzindo a uma radicalização do movimento operário em torno das suas reivindicações de melhoria nas condições de vida; 2) os significativos avanços tecnológicos e organizacionais em âmbito social, particularmente no funcionamento da empresa – traduzidos no âmbito do paradigma produtivo denominado taylorista-fordista; e, 3) uma crescente inter-relação dos interesses políticos e econômicos das elites e do Estado, objetivando consolidar estruturas internacionais de poder. Ao mesmo tempo em que o Estado apresenta uma fase crescentemente rígida como “máquina política e instrumento de dominação de classe”, confronta-se continuamente com os “inimigos internos”, procurando dividir, enfraquecer ou acaçapar a pressão dos trabalhadores¹⁴¹, assim como não esmorece perante os “inimigos externos”: as rebeliões

141 Na obra de Fernandes (1979), podemos apreciar a contradição – em detrimento das perspectivas de construção do socialismo – que a conjuntura da época analisada apresenta para a correlação de forças da burguesia com a classe trabalhadora, concebendo o processo de consolidação da primeira como classe dominante e considerando as debilidades da classe operária em sua mutação para classe oprimida. Nesse sentido, salienta que “ao desafio das massas corresponde uma abertura das elites e dos poderosos. Radicais e operários logram impor certos direitos civis, dando início à consolidação da democracia burguesa. Ao crescer, esta absorve os choques, amplia-se, torna-se flexível e, no fim, prende o movimento operário e o sindicalismo às

coloniais ou os avanços do “comunismo”. Particularmente, esta última modalidade pode ser assimilada na contemporaneidade às diversas formas que têm assumido a luta sem quartel ao “terrorismo” (Idem).

Mészáros (2002) evidencia a deturpação e o exagero com que tem sido revestido o significado da “revolução keynesiana” como política econômica para solução das crises capitalistas, evidentemente com fins apologéticos ao sistema. A Teoria de Keynes foi formulada entre o final dos anos 20 e o início dos anos 30 do século passado, fornecendo o substrato teórico da intervenção e financiamentos ostensivos do Estado – mais conhecido por *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar-Social –, visando arrefecer a recessão em curso nos países do Ocidente. Sua implantação se intensifica a partir do final da Segunda Grande Guerra, após a “economia de guerra” ter erguido a intervenção estatal numa estratégia trivial¹⁴². Responsabilização crescente foi a reação das classes dominantes, internacionalmente, diante da efervescência social do pós-guerra – eminentemente localizada no continente europeu –, a qual pode ser compreendida se considerarmos o cenário decorrente da morte de milhões de pessoas, outras tantas nos diversos países no limiar da sobrevivência, ao mesmo tempo que grande parte da população dos países envolvidos diretamente na contenda estava armada. Diante dessa situação, os vencedores incentivaram a propagação da “panaceia keynesiana” como tentativa de construir a possibilidade de uma sociedade capitalista que provesse segurança social sustentada no pleno emprego, isto é, de um “capitalismo com rosto humano”. Devemos resgatar, naquele momento histórico, o papel de destaque da “política de reconstrução” dos países devastados por anos de guerra, cujo principal símbolo fora o Plano Marshall, dos EUA – que selara sua hegemonia no sistema mundial graças ao seu poderoso complexo militar-industrial, ao mesmo tempo em que a inauguração da sua supremacia lhe permitira impor suas regras não somente aos “inimigos”, como também aos seus aliados.

reivindicações dentro da ordem, ou seja, instrumentaliza cada vez mais as classes trabalhadoras e as camadas destituídas” (Idem, p. 77).

142 A análise esboçada não tem como objetivo escamotear os enormes custos materiais e humanos sob os quais essa superação da crise do capitalismo se construiu.

Concordamos com Mézsáros (2002) ao assinalar que o avanço das conquistas sociais e econômicas dos trabalhadores no pós-guerra está vinculado ao contexto favorável da expansão econômica baseada no complexo militar-industrial e da ampliação do número de países que escapam do domínio direto dos EUA. Porém, devem ser considerados também os movimentos emancipatórios ou de libertação nacional, assim como o fortalecimento do poder dos sindicatos e dos partidos social-democratas e comunistas, entre tantos outros elementos que refletem a correlação de forças em âmbito internacional que sustentaram até o início dos anos 70 o “consenso keynesiano” (CASTRO; LEITE, 1994).

A consolidação desse “consenso”, cujo desdobramento no âmbito social se configurou como a evolução dos direitos civis para os direitos políticos, constitui-se numa vitória distorcida das lutas da primeira metade do século passado, uma vez que apontam para as classes trabalhadoras a capacidade e a possibilidade de transcender ao seu *status*, de se afirmar na sociedade capitalista como reconhecimento de uma pretensão legítima de liberdade e de igualdade, ainda que no âmbito da “ordem jurídica” e posteriormente na “ordem política” – com elevado grau de formalização e crivado de condicionantes. Por sua vez, essa mesma situação histórica impele as classes trabalhadoras à obediência da ordem instituída e as submete – com a promessa ilusória de ascensão social e de uma “sociedade para todos” – aos processos de mudança da sociedade capitalista.

Em suma, ao afirmar sua liberdade *dentro da ordem* e nos limites formais da *classe dominante*, a *classe oprimida* se escraviza à hegemonia burguesa. Não só à ideologia burguesa; também aos interesses de classe da burguesia e ao seu aparelho de Estado, ou seja, à sua dominação de classe e ao seu poder político (FERNANDES, 1979, p. 73, grifos no original).

Ainda que pareça contraditório, o avanço que representou a progressão dos direitos civis aos políticos, que os trabalhadores vivenciam como resultado restringido das suas lutas, não se traduz em melhorias nas perspectivas de superação da exploração no capitalismo; ao contrário, os trabalhadores introjetam os valores de ascensão e progresso social, próprios da consciência burguesa. Assim, no momento histórico analisado, as perspectivas de ruptura e superação do capitalismo para uma considerável parcela dos trabalhadores – e principalmente para as classes médias – parecem cada vez mais longínquas. Dessa maneira, assistimos à fun-

cionalidade arrasadora da ideologia da classe dominante no solo histórico da classe oprimida, no âmbito do antagonismo da sociedade capitalista, “colocando-a a mercê do ‘inimigo de classe’ e do ‘esclarecimento’ ou ‘humanitarismo’ da burguesia” (FERNANDES, 1979, p. 74, grifos no original). Torna-se, assim, indispensável registrar os mecanismos vinculados à persistência dos valores da classe dominante.

Pela mesma utopia se descreve toda a tragédia e toda a degradação do mundo burguês: como se passa, numa evolução intempestiva mas gradual, da “revolução” para a “consolidação”, a “reação” ou a “contrarrevolução”. Ao longo desse processo, a utopia burguesa se esvaziou e transmutou-se no seu inverso. A consciência burguesa, não obstante, não apanha tal degradação. Ela aferra-se formalmente à sua utopia, como se esta mantivesse o mesmo conteúdo e a mesma realidade, desenhando a missão “civilizadora” e “humanitária” da burguesia (FERNANDES, 1979, p. 60).

A explicitação desses elementos da análise é determinante para desvendar as recorrentes proposições mistificadoras, que insistem em identificar o liberalismo como a eclosão da “consciência da liberdade em realização” e a perspectiva alternativa de sociedade, e o socialismo, associado a um autêntico e pueril “ódio de classe”. Avaliando a história recente nesse arcabouço, observa-se que a burguesia cristaliza a sua utopia original, explorando mais uma vez a sua funcionalidade apenas como uma compensação psicodinâmica individualizada e, simultaneamente, como fator constituinte da sua legitimidade social, assim como de “uma mistificação calculada”, ainda quando isenta de perspectivas presentes ou futuras de consecução (FERNANDES, 1979; WOOD, 2003). A eficácia da ideologia da classe dominante pode ser concebida como uma modalidade de controle social, mas não institucionalmente ancorada como um conjunto de valores que orientam o comportamento individual e social dos trabalhadores, do conjunto da sociedade.

Perante a inflexão na configuração estatal desde as últimas três décadas, o papel desse artifício, indispensável ao exercício hegemônico na sociedade de classes, somente tem se fortalecido, tomando conta progressivamente da esfera estatal no plano global.

Sob o impacto devastador de uma taxa de lucro declinante, a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos

pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital, mesmo quando tais operações são invariavelmente desvirtuadas e apresentadas como sendo de “interesse nacional” por ambas as partes do consenso “nacional” (MÉZSÁROS, 2002, p. 1000).

Decorrentes da ofensiva contrarrevolucionária do capital sobre os direitos sociais do período anterior desmantelam-se também as instituições vigentes de controle social, o que parece indicar que estamos não simplesmente ante a mais uma crise política, bem como presenciemos o aprofundamento da crise estrutural das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade.

Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: elas são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se falham os métodos “normais” de expansão” [...] A cega “lei natural” do mecanismo de mercado traz consigo o inelutável resultado de que os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são *solucionados*, mas apenas *adiados* e de fato transferidos ao plano *militar*, dado que o adiamento não pode se dar indefinidamente (MÉZSÁROS, 2002, p. 1001, grifos no original).

Neste âmbito, é possível compreender a funcionalidade da arquitetura hierárquica da institucionalidade capitalista, porque está vinculada à necessidade eventual e vigilante de “neutralização” violenta dos focos de dissensão na arena internacional, pois, decorrente da mundialização do capital, a lógica de mercado se espalha aos confins do planeta, carregando consigo a multiplicação e intensificação das contradições e problemas socioeconômicos. Essa dinâmica é própria do sistema capitalista, pois “crescimento e expansão são necessidades imanentes do sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (MÉZSÁROS, 2002, p. 1002).

Desta maneira, é possível compreender que tanto a modalidade “consensual” a que nos referimos no primeiro capítulo, quanto a forma “coercitiva” de dominação, perseguem o controle social na perspectiva de construção da “paz social”, visando à legitimação dos mecanismos de exercício da hegemonia.

Com relação à configuração que os Estados Periféricos assumem ao integrar-se subordinadamente à relação imperialista – materializando a dependência estrutural dos países

latino-americanos –, verificamos que a tenacidade do padrão de inserção política perante o país hegemônico se encaminha para uma regressão colonial. Efetivamente, o cenário contemporâneo torna possível que pensemos que

Nunca o capitalismo foi tão poderoso, nunca a dominação de classe burguesa, o poder político burguês e o Estado burguês foram, a um tempo, tão *flexíveis* e tão *autoritários*: se irradiam mais, por toda a sociedade, e vão ao fundo da consciência individual e coletiva, do comportamento e da imaginação do *indivíduo isolado* e da *massa*. Muitos autores põem em dúvida que esse apogeu represente ao mesmo tempo o fim, naturalmente o fim histórico, o desfecho de um padrão histórico, o desfecho de um padrão de civilização industrial [...] (FERNANDES, 1979, p. 47, grifos no original).

Esse panorama sombrio de persistente dominação nos países dependentes da América Latina assumira – ao compará-los com a situação dos países do Centro do sistema – um aprofundamento característico dos aspectos gerais do controle social no capitalismo. O resgate das concepções decorrentes do desenvolvimento desigual e combinado nos habilita a afirmar que, na periferia, a aplicação de uma maior ênfase do polo da “coerção” da dominação hegemônica tem desempenhado um papel tragicamente eficaz na consolidação da assimetria mundial vigente.

Nos países do Terceiro Mundo o Estado como elemento de unificação de que falou Poulantzas, ou como elemento de conciliação, de que falaram Offe e Habermas, se combinou sempre com o Estado repressivo, herança renovada do antigo colonialismo [...] (CASANOVA, 2002, p. 32).

A continuidade histórica do papel subordinado que os países latinos da América desempenham conduz ao empobrecimento ostensivo da população, tornando-se uma ameaça ao exercício do poder pelas classes dominantes. Se observarmos as tendências apontadas pelas políticas providas do Estado visando ao debilitamento das organizações coletivas dos trabalhadores e à contumaz procura em retirar os direitos sociais conquistados através das duras lutas travadas por décadas, é possível perceber a ampliação de políticas repressivas do último período. A cronologia e abrangência da contrarreforma em curso – cuja configuração está estreitamente vinculada à correlação de forças próprias de cada setor social e país – visam

reduzir e até excluir as políticas sociais “consensuais” que, através de pactos e conciliações¹⁴³, provocaram o definhamento das políticas estatais.

De fato, em muitos países, aos regimes burocrático-militares sucederam governos neoliberais que estabeleceram poderosas mediações político-eleitorais. Os “meios” se combinam com velhas formas religiosas e étnicas de controle social, e uns e outras com a desorganização ideológica e a atomização das organizações populares que foram em geral traídas pelos líderes e geralmente corrompidas com sistemas de clientela e máfias populistas (CASANOVA, 2002, p. 33).

Verificamos de forma recorrente que, nas respostas dos governos às crescentes manifestações de descontentamento popular, a força tem substituído o consenso, e a coerção o consentimento. Perante o fracasso na resolução dos conflitos no âmbito do jogo institucional da democracia restrita, a alternativa preponderantemente viável de defesa da “ordem” passa a ser a contenção da insatisfação popular por meio da força. A força repressiva do Estado se encontra sempre pronta a intervir desde os menores até os maiores atos de contestação. Os exemplos a esse respeito são inúmeros, estendendo-se desde os lugares mais remotos, até aos grandes centros metropolitanos mundiais¹⁴⁴. É extremamente raro, para não dizer impossível,

143 São diversas as formas que assumem essas estratégias que visam “pacificamente” legitimar a ideia de que, na sociedade, não existem interesses antagônicos – portanto classes – e que seria possível negociar os conflitos. Podemos, entre esses mecanismos, citar as diversas modalidades de Câmaras Setoriais e as “conciliações obrigatórias” no caso de greves. Mas não é possível deixar de mencionar que a esmagadora maioria do movimento sindical contemporâneo tem privilegiado a negociação ao enfrentamento, ao mesmo tempo em que presenciamos novamente a consolidação de uma casta burocrática amplamente cooptada pelas diversas vantagens associadas ao desempenho de um cargo sindical (tornando-se um estilo de vida) (BOITO JR., 1999).

144 A esse respeito, no Brasil, podem ser lembrados os confrontos das polícias com os integrantes do Movimento Sem Terra – particularmente em Eldorado de Carajás e Corumbiara –, a truculência policial no despejo de integrantes do Movimento dos Sem Teto na Grande São Paulo – dos terrenos em São Bernardo do Campo da Volkswagen em 2004, e de prédios públicos abandonados do Centro no mesmo ano. Desnecessário apontar os fatos das insurreições populares na Bolívia em 2003 e 2004, nos quais as forças de segurança assassinaram centenas de manifestantes; acontecimentos semelhantes podem ser citados nos alvares deste milênio na Argentina, Equador, Colômbia e, com menor intensidade, nos outros países da Região Sul e Central do nosso continente. Nos países desenvolvidos, o recurso à repressão também existe. Em 2002, foi simbólica a repres-

ocorrer uma manifestação expressiva – inclusive de caráter declaradamente pacífico – sem a presença de ostensivo aparato policial-militar nas ruas, evidenciando a eficácia dos serviços de inteligência para com os movimentos sociais.

O uso frequente dos recursos repressivos do Estado para manter a institucionalidade vigente, apesar de representar uma demonstração de força, é um indicativo de que as instituições sociais e políticas, incluindo o próprio Estado, são cada vez mais ineficazes no controle social. O sistema econômico e social vigente beira a aberração ao procurar resolver os problemas relativos à estabilidade social e legitimidade do Estado, recorrendo ao uso frequente da força e ao autoritarismo político extremo. Nesse sentido, Wallerstein (2002) afirma que “[...] as classes dominantes do mundo perderam toda e qualquer possibilidade de controlar as classes trabalhadoras, não sendo pela força. O consentimento acabou, e acabou porque o suborno acabara. Mas pelo menos desde Maquiavel sabemos que a força não basta para as estruturas políticas sobreviverem muito tempo” (p. 245).

Ao mesmo tempo em que a desagregação do bloco “comunista” se erguera, para o pensamento liberal, na vitória do sistema do capital ante os sistemas sociais alternativos, a impossibilidade em resolver o crescente abismo de distribuição de riqueza tem confrontado o capitalismo com seus próprios problemas. As mistificações ideológicas – funcionalmente úteis para justificar os diversos mecanismos de legitimação –, que convergiram na luta implacável ao socialismo no período anterior, transmutam-se na ostentação de uma confrontação sob a ideia de uma **Guerra Infinita**¹⁴⁵ ao terror – hoje erguida em ameaça à liberdade e outros ícones do credo neo-conservador do *establishment* do Presidente Bush (HARVEY, 2004; MARTINS, 2005).

Dentre os diversos mecanismos da complexa arquitetura de manutenção do poder com legitimidade, devemos observar os desenhos e as diretrizes das políticas sociais – no âmbito das características decorrentes das opções universalidade *versus* focalização, assim como na sua

são à manifestação de Gênova, na Itália, por ocasião de uma reunião do G8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo com a incorporação recente da Rússia). Este ato se tornou ícone da resistência global dos povos, pois trouxe à tona o novo patamar de confronto que a atual arquitetura hierárquica internacional estabeleceu.

145 Essa foi a primeira denominação que recebeu a ação militar dos EUA contra os povos do Oriente, em suposta represália aos ataques dos símbolos da sua supremacia econômica, militar e política no globo.

seletividade corporativa – nas promessas declaradas de ascensão social, na institucionalização do conflito social, assim como nas informações propaladas pelos meios de comunicação de massas. Relacionado ao estágio em que a correlação de forças se apresenta, a título de exemplo, as políticas sociais serão mais abrangentes – universais – ou focalizadas, conforme o poder reivindicatório que os trabalhadores e as massas populares imprimam em determinado momento histórico e geográfico. Mais uma vez é necessário afirmar que, ao considerarmos a dinâmica da luta de classes como medida da abrangência das políticas sociais, o Estado capitalista se encontra a serviço de uma classe, pois “La capacidad de reglamentación y control del capital, aunque a favor de los intereses de la clase capitalista en general, necesariamente reside dentro del aparato estatal” (HARVEY, 1990, p. 326).

Ainda que os Estados apresentem dinâmicas próprias, não é possível abstrair o seu conteúdo de classe. As políticas sociais, desde a ótica adotada, desempenham papel ideológico inestimável ao estimular a concepção de que, na sociedade baseada na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, é possível se viver dignamente. Além do mais, a dimensão dos programas sociais compensatórios está vinculada à sustentação dos trabalhadores pobres e suas famílias no limiar da sobrevivência, sempre cuidando prudentemente que o usufruto do “direito social” não os desestime de incorporarem-se no mercado de trabalho – reforçando a concepção de inserção social através do mercado (OFFE, 1984). O objetivo precípua destas políticas focaliza a manutenção da “paz social” e da sustentação da legitimidade do *status quo* (FALEIROS, 1987). Nesses aspectos, reside o papel de controle social que as políticas sociais cumprem.

As diretrizes das políticas sociais sob o neoliberalismo

Existe amplo consenso sobre a existência de significativas mudanças nas últimas três décadas no âmbito da economia, da política e na configuração da questão social. Alguns pensadores celebram as amplas liberdades que o mercado instaurou e, segundo eles, tais liberdades contaminaram os outros âmbitos da sociedade, como a cultura, a capacidade de comunicação e uma profusão de informações que remete às chamadas “épocas áureas” no capitalismo.

Acontece que essa festividade se ofusca perante as informações que retratam o crescente fosso da distribuição da riqueza, da perda contínua do poder aquisitivo dos salários e da crescente precarização nas relações trabalhistas, expressas no desemprego, na informalidade e na intensificação da exploração do trabalho.

A aparente unanimidade sobre as transformações se desdobra em elaborações que reeditam as promessas de bem estar para todos, sob a égide das regras do mercado – ainda quando se admite que uma considerável parcela da população seja submetida ao limiar da sobrevivência –, enquanto outros enfatizam as condições de pobreza e insegurança social de um número crescente de pessoas como resultado perverso do atual estágio da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, os primeiros concebem que se abre uma ampla gama de oportunidades para as realizações individuais respaldadas nas capacidades e aptidões que os indivíduos esgrimem na arena do mercado, porém, contraditoriamente, observamos que as condições de satisfação das necessidades básicas se encontram cada vez mais longínquas.

A última palavra mágica no debate econômico (se a isso se pode dar o nome de debate) é flexibilidade: as economias capitalistas avançadas, é o que se afirma, devem desregulamentar o mercado de trabalho, enfraquecer a “rede de segurança” social e quem sabe levantar as restrições à poluição ambiental para competir com o capitalismo do Terceiro Mundo, ao permitir que os termos e as condições de trabalho caíam aos níveis de seus competidores nos países menos desenvolvidos. Além dos cuidados com a previdência social, também o salário e as condições de trabalho decentes, e até a proteção do meio ambiente, parecem constituir obstáculos à competitividade, à lucratividade e ao crescimento (WOOD, 2003, p. 244).

O atendimento às necessidades básicas tem sido uma preocupação histórica para os setores despossuídos. Nas últimas três décadas, as perspectivas oficiais relacionam frequentemente a situação de pobreza a que uma considerável parcela da população é submetida à impossibilidade de sustentar crescentes saldos positivos das balanças comerciais, conclamando a esforços produtivos “coletivos” com a renovada argumentação de que se deve ter paciência, pois no futuro – indefinido – poderá se *redistribuir a riqueza* de maneira a realizar a *justiça social*.

Mas o período que se inaugura na década de 70, com a diminuição do crescimento econômico, com o retorno de altas taxas de inflação¹⁴⁶ e com o surgimento de um nível inédito de desemprego, indica o fim de uma época considerada “áurea” para o capitalismo¹⁴⁷. No bojo dessa turbulência, o foco da discussão sobre as questões sociais novamente reside nas conhecidas relações entre políticas sociais e Estado, momento privilegiado para os porta-vozes do capital cogitarem a necessidade de implementar uma “Reforma do Estado”, sob a alegação da necessidade de um Estado mais profissional, gerencial¹⁴⁸ e ágil, com um perfil semelhante às grandes empresas do setor privado, a partir das quais se hierarquizam a eficiência em detrimento da eficácia e da efetividade das políticas sociais, decretando um longo e tortuoso estrangulamento do Estado Provedor¹⁴⁹.

Diversas teorias explicativas foram elaboradas pela literatura especializada em políticas públicas para essa crise do Estado. Dentre elas apontaremos a de Rosanvallon (1997), que esgrime como tese principal a idéia de que a crescente demanda social, pressionada ainda pelo crescimento populacional, assim como pelos emergentes movimentos sociais reivindicatórios, colocaria o Estado perante a impossibilidade financeira em atender às necessidades da popula-

146 É possível perceber a dimensão inflacionária nos países latino-americanos ao analisarmos a tabela do Anexo 2. Através do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), como medida geral, verificamos o resultado da política de controle de preços que tomara conta dos países da região – essa é uma das medidas impostas pelos IFMs e parte do denominado Consenso de Washington.

147 De acordo com os dados disponíveis no Anexo 3, é possível observar o crescimento considerável do desemprego observado nos países latinos da América, inclusive essa dinâmica pode ser constatada na maioria deles, particularmente os mais populosos, com a menção especial do México, que praticamente manteve estável o indicador em análise. Merecem destaque no período analisado o desempenho da Argentina que, em 1990 – no início da intensa implementação da política neoliberal com o governo Menem – detinha um percentual de 7,4% e, em 2002, ostentava o triplo, com uma taxa oficial de 21% de desemprego aberto, assim como também os percentuais apresentados em relação ao Uruguai (cuja variação no intervalo considerado evolui de 8,5% para 17%), Colômbia (de 10,5% para 17,6% para o período) e Venezuela que, em 1990, possuía 10,4% e atinge 15,8%, em 2002.

148 As numerosas elaborações de Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, na última década do século passado, erguem-se em referencial apropriado para essa abordagem.

149 Sobre este assunto, torna-se imprescindível a leitura da dissertação de mestrado de Soares (2003). Nela, apresenta-se a “Reforma do Estado” como elemento do processo de recolonização em curso.

ção. As argumentações continuam no sentido de que seriam necessários maiores impostos ou mecanismos de arrecadação, situação que impossibilitaria qualquer perspectiva de competitividade internacional. As explicações em Toledo (1997) confirmam os elementos antes apontados, arguindo que, no âmbito da organização do trabalho, a crise de acumulação está associada também ao esgotamento do taylorismo-fordismo como referencial produtivo. O argumento mais frequente se focaliza na crise fiscal do Estado, além de retomar o tradicional argumento do pensamento liberal de não interferência do Estado nas relações sociais.

Desta maneira, o Estado deixa de ser o principal motor no desenvolvimento econômico dos anos 60 e 70, passando a ser o alvo de críticas pelo seu excessivo intervencionismo. Logo, sendo o Estado Social interventor na economia, através das empresas estatais de oferta de serviços públicos, e, ao mesmo tempo, o fornecedor monopólico das políticas sociais – o aparelho estatal era vasto, sendo um dos principais empregadores, frequentemente o maior em todos os países –, acirraram-se as críticas focalizadas na ineficácia e ineficiência do Estado (KON; BANKO; MELCHER; CACCIAMALI, 2000).

Assim, seguindo linearmente os argumentos apresentados, a decorrência política dessa perspectiva se focaliza na crítica ostensiva ao tamanho do Estado, insistindo-se, portanto, na necessidade de sua redução, pois a “crise fiscal” coloca a imperiosa necessidade de reduzir o investimento estatal, assim como o “excessivo” intervencionismo estatal. Com esses argumentos, procura-se aplicar a propalada “Reforma do Estado”, que visa torná-lo parceiro no financiamento e execução das políticas sociais, zelando pela “livre circulação” e alocação de recursos em investimentos rentáveis, deslocando o eixo da intervenção estatal na economia de investidor direto, para mero regulador das “forças do mercado” (MONTAÑO, 2003).

As linhas gerais desta concepção de Estado guardam estrita proximidade com o projeto liberal, assentando-se em premissas semelhantes, por isso sua denominação de neoliberal, porém, podem ser apontadas outras características ao padrão de dominação de classe ao qual denominamos de neoliberal¹⁵⁰. É importante ressaltar que o liberalismo foi implementado para garantir as doutrinas do livre comércio em confronto às restrições pré-capitalistas, enquanto

150 Para mais detalhes analíticos ver Petras (1997); Martin e Schumann (1999); Alves (2001), Harvey (2004) e Borón (2003a), entre outros.

que o neoliberalismo pugna em se impor contra as influências decorrentes do fortalecimento do sindicalismo e dos partidos operários – o Estado de Bem-Estar Social (PETRAS, 1997). Parafraseando as máximas de Adam Smith e John Stuart Mill, reafirmamos a concepção de que a sociedade é a soma das ações racionais individuais que pugnam pela otimização de benefícios a partir de meios escassos, retomando a tese individualista de realização social (TOLEDO, 1997). Isso conduz à quebra da concepção de solidariedade, realizada no âmbito do Estado, de satisfação social das necessidades, reforçando uma perspectiva eminentemente individual, egoísta e ambiciosa. Resumidamente, podem ser apontadas as políticas neoliberais de acordo com cinco diretrizes gerais:

[...] estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrições aos gastos públicos). Tais políticas têm sido implementadas em diversos graus e de várias formas na América Latina (PETRAS, 1997, p. 18).

As transformações políticas, sociais e econômicas que se consolidam a partir da crise de acumulação capitalista dos anos 70 estão baseadas na reformulação da relação entre capital e trabalho (HARVEY, 1993; MARTIN; SCHUMANN, 1999; MANDEL, 1982; ANTUNES, 2001, 2005). As “novas” concepções de Estado fazem parte de um rearranjo internacional que se implanta, em princípio, de maneira dispersa e, desde o começo, com diferentes cadências no globo. Em 1989, em Washington, acontece uma reunião que integra e confere coerência às várias alternativas políticas que o BM, o BID e o FMI, entre outros, “recomendavam” para os países periféricos¹⁵¹.

As políticas que surgiram dessa reunião, conhecida como Consenso de Washington, já vinham sendo aplicadas nos países da América Latina desde a instalação das ditaduras militares com diferentes ritmos e intensidades (MORAES, 2002; COGGIOLA, 2003). É procedente

151 A reunião foi patrocinada por uma organização que presta consultoria política ao governo dos EUA, o *Institute for International Economics* (IEE), e está plasmada numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*. Posteriormente, Batista (1994) tece comentários críticos acerca desse documento.

afirmar que essas políticas foram aplicadas de acordo com a correlação de forças do movimento dos trabalhadores de cada país. Assim, em países onde a coesão dos setores sociais dominantes que aderiram a essas políticas ou a repressão estatal aos opositores foi mais contundente, a sua aplicação foi mais rápida e profunda – essa tese permite entender o caso de Chile, no governo Pinochet, precursor desta política na América Latina. Já os países que possuíam movimentos sociais e/ou centrais sindicais que, ao menos conjunturalmente, lutaram pela defesa dos direitos sociais, a velocidade e dimensão das políticas foram mais cuidadosas e mediadas por grandes negociações com amplos setores, ainda que, em última instância, o resultado tenha sido em longo prazo o mesmo.

Existe uma insistente resistência por parte dos estudiosos acerca da realidade política, econômica e social de conceber a possibilidade da existência de políticas semelhantes ou padronizadas para um conjunto de países com uma diversidade e amplitude das dimensões dos países latino-americanos. As leituras macroestruturais são consideradas falidas por uma parcela considerável dos intelectuais e pensadores sociais como explicação da realidade¹⁵², mas, sob a nossa ótica, grande parte destes estudiosos, implicitamente, incorpora o discurso do fim da história e somente conferem validade para as teorias que enaltecem a complexidade e as possibilidades que a globalização diz apresentar. No entanto, conforme analisamos anteriormente, essas últimas características correspondem a uma perspectiva utópica do liberalismo, incapaz de ser realizada numa sociedade crescentemente caracterizada pela desigualdade, na qual a violência se torna cada vez mais a forma corrente de relacionamento perante o autoritarismo de mercado.

É interessante destacar que o artigo de Batista (1994) apresenta uma leitura preponderantemente econômica, colocando as questões sociais como meramente residuais¹⁵³. As políticas neoliberais estão voltadas para uma preocupação eminentemente financeira, numa pers-

152 Dentre as linhas de pensamento contemporâneas, podemos citar as denominadas pós-modernas, mas também podem ser incluídas nesta perspectiva as elaborações provindas da Terceira Via, cujo maior expoente é o sociólogo inglês Anthony Giddens.

153 A apresentação deste importante debate sobre a relação da política econômica, conjunturalmente neoliberal, com as diretrizes das políticas sociais, encontra-se no universo de uma vasta produção sobre o assunto, incluindo-se Laurell (1997) e Soares (2001).

pectiva de preservar a “saúde” das finanças nacionais, visando cumprir os compromissos com os credores internacionais e favorecer o fortalecimento do capital privado (HARVEY, 2004; ROMERO, 2005). Por essa razão, é *mister* avaliar, ao menos sucintamente, os desdobramentos que as dez áreas às quais o citado documento se refere assumem na sua implementação nos países da América Latina.

Simultaneamente a essas prescrições, encontram-se outras não menos importantes, aplicadas veementemente desde o início da década passada. Uma delas consiste na vinculação das moedas nacionais latino-americanas ao dólar, pensadas como mecanismos para evitar formas agudas de inflação, bem como para obter a almejada estabilidade monetária. Diversos planos econômicos têm sido aplicados com êxito desigual nos países, sendo que o Plano Real, no Brasil, e o Inti, no Peru, fazem parte desta concepção.

Crescentemente relevante se apresenta a formação de esquemas regionais ou sub-regionais de integração econômica, na forma de união aduaneira, a exemplo do NAFTA ou do vacilante Mercosul, sendo que, atualmente, prima a discussão sobre a Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA). As negociações em curso visam consolidar o comércio desigual e o desamparo dos setores produtivos latino-americanos em benefício dos produtos dos EUA, altamente subsidiados ou pertencentes a setores cuja produtividade não é possível oferecer concorrência. Esse processo aprofundará a relação neocolonial em que a América Latina se encontra submersa.

Retomando a discussão sobre o Consenso de Washington, a primeira das “sugestões” se refere à disciplina fiscal, traduzida em tendencial redução do investimento social (PNUD, 2004c), que por sua vez se relaciona fortemente à priorização dos gastos públicos. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal cumpre o papel de estipular limites para os gastos sociais, com o pagamento de salários ao funcionalismo público, ao mesmo tempo em que estabelece medidas padronizadas de investimento em áreas como educação e saúde. No que concerne às finanças nacionais, essa política se expressa como mecanismo de reserva para o cumprimento de metas combinadas com organismos financeiros internacionais – como o superávit primário dos últimos governos brasileiros –, assim como na previsão do destino dos recursos representados nos PIBs a serem dedicados ao pagamento de juros e serviços das dívidas internas e externas dos respectivos países.

Outra área se constitui na reforma tributária, orientada frequentemente a desonerar a produção e a movimentação financeira, leia-se empresariado, ao mesmo tempo em que o Estado privilegia modalidades de arrecadação difusas, direcionadas à classe média ou através de impostos altamente regressivos – que atingem a grande maioria da população, taxando mais, proporcionalmente, do que aos setores abastados (essa política está na base do Imposto sobre o Valor Agregado – IVA – na Argentina, o Imposto sobre o Consumo de Mercadorias e Serviços – ICMS – no Brasil ou, inclusive, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF) (BORÓN, 2003a). Os incentivos ao autofinanciamento¹⁵⁴ das políticas sociais relacionadas com as políticas previdenciárias também podem ser incluídos nessa perspectiva.

As medidas do âmbito financeiro e comercial, em particular a sua aconselhada liberalização, fazem parte, junto com as relacionadas ao regime cambial, da essência das políticas em curso. Apesar de essas medidas serem eminentemente econômicas, os seus efeitos “colaterais” são devastadores para indústria e comércio nacionais. A política de livre comércio, tal qual ela se apresenta, baseia-se na teorização da situação vigente nas origens do capitalismo, quando existiam somente pequenas empresas em igualdade de condições de concorrência – ainda assim a referida teoria não explica o que levou o mercado à monopolização. A atual constituição do mercado encontra-se hegemônica por grandes empresas transnacionais¹⁵⁵, que monopolizam em diversos graus a produção e a comercialização, com características crescentemente financeiras que tornam esse discurso uma falácia. Não existe possibilidade de competir, nem de melhorar preços na vigência do livre-comércio, pois essas estratégias conduzem somente à abertura unilateral dos mercados. Essas medidas que visam extinguir as barreiras protecionistas da produção nacional devastaram alguns parques industriais latino-americanos – particularmente na Argentina – e tornaram os seus mercados internos reféns das políticas industriais das transnacionais.

154 Referimo-nos à reforma dos sistemas previdenciários nos países latino-americanos, que tem instituído e disseminado no mundo os fundos de pensão, fortalecendo a desresponsabilização do Estado na proteção social dos trabalhadores, conduzindo-os a confiar seu futuro às incertezas cotidianas do setor financeiro.

155 As periódicas publicações da revista *Fortune* refletem o grau de concentração apontado. Toussaint (2004), no seu capítulo 1, apresenta um quadro comparativo das riquezas amealhadas pelas maiores empresas transnacionais com os PIBs de alguns países (ANEXO 4).

Outro elemento destacado é o ingresso de IDE¹⁵⁶, que visa dinamizar a produção e circulação de mercadorias, através de criação de empresas, incorporação de novas tecnologias ou compra de empresas estatais. A partir dos dados de Lacerda (2000)¹⁵⁷, pode-se perceber que o capital estrangeiro, na última década, aumentou sua participação, em particular no Brasil, na indústria, na infraestrutura e nos serviços. Estes setores foram alavancados pela privatização e abertura dos mercados, sendo importante destacar o financeiro, o supermercadista e os serviços pessoais. O setor de infraestrutura é compreendido pela telefonia, energia elétrica, serviços de água e saneamento básico, assim como também de rodovias. Os investimentos nos setores anteriormente mencionados não geram receitas de exportação e demandam remessas futuras para o pagamento de lucros, dividendos e *royalties*. Este último item, que faz parte da décima área de abrangência do documento em análise, constitui-se num dos mecanismos de dependência tecnológica e de transferência crescentes de recursos – que consiste na apropriação individual ou de corporações do conhecimento histórico e socialmente construído – para os cofres das transnacionais¹⁵⁸.

Duas áreas de intervenção das políticas decorrentes do Consenso de Washington apresentam evidente relação com as diretrizes das políticas públicas: a privatização e a desregulação. Desde os anos 1980, a política de transferência das empresas geridas pelo Estado para o setor privado se ergueu em um dos eixos perceptíveis da ação dos diversos governantes¹⁵⁹.

156 Este mecanismo econômico de transferência de renda para o exterior foi analisado no capítulo anterior.

157 Uma informação ilustrativa da incorporação do Brasil nesta política é o fato que, das 500 maiores empresas globais, 405 têm sede no país. O total produzido pelas empresas transnacionais no ano 2000 representa em torno de 20% do PIB (LACERDA, 2000).

158 De acordo com Petras e Veltmeyer (2002), o volume de recursos transferidos pelos países da América Latina em conceito de *royalties* rumo às empresas dos EUA, a partir do final dos anos 1990, tem ultrapassado um bilhão de dólares anuais. Esta modalidade se ergue em mais uma forma de apropriação privada do conhecimento social e historicamente produzido.

159 As decorrências da política de liberalização dos mercados podem ser inferidas através de duas tabelas de indicadores disponíveis no Compêndio Estatístico do estudo do PNUD (2004c), disponíveis no Anexo 5. A primeira delas apresenta um indicador sintético que analisa o ritmo de assimilação das políticas nacionais àquelas orientadas ao mercado – esse indicador é composto por políticas de comércio internacional, políticas impositivas, políticas financeiras, privatizações e contas de capital –, e é possível observar que o desempenho da América Latina era de 0,54 em 1985 e de 0,83 em 2000, esse indicador deve ser compreendido conside-

Com o discurso da ineficácia da ação estatal e da “crise fiscal”, assistimos à venda dos setores siderúrgicos, energéticos, de telefonia, comunicações, de água, saneamento e bancários, entre outros, para empresas transnacionais que repartem, em pequeno número, a prestação desses serviços em âmbito mundial. Aliada à desregulação prescrita, esse processo tem empurrado à informalidade, à precariedade e ao desemprego milhares de pessoas¹⁶⁰. O afastamento do Estado como regulador das relações entre capital e trabalho se inscreve neste tópico, que se manifesta na flexibilização das leis trabalhistas e sindicais que conduzem à gradual extinção dos direitos trabalhistas que corresponderam às intensas lutas do período anterior (ANTUNES, 2005).

No âmbito da gestão das políticas públicas, um elemento destacado do desenho estatal contemporâneo consiste no processo de descentralização (LAURELL, 1997). Esse mecanismo tem sido privilegiado, visando à desregulação da ação estatal e amplamente aplicado nas diversas áreas sociais, com ênfase na saúde e na educação. A crescente importância vincula-se com as críticas decorrentes do desenho considerado burocrático das políticas estatais do *Welfare State*, relacionados com sua característica centralizadora. No âmbito da educação e da saúde públicas, a expressão dessas diretivas manifesta-se na delegação das responsabilidades para as esferas estaduais e municipais da elaboração, execução e avaliação das ações sociais. Por sua vez, a decorrência concreta dessa mudança permitiu o crescimento do gerenciamento privado, particularmente significativo no ensino superior e no pré-escolar. Na saúde essa estratégia se expressa na transferência da gestão para os níveis locais de decisão. Essa descentralização

rando que à medida que se aproxima de 1 significa a implementação de reformas fortemente orientadas para o mercado. Da segunda tabela do Anexo – intitulada como Ambiente Favorável aos Negócios –, podemos também inferir o ritmo de adesão dos governos às reformas liberalizantes através de variáveis como pressão fiscal do governo, intervenção governamental na economia, assim como os direitos e regulações vinculadas à propriedade (neste caso, a escala varia de 1 a 5, sendo que a menor pontuação reflete o êxito do governo em propiciar bom ambiente aos negócios); esse indicador apresenta uma variação que vai de 3,35 em 1980 para 2,86 em 2002, mantendo uma distância de 0,77 com os indicadores da Europa Ocidental.

160 A dimensão do trabalho informal na América Latina pode ser apreciada na tabela que consta no Anexo 6, assim como a evolução do desemprego aberto na disponível no Anexo 3.

acontece no contexto da redução de investimentos sociais e da convocação da sociedade civil, do terceiro setor, para assumir as parcerias tanto na gestão quanto no financiamento das políticas sociais (LAURELL, 1997; SOARES, 2001).

Diversos informes de Naciones Unidas señalaron que en América Latina, el gasto público como proporción del Producto Bruto Interno (PBI) ha disminuido en promedio desde un 30% a un 23,6% aproximadamente entre la década de los ochenta y los finales de los noventa. En el año 2000, el gasto público como proporción del PBI bajó del 30% a un 24% aproximadamente (BORÓN, 2003a, p. 35-6).

A regulação exercida pelo Estado é considerada danosa para o livre desenvolvimento das forças do mercado, pois o primeiro prescrevia regras para o setor empresarial, ao mesmo tempo em que era o seu principal concorrente em diversos setores considerados rentáveis (infraestrutura, educação, saúde, etc.). Portanto, deve-se deixar que as forças do mercado construam o equilíbrio, pois a recompensa pelos esforços individuais será garantida por esse “ente que paira como uma essência etérea”, denominado mercado. Assim, transfiguram-se radicalmente as agendas políticas, “de alterar em profundidade os espaços e processos em que se faz política, isto é, em que se fazem as escolhas relevantes” (MORAES, 2002, p. 20).

No arcabouço ideológico oficial, a redução de direitos é apresentada como a solução para os problemas sociais. No combate ao desemprego, a fórmula preconiza que o menor custo dos empregos, decorrente da flexibilização da relação contratual, aumentará as contratações – fato que não tem se comprovado até o momento. Isto, aliado à incorporação das novas tecnologias e ao desmonte do serviço público, tem contribuído para o aumento das demissões e a precarização das relações de trabalho (contratos temporários, intensificação do trabalho, aumento das horas de trabalho sem o correspondente pagamento, aumento do trabalho informal e sem carteira assinada, etc.). Essas aparentes soluções aumentam o grau de exploração dos trabalhadores empregados, engrossando o exército de desempregados¹⁶¹ (ANTUNES, 1995; 2001; SALAMA, 2001).

161 Para conhecer exemplos dos efeitos dessas transformações no mundo do trabalho, ver Martin e Schumann (1999), em particular os seus capítulos 3, 4 e 5.

Da mesma maneira que a sociedade civil é convocada pelo Estado a assumir conjuntamente as responsabilidades pelas políticas sociais, no âmbito da produção o paradigma organizacional da produção – conhecido como toyotismo ou “modelo japonês” – visa contar com o consentimento e a adesão dos trabalhadores no interior das empresas rumo a uma suposta convergência de interesses comuns. Esse mecanismo é avaliado por Antunes (1995) enquanto *envolvimento manipulatório* levado ao limite.

Simultaneamente, para manter os lucros capitalistas sob as condições crônicas de estagnação econômica, a agenda política neoliberal promove na América Latina uma série de ataques políticos e econômicos diretos contra a classe trabalhadora, socavando sua capacidade organizativa e negociadora (através da flexibilização dos direitos sindicais e trabalhistas), e um assalto indireto (através da desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais) contra os benefícios sociais, revertendo a legislação social do período prévio. O resultado natural se vislumbra na redução drástica da participação do trabalho na renda nacional, com uma grande compressão dos salários (SOTELO VALENCIA, 2004).

A propalada desregulamentação do mercado de trabalho conduz a novas regras impostas pelo capital, que se materializam na destruição dos trabalhos estáveis, na crescente marginalização social e na polarização aguda das economias nacionais. As desigualdades sociais, desde a implantação das políticas neoliberais, aumentaram ainda mais. Ergue-se como exemplo paradigmático o caso da Argentina, por exemplo, onde, em 1975, a proporção das rendas entre as camadas superiores e inferiores era de 8 por 1. Em 1991, um ano depois de começar a intensificar as medidas aqui discutidas, esta diferença na renda duplicou e, em 1997, quando os efeitos estavam “consolidados”, chegou a 25 por 1. É importante registrar que o caso extremo continua sendo o Brasil, que sustenta uma relação de 44 para 1 (PETRAS; VELTMEYER, 2002).

Os sucessivos cortes no investimento social em todos os níveis, aliados ao desmantelamento do aparelho estatal, aumentaram a situação de pobreza e precariedade nas condições de vida dos latino-americanos. As numerosas demissões nos setores públicos e privados ocasionaram um crescimento visível do “setor informal”, empurrando muitos trabalhadores para a cotidiana luta pela subsistência, agora à mercê da caridade da comunidade ou da filantropia empresarial para sobreviver perante a ausência de políticas públicas. A redução substancial

do financiamento público das políticas sociais – perceptíveis cotidianamente na qualidade e abrangência nas áreas de saúde e educação – trouxe como consequência imediata um aumento da sua mercantilização, tornando-os mais caros e de pior qualidade. Essa política aplicada aos serviços essenciais, como água, esgoto, energia elétrica e telefonia, anteriormente considerados serviços públicos, levou ao ressurgimento de enfermidades infecciosas – consideradas erradicadas – e a uma regressão intensa na sua taxa de eficiência. Assim, a queda do nível de vida se tornou a realidade de 2/3 ou mais da população latino-americana (MONTAÑO, 2003).

Considerando o aprofundamento da precarização das condições de vida e trabalho de amplos setores da população, aliado ao aumento do desemprego em todo o mundo, assiste-se a um sensível crescimento dos índices de criminalidade¹⁶² e das manifestações de insatisfação popular. Mas, mais uma vez, a resposta dos governos para este problema não poderia estar mais distante de soluções reais: o aumento da repressão policial (através de uma maior profissionalização das forças armadas urbanas, aparelhamento atualizado tecnologicamente e a construção de um sistema carcerário maior e mais eficiente). Não é possível, na vigência dessas diretrizes, alimentar esperanças de que se encontre – nem sequer por eventual acidente – alguma solução que reverta a raiz econômica e social desta problemática. Precisamente porque

A política neoliberal é aplicada acima de qualquer intervenção “democrática” [...] As empresas são privatizadas e desnacionalizadas “para acabar com a corrupção e a ineficiência do setor público”, ou para “que o governo se concentre nas tarefas que lhe correspondem”, ou até mesmo “para usar os rendimentos que são obtidos com a venda a fim de resolver os problemas da pobreza”. Os salários diretos e indiretos caem verticalmente. A “democracia limitada” realiza exatamente a mesma política social que foi usada pelas ditaduras repressivas (CASANOVA, 2002, p. 191).

162 Para formar uma rápida ideia dessa realidade, podemos considerar que, entre 1984 e 1994, os homicídios na região aumentaram 44%. Na metade dos países da América Latina e o Caribe os homicídios são a segunda causa de morte e, de acordo com relatórios do BM, morrem em torno de 140.000 latino-americanos assassinados (TULCHIN; FAGAN, 2003). Para mais informações, entre outras fontes, consultar o Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Crime e a Justiça Inter-regional.

Na medida em que se continue dissociando política de economia, os impedimentos na realização de uma igualdade substantiva persistirão, pois, se a agenda política neoliberal não é colocada em questão pelos diversos governos e organizações populares e de trabalhadores latino-americanos, a alternância de poder se transforma em mera troca de administrador para continuar aplicando essa agenda política¹⁶³ (PRZEWORSKI; MESEGER, 2003).

Em relação à nova forma de gerir o Estado, pode-se afirmar que a convocatória feita à “sociedade civil” para ser parceira nas políticas sociais pode se transformar numa cilada, na medida em que a propalada participação nos limites institucionais vigentes frequentemente conduz a uma legitimação implícita da crise fiscal do Estado, aceitando passivamente a contínua diminuição dos recursos e administrando assim a mercantilização da política social¹⁶⁴, pois, é possível se pensar uma política participativa em uma “democracia de mercado”? O questionamento não pretende negar no todo a necessidade premente da participação política, o que negamos são os limites à deliberação e à soberania do processo decisório autônomo. Os conselhos gestores paritários de políticas públicas e a diversidade de interstícios em que a sociedade civil é convidada a se inserir se configuram no âmbito apontado (MONTAÑO, 2003). Essa concepção participativa se inscreve numa visão de sociedade na qual os interesses são difusos e indiferenciáveis, em que todos procuram construir juntos uma sociedade mais equitativa. Porém, para uma sociedade dividida em classes, esse modelo teórico se torna uma utopia reacionária, pois obtura a necessidade de construção de uma sociedade que não se fundamente na

163 Aspectos relativos à continuidade das políticas liberais no caso brasileiro podem ser apreciados no trabalho de Barreto (2006) e Soares (2003).

164 A denominada gestão social das políticas públicas tem sido abundantemente estudada. Vale ressaltar que consideramos também as elaborações em torno do terceiro setor e o fortalecimento das ONGs como fortalecimento da sociedade civil. Julgamos importante registrar que a classe dominante possui opinião formada a respeito: “Prosaicamente, os dirigentes discutem as dosagens capazes de manter os supérfluos 4/5 da população entretidos à custa do 1/5 privilegiado. Está fora de cogitação o engajamento social das empresas privadas, já assoberbadas pela concorrência global. Outras organizações que cuidem dos desempregados. Os debatedores esperam forte colaboração de fundações beneficentes, dos voluntários de serviços sociais, das comunidades dos bairros e agremiações esportivas de toda espécie, bem como das eventuais alianças entre esses grupos. Tais atividades até poderiam ser valorizadas com modestos pagamentos, garantindo assim a autoestima de milhões de cidadãos’ [...]” (MARTIN; SCHUMANN, 1999, p. 12).

exploração do trabalho, porque o que vivenciamos é a prescrição autoritária das regras sociais, sendo que o monopólio da elaboração da agenda política está para além da sociedade civil.

A democracia não seria, pois, um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social mais um subproduto do neoliberalismo econômico. Para o Consenso de Washington, a sequência preferível pareceria ser, em última análise, capitalismo liberal primeiro, democracia depois (BATISTA, 1994, p. 11).

Mas, para retomarmos as elaborações anteriores, não devemos nos esquecer de que as duas décadas de regimes democráticos na América Latina não trouxeram mudanças na apropriação da riqueza, pois a pobreza e a miserabilidade aumentaram. Desta maneira, “se calla, discretamente, que la democracia es la forma que adquiere la dominación social, dominación que en sociedades de clase es antes que nada dominación de clase” (BORÓN, 2003a, p. 47)

Assim, a contradição entre o processo recolonizador vigente e as tentativas de construção nacional e democrática atinge um grau intolerável de realização, podendo erguer-se em antagonismo aberto. Quando se abandona, até no papel, as ilusões desenvolvimentistas, pois deixam de possuir um substrato real – apesar da grandiloquência dos discursos oficiais que pregam incessantemente a “retomada do crescimento econômico” –, o conflito entre as classes assume dimensões cada vez mais radicais. Ainda mais quando se torna perceptível que o discurso – vazio – da defesa da soberania nacional, assim como os incansáveis elogios à estabilidade democrática – cujo mecanismo interno de controle sustenta-se na alternância de partidos no exercício dos cargos –, não consegue disfarçar a crescente perda de controle – por ter se jogado nos braços do mercado – das rédeas do país sobre o seu futuro e do uso cada vez mais frequente da força para conter a insatisfação popular.

Perspectivas de superação da condição neocolonial

Perante os elementos arrolados e a perspectiva apontada nesta análise, torna-se oportuno ponderar prospectivamente as possibilidades de superação das tendências que concentram riqueza, aliadas a uma complexa hierarquização social, ou verificar o aprofundamento da degradação social da humanidade. Este último cenário é sombrio para uma crescente parcela

da população, para além dos tapumes ideológicos. Obviamente, para os entusiastas do *status quo* – individualmente ou através dos porta-vozes organizados nacional ou internacionalmente –, a solução para os males temporários que infringem a sociedade consiste na maior liberalização dos mercados com doses homeopáticas de controle social (expressas em políticas sociais compensatórias de combate à pobreza). Organismos internacionais, particularmente o BM, perante as evidências do recrudescimento da situação econômica e social, principalmente dos países periféricos, têm aconselhado que esses governos deem especial atenção à saúde e à educação; mas, ao mesmo tempo, prescrevem que essas políticas sociais devem ser executadas sem prejuízo da supremacia dos mercados e em plena vigência dos variados mecanismos de transferência de riquezas para o centro do sistema¹⁶⁵.

Diversos indicadores econômicos são pautados para ilustrar a situação crítica em que se encontra a acumulação capitalista: desde séries históricas que indicam uma gradual e persistente queda na dinâmica do crescimento econômico da economia global; indicadores de desemprego que refletem o patamar elevado, se comparados com décadas anteriores; a crescente financeirização e seus diversos desdobramentos nos países periféricos e centrais; a gradativa e inabalável taxa de pobreza que se alastra cada vez mais para polarizar as sociedades “desenvolvidas”, arrefecendo as características excludentes do sistema econômico na periferia; para nomear somente alguns elementos centrais.

A questão que nos ocupa está no cerne das perspectivas sociais da humanidade. Isto é, se a dinâmica econômica e social continuar em curso, assistiremos a um aumento das assimetrias mundiais, que conduzirá, por sua vez, a um acirramento das diferenças existentes. Este não é, sem dúvida, um cenário hipotético. Ele invadiu o palco político no mês de novembro de 2005 e em março de 2006, na França; na Bolívia, em 2001 e 2003; na Argentina, em 2001; assim como numa miríade de países distribuídos pelo planeta nos primeiros anos do milênio. Neste sentido, quais têm sido as respostas para essas situações? A primeira reação dos gover-

165 Com o intuito de ilustrar essa afirmação da presente argumentação, consideramos conveniente expor a Tabela do Anexo 7, na qual se pode avaliar panoramicamente o fluxo negativo de recursos das economias regionais para os países do Centro.

nos ao dissenso coletivo tem sido sistematicamente a repressão policial (de toda ordem) e, num segundo momento, o restabelecimento das instituições vigentes.

Após os episódios de setembro de 2001 em Nova Iorque, “o velho remédio usado pelo capitalismo – a guerra – poderá ter suas dosagens aumentadas no futuro para restaurar senão o capitalismo global, pelo menos alguns poderosos capitalisms nacionais” (GONÇALVES, 2002, p. 22).

Quanto às análises que focalizam os aspectos macroeconômicos e o cenário internacional, destacam-se as provindas do cabedal marxista. Entre estas, Duménil e Lévy (2003) consideram que as tendências do capitalismo – fundamentadas em análises históricas – apresentam perspectivas contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que os indicadores de produtividade e rentabilidade do capital possuem desempenho favorável – apontando uma “superação da crise” –, outro elemento distintivo da presente fase¹⁶⁶ – a instabilidade financeira – ergue-se como uma contínua “ameaça de crise”. O desfecho dessa encruzilhada será resolvido na arena da luta de classes, “que ditarão os calendários e seus conteúdos” (Idem, p. 41).

Nesse mesmo veio analítico, Chesnais (2003a) concebe a impossibilidade de desdobramento dos elementos apontados pelos autores anteriormente citados, pois considera preponderante o aspecto recorrente e ameaçador da crise, já que somente os EUA apresentam sinais de superação desta, ao mesmo tempo em que é o país hegemônico que manifesta, nos primeiros anos deste milênio, vários elementos de instabilidade econômico-financeira. Em elaborações anteriores, Chesnais (1998a, 1998b, 1998c), assim como na sua elaboração mais conhecida – *A Mundialização do Capital* de 1996 –, vem inventariando indicadores econômicos macroestruturais que indicam uma recessão prolongada – ainda que com curtos períodos de recuperação –, com tendência à depressão, elaborando uma metáfora de que estamos perante uma “acumulação com a mola quebrada”. Considera o autor que a dominância financeira da atual fase de acumulação capitalista desempenha um papel destacado nas perspectivas de crise do sistema, particularmente representada pela bolha financeira – a qual possui o papel-

166 Os principais elementos que permitem afirmar a existência de uma nova fase do capitalismo, para Duménil e Lévy (2003), são: a superação da crise atual, um novo curso favorável da mudança técnica, uma etapa na evolução da gestão e uma etapa na evolução da propriedade capitalista.

-chave na definição das tendências. Isto conduz Chesnais (2003a) a avaliar a situação como potencialmente explosiva, o que faz questionar a continuidade a longo prazo deste regime de acumulação. Essa prospecção de instabilidade inerente ao regime em curso explica as razões que o impede de esperar alguma superação da crise.

Nos seus estudos sobre as possibilidades de superação ou as perspectivas de ameaças de novas crises do capitalismo, Wallerstein (2003) vislumbra a proximidade do ponto de virada entre uma fase descendente e a iminência de uma fase crescente dos ciclos de Kondratiev; ao mesmo tempo em que inscreve essas tendências em ciclos de desenvolvimento de longo prazo do sistema-mundo moderno como sistema histórico, de durações seculares, que condicionam a perspectiva ascendente dos ciclos anteriormente descritos¹⁶⁷. Nesse sentido, afirma que “nós entraremos – ou melhor, nós já entramos – em uma era de turbulências caóticas nos planos econômico, político e cultural” (Idem, p. 91). Mas é importante destacar, nestes estudos prospectivos, que a parcela de riqueza que o “Sul” – como forma genérica de referenciar os países periféricos – receberia seria ainda menor do que aquela que detinha no período anterior na distribuição da riqueza mundial produzida.

A partir dessa ótica, Wallerstein (2002) afirma que o atual sistema capitalista internacional está entrando numa fase de esgotamento. O crescimento do desemprego, a estagnação econômica, a fome, a miséria, o militarismo, as guerras, a destruição dos recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta, as epidemias, a criminalidade, os preconceitos raciais e de gênero – problemas correntemente presentes em todas as fases do capitalismo, ainda que mais intensos nos seus ciclos de recessão – apresentam uma dimensão diferente e explosiva, sendo que a sua solução depende, cada vez mais, do questionamento do sistema em seu conjunto.

Mesmo numa previsão otimista, que considere a possibilidade de uma nova fase de recuperação e expansão econômica na primeira metade do século XXI, não seria realista imagi-

167 As elaborações de Immanuel Wallerstein guardam uma coerência ao largo dos últimos anos, pois já afirmavam basicamente a mesma tendência no texto conhecido em português datado de 1998. As bases braudelianas da sua interpretação do sistema capitalista lhe permitem conceber de uma primeira onda deflacionista nos séculos XVII e XIX e ondas de inflação secular nos séculos XVI, XVIII e XX. Cada uma dessas ondas seculares possuiu elementos novos que caracterizaram as mesmas, para além das determinações pendulares da dinâmica conferida ao capitalismo (Idem, 2003).

nar a emergência de um período de paz, prosperidade e legitimidade. Essa nova fase ascendente, com características deflacionistas, conduziria – pressionada pelas três grandes tendências seculares¹⁶⁸ – a uma próxima crise que se transformaria na “crise terminal” tanto da fase ascendente de Kondratiev quanto do próprio capitalismo: “quanto ao futuro após a bifurcação, isto é, depois de 2050 ou 2075, só podemos ter certeza de algumas coisas. Já não estaremos numa economia internacional capitalista. Estaremos vivendo em alguma nova ordem [...]” (WALLERSTEIN, 2002, p. 54).

Assim, para Wallerstein (2002), o apogeu do reformismo liberal permitiu a descolonização, o desenvolvimento econômico e o otimismo sobre o futuro em toda parte. Entretanto, com a entrada em uma nova fase B do ciclo de Kondratieff, o esperado desenvolvimento econômico tornou-se uma mera lembrança na maioria das regiões, desfazendo o otimismo anterior. Mais do que isso, segundo o autor, “o otimismo recebeu um golpe mortal”, já que o desenvolvimento não teria como voltar para o primeiro plano no Sul, mesmo na próxima fase de recuperação. Ao mesmo tempo, a pressão pela democratização continuaria avançando sem cessar. Para esse pensador, essa tendência adquire força crescente, sendo que o maior empecilho a este impulso democrático – exigência de igual poder de decisão no processo político e participação equitativa no sistema de retribuição socioeconômica – foi o liberalismo, com suas promessas de melhorias contínuas pela via da reforma racional. Com isto, a exigência da igualdade imediata foi substituída por “esperanças proteladas”.

168 Wallerstein (2003) confere a essas três tendências estruturais de longo prazo a capacidade de ameaçar a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que desempenharam importante papel na prospectada superação do capitalismo. Em trabalho anterior, versão em português de 2002, já considerava esses elementos como responsáveis pelas perspectivas de mudanças seculares. A primeira dessas tendências é denominada pelo neologismo “desruralização” que, resumidamente, visa descrever o desaparecimento do mundo rural ao que se coaduna o processo de “deslocalização” das unidades de produção à procura de baixos salários. O segundo elemento é o esgotamento ecológico, que visa descrever o movimento assintótico de esgotamento das possibilidades de “externalizar os custos”, isto é, de continuar o movimento atual de coletivizar os custos da utilização predatória do meio ambiente, em benefício exclusivo dos capitalistas. A terceira tendência secular é a democratização, vinculada à crescente exigência que emana dos trabalhadores e da população por aumento nos investimentos sociais, assim como a demanda em participação das populações nas decisões políticas.

O alicerce básico do liberalismo era a esperança que ele oferecia. À medida que esse sonho murcha (como “uva passa ao sol”), o liberalismo desaba como ideologia e as classes que antes eram perigosas voltam a sê-lo. É para isto que estamos rumando, ao que parece, na próxima fase A, entre 2000 e 2025. Embora o período pareça espetacularmente expansivo em certo sentido, em outros será muito amargo. É isto o que me leva a prever pouca paz, pouca estabilidade e pouca legitimidade. O resultado será o desencadeamento do “caos”, que nada mais é senão a ampliação das flutuações normais do sistema, com efeito cumulativo. Eu acredito que acontecerá uma série de coisas, mas nenhuma será um fenômeno novo. **A diferença talvez resida na incapacidade de limitar essas investidas e restabelecer algum tipo de equilíbrio no sistema.** (WALLERSTEIN, 2002, p. 49, grifo nosso).

A perda de equilíbrio do sistema ou o “desencadeamento do caos” provavelmente implicarão uma menor capacidade dos Estados manterem a ordem interna (WALLERSTEIN, 2002). Por mais que se considere previsível o “desmoronamento do predomínio do Estado” nos países periféricos em termos geopolíticos, a verdade, afirma o autor, é que ele “contraria a tendência secular, e a ruptura da ordem em tantos países provoca graves tensões no funcionamento do sistema internacional”. Não há dúvida, pois, para o mesmo, de que a ameaça mais grave é o enfraquecimento do Estado nas regiões centrais. E isto já estaria ocorrendo com a quebra do acordo institucional liberal – também denominado consenso keynesiano, conforme Harvey (1993) e Duménil e Lévy (2003) –, fazendo o Estado perder as condições políticas de tomar medidas, visando à segurança e ao bem-estar social. “Resultado: a segurança e o bem-estar social vão sendo privatizados, o que nos faz avançar em direção oposta àquela que seguíamos há quinhentos anos” (WALLERSTEIN, 2002, p. 50).

O enfraquecimento do Estado no que tange ao investimento e às políticas públicas e o fim do otimismo reformista estariam também abalando um sistema internacional de alicerces relativamente frágeis. Neste aspecto, a proliferação nuclear seria a ameaça mais grave. “[...] conforme o predomínio do Estado diminui e a tecnologia progride, pode ficar difícil controlar a progressiva escalada de conflitos nucleares táticos localizados”, afirma Wallerstein (2002).

Quando a ideologia deixa de ser a explicação para conflitos entre países, a “neutralidade” de uma Organização das Nações Unidas fraca e acumpliciada fica cada vez mais suspeita.

A capacidade da ONU de “manter a paz”, já por demais limitada, pode vir a diminuir em vez de aumentar numa atmosfera desse tipo. O apelo para a “interferência humanitária” talvez acabe sendo interpretado como a versão século XXI do imperialismo ocidental do século XIX, que também se cobria de justificativas civilizatórias (Idem, p. 50).

O cenário futuro, nas análises de Wallerstein (2003), antevê – no âmbito de uma nova expansão no final da última contração do sistema-mundo –, por parte das “camadas capitalistas”, a construção de novos mecanismos que permitam perpetuar os seus privilégios. O autor afirma que não será mais capitalista, ainda que “conservará suas características hierárquicas e desiguais. Eles inventarão uma nova retórica a fim de nos convencer de que sua solução é ‘democrática’ e ‘progressista’” (Idem, p. 91). Concordamos com o autor quando este diz que as possibilidades de consolidação desse cenário dependem da capacidade de construir formas de nos contrapormos a essas tendências, sendo convergentes com as apreciações de Dúmenil e Lévy (2003).

As perspectivas traçadas em Arrighi e Silver (2001) se inscrevem no bojo dos seus estudos das transições hegemônicas, valendo-se também do substrato braudeliano de análises históricas do sistema capitalista. Nos intervalos transicionais, que têm durado de meio a um século, ocorre o esgotamento da distribuição das classes da antiga hegemonia, ao mesmo tempo em que se gesta a organização da próxima. Na consolidação de uma nova ordem mundial, se consideramos, particularmente, a última delas, os grupos dominantes obtiveram sucesso após a ocorrência de duas grandes guerras, um considerável caos sistêmico e a intensa reação de protesto dos setores organizados dos trabalhadores. Desta forma, a consolidação de uma hegemonia acontece através de um novo “compromisso histórico” que visa controlar o conflito social, combinando estratagemas aparentemente antagônicos, pois ao mesmo tempo em que é indispensável a ampliação das bases sociais do bloco hegemônico emergente opera-se a exclusão da maioria dessa mesma massa do usufruto de direitos que poderiam conduzir a uma igualdade substantiva. Nesse contexto conceitual, esses autores preveem o protagonismo decisivo dos movimentos sociais decorrentes das intensas contradições sociais “seja qual for a ordem mundial a emergir do caos sistêmico iminente” (Idem, p. 299). Assim, prenunciam que uma eventual e nova hegemonia mundial terá que lidar com a emergência de novos grupos no centro da cena social, considerando que esse espaço será ocupado pelas mulheres e pelas

pessoas de cor; e que “sua resposta, em última análise, está nas mãos desses movimentos” (Ibidem). Esse prisma nos coloca perante a disjuntiva da formação e consolidação de uma nova ordem mundial liderada por uma potência hegemônica, ou em função da consistência dos movimentos, a construção de outra sociedade.

Segundo Mészáros (2002), estamos perante uma crise de tal gravidade que as tentativas de racionalização executadas durante as crises anteriores demonstram sua ineficácia ao provocar um agravamento dos problemas, justamente porque a solução dos problemas é procurada, isolando os efeitos das suas causas e conferindo à atual fase uma irracionalidade crescente. Nesta ótica, estaríamos diante de uma tendência de substituição das crises cíclicas por um padrão linear de movimento, no sentido de uma “crise endêmica, permanente e crônica”, mas, tal qual uma espiral, rumo a uma “crise *estrutural* cada vez mais profunda”. O autor antevê que, ao invés das situações cataclísmicas de períodos anteriores, seremos submetidos a conviver no cotidiano de uma crise *longue durée*, tornando-se, adiante, a “normalidade” do sistema, como se fosse a anestesia de uma doença crônica.

Ainda que os apologistas da ordem atual insistam em afirmar o contrário, o sistema do capital, segundo Mészáros (2002), possui seus próprios limites absolutos ou intrínsecos para além dos quais não pode avançar sem pôr em risco suas próprias bases reprodutivas materiais. Da contradição fundamental entre produção e controle, situada no próprio núcleo do sistema, é que nascem as “disfunções” que, no limite, tornam inviável a reprodução do sócio metabolismo em seu conjunto. Consequentemente, as barreiras para a autoexpansão do capital são erguidas pelo próprio sistema e não por qualquer circunstância exógena ao seu modo de funcionamento. Os limites absolutos do capital são ativados quando as contradições decorrentes da sua própria natureza dual tornam inviável a continuidade da acumulação e expansão do sistema como um todo. Essas considerações, obviamente, não fazem com que Mészáros (2002) sugira um automatismo finalista ao sistema, mas que, contraditoriamente, quanto mais este avança em seu processo de autoexpansão – tanto extensa como intensivamente –, mais se encontra sujeito a crises recorrentes e mais incontrollável e irracional se torna.

Na análise de Mészáros (2002), a visão prospectiva para nossa época pode ser resumida nas seguintes alternativas: capital *versus* humanidade. O capital tem conseguido sobreviver à ativação da contradição – considerada por Marx (1983) um limite para qualquer sistema histori-

camente constituído –, representado pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. A gravidade da situação em curso é que o capital consegue tal proeza à custa da destruição das “condições absolutas da reprodução sociometabólica”, quando destrói os recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta e quando produz recursos bélicos com capacidade para destruir a humanidade.

Ao não poder fazer uso do recurso a uma guerra total ou mundial (dado que isto poderia levar à destruição de toda a humanidade, se a tecnologia de guerra hoje disponível fosse utilizada), o capital é despojado do principal método de saneamento de suas crises de superprodução. Apesar de privado da possibilidade de se utilizar incondicionalmente do recurso explícito da coerção para promover o nível necessário de destruição das forças produtivas – de modo a retomar a “expansão sã”, como aconteceu no pós-guerra –, Mészáros (2002) afirma que o capital não terá com o que se preocupar, enquanto o Estado capitalista obtiver sucesso em impor à sociedade as necessidades da produção destrutiva, mesmo que isso implique na destruição das condições absolutas de reprodução da espécie.

Entretanto, tal alternativa para o capital, ao chocar-se frontalmente com as necessidades humanas mais elementares, aciona contradições cada vez maiores e mais insustentáveis, levando a uma crescente dificuldade de legitimação da ordem. A recorrência crescente à força repressiva do Estado não pode ser considerada uma solução eficaz e racional ao problema da legitimidade, ao mesmo tempo em que isto não significa que ela deixará de ser utilizada. Para responder à sua crise estrutural, o capital necessita lançar mão de métodos cada vez mais irracionais, porém adequados à sua “racionalidade destrutiva” (MARTINS, 2005). Essas considerações permitem compreender as razões pelas quais as políticas neoliberais – que em última instância são ultraconservadoras – continuam a ser aplicadas, apesar das evidências do seu efeito destrutivo do ponto de vista humano.

Interessa registrar que na análise dessas teorias não se apresentam possibilidades de ruptura dos países periféricos, assim como não se cogita a perspectiva de inserção de algum país de América Latina, por exemplo, no seletivo grupo das nações que se beneficiam da arquitetura hierárquica do sistema mundial.

De maneira geral, os autores que analisam criticamente o cenário mundial aqui apresentado vislumbram – a partir do arcabouço marxista ou braudeliano – diferentes visões sobre o

futuro do sistema político e econômico vigentes. Eles convergem – baseados em *corpus* conceituais próprios e coerentes – em torno da ideia de estarmos perante uma crise iminente do sistema mundial; sendo que para Dúmenil e Lévy (2003), é um complexo de instabilidade com superação; para Chesnais (2003b), o que prima é a instabilidade, portanto estariam obturadas as possibilidades de superação sistêmica; já Arrighi e Silver (2001) apontam para sinais que indicam a proximidade de uma mudança hegemônica, ainda que não apontem nem vislumbrem as características possíveis do próximo *hegemon*; Wallerstein (2003) antevê um esgotamento do sistema capitalista para o terceiro quartel do presente século, sem identificar as características sociais para esse “novo” sistema social; enquanto Mézsáros (2002) prospecta uma crise de longa duração, sem possibilidades de reversão ou superação das tendências temporárias de crescimento em permanentes. Ao mesmo tempo, essas perspectivas, em diferentes dimensões, concebem um papel central para o desfecho – particularmente para as possibilidades de ruptura do sistema capitalista – aos movimentos coletivos, sejam eles de forma genérica, como movimentos políticos e sociais, ou a necessidade da organização dos trabalhadores e da população. Porém, ao conferirem maior ênfase, em suas análises, às tendências macroestruturais da economia capitalista, perdem capacidade explicativa das tendências sistêmicas, pois, frequentemente, consideram o papel desempenhado pelo movimento de massas como interferente externo da sua dinâmica, subtraindo-lhe o papel central que a correlação de forças assume para a configuração do poder na sociedade de classes.

Nesse sentido, na última década, têm se apresentado algumas alternativas do ponto de vista coletivo. O berço declarado da construção do lema “Outro Mundo é Possível” (HOUTART; POLET, 2002) – que nortearam as edições do Fórum Social Mundial – indica recorrentemente a ação de rua multitudinária que teve lugar em Seattle, em novembro de 1999, como manifesto de protesto da Rodada da OMC (SEOANE; TADDEI, 2001)¹⁶⁹. Essas manifestações explícitas de oposição à feição neoliberal da dominação capitalista contemporânea reuniram, nos diversos fóruns, uma profícua diversidade de leituras da realidade. Simbolica-

169 Na obra organizada por Seoane e Taddei (2001), pode ser encontrada nas suas últimas páginas uma sucinta cronologia dos protestos “contra a globalização” que, segundo os autores, iniciaram-se com o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo entre julho e agosto de 1996.

mente, escolheu-se Porto Alegre para sede do primeiro Fórum Social Mundial pelo fato de ser um símbolo da implementação do Orçamento Participativo, estandarte da versão democrática erguida em ícone do movimento por uma alternativa ao sistema econômico e social vigente. Há constatação de que “los nuevos análisis que comienzan a elaborarse en los ámbitos intelectuales no han encarnado aún en la acción” (HOUTART, 2001, p. 64) continuam vigentes, pois até o momento as organizações que fizeram parte desses eventos não propiciaram ações conjuntas que ameaçassem a hegemonia em exercício.

De maneira geral, os porta-vozes mais ilustrados desses movimentos nutrem a possibilidade de “emancipar la política de los mercados”, nas palavras de Borón (2003b). Essa perspectiva coaduna-se às demandas para que se “perfeccione radicalmente la calidad de nuestras instituciones y prácticas democráticas” (Idem, p. 59). Fazem parte também desse conjunto de proposições a aplicação da Taxa Tobin às transações financeiras internacionais, assim como a necessidade de criar um novo marco regulatório que controle as finanças, o comércio internacional, as relações trabalhistas e, ainda, que proteja o meio ambiente (BORÓN, 2001, 2003b; TOUSSAINT, 2004; SEOANE; TADDEI, 2001; HOUTART; POLET, 2002). Mais uma vez é indispensável registrar que essa perspectiva concebe que essas transformações “en favor de la democracia, la justicia y la igualdad, será obra de la movilización, organización y efectividad de la presión que ejerzan las clases y capas populares” (BORÓN, 2001, p. 59).

Efetivamente, após o “longo inverno” a que foram submetidas as alternativas que defendem a necessidade da ruptura política e econômica dos laços de dominação do sistema-mundo, torna-se indispensável – na senda das elaborações de Fernandes (1975; 1976; 1979; 1981a; 1981b; 1995a) – retomar as teses que procuram construir a “grande reviravolta”, para podermos vencer a discussão em torno das teorias da democratização e – sua “nave mãe” – o discurso da democracia como valor universal.

CONCLUSÕES

Nos alvares deste século, as discussões em torno da configuração do poder em âmbito internacional voltaram a ocupar o centro da cena. São profícuas as elaborações que discutem a organização e distribuição dos fluxos de informação e suas relações com a cultura e seus desdobramentos na individualidade. Ao mesmo tempo, os debates vinculados à repartição do poder e da riqueza ganharam novo fôlego após os eventos de 11 de setembro de 2001, aliados ao crescente número de manifestações populares que tem ocupado as estradas nos cinco continentes.

Na senda das elaborações que buscam analisar criticamente a configuração unipolar do cenário internacional neste início de século, caracterizamos que a inserção dos países latino-americanos pode ser considerada um processo de recolonização. Essa relação é factível de ser compreendida como um aprofundamento da relação de dependência – anteriormente vigente desde o pós-guerra –, que se inaugura no último quartel do século passado e que consolida uma hierarquia estreita em âmbito mundial. Esse novo imperialismo, conforme Harvey (2004) e outros autores, ergue-se para o conjunto dos países periféricos como uma nova onda neocolonizadora, decorrente do aumento da interferência direta dos países Centrais nas economias dos países Periféricos.

Diferente das concepções de Dos Santos (2000) quanto à atualidade e persistência da relação de dependência dos países latino-americanos, consideramos procedente caracterizar a atual relação como um processo recolonizador, pois existem elementos diferenciais qualitativos se comparadas às relações dos anos 60 a 80 do século passado. As modalidades de intervenção direta nas políticas dos países aumentaram, assim como as margens de liberdade na escolha das políticas macroeconômicas nacionais diminuíram sensivelmente. Isto configura uma relação de submissão superior àquela vivenciada no período que vai do pós-guerra até os

anos de 1980. Estamos perante um iminente processo de reconversão colonial, no âmbito de um novo período de arrefecimento da política imperialista – conforme analisamos no Capítulo 2, encontram-se vigentes as características apontadas por Lênin (1986) vinculadas à fase imperialista do capital.

Para resgatar o arcabouço provindo do materialismo histórico, torna-se indispensável compreender os elementos e a qualidade das relações econômicas e políticas que vinculam os países da região no âmbito de uma estrutura profundamente hierarquizada do sistema mundial. Neste sentido, devem ser tomados em conta a estatização das dívidas privadas e o contínuo pagamento de juros e serviços da dívida externa, a privatização das empresas, a unilateral liberalização do intercâmbio comercial, a contração do mercado interno e o crescente atrelamento dos países do capital internacional – tanto produtivo quanto financeiro – e suas instituições “multilaterais”.

O poder do complexo Wall Street-Tesouro-FMI está, com respeito a um sistema financeiro coercitivamente imposto, instaurado em torno do chamado Consenso de Washington e mais tarde desenvolvido por meio da construção de uma nova arquitetura financeira internacional, numa relação tanto de simbiose como de parasitismo (HARVEY, 2004, p.66).

Sob o mote da liberalização do mercado como prometida panaceia econômica e social, incentivam-se acordos bilaterais ou multilaterais, visando reeditar o “exclusivo comercial” – aos moldes do período colonial *stricto sensu* –, aniquilando aspectos residuais das soberanias econômicas nacionais e modelando verticalmente as características produtivas de cada país. Torna-se ocioso, assim, enfatizar que o cenário apresentado conduz à cristalização, ou, para outros países, um retorno à preponderância do aspecto primário da sua produção e, particularmente, das suas exportações (FERNANDES, 1981a, 1981b; TOUSSAINT, 2004).

Conforme abordado neste trabalho, a esmagadora maioria dos países da América Latina se encontra submetida às prescrições das IMFs, assiduamente por este apontado como um “ajuste estrutural”¹⁷⁰. O desdobramento desta relação se traduz na perda da sua soberania

170 Essa peça importante das políticas macroeconômicas, particularmente do FMI, é mais um elemento

econômica, bem como a diminuição progressiva do controle das suas políticas econômicas e monetárias, instaurando-se uma “tutela econômica” dessas organizações internacionais que visa desvincular institucionalmente os bancos centrais dos Estados e governos nacionais – colocando os mesmos à mercê do “mercado” ou, mais precisamente, dos conglomerados econômicos transnacionais – e interferindo, inclusive, na formação e aprovação das equipes dos ministérios das fazendas e das diretrizes das políticas sociais prescritas para diminuição das desigualdades sociais. Em última instância, as “equipes técnicas” de monitoramento e as frequentes “missões” das IMFs se erguem em autênticos governos paralelos que sobrepõem seus interesses às organizações sociais e à institucionalidade representativa formalmente constituída¹⁷¹ (BARRETO, 2006; CASTRO; FARIAS, 2005).

O denominado ajuste estrutural tem-se transformado a partir das últimas décadas numa das principais formas contemporâneas de controle econômico dos Estados do Centro pelos países da Periferia. O devastador impacto social e econômico decorrente da sua aplicação simultânea em mais de cem países compromete decisivamente os meios de subsistência de mais de cinco bilhões de indivíduos – situação que se expressa com tenaz intensidade na região latino-americana (CHOSSUDOVSKY, 1999; 2004, SOARES, 2001). A implementação destes programas em escala global constitui o cerne da internacionalização da política macroeconômica sob o controle direto das IFM’s “actuando en función de poderosos intereses financieros y políticos (los Clubes de París y Londres, el G7, el círculo estrecho de las principales multinacionales)” (TOUSSAINT, 2004, p. 200-1). Esses atores financeiros internacionais são os beneficiários de uma estrutura econômica e uma política piramidal, sustentada na opressão a povos e governos da maior parte dos países do sistema mundial, através da manipulação das

curioso quanto ao seu conteúdo ideológico e político. Isto porque não é esclarecida a referência à qual esses países devam ajustar-se, mesmo porque na atual arquitetura verticalizada da economia mundial existem vários “padrões” a serem seguidos, assim como também – decorrentes das extensas discussões em torno das teorias da dependência – é de domínio público que não é possível simplesmente emular fórmulas seguidas por outros países industrializados para atingir um nível desejado de desenvolvimento econômico e social.

171 Os países que não se ajustam aos resultados esperados pelo FMI, por exemplo, passam a fazer parte de uma “lista negra”, como foi o caso do Sudão, em 2004, e o da Nicarágua, em 1979 e 1990 (TOUSSAINT, 2004).

forças “impessoais” do mercado.

A reestruturação da economia mundial sob a direção das instituições financeiras de Washington nega sistematicamente aos países Periféricos a possibilidade de desenvolver uma economia nacional de forma autônoma. A distribuição contemporânea de trabalho e riqueza os torna espaços economicamente abertos aos desígnios comerciais e financeiros dos países Centrais – no caso da América Latina, preponderantemente os EUA – e, por sua vez, suas economias nacionais são transformadas em reservatórios de mão-de-obra barata e de recursos naturais disponíveis (Idem; HARVEY, 2004). Assim sendo, as perspectivas de desenvolvimento econômico e social, e as ansiadas decorrências de distribuição de renda, encontram-se obturadas, pois “el ajuste estructural no ofrece realmente perspectiva de desarrollo” (TOUSSAINT, 2004, p. 181).

No decorrer deste trabalho, estabelecemos um diálogo com diversas propostas teóricas, tendentes a transformar o cenário atual a partir das situações nacionais e internacionais, mas a maioria delas propõe reformas processuais e progressivas como tendência qualitativa de mudança tanto no âmbito político como econômico.

Os que subestimam a flexibilidade do capitalismo e a capacidade de decisão de uma burguesia ameaçada devem rever o diagnóstico. Não para modificar as suas opiniões. Porém, para interpretar melhor o presente e não “simplificarem a história” (FERNANDES, 1979, p. 18).

De acordo com as elaborações de Fernandes (1975, 1976, 1979, 1981a, 1981b) é possível perceber que o Estado neoliberal se ergue enquanto continuidade dos Estados autocráticos pelos autores estudados, uma vez que as perspectivas democráticas do processo decisório nacional estão ininterruptamente obturadas, pois a democracia, apesar dos esforços teóricos, persiste nos limites do formal, constitucional, institucional e decorrente do jogo eleitoral.

Seja lá o que proponham os partidos e qual venha a se eleger, as políticas serão as mesmas. Enquanto o processo democrático é interno, o locus real da tomada de decisões é externo. Os cidadãos estarão aptos a decidir no máximo, qual partido implementará da melhor maneira a mesma política (PRZEWORSKI e MESEGER, 2003, p. 127).

Nossa crítica aos regimes políticos predominantes se focaliza em torno da afirmação de que a democracia restrita se ergue numa modalidade contemporânea de controle social, pois, na prática, não é possível construir outro tipo de democracia no âmbito da recolonização da América Latina. Tal premissa está vinculada ao fato de que a democracia formal não interfere nas diretrizes da economia, pois a agenda macroeconômica dos países em via de recolonização não é colocada na pauta de discussões. O debate permitido comumente se relaciona aos ritmos e às dosagens da sua implantação, sempre condicionados ao nível de organização e de manifestação das resistências em âmbito nacional.

Debido a que lo esencial para la eficacia económica es que los mercados sean libres y los derechos de propiedad estén garantizados, el régimen político ideal es aquel que permite alcanzar mejor dichos objetivos (FITTOUSSI, 2004, p. 319).

Com essas afirmações, não buscamos desvalorizar os avanços obtidos com a recuperação dos direitos civis e a conquista de espaços participativos locais, mas pretendemos asseverar que o Estado autocrático na Periferia opta pelo regime político que não ameaça seu direito de propriedade e garante a liberdade dos mercados. Os ensaios relacionados aos mecanismos democráticos participativos ou deliberativos não consolidaram, até o momento, avanços perceptíveis de ampliação dos espaços do processo decisório, frequentemente eles se defrontam com a escassez de recursos e com entraves burocráticos – tornando-se não raro uma “nova institucionalidade” – ou, quando as regras institucionais não coaram seu rumo, a repressão estatal assume sua finalização¹⁷².

Ao mesmo tempo, neste contexto analítico, retomam vitalidade os argumentos críticos tecidos no Capítulo 3 quanto à atualidade das concepções que erguem a democracia como valor universal. Ainda que algumas elaborações teóricas apresentem críticas a essa visão das

172 Para este último desfecho, o coercitivo, deve ser analisado com maior profundidade os casos dos “pique-teiros” e das Assembleias Populares em Buenos Aires, Argentina, no período da situação insurrecional que tomou conta do país em 2001, assim como também processos semelhantes no Equador, em 2000 e 2002, e na Bolívia, em 2002 e 2003.

transformações das diretrizes econômicas e políticas vigentes, a esmagadora maioria concebe a superação das desigualdades do capitalismo – provindas da exploração do trabalho – numa perspectiva de verniz gramsciano que visa à acumulação gradual de forças¹⁷³. O meio privilegiado para sua consecução tem partido dos processos de democratização, a qual deve ser aperfeiçoada permitindo o seu funcionamento prescrito formalmente e no bojo do corpo jurídico vigente. Torna-se, neste ponto, indispensável o resgate das considerações que atestam que **“a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo e ela bloqueia a história”** (FERNANDES, 1979, p. 23, grifo nosso). Assim, apesar de as teorias expostas anteriormente abordarem e discutirem as desigualdades decorrentes da exploração capitalista, ao mesmo tempo abstraem que os imperativos do mercado socavam as bases da democracia formal, conferindo-lhe atributos abertamente autoritários que se materializam no caráter autocrático dos Estados na Periferia – a “democracia delegativa” de O’Donnel (1991) e a execução da agenda econômica e política afastada do conhecimento ou participação popular. Neste sentido, parafraseando as elaborações sobre o cerco capitalista ao socialismo – ao qual Fernandes (1979) se referira –, é possível entender a plena vigência das perspectivas que reduzem exclusivamente a saída parlamentar ou institucional como única alternativa de transformação social, persistentemente apontada por dirigentes sindicais e políticos que criticam o neoliberalismo. Desta forma, atualiza-se a afirmação de que “a partir do elemento burguês da democracia, tem se feito a defesa militante do liberalismo ou da democracia parlamentar” (FERNANDES, 1979, p. 15).

A democracia realmente existente é a democracia possível no âmbito da recolonização, pois a partir do momento em que se coloca em pauta a impugnação dos mecanismos de valorização do capital na Periferia, estamos diante da iminência das possibilidades de ruptura. As sucessivas derrocadas dos governos argentinos em 2001, as insurreições equatorianas em 2002 e dos bolivianos em 2002 e 2003 evidenciaram a violência dos órgãos de segurança e a urgência

173 Essa concepção, como apontada anteriormente, retoma a estratégia da social-democracia, ao propor uma transição processual através da consolidação das forças populares – através da construção da hegemonia – numa democracia de massas (TÓTORA, 2004).

dos “países amigos” no restabelecimento do arcabouço constitucional, que se desdobraram na redução do empoderamento popular pela plena vigência do institucionalismo da democracia formal. Nesse sentido, não deve ser esquecido que

El FMI exige el fortalecimiento de los órganos de seguridad internos (ver el caso de Argelia): la represión interna – con la complicidad de las elites del Tercer Mundo – aporta lo suyo a un proceso paralelo de represión económica. La profunda desesperación de una población empobrecida por la economía de mercado engendra levantamientos contra los Programas de Ajuste Estructural, y luchas populares que son reprimidas brutalmente (TOUSSAINT, 2004, p. 181).

Em plena vigência do processo recolonizador na América Latina as perspectivas democráticas, ainda que formais e restritas, apresentam sérias dificuldades para sua realização. Se considerarmos a imbricação do “político” com o “econômico”, é possível observar a interferência direta e indireta do *hegemon* em relação ao processo decisório nacional; isto compromete, inclusive, a concepção schumpeteriana de democracia, pois não existem meios para legitimar governantes que não possuem condições de decidir sobre a situação social e econômica dos países por muito tempo. Essa caracterização se torna ainda mais contundente ao analisarmos as possibilidades de incorporação de modalidades participativas e substantivas deste regime político. Em relação a estas últimas propostas democráticas, afirmamos que somente serão possíveis no marco de uma explícita tendência de ruptura com o sistema capitalista desde a periferia.

Em tempos de recolonização, não é possível implantar perspectivas participacionistas ou em suas variantes que visam ampliar a democracia sem cogitar a possibilidade da ruptura. A democracia que o FMI, o BM e os EUA defendem é a democracia restrita, formal e institucional; enquanto isso, os setores denominados progressistas pugnam por uma ampliação da democracia como tentativa de competir com o capital em dominância financeira. Efetivamente, a democracia se tornou uma arena de embates das diversas forças sociais, mas os trabalhadores se encontram em ampla desvantagem, pois na democracia eleitoral torna-se indispensável deter grandes somas de recursos (que frequentemente são aportados pelo empresariado e pelo setor financeiro, na espera de diversas formas de restituição). A construção de uma hegemonia

“popular” no âmbito da democracia formal abstrai o aspecto coercitivo da dominação de classe no capitalismo, pois, a democracia formal e os regimes autoritários são as duas faces da dominação autocrática (FERNANDES, 1975, 1979, 1981b).

Quanto às análises prospectivas apontadas pelos estudiosos da situação internacional, podem ser sintetizadas em futuros nada alvissareiros. No âmbito das teorias da sucessão hegemônica, a discussão orbita nas características – ainda não conhecidas – do próximo *hegemon*. Porém, deve ser destacado, nas elaborações de Wallerstein (2000), o papel que exercerá, nesse cenário prospectivo, a pressão pela democratização que se colocará cada vez com mais intensidade, pugnando pela necessidade de mudanças.

Nesse contexto, concordamos com Wood (2004), quando afirma que, na atual conjuntura ofensiva da burguesia internacional, estamos diante de uma ótima oportunidade de enfrentar o capitalismo, aprofundando a análise crítica de sua estrutura hierárquica em curso e retomando as elaborações teóricas para combatê-lo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina: G. A. P. Alves, 2001.
- AMBROSE, S. E. **Rise to globalism**: American foreign policy since 1938. London: Penguin, 1993.
- ANDERSON, P. **O fim da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ANTUNES, R. O estancieiro, o príncipe e o artífice: construção e desconstrução da legislação social no Brasil. **Margem Esquerda – Ensaio Marxistas**. São Paulo: Boitempo, n.5, 2005.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.
- _____.; SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
- ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n 17, pp. 11-31, nov. 2001.
- BACOCCHINA, D. OEA discute mecanismo para ‘vigiar’ democracia. **BBC Brasil.com**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06>>. Acesso em: 25 jul. 2005a.
- _____. Latinos têm projeto alternativo sobre democracia. **BBC Brasil.com**. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06>>. Acesso em: 25 jul. 2005b.

BARRETO, V. A. **A “continuidade” neoliberal do governo Lula em perspectiva macro sociológica:** uma análise político-comparada em Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, n 15 (4), 2001, pp. 98-104.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. et al. **Em defesa do interesse nacional:** desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOITO Jr., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BORÓN, A. A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. El Nuevo Orden Imperial y cómo Desmontarlo. In: SEOANE, J. A. e TADDEI, E (orgs.). **Resistencias mundiales [de Seattle a Porto Alegre].** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. **Império e imperialismo:** uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. El Estado y las “reformas del Estado orientadas al mercado: los “desempeños” de la democracia en América Latina. In: KRAWCZYK, N. R. e WANDERLEY, L. E. **América Latina:** Estado e Reforma numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. Imperio: dos tesis equivocadas. **Revista Crítica Marxista.** São Paulo: Boitempo Editorial, n. 15, pp. 143-159, 2003b.

BOSI, A. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUZAS, R. El “nuevo regionalismo” y el área de libre comercio de las Américas: un enfoque menos indulgente. **Revista de la CEPAL**, n 85, abr. 2005.

BRAGA, J. C. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) **Poder e dinheiro:** uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, pp. 195-242, 1997.

BUSH, G. W. A estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América. **Política Externa**, v. 11, n. 3, pp. 78-113, dez/jan/fev 2002/2003.

CALDERÓN, F. Notas sobre la crisis de legitimidad del Estado y la democracia. In: PNUD. **La democracia en América Latina**: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – contribuciones para el debate. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004.

CANDIDO, A. Amizade com Florestan. In: D'INCÃO, M. A. (org.) **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, F. H.; SORJ, B. e FONT, M. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, P. (org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. RJ: Vozes, 2000.

_____. A crise do Estado e a luta pela democracia na América Latina: problemas e perspectivas. In: _____. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: Clacso, pp. 172-199, 2002.

CASTELLS, M. **La era de la Información**: economía, sociedad y cultura. v. 1. Madrid: Alianza, 1997.

CASTRO, M. F. de. Universalismo e particularismo como paradigmas da política. In: FONSECA SOBRAL, F. A.; GROSSI PORTO, M. S. (orgs.). **A contemporaneidade brasileira**: dilemas para a imaginação sociológica. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

_____.; FARIAS, A. J. O papel das instituições financeiras multilaterais. In: CASTRO, M. F. (org.). **A sociedade civil e o monitoramento das instituições financeiras multilaterais**. Brasília: Rede Brasil, 2005.

CASTRO, N. A.; LEITE, M. P. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica – BIB**. Rio de Janeiro, n. 37, pp. 39-59, 1994.

CERDEIRA, B. A natureza social da ex-União Soviética: atualidade de uma polêmica. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo: Xamã, n.1, out. 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 52, pp. 21-53, nov. 1998a.

_____. **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998b.

_____. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos dos enfrentamentos políticos e sociais. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n.1, out. 1998c.

_____. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Seminário marxista: questões contemporâneas. São Paulo: Xamã, 2003a.

_____. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Seminário marxista: questões contemporâneas. São Paulo: Xamã, 2003b.

CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: CHOMSKY, N.; DIETERICH, H. **A sociedade global**: educação, mercado e democracia. Blumenau: FURB, 1999.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. **Guerra e globalização**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CINTRA, M. A. M.; FREITAS, M. C. P. (orgs.). **Transformações institucionais dos sistemas financeiros**: um estudo comparado. São Paulo: FUNDAP/FAPESP, 1998.

COGGIOLA, O. América Latina: o presente em perspectiva histórica. In: _____. **América Latina – encruzilhadas da História Contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.9, 1979.

CRUZ, S. C. V. Argumentos sobre as “reformas para o mercado” nos países em desenvolvimento. In: _____. **Globalização, democracia e ordem internacional**: ensaios de teoria e História. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, pp. 91-115, 2004.

DAHL, R. A. **La democracia y sus críticos**. Barcelona: Paidós, 1993.

DOHERTY, I. Democracy out of balance. **Policy Review**, pp. 27-35, april/may 2001.

DONGHI, T. H. **Historia del mundo moderno**. Barcelona: Sopena, 1971.

_____. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUMÉNIL, G ; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Seminário marxista: questões contemporâneas. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. O imperialismo na era neoliberal. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Revan, n.18, pp. 11-36, 2004.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

ESTAY, J.; SÁNCHEZ, G. Una revisión general del ALCA y sus implicaciones. In: _____. **El ALCA y sus peligros para América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, pp. 17-106.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1987.

FARO, M; SAID, M. O BID como ator estratégico na América Latina e no Caribe. In: CASTRO, M. F. (org.). **A sociedade civil e o monitoramento das instituições financeiras multilaterais**. Brasília: Rede Brasil, 2005.

FAUSTO, B. Hegemonia: consenso e coerção. **Revista Política Externa**, Paz e Terra, vol. 11, n. 3, dez/jan/fev 2002/2003.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Circuito fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

_____. Democracia e desenvolvimento. In: **Em Busca do Socialismo**. Rio de Janeiro: Xamã, 1995a.

_____. Os desafios da Perestroika. In: **Em Busca do Socialismo**. Rio de Janeiro: Xamã, 1995b.

FERREIRA, C. K. L.; FREITAS, M. C. P. **Mercado internacional de crédito e inovações financeiras nos anos 70 e 80**. São Paulo: FUNDAP, 1990. Estudos de Economia do Setor Público, 1. 63p.

FERRO, M. **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIORI, J. L. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L. (org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. Sobre o poder global. **Novos Estudos** CEBRAP. São Paulo: Paz e Terra, n. 73, pp. 61-72.

FITOUSSI, J. P. Globalización, mercado y democracia. In: PNUD. **La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – Contribuciones para el debate**. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004.

FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. A reestruturação do sistema financeiro internacional e países periféricos. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 2 (86), p. 15-31, abr/jun 2002.

FURTADO, J. Globalização das empresas e desnacionalização. In: LACERDA, A. C. (org.). **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto, 2000.

GARCIA, A. V. **A pobreza do “homem”**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Capital estrangeiro, desnacionalização e política externa. **Revista Praga**. São Paulo: Hucitec, n.9, 2000.

_____. **Vagão descarrilado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GUIMARÃES, J. **Democracia e marxismo: crítica à razão liberal**. São Paulo: Xamã, 1998.

GUIMARÃES, S. P. A ALCA levará ao neocolonialismo. In: SADER, E. (org.). **ALCA: integração, soberania ou subordinação?** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

_____. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

GUIMARÃES, S. P. Encrenca: fiquem longe e ajam com prudência. **Revista República**. São Paulo: D`Ávila, ano 6, nº 60, out 2001a.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. El capital financiero y sus contradicciones. In: HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERNÁNDEZ, M. Introdução. O veredicto da história. In: TROSTKY, L. **A revolução traída**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

HILFERDING, R. **El capital financiero**. Madrid: Tecnos, 1973.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSBAWM, E. A. **Era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **O século XXI**: reflexões sobre o futuro. Entrevista dirigida por Antonio Polito. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

HOUTART, F. La mundialización de las resistencias y de las luchas contra el neoliberalismo. In: SEOANE, J. A. e TADDEI, E. (org.). **Resistencias mundiales [de Seattle a Porto Alegre]**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

_____.; POLET, F. **O outro Davos**: mundialização das resistências e lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

HUNTINGTON, S. P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

HURTADO, O. Cultura y democracia, una relación olvidada. In: PNUD. **La democracia en América Latina**: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – contribuciones para el debate. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. **Annual Report 2000**. Washington: IMF, 2000.

JORNAL DO BRASIL. Lula faz críticas a ‘novo colonialismo’. Rio de Janeiro, 22 de set. 2004. A3.

KON, A etl al. (orgs.). **Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2000.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACERDA, A. C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. (org.). **Desnacionalização**: mitos, riscos e desafios. São Paulo: Contexto, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LENIN, V. I. **El Estado y la revolución**. Barcelona, España: Planeta/Agostini, 1987.

_____. I. **El imperialismo, fase superior del capitalismo**. México: Grijalbo, 1986.

LIMONGI, F. P. “O federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFORT, F. C. **Os clássicos da política**. v. 1. São Paulo: Ática, 1989.

LOBATO, A. O. C. Política, constituição e justiça: os desafios para a consolidação das instituições democráticas. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 17, pp. 45-52, nov. 2001.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MACIEL, C. S.; CANO, W. A dívida externa brasileira: sua natureza e condicionantes para a economia brasileira. In: **Dilemas da Dívida** – Cadernos Adenauer III, n 4. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARX, K.. **O capital**. São Paulo: Difel, 1983.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARTIN, H. P.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização**. São Paulo: Globo, 1999.

MARTINS, J. A. **Império do terror**: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MATTEDI, C. R. Uma análise crítica da teoria da dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais. **Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, v 1, n 1, pp. 95-101, 2002.

MELLO, A. F. O globalismo: etapa superior do capitalismo. **Cultura Vozes**. São Paulo: Vozes, ano 94, n 1, v 94, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MIGUEL, L. F. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n 49, pp. 51-77, 2000.

_____. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n.59, pp. 05-42, 2006.

MINELLA, A. C. **Banqueiros**: organização do poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: ANPOCS, 1998.

_____. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis, n.30, jun. 2002.

MONCLAIRE, E. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.17, pp. 61-74, nov. 2001.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, D. de. A lógica da mídia no sistema de poder mundial. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v VI, n 2, maio/ago 2004. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2005.

MORAES, J. Q. Contra a canonização da democracia. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n.9, pp. 9-40, 2001.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação e Sociedade**. Campinas: Unicamp, v 23, n 80, pp. 13-24, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2005.

MORENO, N. **Os governos de frente popular na História**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

NAVARRO DE TOLEDO, C. Hegemonia e poder político. In: D'INCÃO, M. A. (org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.

_____. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Brasiliense, n 1. 1994, pp. 27-38.

NDIAYE, P. O extermínio dos índios da América do Norte. In: FERRO, M. **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NETTO, J. P. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: **O Desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NYE Jr., J. S. A política de segurança dos Estados Unidos: desafios para o século XXI – Agenda de Política Externa dos EUA. **Revista Eletrônica da USIA**, v 3, n.3, jul. 1998. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0798/ijpp/ip079806.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2005.

OFFE, C. **problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OCAMPO, J. A. Hacia una reforma financiera internacional. Cinco temas esenciales. **Nueva Sociedad**. Caracas, n. 168, pp. 72-78, jul/ago 2000.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n 31, pp. 25-40, out. 1991.

OMACHE, K. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

PANTICH, J. Un nuevo poder imperial. **New Left Review** (versión española), n 2, pp. 5-20, mar/apr 2000.

PETRAS, J. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

_____; VELTMEYER, H. El capitalismo al fin del milenio. **Rebelión**: periódico electrónico de información alternativa. 21 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/petras/milenio-petras.htm>>. Acesso em: 03 maio 2004.

PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **La democracia en América Latina**: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – Contribuciones para el debate. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004a.

_____. **La democracia en América Latina**: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Alfaguara, 2004b.

_____. **La democracia en América Latina**: hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas – Compendio estadístico. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2004c.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado**: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

_____; MESEGER, C. Globalização e democracia. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 67, pp. 109-29, nov. 2003.

RAMONET, I. **Geopolítica do caos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

RICE, C. Consciência de vulnerabilidade inspirou doutrina. **Política Externa**, v. 11, n. 3, pp. 78-113, dez/jan/fev 2002/2003.

ROCHA, G. M. Neodependência em Brasil. **New Left Review** (versión española *on line*), n. 2, pp. 5-32, mar/apr 2000.

RODRIGUES, F. FHC condena hegemonia americana. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 de out. 2001. Caderno A, p.8.

ROMERO, A. A. Estratégia imperial e instabilidade mundial. **Margem Esquerda** – Ensaio Marxistas. São Paulo: Boitempo, n.5, 2005.

ROSANVALLON, P. **A crise do estado-providência**. Brasília: UnB, 1997.

SADER, E. Totalitarismo e autoritarismo: teoria e ideologia. In: MARTINES, P. H. **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

- SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SALAZAR PÉREZ, R.; LENGUITA, P. **En Colombia sí hay guerra**. Argentina: LibrosEnRed, 2005.
- SAMPAIO JR., P. A. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHOULTZ, L.; FIKER, R. **Estados Unidos**: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: EDUSC, 1999.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHWARTZ, S. B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- SELL, C. E. Democracia participativa ou democracia social? In: BOEIRA, S. L. (org.). **Democracia e políticas públicas**: diversidade temática dos estudos contemporâneos. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005.
- SEOANE, J. A.; TADDEI, E. De Seattle a Porto Alegre: pasado, presente y futuro del movimiento anti-globalización neoliberal. In: _____ (orgs.). **Resistencias mundiales [de Seattle a Porto Alegre]**. Buenos Aires: Clacso, 2001.
- SERFATI, C. O braço armado da mundialização. **Revista Outubro**. São Paulo: Revan, n.6, 2002.
- SEVARES, J. Riesgo y regulación en el mercado financiero internacional. In: GAMBINA, J. (org.) **La globalización económico-financiera**: su impacto en América Latina. Buenos Aires: Clacso, pp. 309-31, 2002..
- SILVA, R. Duas tensões na teoria democrática. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: UFSC, 1999. Edição Especial.
- SILVER, B. J. e SLATER, E. As origens sociais das hegemonias mundiais. In: ARRIGHI, G. e SILVER, B. J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
- SOARES, E. **Recolonização como “Reforma do Estado” no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e ajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOTELO VALENCIA, A. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo**. México: Plaza y Valdés, 2004.

_____. **América Latina:** de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XX. México: Plaza y Valdés, 2005.

STEIN, S. J. **A herança colonial da América Latina:** ensaios de dependência econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STIGLITZ, J. E. **El malestar en la globalización.** Buenos Aires: Taurus, 2002.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TOLEDO, D. Rice cobra democracia mais forte na América Latina. **BBC Brasil.com.** Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/04>>. Acesso em: 28 abr. 2005.

TOLEDO, E. de la G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1997.

TÓTORA, S. As esquerdas e a democracia na década de 1980. In: BERNARDO, T.; TÓTORA, S. (orgs.). **Ciências Sociais na atualidade:** percursos e desafios. São Paulo: Cortez, 2004.

TOUSSAINT, E. **La bolsa o la vida:** las finanzas contra los pueblos. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2004.

_____. De norte a sur: crisis de la deuda y planes de ajuste In: GAMBINA, J. (org.). **La globalización económico-financiera:** su impacto en América Latina. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2002. pp. 303-9.

TULCHIN, J.; FAGAN, G. Perfil actual de la seguridad ciudadana e impacto en la gobernabilidad democrática: aportes desde Latinoamérica. In: BOBEA, L. (org.) **Entre el crimen y el castigo:** seguridad ciudadana y control democrático en América Latina y el Caribe. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

UGARTECHE, O. **El falso dilema.** Caracas: Nueva Sociedad, 1997.

UNCTAD. **World Investment Report 2000.** Cross-border Mergers and Acquisitions and Development. New York: Naciones Unidas, 2000.

VADNEY, T. E. **The world since 1945.** London: Penguin, 1991.

VILLA, R. A. D. A Questão democrática na agenda da OEA no Pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, 20 pp. 55-68, jun. 2003.

VITULLO, G. E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.17, pp. 53-60, nov. 2001.

_____. **Uma releitura crítica das análises clássicas da transição e da consolidação democrática**. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Niterói, RJ, 2002.

WALLERSTEIN, I. Possibilidades globais: 1990-2025. **Revista Praga**. São Paulo: Hucitec, n.5, 1998.

_____. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, P. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 2000.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. et. al. **Uma nova fase do capitalismo?** Seminário marxista: questões contemporâneas. São Paulo: Xamã, 2003.

WEFFORT, F. C. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Revan, n.18, pp. 49-61, 2004.

ANEXOS

Anexo 1

Tabela - Pobreza e indigência na América Latina

HOGARES E INDIVIDUOS, 1980-1999										
Región	Hogares pobres (% de la población total)					Hogares indigentes (% de la población total)				
	1980	1990	1994	1997	1999	1980	1990	1994	1997	1999
América Latina	34,7	41,0	37,5	35,5	35,3	15,0	17,7	15,9	14,4	13,9
América Latina - Urbana	25,3	35,0	31,8	29,7	29,8	8,8	12,0	10,5	9,5	9,1
América Latina - Rural	53,9	58,2	56,1	54,0	54,3	27,5	34,1	33,5	30,3	30,7

Región	Individuos pobres (% de la población total)					Individuos indigentes (% de la población total)				
	1980	1990	1994	1997	1999	1980	1990	1994	1997	1999
América Latina	40,5	48,3	45,7	43,5	43,8	18,6	22,5	20,8	19,0	18,5
América Latina - Urbana	29,8	41,4	38,7	36,5	37,1	0,6	15,3	13,6	12,3	11,9
América Latina - Rural	59,9	65,4	65,1	63,0	63,7	32,7	40,4	40,8	37,6	38,3

Región	Individuos pobres (nº en millones)					Individuos indigentes (nº en millones)				
	1980	1990	1994	1997	1999	1980	1990	1994	1997	1999
América Latina	135,9	200,2	201,5	203,8	211,4	62,4	93,4	91,6	88,8	89,4
América Latina - Urbana	62,9	121,7	125,9	125,7	134,2	22,5	45,0	44,3	42,2	43,0
América Latina - Rural	73,0	78,5	75,6	78,2	77,2	39,9	48,4	47,4	46,6	46,4

Nota: Las cifras son porcentajes de la población total. Se entiende como "pobreza" al ingreso insuficiente respecto de alimentos y otras necesidades básicas, para cubrir una canasta básica para un individuo o un hogar. Se entiende como "indigencia" al ingreso insuficiente respecto de una canasta básica de alimentos para un individuo o un hogar. Los datos regionales incluyen a Haití.

Fuente: CEPAL (2001a: 38, cuadros I.2 y I.3).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 117.

Tabela - Distribuição da pobreza e indigência dos indivíduos
por países na América Latina

INDIVIDUOS, 1989/1990-2001							Tabla 7.2b
País	Fines década 1990 II			2000		2001	
	Año	Pobreza	Indigencia	Pobreza	Indigencia	Pobreza	Indigencia
Argentina	1999	19,7	4,8	24,7	7,2	30,3	10,2
Bolivia	1999	48,7	19,8	60,6	36,5	61,2	37,3
Brasil	1999	37,5	12,9	36,5	12,3	36,9	13,0
Chile	1998	21,7	5,6	20,6	5,7	20,0	5,4
Colombia	1999	54,9	26,8	54,8	27,1	54,9	27,6
Costa Rica	1999	20,3	7,8	20,6	7,9	21,7	8,3
Ecuador	1999	63,6	31,3	61,3	31,3	60,2	28,1
El Salvador	1999	49,8	21,9	49,9	22,2	49,9	22,5
Guatemala	1998	60,5	34,1	60,1	33,7	60,4	34,4
Honduras	1999	79,7	56,8	79,1	56,0	79,1	56,0
México	1998	46,9	18,5	41,1	15,2	42,3	16,4
Nicaragua	1998	64,0	44,6	67,5	41,4	67,4	41,5
Panamá	1999	30,2	10,7	30,0	10,7	30,8	11,6
Paraguay	1999	49,0	17,4	61,7	35,7	61,8	36,1
Perú	1999	48,6	22,4	48,0	22,2	49,0	23,2
República Dominicana	..	..	..	29,5	10,9	29,2	10,9
Uruguay	1999	9,4	1,8	10,2	2,0	11,4	2,4
Venezuela	1999	49,4	21,7	48,8	21,2	48,5	21,2

Notas: Las cifras son porcentajes de la población. Se entiende como "pobreza" al ingreso insuficiente, respecto de alimentos y otras necesidades básicas, para cubrir una canasta básica de alimentos para un individuo o un hogar. Se entiende como "indigencia" al ingreso insuficiente, aun respecto de alimentos únicamente, para cubrir una canasta básica de alimentos para un individuo o un hogar. Los datos cubren sólo el área metropolitana para Argentina, y sólo áreas urbanas para Bolivia en 1999, para Ecuador, para Paraguay en 1999, y para Uruguay. Las cifras para 2000 y 2001 son estimadas, excepto los datos de 2000 para Chile y México.

Fuente: CEPAL (2002b: 221-22, cuadro 14; 4, recuadro 1.1).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 119.

ANEXO 2

Tabela A - Trajetória de indicadores de inflação na América Latina

VARIACIÓN ANUAL DEL ÍNDICE DE PRECIOS								
AL CONSUMIDOR (IPC), 1980-2002								
TABLA 96A								
País	1980-89	1990-99	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Argentina	437,6	243,0	1.343,9	84,0	17,5	7,4	3,9	1,6
Bolivia	222,7	12,2	18,0	14,5	10,5	9,3	8,5	12,6
Brasil	330,2	1.104,2	1.584,2	475,8	1.149,1	2.477,2	916,5	22,4
Chile	20,3	14,7	27,3	18,7	12,7	12,2	8,9	8,2
Colombia	23,7	24,8	32,4	26,8	25,1	22,6	22,6	19,5
Costa Rica	25,6	20,2	27,3	25,3	17,0	9,0	19,9	22,6
Ecuador	36,4	39,6	49,5	49,0	60,2	31,0	25,3	22,8
El Salvador	19,0	13,6	19,3	9,8	20,0	12,1	8,9	11,4
Guatemala	13,9	19,3	60,6	9,2	14,2	11,6	11,6	8,6
Honduras	7,8	22,2	36,4	21,4	6,5	13,0	28,9	26,8
México	65,1	21,3	29,9	18,8	11,9	8,0	7,1	52,0
Nicaragua	618,8	2.385,3	13.490,2	775,4	3,5	19,5	12,4	11,1
Panamá	1,8	1,1	0,8	1,1	1,6	0,9	1,4	0,8
Paraguay	21,7	20,5	44,1	11,8	17,8	20,4	18,3	10,5
Perú	332,1	1.318,5	7.649,7	139,2	56,7	39,5	15,4	10,2
República Dominicana	22,1	19,9	79,9	7,9	5,2	2,8	14,3	9,2
Uruguay	60,6	67,0	129,0	81,5	59,0	52,9	44,1	35,4
Venezuela	23,3	45,5	36,5	31,0	31,9	45,9	70,8	56,6
América Latina	126,8	299,6	1.369,9	100,1	84,5	155,3	68,8	19,0

Notas: Se mide la variación de precios de diciembre a diciembre, con excepción de 2002, donde la mayor parte de los casos corresponde a la variación de noviembre a noviembre. Las cifras regionales son el término medio o promedio de todos los casos.

Fuentes: Los datos para 1980-89, 1990 y 1991 son de CEPAL (1997: 28, cuadro A.7); los datos de 1992 de CEPAL (2001b: 69, cuadro III.9); y los datos de 1993-2002 de CEPAL (2002c: 110, cuadro A4).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 151.

Tabela B - Trajetória de indicadores de inflação na América Latina

VARIACIÓN ANUAL DEL ÍNDICE DE PRECIOS							
AL CONSUMIDOR (IPC), 1980-2002							
TABLA 96B							
País	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	0,1	0,3	0,7	-1,8	-0,7	-1,5	40,6
Bolivia	7,9	6,7	4,4	3,1	3,4	0,9	2,3
Brasil	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	10,9
Chile	6,6	6,0	4,7	2,3	4,5	2,6	3,0
Colombia	21,6	17,7	16,7	9,2	8,8	7,6	7,1
Costa Rica	13,9	11,2	12,4	10,1	10,2	11,0	10,0
Ecuador	25,6	30,7	43,4	60,7	91,0	22,4	9,7
El Salvador	7,4	1,9	4,2	-1,0	4,3	1,4	1,4
Guatemala	10,9	7,1	7,5	4,9	5,1	8,9	6,3
Honduras	25,3	12,8	15,7	10,9	10,1	8,8	7,7
México	27,7	15,7	18,6	12,3	9,0	4,4	5,4
Nicaragua	12,1	7,2	18,5	7,2	9,9	4,7	4,2
Panamá	2,3	-0,5	1,4	1,5	0,7	0,0	1,6
Paraguay	8,2	6,2	14,6	5,4	8,6	8,4	14,6
Perú	11,8	6,5	6,0	3,7	3,7	-0,1	1,5
República Dominicana	4,0	8,4	7,8	5,1	9,0	4,4	8,8
Uruguay	24,3	15,2	8,6	4,2	5,1	3,6	24,7
Venezuela	103,2	37,6	29,9	20,0	13,4	12,3	30,7
América Latina	17,9	10,9	12,0	9,3	11,2	6,0	10,6

Notas: Se mide la variación de precios de diciembre a diciembre, con excepción de 2002, donde la mayor parte de los casos corresponde a la variación de noviembre a noviembre. Las cifras regionales son el término medio o promedio de todos los casos.

Fuentes: Los datos para 1980-89, 1990 y 1991 son de CEPAL (1997: 28, cuadro A.7); los datos de 1992 de CEPAL (2001b: 69, cuadro III.9); y los datos de 1993-2002 de CEPAL (2002c: 110, cuadro A4).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 152.

ANEXO 3

Tabela - Desemprego aberto em América Latina

TASA DE DESEMPLEO ABIERTO EN ÁREAS URBANAS I. TOTAL, 1990-2002													Tabla 77
País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	7,4	6,5	7,0	9,6	11,5	17,5	17,2	14,9	12,9	14,3	15,1	17,4	21,0
Bolivia	7,3	5,8	5,4	5,8	3,1	3,6	3,8	4,4	6,1	8,0	7,5	8,5	...
Brasil	4,3	4,8	5,8	5,4	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,6	7,1	6,2	7,3
Chile	7,8	8,2	6,7	6,5	7,8	7,4	6,4	6,1	6,4	9,8	9,2	9,1	9,0
Colombia	10,5	10,2	10,2	8,6	8,9	8,8	11,2	12,4	15,3	19,4	17,2	18,2	17,6
Costa Rica	5,4	6,0	4,3	4,0	4,3	5,7	6,6	5,9	5,4	6,2	5,3	5,8	6,8
Ecuador	6,1	8,5	8,9	8,9	7,8	7,7	10,4	9,3	11,5	14,4	14,1	10,4	8,7
El Salvador	10,0	7,9	8,2	8,1	7,0	7,0	7,5	7,6	7,6	6,9	6,5	7,0	7,1
Guatemala	6,3	4,2	1,6	2,6	3,5	3,9	5,2	5,1	3,8	...	...	...	...
Honduras	7,8	7,4	6,0	7,0	4,0	5,6	6,5	5,8	5,2	5,3	...	5,9	6,2
México	2,7	2,7	2,8	3,4	3,7	6,2	5,5	3,7	3,2	2,5	2,2	2,5	2,8
Nicaragua	7,6	11,5	14,4	17,8	17,1	16,9	16,0	14,3	13,2	10,7	9,8	10,7	12,9
Panamá	20,0	19,3	17,5	15,6	16,0	16,6	16,9	15,5	15,2	14,0	15,2	17,0	16,1
Paraguay	6,6	5,1	5,3	5,1	4,4	5,3	8,2	7,1	6,6	9,4	10,0	10,8	...
Perú	8,3	5,9	9,4	9,9	8,8	8,2	8,0	9,2	8,5	9,2	8,5	9,3	9,4
República Dominicana	...	19,6	20,3	19,9	16,0	15,8	16,5	15,9	14,3	13,8	13,9	15,4	16,1
Uruguay	8,5	8,9	9,0	8,3	9,2	10,3	11,9	11,5	10,1	11,3	13,6	15,3	17,0
Venezuela	10,4	9,5	7,8	6,6	8,7	10,3	11,8	11,4	11,3	14,9	14,0	13,4	15,8
América Latina	8,1	8,4	8,4	8,5	8,2	9,0	9,7	9,2	9,1	10,5	10,6	10,8	11,6

Notas: Las cifras son porcentajes que representan tasas anuales promedio. Las cifras para 2002 son preliminares. Los datos cubren un alto y creciente número de centros urbanos para Argentina y México, ocho capitales y la ciudad de El Alto en Bolivia, seis áreas metropolitanas para Brasil, siete áreas metropolitanas para Colombia, la región metropolitana en Panamá (hasta 2000), el área metropolitana de Asunción para Paraguay (hasta 1993), y el área metropolitana de Lima para Perú. Los datos cubren el país completo para Chile, República Dominicana, Guatemala, Nicaragua (hasta 1992), y Venezuela (de 1997 en adelante). Las cifras regionales son el término medio o promedio de todos los casos en los que existen datos para cualquier año.

Fuentes: los datos de 1990 son de CERAL (2003: 39, cuadro 31); los de 1991 y 1992 son de OIT, Oficina Regional para las Américas (2001: 55, cuadro 1-A); y los datos de 1993-2002 de CERAL (2002c: 111 cuadro A5).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 127.

ANEXO 4

Tabela – Volume de negócios das maiores empresas transnacionais comparado ao PIB de alguns países

	En miles de millones de dólares EE.UU.	Población en millones
General Motors	161,3	
Polonia	158,6	38
Daimler Chrysler	154,6	
Ford	144,4	
Wal Mart	137,6	
África del Sur	133,5	39
Mitsui	131,6	
Finlandia	123,5	5
Grecia	120,7	10
Mitsubishi	118,9	
Itochu	116,8	
TotalFinaElf (a)	110,2	
Portugal	106,7	9
Colombia	102,7	40
Marubeni	102,5	
Exxon	100,7	
General Electric	100,5	
Sumitomo	95,5	
Indonesia	94,2	206
Shell	93,7	
Toyota	88,5	
Egipto	82,7	66
Irlanda	81,9	3
IBM	81,7	
Volkswagen	80,5	
BP Amoco	68,3	
Filipinas	65,1	72
Pakistán	63,4	148
Honda	52,4	
Nestlé	52,2	
Sony	51,2	
Unilever	47,5	
Argelia	47,3	30
Bangladesh	42,7	124
Nigeria	41,4	106
Vivendi	33,9	
Carrefour	32,0	
ABB	30,9	
Vietnam	27,2	77
GlaxoSmithKline (a)	26,2	
Ecuador	18,4	12
Siete mayores empresas del cuadro	965,3	
China	959,0	1255
Seis mayores empresas del cuadro	848,5	
Brasil	778,2	165
Cinco mayores empresas del cuadro	729,6	
Asia del Sur (incluida India)	670,5	1364
General Motors+Daimler Chrysler+Ford	460,3	
India	430,0	982
General Motors+Daimler Chrysler	315,9	
África Subsahariana	319,8	569
Rusia	276,6	147
General Motors	161,3	
48 países menos avanzados (PMA)	145,9	581

Obs: os valores considerados são referentes ao ano 2000.

Elaborado por: Damien Millet e Eric Toussaint com dados do PNUD 2000, OCDE Estadísticas 2000 y
sítios da internet (TOUSSAINT, 2004, p. 47).

ANEXO 5

Tabela - Indicador de reforma econômica na América Latina

ÍNDICE DE REFORMA ECONÓMICA, 1985-2000																
																TABLA 92
País	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	0,61	0,60	0,60	0,64	0,71	0,79	0,84	0,86	0,86	0,86	0,86	0,87	0,87	0,87	0,86	0,86
Bolivia	0,44	0,55	0,65	0,64	0,62	0,77	0,78	0,80	0,80	0,82	0,80	0,83	0,87	0,87	0,85	0,86
Brasil	0,48	0,47	0,46	0,50	0,66	0,69	0,68	0,71	0,72	0,78	0,79	0,78	0,78	0,77	0,79	0,81
Chile	0,61	0,64	0,66	0,71	0,72	0,73	0,76	0,78	0,79	0,80	0,81	0,82	0,82	0,84	0,84	0,84
Colombia	0,57	0,57	0,65	0,59	0,67	0,68	0,65	0,74	0,75	0,70	0,78	0,78	0,78	0,80	0,79	0,80
Costa Rica	0,48	0,51	0,61	0,73	0,75	0,77	0,77	0,79	0,80	0,81	0,81	0,85	0,84	0,85	0,85	0,86
Ecuador	0,55	0,54	0,54	0,54	0,56	0,60	0,61	0,75	0,76	0,77	0,77	0,78	0,79	0,79	0,80	0,82
El Salvador	0,54	0,54	0,54	0,54	0,55	0,69	0,76	0,81	0,84	0,84	0,85	0,84	0,84	0,85	0,84	0,84
Guatemala	0,52	0,62	0,65	0,68	0,68	0,68	0,81	0,82	0,83	0,83	0,82	0,85	0,86	0,87	0,85	0,84
Honduras	0,62	0,62	0,61	0,62	0,62	0,62	0,65	0,73	0,75	0,76	0,78	0,80	0,82	0,86	0,87	0,85
México	0,57	0,60	0,62	0,66	0,74	0,74	0,77	0,77	0,78	0,79	0,78	0,80	0,81	0,82	0,81	0,81
Nicaragua	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Panamá	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Paraguay	0,47	0,55	0,55	0,56	0,59	0,75	0,74	0,80	0,81	0,82	0,82	0,82	0,82	0,81	0,81	0,81
Perú	0,39	0,43	0,45	0,47	0,48	0,53	0,75	0,80	0,82	0,83	0,83	0,85	0,86	0,86	0,86	0,86
República Dominicana	0,44	0,43	0,44	0,43	0,43	0,46	0,61	0,70	0,74	0,79	0,85	0,85	0,86	0,85	0,85	0,83
Uruguay	0,83	0,77	0,79	0,79	0,80	0,79	0,80	0,80	0,80	0,81	0,82	0,81	0,84	0,83	0,83	0,83
Venezuela	0,45	0,47	0,46	0,46	0,54	0,52	0,57	0,61	0,67	0,68	0,71	0,69	0,74	0,79	0,77	0,72
América Latina	0,54	0,56	0,58	0,60	0,63	0,68	0,72	0,77	0,78	0,79	0,80	0,81	0,83	0,83	0,83	0,83

Nota: El índice de reforma económica se conforma de cinco componentes: políticas de comercio internacional, políticas impositivas, políticas financieras, privatizaciones y cuentas de capitales. El índice va de 0, que indica una falta de reformas orientadas al mercado, a 1, que indica la aplicación de reformas fuertemente orientadas al mercado.

Fuentes: Morley, Machado y Pettinato (1999), Lora (2001) y comunicación con Manuel Marfán, director de la División de Desarrollo Económico de CEPAL, febrero de 2003.

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 146.

Tabela - Indicadores de ambiente favorável para negócios
na América Latina

AMBIENTE FAVORABLE PARA LOS NEGOCIOS, 1980-2002													TABLA 58
País	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Promedio 1994-2002
Argentina	3,78	3,98	3,56	2,75	2,55	2,60	2,30	2,10	2,10	2,25	2,50	2,95	2,46
Bolivia	3,73	4,05	3,26	3,10	2,70	2,70	2,60	2,75	2,65	2,40	2,70	2,65	2,69
Brasil	3,79	4,09	3,79	3,30	3,55	3,45	3,45	3,30	3,50	3,25	3,10	3,00	3,32
Chile	3,39	3,15	2,84	2,60	2,55	2,20	2,15	2,10	2,00	2,00	1,85	2,00	2,16
Colombia	3,63	3,46	3,50	2,90	3,05	3,05	3,00	2,90	2,90	2,95	2,85	3,00	2,96
Costa Rica	3,12	3,28	2,72	2,90	2,95	2,95	2,95	2,95	2,85	2,65	2,65	2,65	2,83
Ecuador	3,11	3,48	3,29	3,20	3,10	3,00	2,90	3,00	3,10	3,45	3,45	3,45	3,18
El Salvador	3,68	3,61	3,52	2,65	2,45	2,40	2,40	2,15	2,00	1,95	2,05	2,25	2,26
Guatemala	2,86	3,29	3,09	3,05	2,85	2,70	2,70	2,65	2,70	2,70	2,80	2,80	2,77
Honduras	3,11	2,99	3,08	3,25	3,30	3,35	3,25	3,45	3,35	3,35	3,15	3,05	3,28
México	3,34	3,64	3,09	2,85	3,10	3,25	3,30	3,20	3,00	2,95	2,90	2,80	3,04
Nicaragua	3,83	4,52	4,17	4,00	3,60	3,70	3,50	3,60	3,60	3,45	3,15	3,00	3,51
Panamá	3,06	2,82	2,81	2,40	2,50	2,50	2,40	2,40	2,40	2,55	2,70	2,65	2,50
Paraguay	2,84	3,08	3,03	2,65	2,65	2,65	2,80	2,80	2,80	3,20	3,10	3,30	2,88
Perú	4,00	4,38	3,93	3,30	2,90	2,90	2,85	2,55	2,45	2,50	2,75	2,80	2,78
República Dominicana	3,09	3,25	3,59	3,40	3,20	3,10	3,20	3,10	2,90	2,85	3,00	3,10	3,09
Uruguay	3,10	3,07	2,98	2,90	2,85	2,65	2,65	2,65	2,55	2,35	2,55	2,50	2,63
Venezuela	2,83	3,01	3,27	3,00	3,50	3,40	3,40	3,30	3,30	3,55	3,65	3,50	3,40
América Latina	3,35	3,51	3,31	3,01	2,96	2,92	2,88	2,83	2,79	2,80	2,83	2,86	2,87
Europa Occidental	3,00	2,90	2,75	2,39	2,29	2,23	2,22	2,20	2,19	2,14	2,13	2,09	2,21

Notas: Los puntajes corresponden a una escala de cinco puntos, en la que los puntajes más bajos significan que el gobierno ha sido exitoso en garantizar las condiciones para un ambiente favorable a los negocios. Estos puntajes combinan una gama de variables como la presión fiscal del gobierno, la intervención gubernamental en la economía, y los derechos y regulaciones a la propiedad. Los datos para el período 1994-2001 son tomados del índice de libertad económica de la Fundación Heritage; los puntajes para 1980, 1985 y 1990 fueron generados transformando los datos del Instituto Frase en la escala utilizada por la Fundación Heritage. Los datos para el período 1994-2002 abarcan los períodos de julio a junio; así, los datos para 2001 abarcan el período de julio 2000 a junio 2001. Las cifras regionales son el término medio o promedio de todos los casos.

Fuentes: Para 1980-1990, Gwartney et al. (2002); y para 1994-2002, O'Driscoll et al. (2002: 14, 18; 2003: 13, 17).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 101.

ANEXO 6

Tabela - Dimensão do trabalho informal na América Latina

TAMAÑO DEL SECTOR INFORMAL POR CATEGORÍA DE TRABAJADORES, C. 2000													Tabla 01
País	Año	Tamaño global	Asalariados no calificados en microempresas	Empleados domésticos	Trabajadores por cuenta propia	Hombres				Mujeres			
						Tamaño global	Asalariados no calificados en microempresas	Empleados domésticos	Trabajadores por cuenta propia	Tamaño global	Asalariados no calificados en microempresas	Empleados domésticos	Trabajadores por cuenta propia
Argentina	2000	38,9	14,1	5,9	18,9	36,9	16,1	0,2	20,6	41,9	11,1	14,3	16,5
Bolivia	2000	60,8	10,2	4,2	46,4	53,2	14,3	0,2	38,7	70,5	4,9	9,4	56,2
Brasil	1999	43,4	8,4	8,5	26,5	39,7	10,5	0,8	28,4	49,1	5,3	20,3	23,5
Chile	2000	29,1	8,0	6,2	14,9	24,1	8,2	0,1	15,8	37,1	7,8	16,0	13,3
Colombia	1999	40,9	..	5,2	35,7	37,8	..	0,5	37,3	44,9	..	11,5	33,4
Costa Rica	2000	33,8	11,8	4,5	17,5	31,2	12,4	0,3	18,5	38,0	10,9	11,4	15,7
Ecuador	2000	52,3	13,8	4,7	33,8	48,6	16,8	0,7	31,1	58,2	9,0	11,1	38,1
El Salvador	2000	47,8	12,5	4,1	31,2	39,2	16,8	0,4	22,0	57,4	7,7	8,2	41,5
Guatemala	1998	48,6	17,6	6,7	24,3	45,4	22,8	1,5	21,1	52,8	11,0	13,3	28,5
Honduras	1999	49,1	11,2	4,8	33,1	44,8	16,2	0,6	28,0	54,1	5,1	9,9	39,1
México	2000	37,5	14,9	3,0	19,6	34,4	18,1	0,9	15,4	42,9	9,6	6,5	26,8
Nicaragua	1998	55,9	14,5	6,4	35,0	49,9	18,7	1,2	30,0	64,3	8,9	13,5	41,9
Panamá	1999	34,5	6,5	6,1	21,9	33,5	7,4	1,0	25,1	36,4	5,2	14,4	16,8
Paraguay	1999	53,2	14,9	9,2	29,1	43,9	17,9	0,9	25,1	66,1	10,8	20,7	34,6
Perú	1999	56,9	13,0	5,8	38,1	48,4	16,1	0,4	31,9	67,2	9,1	12,4	45,7
República Dominicana	2000	42,6	7,8	4,1	30,7	43,9	7,7	0,6	35,6	40,6	8,1	9,7	22,8
Uruguay	2000	39,5	11,1	9,1	19,3	34,6	11,4	1,3	21,9	46,0	10,6	19,5	15,9
Venezuela	2000	50,4	11,2	2,1	37,1	50,2	13,7	0,1	36,4	50,9	6,9	5,6	38,4
América Latina		45,3	11,9	5,6	28,5	41,1	14,4	0,7	26,8	51,0	8,4	12,7	30,5

Notas: Los datos son un porcentaje del total de la fuerza laboral urbana e incluyen trabajadores urbanos sin calificación que se desempeñan en firmas con menos de cinco empleados, trabajadores domésticos y trabajadores por cuenta propia. En estos casos, el porcentaje de trabajadores no profesionales o técnicos no estaba disponible, y el cálculo refleja únicamente el porcentaje de trabajadores domésticos o por cuenta propia. Las cifras regionales son el término medio o promedio de todos los casos en los que existen datos para cualquier año.

Fuente: CEPAL (2002b: 205-10, cuadros 10, 10A y 10B).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 131.

ANEXO 7

Tabela – Transferência neta de recursos dos países da América Latina

TRANSFERENCIA NETA DE RECURSOS, 1980-2002													Tabla 109
País	1980	1985	1990	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Argentina	664	-2.326	-5.831	9.416	8.145	447	5.259	9.392	10.653	5.768	1.055	-15.749	-19.780
Bolivia	-353	-148	-46	200	46	250	459	433	638	324	182	49	98
Brasil	2.319	-11.491	-7.346	-1.714	-896	19.599	19.743	7.664	7.291	-1.250	4.522	6.776	-9.956
Chile	2.240	-540	868	1.070	2.004	-626	1.748	4.374	-39	-2.575	-1.386	-2.112	-1.319
Colombia	868	288	-2.237	784	2.414	2.994	4.414	3.805	2.070	-2.343	-2.069	6	-689
Costa Rica	545	87	64	464	273	312	2	448	-97	-660	-698	-43	568
Ecuador	299	-1.038	-589	262	543	-108	-739	-318	468	-2.717	-2.019	-670	568
El Salvador	-161	99	294	123	36	338	244	297	231	165	132	-267	-134
Guatemala	-139	139	-5	704	586	210	356	717	1.100	709	1.494	1.622	876
Honduras	103	67	-30	-4	151	51	110	254	150	551	225	328	443
México	4.829	-12.101	2.396	18.427	-1.741	-1.464	-9.659	5.387	4.945	1.661	6.157	11.498	6.300
Nicaragua	80	505	295	360	524	402	610	836	604	1.051	699	621	622
Panamá	-74	-337	-109	-74	-133	32	181	1.119	402	640	-7	88	-418
Paraguay	422	116	377	84	734	262	423	478	189	287	25	147	-85
Perú	-158	-662	-139	1.331	3.729	3.045	3.722	3.320	1.140	-502	-104	255	738
República Dominicana	403	-27	-18	-9	-785	-455	-527	-593	-453	-352	-84	181	-824
Uruguay	704	-89	-467	230	294	204	185	485	798	482	673	696	-2.627
Venezuela	-636	-3.861	-4.677	134	-5.590	-5.864	-4.076	-2.797	-2.042	-4.484	-9.001	-8.170	-13.472
América Latina	11.957	-31.317	-17.199	31.789	10.334	19.626	22.454	35.300	28.048	-3.244	-205	-4.744	-39.091

Notas: Las cifras están en millones de dólares. Los números negativos indican que los recursos fueron transferidos al exterior del país. Los datos para 2002 son estimados preliminares. Las cifras regionales son el total de todos los casos. Fuentes: CEPAL (2003: 488, cuadro 280; 757, anexo 11); los datos para 1993 son de CEPAL (2002a: 490, cuadro 283).

Elaborado por: PNUD, 2004c, p. 165.



Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua Fagundes Varela, 967 - Vila Ribeiro - Assis/SP
CEP 19802 150 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40